

MARCELO BITTENCOURT

“Estamos Juntos”
O MPLA e a Luta Anticolonial (1961-1974)

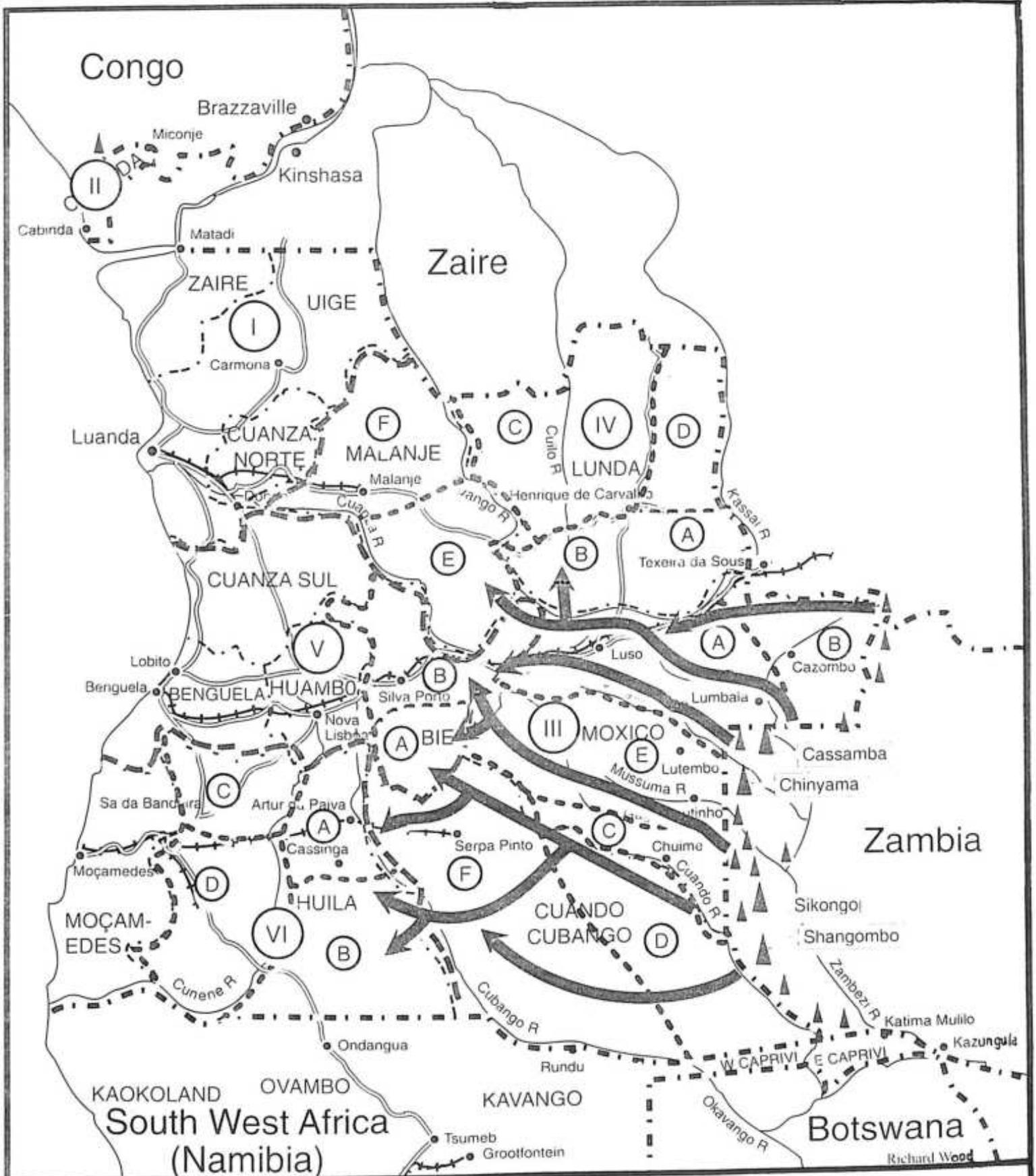
Volume II

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do grau de Doutor. Área de concentração: História Social

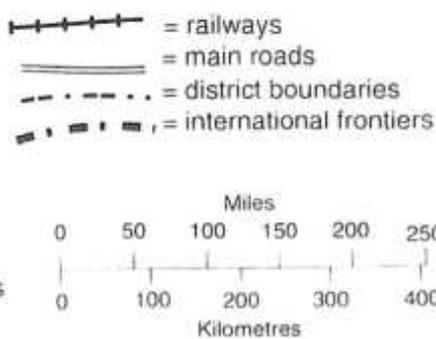
Orientador: Prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho

Niterói
2002

Rota da guerrilha do MPLA

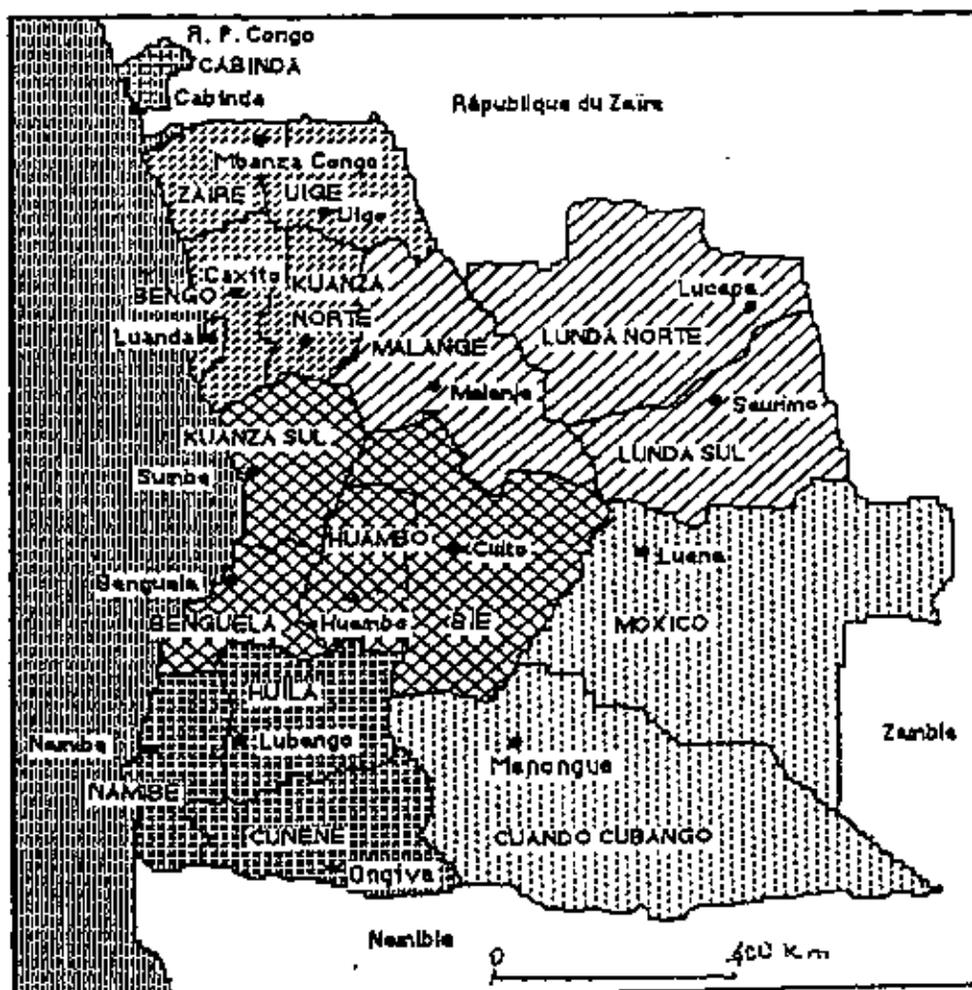


- Legend**
- (I) - (VI) = military regions
 - (A) - (F) = military zones
 - = borders of military regions
 - = borders of military zones
 - ▲ = most important guerrilla bases
 - ▲ = guerrilla bases



Source: SADF Archives

Regiões Político-Militares (RPM) do MPLA



-  I Région P.M. ouverte en 1961
-  II Région P.M. ouverte en 1964
-  III Région P.M. ouverte en 1966
-  IV Région P.M. ouverte en 1969
-  V Région P.M. ouverte en 1970
-  VI Région P.M.

(MPLA, 1985 *apud* MABEKO TALI, 1996, p. 89)

VI

Otimismo e Ruptura na Frente Leste**Abertura da Frente Leste**

A Zâmbia obtém sua independência formal em 23 de outubro de 1964, quando apaga definitivamente o nome de Rodésia do Norte. O processo de libertação da ex-colônia britânica, no entanto, já se anunciara em dezembro do ano anterior, momento em que se estabelece a dissolução da Federação das Rodésias (do Norte e do Sul) e Niassalândia, após uma intensa campanha de desobediência civil. A Niassalândia fica independente em 6 de julho de 1964, assumindo o nome de Malawi. A Rodésia do Sul, porém, caminha numa direção oposta. Controlada por antigos colonos brancos, a Rodésia do Sul passa a se chamar Rodésia (atual Zimbábue), tendo sua independência sido declarada unilateralmente em 11 de novembro de 1965 pelo primeiro-ministro Ian Smith.

Todo esse processo de independentização envolvendo o antigo império britânico na região teria importância decisiva para a luta anticolonial que se desenvolvia em Angola, já que a independência da Zâmbia, sob o comando de Kenneth Kaunda, significaria a abertura de uma nova e ampla janela para os movimentos de libertação em território angolano, ao passo que o desfecho ocorrido na Rodésia mantinha o cinturão de contenção formado pela África do

Sul e Portugal, este último com suas duas colônias na África Austral: Angola e Moçambique.

Após a dissolução da Federação das Rodésias e Niassalândia, em dezembro de 1963, ato decisivo na desestruturação do antigo império britânico na região austral da África, o processo de luta pela independência da Rodésia do Norte ganha novo e incontornável fôlego. Tendo em conta esse cenário, o MPLA envia para Lusaka, capital do futuro Estado independente da Zâmbia, em meados de 1964, dois de seus jovens dirigentes. Daniel Chipenda e Ciel da Conceição. Eles tinham a missão de verificar as possibilidades de abertura de uma nova frente de luta a partir do país que surgia a leste de Angola.

Segundo Daniel Chipenda, o objetivo era delicado, implicava a mobilização de possíveis apoios locais, e pouco chegou a ser feito, pois já em agosto estariam presos, sob a acusação de portarem ilegalmente duas pistolas.¹ Ele credita a detenção a denúncias feitas por homens da FNLA, que também buscavam se instalar na ainda colônia britânica, à espera de que Kenneth Kaunda assumisse a chefia de Estado. Apesar de a Zâmbia se tornar independente em 23 de outubro de 1964, os dois quadros do MPLA ficariam detidos até dezembro do mesmo

¹ Marcum (1978, p. 177) afirma que a prisão se dera em 14 de setembro de 1964 e que para isso teria contribuído também o fato de eles carregarem literatura política chinesa e soviética. Segundo Chipenda, essa seria sua segunda detenção atuando pelo MPLA, já que havia sido preso em Léopoldville, em outubro de 1963, após a saída da maioria dos quadros do movimento para Brazzaville. Ficaria detido até dezembro de 1963. Só então partiria para Brazzaville (Entrevista de Daniel Chipenda, ANTUNES, 1995, p. 849).

ano, quando são expulsos do país (Entrevista de Daniel Chipenda, JAIME e BARBER, 1999, p. 141).

O contexto inicial parecia pouco auspicioso, após as prisões de Chipenda e Conceição e a confirmação da presença de quadros da FNLA na recém-independente Zâmbia. Todavia, a insistência em tentar abrir uma nova frente de luta seria ditada pelo grau de dificuldade existente no norte de Angola, praticamente fechado pela própria FNLA. Como vimos, a única alternativa viável, ainda que com sérias limitações, era o pequeno enclave de Cabinda.

Dois novos dados, no entanto, iriam alterar esse quadro. O primeiro foi a crise enfrentada pela FNLA em Léopoldville – com motins nos campos de treinamento e a saída de dirigentes e militantes em apoio a Jonas Savimbi e, posteriormente, a Alexandre Taty –, que faria com que a sua delegação na Zâmbia entrasse em colapso financeiro e político. Logo após a visita do Comitê para a Descolonização das Nações Unidas, em maio de 1965, a Lusaka, o escritório da FNLA seria fechado. Seu último representante, Adão Kapilango, sobreviveria com os recursos de uma bolsá de estudos e partiria para os Estados Unidos (MARCUM, 1978, p 165). O segundo fator foi o estreitamento das relações entre o MPLA e a Tanzânia, do presidente Julius Nyerere. Essa aproximação foi vital para o MPLA, pois a Tanzânia era uma das principais portas de acesso ao mar da recém-independente Zâmbia, cujas alternativas de

acesso ao comércio marítimo, essencial para um país produtor de minérios e bens agrícolas como a Zâmbia, praticamente se resumiam aos territórios coloniais portugueses na África Austral: Angola e Moçambique.

O presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, era um antigo militante da luta anticolonial. Sua idéia de buscar as bases do socialismo tendo em conta os valores das comunidades africanas teria repercussão internacional, projetando seu nome além das fronteiras do continente. Vale lembrar, no entanto, que a Tanzânia só seria formada em 26 de abril de 1964, a partir da união da Tanganica, independente da Inglaterra desde 9 de dezembro de 1961 – sendo que Nyerere assumiria a presidência apenas em dezembro de 1962 –, com as ilhas de Zanzibar, Pemba e Latham, que até a revolta de janeiro de 1964 eram governadas por um sultão, resquício da centenária presença árabe na costa africana. O sultanado de Zanzibar durou pouco mais de um mês após a libertação do protetorado inglês, em dezembro de 1963.

Ultrapassados os problemas mais críticos da gestão interna do seu país, Nyerere consegue estabilidade política suficiente para ampliar suas alianças no exterior. Já em 1964, Dar es Salaam se transforma numa cidade de abrigo para algumas das lideranças africanas ainda em luta contra o colonialismo, como seria o caso da Frelimo, antigo parceiro do MPLA na luta anticolonial. Ambos os movimentos participavam da CONCP, cuja tarefa de divulgação da luta contra o

regime português mantinha seu prestígio. Esse, certamente, constituiu-se num importante canal na aproximação entre o MPLA e a Tanzânia.

Afastada a FNLA e apertados os laços de amizade com a Tanzânia, ficaria mais fácil a aproximação entre o MPLA e a Zâmbia de Kenneth Kaunda. Ainda em meados de 1965, uma nova investida seria feita, dessa vez com sucesso. O movimento consegue enfim estabelecer uma representação, comandada por Aníbal de Melo. Daniel Chipenda ficaria responsável pela delegação na Tanzânia, em Dar-es-Salaam, também inaugurada nesse mesmo ano de 1965. Sua principal tarefa era municiar as instalações e os homens do MPLA na Zâmbia. A proibição de sua entrada em território zambiano somente seria suspensa em 1968, quando então ele seria transferido para a fronteira leste de Angola.

Ainda que os acontecimentos de ordem política tivessem ganho maior aceleração, alguns velhos problemas permaneciam. O fornecimento de material bélico mostrou-se algo complicado de ser feito nesse primeiro momento de abertura das representações do MPLA no lado oriental do continente africano. Dar-es-Salaam e, posteriormente, Lusaka estavam mais próximas da China, o que na década de 60, em virtude das disputas por órbitas de influência entre Moscou e Pequim, traduzia-se num efeito-dominó em relação às demais alianças desses países. O MPLA, por sua vez, como vimos anteriormente, tinha a União Soviética, naquele momento, como parceiro de maior destaque em seu leque de

alianças internacionais, ainda que entre os anos de 1964 e 1967 o apoio cubano tenha sido de fundamental importância.

Outro problema é que o MPLA não possuía, pelo menos até o primeiro trimestre de 1966, armamento disponível em quantidade suficiente para sustentar duas frentes de luta: Cabinda e agora a Frente Leste. Da mesma forma, não tinha sido possível, até aquele momento, montar linhas de abastecimento que fossem eficazes em atender à demanda logística que se faria sentir na Zâmbia. Segundo Daniel Chipenda (Entrevista a JAIME e BARBER, 1999, p. 143), as primeiras armas a serem utilizadas pelo MPLA em ações militares no leste de Angola foram cedidas pela Frelimo, como contrapartida pelo auxílio do MPLA em fazer chegar na frente de batalha do movimento moçambicano, iniciada em setembro de 1964, um carregamento que aportara na Tanzânia.

A ação militar que inaugura a Frente Leste, futuramente chamada de 3ª Região Político-Militar, acontece na localidade angolana de Lumbala Kakengue, em maio de 1966, no distrito do Moxico. O grupo de assalto do MPLA, comandado pelo major Kanhangulo, provoca aproximadamente uma dezena de baixas no posto militar português na região.

O Exército português e a Pide, após a independência da Zâmbia, em fins de 1964, já tinham tomado algumas providências para fortalecer as forças de

repressão no leste. Aparentemente falharam, uma vez mais, na recolha de informações a respeito dos ataques. Mas empreenderam uma resposta dura e rápida, bombardeando a fronteira com a Zâmbia. A retaliação assustou o governo zambiano, que não tinha conhecimento exato do que o MPLA planejava e executara. A ação e a reação provocariam um freio nas ações militares mais ofensivas e de maior envergadura do movimento, mas não ameaçariam o processo de crescimento dessa nova frente de luta.

Apoio Internacional

Esse ataque inicial do MPLA no leste de Angola pode ser analisado tendo em conta a necessária idéia de equilíbrio entre as esferas de atuação militar e político-diplomática do movimento. Até 1964, a postura militar esteve prejudicada em virtude dos condicionamentos existentes no Congo-Léopoldville e dos problemas internos por que passava o movimento. Contudo, a partir desse ano, e em função do esforço feito na gestão das relações externas do MPLA, a face militar consegue retomar impulso, culminando na abertura da 2ª Região (Cabinda). Com a Frente Leste, em 1966, regista-se um novo salto e também um maior paralelismo entre as duas esferas de atuação. O avanço da luta exigia esse equilíbrio. Ao contrário dos anos iniciais, em que foi possível ampliar o leque de apoios internacionais e divulgar a luta anticolonial sem que houvesse uma contrapartida contundente no campo militar, não mais seria possível uma tal

defasagem. As competências militares e politico-diplomáticas precisavam ser cada vez mais trabalhadas como perspectivas associadas e não como alternativas. Afinal, ambas compunham a mesma estratégia, que, numa equação relativamente simples, podia ser explicada da seguinte forma: sem a divulgação dos combates, diminuía as chances de apoio internacional e, conseqüentemente, o acesso ao armamento; sem armas, ficava impossível manter a ofensiva e, sem atacar, era muito mais difícil divulgar as ações militares. Diante desse esquema e contando agora com duas frentes de luta apoiadas diretamente – a 2ª e a 3ª Regiões, já que a delicada situação da 1ª Região (norte de Angola), apesar do envio dos destacamentos Camilo Cienfuegos e Kami, não avançou de forma satisfatória –, o MPLA passou a necessitar de um reforço em seus auxílios internacionais.

Quanto a isso, o próprio percurso de alguns dos militares do movimento, capturados pelas forças de repressão portuguesas, é capaz de auxiliar a elucidar um pouco mais como sucederam as operações de ajuda, principalmente no campo da formação militar. Um exemplo é o de José Ferreira, comandante do MPLA em Pointe Noire, que, como vimos, se entrega à Pide em março de 1965. Seu depoimento indica uma mudança de rota ou, pelo menos, a busca de caminhos alternativos para a formação militar (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11 – SR, np 996, Pasta 2, fls. 179-205).

Ele informa em seu depoimento que fizera treinamento militar inicial no Marrocos. Primeiro, no campo de Hassan II, que era um quartel do Exército marroquino em Rabat, entre setembro e dezembro de 1961 e onde aprendera técnicas de combate corpo a corpo, sabotagem de pontes, via férrea, casas e linhas de transmissão. Depois, foi transferido para o campo de Kebdani, também no Marrocos, patrocinado pela Frente de Libertação Nacional da Argélia, localizado próximo ao Mediterrâneo, na fronteira com a própria Argélia, ainda em luta pela independência. Permaneceria nesse campo entre fevereiro e maio de 1962, no aprendizado do uso de arma ligeira e de técnicas de emboscada e de reações a emboscadas.

Ainda de acordo com José Ferreira, o maior campo de treinamento utilizado pelo MPLA no Marrocos seria o de Kasbatadla, controlado pelo Exército marroquino. Em maio de 1962, quando de sua passagem por esse campo, eram cerca de 150 os recrutas do MPLA em treinamento e viriam a constituir as fileiras iniciais do EPLA, o braço armado do MPLA, atuando pela primeira vez em Cabinda. Em dezembro de 1963, chegaria a Brazzaville outro grupo de guerrilheiros de 45 homens, formados na Argélia, num campo perto de Oran.

A instalação do MPLA no Congo-Brazzaville possibilitaria o estreitamento das relações e o suporte de um outro grupo de países, tais como a Bulgária, a Checoslováquia, a União Soviética e Cuba, que tinham representação

diplomática e laços cada vez mais fortes de cooperação com esse país. Os três primeiros forneceriam, numa fase inicial, em quantidade muito limitada, armamento e algum recurso financeiro, além de cursos de formação técnica e universitária em seus países.² Cuba, como vimos mais atentamente, auxiliaria no treinamento das forças guerrilheiras do MPLA.

Outro depoimento, de Paixão Quilhunga, conhecido no movimento pelo nome de “Malamba”, elucida as trajetórias dos quadros militares e, conseqüentemente, dos parceiros do MPLA. Ele se entregaria às forças portuguesas após o ataque sofrido pelo seu grupo – a coluna Benedito – em 1970, sendo interrogado pela Pide em 18 de março de 1970 (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Subdelegação de Malange, NT 9087, fls. 53-69). De acordo com seu relato, em 1963 fora fazer o curso de enfermagem na União Soviética, junto com mais cerca de 18 angolanos, entre os quais José Eduardo dos Santos, atual presidente de Angola, que iria cursar engenharia, e Pedro Vandiném “Loy”, que no pós-independência também assumiria postos de destaque no governo angolano. Saem de Léopoldville em março, passam por Gana e chegam a Moscou. Na União Soviética, ele recebia 80 rublos para todas as despesas, incluindo alimentação e hospedagem. Os que freqüentavam curso universitário recebiam mais 10 rublos mensais. Os cursos seguiram até agosto de

² Manuel Lima, primeiro comandante do EPLA, em entrevista a Fernando Guimarães (1994, p. 17-23), confirma o envio de material militar pela Bulgária e acrescenta que este teria chegado ao movimento

1968, quando regressam a Brazzaville. Em meados de outubro desse mesmo ano, parte para Dar-es-Salaam, na companhia de outros dez angolanos, entre eles, mais uma vez, José Eduardo dos Santos e Pedro Van-Dúnem. Da Tanzânia, os angolanos são transferidos para a Frente Leste em autocarros (os nossos ônibus e microônibus) e *jeeps land-rover*.

O grupo de Malamba foi um dos primeiros dessa nova fase de cooperação entre o MPLA e a União Soviética. O apoio soviético alcançaria então outros moldes, integrando formação acadêmica e militar, e dimensões, atingindo um maior número de militantes do movimento. Na sequência dessa ajuda, alguns dirigentes de maior destaque também frequentariam cursos de “formação político-militar”. É o caso de Daniel Chipenda, que em entrevista a José Freire Antunes (1995, p. 850) disse ter permanecido seis meses em Moscou, em 1967, num curso desse tipo. Confirmando a tendência dos interrogatórios da Pide apontados anteriormente, Chipenda acrescenta que nos anos de 1966 e 1967 os militares do MPLA com passagem pela URSS alcançariam o número de 300 indivíduos, enquanto os formados na Bulgária chegariam a 100. Lúcio Lara, da mesma forma, em entrevista a Dalila Mateús (1999, p. 290), afirma que em 1968 fez um treino militar especial de três a quatro meses em Moscou, onde teve aulas sobre o manuseio de armas e explosivos.

A alteração não significava ruptura. Apesar das novas orientações e alianças do movimento, a Argélia continuou a apoiar o MPLA na formação de guerrilheiros angolanos em seus campos de treinamento militar. Paulo Jorge, hoje responsável pelas relações exteriores do Partido MPLA, testemunhou esse apoio, quando esteve chefiando a representação do movimento em Argel, a partir de dezembro de 1966. Faz questão de assinalar o fato de que ao final de um curso que agrupara cerca de uma centena de quadros angolanos, que posteriormente ingressariam na Frente Leste, o governo argelino pôs à disposição do movimento um avião para levá-los a Dar-es-Salaam, tendo doado ainda dois uniformes completos de campanha para cada um (Entrevista com Paulo Jorge, Luanda, 23 de outubro de 1997). Segundo Marcum, em 1968, a ajuda total da Argélia ao MPLA em armamentos atingiu aproximadamente 300 mil dólares (MARCUM, 1978, p. 227).

Pelo lado cubano, após a participação na formação militar de muitos quadros do MPLA em Brazzaville, o auxílio muda de endereço. Já em 1966, mas fundamentalmente a partir de 1967, o apoio ao movimento se concentra na formação de quadros angolanos em solo cubano (Entrevista com Lúcio Lara, Luanda, 14 de fevereiro de 1995). A alteração era consequência do retorno à ilha de muitos dos militares que auxiliavam o Exército do Congo-Brazzaville e de uma nova postura do regime de Fidel Castro após a I Conferência Tricontinental.

Por essa época, estava acirrada a confrontação política entre a China e a União Soviética, em luta por espaço de atuação no Terceiro Mundo. A disputa levantava argumentos de ordem ideológica, quanto à caracterização do “verdadeiro socialismo”, e estratégica, acerca de como se deveriam realizar as diferentes lutas revolucionárias espalhadas pelo globo. Uma das conseqüências seria a polarização de alianças e apoios, o que acarretaria, em muitos casos, na divisão cerrada de países, partidos e movimentos de libertação. Fruto desse embate foi o adiamento, por diversas vezes, da Segunda Conferência dos Estados Africanos e Asiáticos, aquela que seria a “segunda Bandung”. A China pretendia afastar da conferência a União Soviética, com o argumento de que ela era muito mais uma potência européia do que asiática. A Indonésia, por sua vez, lutava pelo afastamento da Malásia (LENTIN, 1977, p. 51-3). Tal confronto nos bastidores da política internacional, ao mesmo tempo que ameaçava a I Conferência Tricontinental, proporcionaria a Fidel Castro, seu patrocinador, a possibilidade de atuar como intermediador, fazendo com que aumentasse o reconhecimento de Cuba no campo socialista.

Ocorrida em Havana, entre os dias 3 e 15 de janeiro de 1966, a I Conferência Tricontinental reuniria mais de 500 delegados de aproximadamente 82 países, além de observadores de organizações internacionais, organismos de solidariedade dos países socialistas e jornalistas estrangeiros (SANTOS, 1968, p.

110-9). A discussão entre os dois gigantes socialistas marcaria toda a conferência, mas, ainda assim, os comitês de solidariedade dos povos dos três continentes foram exortados a aumentar o seu auxílio ao MPLA. É a partir desse contexto que Cuba adquire maior importância como local de instrução dos quadros do MPLA. Marcum afirma que, já em outubro de 1966, o movimento enviava 90 recrutas para Cuba para sete meses de treinamento militar. (MARCUM, 1978, p. 225).

O novo formato desse apoio pode ser observado no relato, uma vez mais, de Paulo Jorge. A partir de março de 1968, após deixar a Argélia, ele se estabeleceria em Cuba como representante da CONCP e do próprio MPLA no secretariado executivo da Organização de Solidariedade dos Povos de África, Ásia e América Latina (OSPAAAL), criada na I Conferência Tricontinental e que consistia numa reformulação da antiga Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos (OSPAA), agregando agora os latino-americanos. Seu trabalho era difundir a luta das colônias portuguesas e atuar na revista *Tricontinental*, além, é claro, da tarefa de representação do MPLA, o que lhe colocaria em contato com os estudantes e os militares em formação e lhe permitiria,

“durante esse período de um ano e meio, fazer também uma certa preparação militar e até uma certa preparação de luta clandestina, que [se] chamou ‘organização insurrecional urbana’, quer dizer, guerrilha urbana. (...) Eu e outros camaradas fizemos esse curso. (...) Quando estou lá como representante, também estou mandatado para ter relações pelo MPLA com o Partido

Comunista de Cuba e é a partir daí que aparece um grupo que é preparado e aparecem outros grupos também a serem preparados. Mas há um primeiro grupo que, aliás, já estava quando eu chego lá. Estavam a formarem-se na universidade o camarada N'dalu, nosso embaixador em Washington, o general José Matos, o falecido Saydi Mingas, o camarada Henrique Santos 'Onambwe'. Era o grupo que estava a fazer a sua preparação académica e que depois acabaram por fazer a preparação militar (...) [e] esse curso de insurreição fizemos juntos. (...) Estive até 1969. [quando] então fui chamado para ir para a Frente Norte, para a 2ª Região." (Entrevista com Paulo Jorge, Luanda, 23 de outubro de 1997).

Nesse mesmo período, outro aliado do MPLA que atuava na formação de seus quadros era a Coreia do Norte, que já em 1967 formava comandos militares do movimento em técnicas de guerrilha e treinamento com diversificado material militar. Ruy de Castro Lopo, que entrevistamos em Luanda (19 de outubro de 1997), relata que partiu para a Coreia do Norte em 1968, a fim de realizar o curso de oficiais superiores, o que duraria 12 meses. Depois dessa formação, ingressaria na Frente Norte, na 2ª Região, em 1969, para reforçar a luta em Cabinda. Mário Afonso,³ outro de nossos entrevistados (Luanda, 10 de fevereiro de 1995), também realizou curso de formação militar na Coreia do Norte em 1970 e a partir do ano seguinte ingressou na Frente Leste. Como era médico, inscreve-se no Serviço de Assistência Médica Militar (SAM), que meses mais tarde ficaria sob a sua direção.

³ Atualmente é deputado da Assembleia Legislativa em Angola, pelo MPLA. Ainda antes da agudização da dissidência de Viriato da Cruz, Mário Afonso rumara para a Argélia, afastando-se do movimento e de

Zâmbia, China e Novas Possibilidades

Muitos dos relatos consultados – quer sejam de guerrilheiros ou de dirigentes – mencionam brevemente a travessia entre Dar-es-Salaam e Lusaka. Todavia, essa tarefa implicava uma importante operação logística, envolvendo homens e recursos materiais, além, é claro, complicações de ordem política, dadas as delicadas relações existentes entre os países da região. Vale lembrar que a Zâmbia não tem saída para o mar, o que dificultava o deslocamento de homens e armas do MPLA, que tinham que aportar em Dar-es-Salaam e percorrer aproximadamente três mil quilômetros até a fronteira zambiana com Angola. Daniel Chipenda (Entrevista a ANTUNES, 1995, p. 850)⁴ ressalta que o movimento não pôde, de início, abrir verdadeiras bases na Zâmbia, mas apenas instalações de passagem, pois o país anfitrião temia o rompimento de suas relações com Portugal, inviabilizando o acesso aos corredores ferroviários existentes em Angola e Moçambique e, conseqüentemente, ao mar.

Quando da condenação, pelo conselho de segurança das Nações Unidas, da Rodésia, de minoria branca, e com a aprovação de sanções comerciais contra o

seus confrontos internos. Sua reintegração começa com sua aproximação da representação do MPLA em Argel (Entrevista com Mário Afonso, Luanda, 10 de fevereiro de 1995).

⁴ Jorge Risquet, comandante cubano que apoiou o MPLA em Brazzaville, entre 1965 e 1967, e que posteriormente voltaria a fazê-lo em 1975, afirma que líderes do movimento angolano lhe contaram que a travessia de armas pela Zâmbia era controlada pelo Exército desse país, que subtraía grande parte do armamento até que fosse efetuada a entrega às bases do MPLA. Ainda segundo Jorge Risquet, o apoio cubano ao MPLA não permaneceu na Frente Leste porque a Zâmbia não se interessou por tal (Entrevista de Jorge Risquet a JAIME e BARBER, 1999, p. 338). A questão do desaparecimento de armas destinadas

governo de Ian Smith, atingindo em cheio o fluxo comercial da Zâmbia. o presidente Kenneth Kaunda, que sempre manteve bons contatos com as autoridades portuguesas, não teve alternativa a não ser pedir facilidades de trânsito a Portugal, que as concedeu. O comportamento do governo português era balizado pelo direito internacional, que prevê o acesso ao mar dos países sem litoral. Com tal gesto, Portugal pretendia aliviar a pressão internacional sobre Salazar, principalmente na ONU, onde os países africanos, asiáticos e os socialistas clamavam pelo fim do colonialismo. Portugal, no entanto, na mesma ocasião, furaria o bloqueio à Rodésia através de Moçambique.

É esse fato – de a Zâmbia não possuir acesso marítimo para escoar sua produção de minérios, principal atividade econômica do país, e para receber os produtos importados de que necessitava – que marcaria a relação desse país com todos os movimentos de libertação das colônias portuguesas – FNLA, MPLA e Unita, no caso angolano, e Frelimo, em relação a Moçambique. A Zâmbia necessitava assegurar o acesso ao porto do Lobito, em Angola, e da Beira, em Moçambique. Assim, seu apoio a tais movimentos era condicionado ao compromisso de eles não atacarem as ferrovias controladas por Portugal em seus territórios coloniais. Silva Cunha (em entrevista a ANTUNES, 1995, p. 337), à época ministro do Ultramar, admite que as relações entre Portugal e a Zâmbia eram boas “porque a Zâmbia precisava” dos portugueses. Segundo ele, nesse

ao MPLA surgiu em algumas conversas informais que tivemos com membros do movimento, mas não

período, o tráfego ferroviário para a Zâmbia, a partir de Angola, fora fechado por três vezes em consequência de ataques feitos ao próprio Caminho de Ferro de Benguela (CFB) por guerrilheiros da Unita. O corte nunca teria sido superior a 25 dias.⁵

Outra alternativa para superar o problema da Zâmbia só começa a ser vislumbrada no início dos anos 70, com a construção da ferrovia que ligaria o país à Tanzânia, a famosa TanZam. Esse grande empreendimento confirmaria ainda a presença de um outro apoio aos movimentos de libertação na região: a China.

Depois da fundação da República Unida da Tanzânia, em 1964, a aproximação do governo de Julius Nyerere com os chineses se acelera. Em 1965, ocorre troca de visitas entre o presidente tanzaniano e o primeiro-ministro Chu En-Lai. Em 1968, nova visita de Nyerere à China. O auxílio do governo chinês à Tanzânia cresce com o passar dos anos e se diversifica, com a implementação de projetos de desenvolvimento rural, construção de estradas e assistência médica. Finalmente, em 1970, a grande obra: a China assume a responsabilidade pela construção da ferrovia que ligaria a Tanzânia à Zâmbia, um projeto de cerca de

nos foi possível confirmar sua ocorrência e, sendo assim, muito menos o seu alcance.

⁵ Rui Patrício, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal entre 1970 e 1974, em entrevista sobre o tema (ANTUNES, 1995, p. 1044), afirma que Kaunda cedeu às pressões dos movimentos e deixou de os controlar. Isso teria provocado um bloqueio ao Caminho de Ferro de Benguela. Mas, ainda segundo seu relato, o governo português acabou por dividir-se e o tráfego voltou a funcionar, minando a idéia de amedrontar Kenneth Kaunda.

400 milhões de dólares, que envolveria numa primeira fase 4.500 técnicos chineses. Os 1.680 km de ferrovia, no entanto, só estariam finalizados em 1975 e, mesmo assim, dificuldades técnicas no porto de Dar-es-Salaam impediriam durante algum tempo de transformar-se numa alternativa viável para a Zâmbia (GRACE e LAFFIN, 1991, p. 338).

A assistência econômica e técnica da China à Tanzânia seria acompanhada, desde cedo, da assistência militar. Em finais dos anos 60, esse apoio atinge um novo patamar, depois de a Tanzânia ter-se transformado em um grande celeiro para os movimentos de libertação atuantes na África Austral. A OUA, reconhecendo esse papel, concentra sua ajuda aos movimentos de libertação nos campos de treinamento construídos na Tanzânia. É assim que muitos cursos técnicos e militares passam a abrigar militantes de diferentes movimentos, como o ANC, a Frelimo, o MPLA, a Swapo e a Zapu. E a China desempenharia um importante papel em toda essa atividade, cedendo instrutores, equipamentos e armamento. Em meados dos anos 70 estavam instalados na Tanzânia cerca de 20 mil chineses.

O apoio chinês também se faria sentir na Zâmbia e o MPLA seria levado a uma reaproximação, até porque a presença chinesa se irradiaria para outro aliado fundamental do movimento: o Congo-Brazzaville. As relações entre o Congo-Brazzaville e a China eram desde 1964 cordiais, mas a aproximação entre os dois

países se acentuaria após a derrubada do governo de Massemba-Debat. em julho de 1968, e a instalação do governo comandado por Marien Ngouabi.

Apesar da presença dos gigantes socialistas e da pressão dos demais países africanos para que a Zâmbia ampliasse ao máximo sua ajuda aos movimentos de libertação das colônias portuguesas. Kenneth Kaunda continuaria a manter um canal aberto com as autoridades de Portugal. E não poderia ser de outra maneira, já que toda a economia zambiana estava presa a interesses capitalistas consolidados na Rodésia e sobretudo na África do Sul e seu comércio externo dependia das ferrovias sob controle português. Entre 1969 e 1972, o governo de Lusaka tentaria por diversas vezes uma aproximação com os portugueses e sul-africanos. Para os movimentos de libertação e os demais países africanos, a justificativa apresentada era a de buscar abrir um canal que pudesse propiciar a negociação entre os movimentos e os governos português, rodesiano e sul-africano. Por outro lado, esse tipo de atuação possibilitava à Zâmbia ter suas vias de acesso a tais governos e com isso evitar retaliações desastrosas para sua economia. Um equilíbrio delicado numa área complexa do continente.⁶

O MPLA, por sua vez, não ficaria indiferente a essa presença chinesa na região. Segundo Lúcio Lara (Entrevista em Luanda, 7 de fevereiro de 1995), em

⁶ Por diversas vezes, Kenneth Kaunda teria enviado Mark Chona, um de seus principais assessores, para tentar convencer as autoridades portuguesas quanto à viabilidade de uma saída negociada (Entrevista de Mark Chona a ANTUNES, 1995, p 617-622).

novembro de 1970, Agostinho Neto visita a China e a reaproximação se inicia. Ainda durante sua estadia em Pequim, Agostinho Neto acerta a reentrada no MPLA de Gentil Viana, que tinha se afastado em meados dos anos 60, quando fora estudar na China e acabaria permanecendo por lá trabalhando como tradutor das obras de Mao Tsé-Tung. Seu reingresso no MPLA, no início dos anos 70, seria de grande importância para a história do movimento, como veremos adiante.

Em 1971, os contatos entre o MPLA e o governo chinês estendem-se às mais diversas instâncias. A direção do movimento argumentava que a distância surgida entre ambos era culpa da influência de Viriato da Cruz sobre o governo de Pequim. Viriato havia se instalado na capital chinesa após a dissidência no MPLA e o fracasso de sua transferência para a FNLA. Todavia, o forte peso exercido pela lógica excludente que dominava as relações entre a União Soviética e a China, não permitindo muitas alternativas, era evidente, o que seria comprovado anos depois, na véspera da independência angolana, quando os dois gigantes socialistas escolheram parceiros diferentes.

A reaproximação com a China precisa, portanto, ser analisada tendo em conta o estreito relacionamento do MPLA com os soviéticos e, sendo assim, devemos considerar três fatores fundamentais para entender esse novo apoio. Em primeiro lugar, a presença chinesa na Tanzânia e na Zâmbia, onde estavam as

bases de auxílio para a principal frente de luta do MPLA, com total reconhecimento da OUA, fato que a União Soviética não poderia desconsiderar. Em segundo, uma certa desaceleração nas animosidades entre chineses e soviéticos, que em 1971 normalizariam as relações diplomáticas. E, por último, a importância do apoio soviético ao MPLA, o que era praticamente impossível de ser superado pela China. Estimava-se que em 1971 cerca de 70% a 80% das armas que a organização recebia provinham da União Soviética e seus aliados do leste europeu. O Departamento de Estado dos Estados Unidos, em análises posteriores, consideraram que até 1973 essa assistência teria alcançado a cifra de 63 milhões de dólares, sem contabilizar os cursos de formação (MARCUM, 1978, p. 229). Somente a simultaneidade desses fatores nos permite entender o contexto em que se registra tal aproximação.

A partir de 1971, o declarado apoio chinês ao MPLA se faria presente através de armamentos e demais equipamentos militares, mas, sobretudo, sob a forma de treinamento militar. Na verdade, esse tipo de auxílio já ocorria desde finais de 1970, quando os primeiros quadros do MPLA foram treinados por instrutores chineses em Iringa, na Tanzânia, que servia de base também para outros movimentos de libertação na África Austral. Um desses militares do MPLA, João Arnaldo Saraiva de Carvalho, o "Tetembua", capturado pela tropa portuguesa no norte do Rio Kasai, em 16 de janeiro de 1972, informa em seu interrogatório que desertara do Exército português em 1968, quando então

contata o MPLA. Chega a Lusaka em 1970 e em outubro desse ano parte para Iringa, onde faria o curso de comandante, que durou seis meses. Nesse campo, segundo seu depoimento, existiam 15 instrutores chineses, que davam aulas sobre a história do movimento comunista internacional, a revolução chinesa e a aplicabilidade de tais ensinamentos aos problemas africanos a cerca de 200 homens do MPLA (IAN/TT, PIDE/DGS, SC-CI (2) – DSI – 2. DIV., NP 7940, Pasta 9, fls. 9-37).

Encontramos informações mais detalhadas sobre esse campo de treinamento militar na entrevista que realizei com Daniel dos Santos. Ele nos contou que em 1970 desertou do Exército português e foi ao encontro do MPLA.⁷ Em 1971, chegou à Zâmbia e em finais desse mesmo ano foi transferido para a Tanzânia, onde faria parte de um grupo de articulação do movimento com os instrutores chineses. De acordo com seu relato, o campo se chamava Ngagao, ficava em Iringa, na região montanhosa do centro da Tanzânia, e estava dividido em três setores. Numa área, ficavam os homens do MPLA, então com cerca de 250 indivíduos. Na outra extremidade, os militantes da Zanu (Zimbabwe African National Union), de Robert Mugabe, hoje presidente do Zimbabwe, mas à época ainda lutando contra o governo de minoria branca da Rodésia. Vale dizer que, na

⁷ Daniel dos Santos hoje é professor na Universidade de Ottawa, no Canadá, onde leciona criminologia. Quanto à sua fuga de Portugal, afirmou que entrou em contato com antigos defensores da causa angolana, como a médica Julieta Gandra e o velho militante Ilídio Machado – que, após a prisão de finais dos anos 50, passaria a residir em Lisboa –, mas acabaria sendo apoiado por jovens da extrema esquerda: “Eles eram próximos da UDP [União Democrática Popular], mas nenhum deles era filiado.” Passou pela Suíça,

complexa rede de alianças entre os movimentos de libertação na África Austral, o MPLA não mantinha relações com a Zanu, mas sim com a Zapu (Zimbabwe African People's Union), de Joshua Nkomo,⁸ também aliado dos soviéticos. O último setor era o dos chineses, que treinava a ambos.

Segundo Daniel dos Santos, que, posteriormente à entrevista, nos forneceu cópias de documentos sobre o estágio militar na Tanzânia, a logística do MPLA era compartilhada com o Exército tanzaniano. O grupo tinha ainda a sua subdivisão. Aproximadamente 30 desses militares realizavam um curso especial de formação de oficiais, os chamados comandantes, tal como acontecera com o grupo anterior, de que participara Tetembua. Esse curso específico, que Daniel dos Santos também frequentaria, teve início em 14 de janeiro de 1972 e durou 50 dias úteis. Dos ensinamentos constavam utilização de equipamentos de apoio, princípios de estratégia e tática, elaboração e leitura de documentos militares, manejo de armas diversas e variações de ataque e defesa.

Cabe ressaltar que também a Pide estava informada da retomada dos contatos e do envio de militantes do MPLA para cursos militares na China e na Tanzânia. Mais do que isso, a Pide buscava manter atualizados os registros de

Argélia e por Roma, onde se encontravam representantes do MPLA, até que finalmente chegou à Zâmbia (Entrevista com Daniel dos Santos, Rio de Janeiro, 11, 12 e 22 de novembro de 2000).

⁸ Nkomo foi líder sindical e criou várias organizações de luta anticolonial. Em dezembro de 1961, está entre os fundadores da Zapu. Ficaria detido por 11 anos, de 1963 até 1974. Após a sua libertação, associa seu movimento à Zanu, de Robert Mugabe, criando a Frente Patriótica. Após a independência do Zimbábue, em 1980, assume diferentes pastas ministeriais.

todos os locais de estágio militar utilizados pelo movimento, incluindo os nomes dos guerrilheiros, o tipo de treinamento e o período em que fora realizado o curso. O mapeamento dessas atividades era feito com base nas informações obtidas nos interrogatórios dos presos políticos e nas investigações de seus agentes e dos informantes. Não foi possível conferir todos os nomes desses registros, mas muito deles realmente realizaram tais cursos. Como exemplo, podemos destacar, pelo seu detalhamento, o relatório de 28 de agosto de 1972, que apresenta os nomes dos que realizaram cursos militares em 1971 na Alemanha Oriental, Bulgária, China, Congo-Brazzaville, Coreia do Norte, Cuba, Hungria, Romênia, Tanzânia e União Soviética. Nesse relatório, a Pide acrescentou também uns poucos cursos não-militares (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Subdelegação de Malange, NT 9088, Pasta 3, fls. 317-9).

Formação Diferenciada

É importante ressaltar que os diferentes locais de treinamento traduziam-se em posturas também diferenciadas quanto à concepção de luta, principalmente no que se refere às cartilhas guerrilheiras da União Soviética e da China. Ainda que de forma muito superficial, existia a compreensão de que a estratégia dos soviéticos orientava para a construção de um aparelho político forte capaz de organizar e promover a propaganda, mobilizando as massas e obtendo o apoio externo de forma segura. Somente com tal preparação é que deveria ser lançada a

luta armada. Por outro lado, a idéia-força dos chineses era a da irreversibilidade de uma guerra popular, ela própria fermento para o crescimento das forças revolucionárias. Para isso, o primeiro passo era mobilizar a massa camponesa, o que permitiria sustentar tal esforço sem a dependência do apoio externo.

Mas esses não eram os únicos projetos de luta revolucionária à época. A luta cubana também era um modelo que atraía muitas simpatias. Nesse caso, a estratégia apontava para operações militares, mais do que políticas, para, a partir dessa demonstração de força, começar a mobilização popular pelos camponeses. O “foquismo” de Che Guevara era uma opção que levantava discussão não só entre os militares, mas também entre os demais militantes do MPLA.

Todavia, nos anos iniciais da Frente Leste, as referências de estratégia militar em disputa não parecem ter se transformado num problema de maior gravidade dentro do MPLA. A guerrilha atuava numa região em que as possibilidades não eram muitas, como veremos, e, portanto, os embates em relação às diferentes formas de encaminhamento da luta não ganhavam consistência, dadas as limitações concretas do terreno. Somemos a isso a intransigência da direção em absorver tal discussão. Alguns jovens ainda tentariam avançar com o debate em fins dos anos 60, principalmente em relação à região norte de Angola, mas não obteriam espaço no movimento para tanto. Em contrapartida, a divergência de opiniões sobre estratégia militar se acentuaria

quando o MPLA passou a defrontar uma nova crise militar. Nesse momento, as divergências estratégicas se associariam a disputas políticas (mas isso será visto em detalhes quando tratarmos das dissidências dos anos 70).

Ainda com referência às alianças tecidas por soviéticos e chineses na África Austral, vale referir o quadro elaborado por John Marcum (MARCUM, 1972, p. 267-8). Nele se estabelece um paralelo entre esses apoios e as configurações dos movimentos de libertação. Sua análise sugere que a União Soviética apoiaria os movimentos com lideranças mais instruídas, multirraciais, com elites urbanizadas e com alguma iniciação na ideologia marxista-leninista. Cita como exemplos a Frelimo, o MPLA, o PAIGC, o ANC, a Zapu e a Swapo, que mantinham alianças também com movimentos e partidos de orientação comunista ou progressista nos países capitalistas. Os chineses, por outro lado, alinhavam-se a movimentos com outras características, mais unirraciais (ou não-brancos), menos educados (exceto os principais líderes) e mais próximos do campesinato africano, como o Coremo (Comitê Revolucionário de Moçambique), a Unita, a Zanu, o PAC (Pan-Africanist Congress, da África do Sul) e a Swanu (South West Africa National Union, da Namíbia).

O quadro traçado por Marcum se manteria por vários anos. Seu esforço em observar as imbricações regionais, para além das relações diretas dos movimentos, indubitavelmente fornece uma perspectiva muito mais ampla das

redes de aliança na região. Todavia, a observação mais abrangente não deve ofuscar os casos de ruptura desse esquema. E isso foi o que acabamos de observar em relação ao apoio chinês ao MPLA, inicialmente ocorrido entre os anos de 1961 e 1965, quando então se manifesta o corte nessas relações, e a China passa a apoiar a Unita. Em 1970, escapando ao desenho das filiações traçado por Marcum, há o retorno da cooperação, que permaneceria até fins de 1973. Nesse momento, a lógica sugerida por Marcum volta ao seu rumo e a China passa a apoiar não mais o MPLA, ou até mesmo a Unita, mas sim a FNLA, que também se encaixava perfeitamente no esquema proposto.

O que importa, portanto, é salientar o cuidado com essa perspectiva mais abrangente, conjugando os diferentes movimentos da região e seus apoios, pois as alianças não seguiram sempre traçados lineares. Por último, caberia dizer que, em relação a quase todos os movimentos de libertação da região austral da África, os apoios financeiros e militares obtidos internacionalmente, apesar de fundamentais nas respectivas lutas, ajudaram ao mesmo tempo a aprofundar a divisão ou, pelo menos, a dificultar a unificação entre eles. As oposições de seus aliados acompanhavam os auxílios prestados.

Outros Tipos de Apoio

Pelo lado da Europa Ocidental, a exceção aos bons ofícios com o governo português era, sobretudo, dos países escandinavos, que não só criticaram a falta de flexibilidade portuguesa, como apoiaram os movimentos de libertação política e financeiramente, principalmente nas atividades de assistência médica e educacional. O MPLA foi, quase exclusivamente, o beneficiário angolano dessa ajuda. Segundo Marcum, em 1972, a Suécia repassou ao movimento aproximadamente 433 mil dólares. Fora da esfera governamental, é preciso lembrar a criação, em vários países europeus, de comitês de apoio aos movimentos de libertação. Em alguns, como a Holanda, por exemplo, conseguiram diminuir a importação do café angolano de 30% para 2% do café importado pelo país. Um outro tipo de apoio bem mais silencioso e de alcance muito limitado veio dos meios universitários dos Estados Unidos, que divulgavam o nome do MPLA e arrecadavam fundos para medicamentos e alimentos. Segundo Marcum, seu maior impacto ocorreu entre 1966 e 1970 (MARCUM, 1978, p. 231-9).

Os movimentos de libertação receberiam ainda apoios indiretos, mas de grande repercussão internacional, como seria o caso dos vetos à presença portuguesa em reuniões internacionais. O primeiro deles parece ter ocorrido em maio de 1965, quando o comitê executivo da Unesco negou a participação de Portugal na conferência internacional sobre educação pública. Em maio do ano seguinte, seria a vez da assembléia mundial sobre saúde suspender Portugal

como participante do comitê regional dessa organização para a África (MARTELLI, 1969a, p. 383). O MPLA, no entanto, também receberia apoio de agências internacionais da ONU, como a Unesco, a FAO e a OMS. A partir de finais dos anos 60, essas instituições autorizaram a elaboração de programas de assistência aos movimentos de libertação (PINTO, 1999a, p. 58).

Em 1º de julho de 1970, porém, um acontecimento de grande repercussão projetaria os principais movimentos de libertação das colônias portuguesas – a Frelimo, o MPLA e o PAIGC. A recepção do papa Paulo VI aos respectivos líderes desses movimentos – Marcelino dos Santos, Agostinho Neto e Amílcar Cabral – no Vaticano. Essa aproximação fora feita pelos movimentos no ano anterior, quando enviaram uma carta à conferência episcopal reunida em Kampala, Uganda, que contara com a presença do papa. A Igreja Católica, antiga parceira do governo português na “missão civilizadora” na África, argumentaria que o sumo pontífice os recebera na condição de representante da Santa Sé, ou seja, da face espiritual da instituição, e que isso não feria os fortes laços existentes entre o Vaticano e o Estado português. Desculpas à parte, os movimentos conseguem espaço na mídia e o governo português se vê obrigado a responder ao aumento da pressão nos diferentes fóruns internacionais (BITTENCOURT, 1990, p. 85-7).

Por outro lado, esse mesmo governo preserva o apoio dos principais países da Europa Ocidental, que continuam negociando com Portugal e incrementando o turismo, uma receita cada vez mais importante aos seus cofres. Além disso, são mantidas, sem maiores dificuldades, as relações militares, sob o escudo da Oian. Nos Estados Unidos, a eleição de Nixon, em 1968, e conseqüentemente o início da era Kissinger na política externa norte-americana, favorece ainda mais as relações com o regime português. Apesar das disputas internas no governo Nixon, o apoio aos governos coloniais e racistas da África Austral seria inquestionável e se consolidaria na chamada opção "Tar Baby". A partir de então, os norte-americanos aprovaram mais facilmente a liberação de ajuda militar à Portugal, aumentando a venda de caminhões, jipes, helicópteros e herbicidas para Portugal. A estratégia de Kissinger previa o aumento da comunicação com e do apoio, mais do que qualquer tipo de confrontação, aos regimes brancos da área – ainda que o apoio financeiro à FNLA de Holden Roberto fosse mantido (ANTUNES, 1992, p. 66, 110 e 126).

É nesse contexto que se renova o acordo, em dezembro de 1971, sobre o uso da base dos Açores pelos Estados Unidos. A negociação renderia a Portugal novas facilidades de acesso ao crédito, não obstante os avanços tecnológicos na área militar e dos transportes parecessem indicar que a base portuguesa não era mais um fator imprescindível e que os Estados Unidos haviam valorizado além da conta o acordo com os portugueses. Contudo, a guerra do Yom Kippur

mudaria tal perspectiva, pois o arquipélago dos Açores demonstrou ser fundamental como base de reabastecimento para o socorro dos norte-americanos a Israel em outubro de 1973 (HOBSBAWM, 1997, p. 241-2), ainda que, para utilizá-la com tal propósito, Kissinger tenha feito um ultimato a Portugal (ANTUNES, 1992, p. 271-80). Concomitantemente, o interesse norte-americano em Angola também crescia. Em 1973, o investimento dos Estados Unidos na colônia, somente em petróleo, em decorrência da guerra árabe-israelense, alcançou os 400 milhões de dólares (MARCUM, 1978, p. 234-7).

Dessa forma, Portugal sentia-se confortável na esfera das relações diretas com os seus principais parceiros internacionais e seguro militarmente quanto ao apoio da Otan. Seu receio residia nos fóruns internacionais mais alargados, mas, ainda assim, podia contar com o voto de antigos aliados, como o Brasil.

No plano interno, após os problemas de saúde de Salazar, Marcelo Caetano assume como primeiro-ministro em 27 de setembro de 1968. A tênue esperança de novos rumos que essa mudança suscitou em parte da esquerda portuguesa e dos movimentos de libertação, logo seria ultrapassada. Nem mesmo o receio de distúrbios mais graves se concretizaram. Dada a situação em que se encontrava o país, enfrentando três frentes de batalha na África, é possível afirmar que a transição decorreu sem sobressaltos. Em abril do ano seguinte, a viagem do primeiro-ministro pelos territórios africanos em guerra – Angola, Guiné-Bissau e

Moçambique – era a demonstração final de que a postura inflexível do governo português seria mantida. A guerra iria continuar.

A Ofensiva Militar do MPLA

O leste do território angolano compreendia os distritos da Lunda, Moxico e Cuando Cubango (estes dois últimos também conhecidos como “terras do fim do mundo”). No período colonial, o Moxico e o Cuando Cubango possuíam, e atualmente não é muito diferente, as densidades populacionais mais baixas de toda Angola, semelhante apenas ao distrito de Moçâmedes,⁹ mais ao sul do território, na fronteira com a Namíbia. De acordo com as informações estatísticas oficiais disponíveis em 1960, o número de habitantes por quilômetro quadrado alcançava 1,47 na Lunda, 1,33 no Moxico e 0,59 no Cuando Cubango, enquanto em Luanda e no Huambo chegava respectivamente a 10,26 e 19,48. O descaso da administração colonial com a região era enorme. Os dados de ordem econômica das principais cidades da área, de tão insignificantes, sequer aparecem nas informações estatísticas oficiais. A agricultura de subsistência era a regra.

O isolamento das populações desses distritos era inevitável. Poucos eram os contatos com a realidade do planalto central da colônia e menos ainda com o litoral, as zonas mais populosas e urbanizadas. Tal situação reforçava os laços

⁹ No pós-independência, passou a chamar-se Namibe.

étnicos e regionais, ao mesmo tempo que dificultava o surgimento de indivíduos com uma educação formal mínima e com experiência de vida fora da sua região. Fato importante para os movimentos de libertação, tendo em vista sua tarefa de contactar a população para, num segundo momento, buscar sua adesão.

Apesar das dificuldades, o MPLA consegue penetrar na região, contando com a colaboração de indivíduos de diferentes grupos etnolingüísticos, com destaque para os *tchokwe* e *ganguela*. Como no restante do território, essas designações mais abrangentes encobriam grupos étnicos menores. Estes, em função das condicionantes de ordem histórica, regional, militar e até mesmo comercial, foram mais ou menos suscetíveis à aproximação dos movimentos de libertação. No caso do MPLA, entre os *tchokwe* a receptividade dos quiocos foi grande, enquanto nos *ganguela* se destacariam os lunchazes, bundas e luenas.

Os poucos indivíduos com alguma formação educacional, obtida através dos seminários católicos e das escolas rurais, constituiriam o primeiro alvo a ser recrutado pelo MPLA (MABEKO TALI, 1996, p. 94). Mesmo assim, a escassez de pessoas com um mínimo de conscientização do fenômeno colonial além das fronteiras da sua região, de como ele se processava e do enfrentamento que se fazia necessário e presente resultaria na utilização, em larga escala, de militantes recrutados e formados na 2ª Região. Contribuiriam ainda para essa migração os entraves existentes à expansão militar no norte da colônia, o avanço da guerrilha

no leste e o investimento militar realizado pelo MPLA, o que implicava uma preparação adequada.

A experiência no movimento, a formação militar, muito mais do que a prática de combate – já que as demais frentes, como vimos, não se expandiram na proporção esperada –, e a necessidade de organização fizeram com que os militantes chegados da região norte assumissem os principais postos de comando na Frente Leste. Logo, estes passariam a ser identificados pelos habitantes da região como *kamundongo* ou *kambokoyo*, ou seja, “aqueles que vieram do Norte”, os nortistas (MABEKO TALI, 1996, p. 96). Futuramente, como seria de prever, essa migração, mas sobretudo, o fato de os postos hierarquicamente superiores do movimento ficarem, na sua maioria, sob controle desses indivíduos oriundos do norte da colônia, geraria sérios problemas internos no MPLA.

Do ponto de vista militar, a ofensiva do MPLA ganha maior fôlego a partir de 1967, quando diferentes destacamentos do movimento são infiltrados através da zona do Cazombo, uma área que no mapa angolano se assemelha a um retângulo que se pronuncia sobre o território zambiano. Os grupos não eram muito grandes, em alguns casos com cerca de sete guerrilheiros. A atuação se pautava em ataques a postos de controle militar e administrativo, com poucas mortes e o máximo de apreensão de armas. O pequeno número de colonos na

região era responsável pela quase inexistência de confronto direto entre estes e os guerrilheiros.

Após uma resistência imediata da tropa portuguesa ao longo do Rio Luena, as forças do MPLA continuaram a avançar. Outros grupos do movimento se aproximam do Rio Kasai, mais ao norte dessa região inicial, e se esquivam a um confronto mais direto na cidade do Luso, atual Luena. Esse trajeto seguido pelos guerrilheiros permitiria a eles o contato com os trabalhadores do Caminho de Ferro de Benguela (CFB), em grande parte *ovimbundu*. Não só o nome do movimento e a sua ação se expandiam através dos trilhos, como o recrutamento de indivíduos desse grupo etnolingüístico também sairia fortalecido. Ao longo de 1967 e 1968, o MPLA avança para o interior, instalando algumas centenas de guerrilheiros nas áreas de Lumege e Chafinda, na parte mais ao norte do Rio Kasai.

Depois desse início promissor, a investida no norte do Kasai permanece e, já na Lunda, asseguraria a base do Chissombo. O movimento cria então a 4ª Região Político-Militar, que compreendia os distritos da Lunda e Malange, enquanto a 3ª Região abarcava os distritos do Moxico e do Cuando Cubango. A 4ª Região seria o trampolim para que no futuro o movimento pudesse ligar a Frente Leste à 1ª Região Político-Militar (norte de Angola), um plano audacioso

e de difícil execução, dada a distância, os obstáculos naturais, a presença do inimigo e o desconhecimento do que poderiam enfrentar.

A ligação da Frente Leste à 1ª Região Político-Militar foi tentada pela coluna Benedito. Essa coluna foi formada, com esse objetivo, por antigos membros da coluna Bomboko, a mesma que, como vimos, tentara, sem sucesso, alcançar a 1ª Região em 1967, através do Congo-Léopoldville.

A Pide montou uma grande operação contra essa coluna, na qual apreendeu alguns documentos da direção do MPLA, entre os quais, as orientações que os guerrilheiros deveriam seguir e seus objetivos. Segundo os documentos, a idéia-força era fazer chegar um grupo à 1ª Região e “assim estabelecer um corredor de reabastecimento”. No caminho, porém, a retaguarda seria a 4ª Região, ainda que sua rota de fuga passasse ao sul do Rio Kasai. Na busca por alcançar a 1ª Região, a coluna deveria criar zonas intermediárias, por meio do recrutamento da população local. Recomendava-se, para tanto, “evitar actuar em combate”, até ser feita a travessia do Rio Cuango. O confronto, de acordo com a direção, após a instalação das zonas intermediárias, poderia ser efetuado sem causar risco à linha de abastecimento da 1ª Região.

Essa documentação contendo orientações e objetivos, assinada por Daniel Chipenda, inicia-se em maio de 1969 e mostra o cuidado com que foi preparada a

ação. As últimas orientações eram muito precisas e frisavam que não se deveria cometer qualquer ação de sabotagem no Caminho de Ferro de Benguela, o que, como vimos, era condição para o apoio zambiano ao MPLA. A direção também recomendava que os combatentes evitassem atitudes de arrogância e tentassem sempre recrutar novos combatentes. Para isso, a coluna deveria ser bastante cuidadosa nas suas relações com a população, não contrariando as tradições populares, evitando as relações sexuais com mulheres já pretendidas e respeitando os chefes tradicionais. Os avisos parecem indicar que os comportamentos contrários eram possíveis por parte dos combatentes do MPLA (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Subdelegação de Malange, NT 9087, fls. 83-6). A coluna, como veremos mais à frente, será destruída, causando sérios transtornos ao movimento.

De acordo com o mapeamento proposto pelo MPLA, a 3ª, a 4ª e, em seguida, a 5ª Região Político-Militar, que correspondia aos distritos do Bié e Huambo, atingiam todo o leste e parte do centro-sul da colônia. No entanto, a ação dos grupos de guerrilha não se manteria por muito tempo nessas regiões em torno do Planalto Central angolano e, conseqüentemente, mais distantes da fronteira leste. A atuação mais efetiva do MPLA ocorreu no Moxico e em parte do Cuando Cubango. Sobre esse ponto, cabe enfatizar que a denominação "Região Político-Militar" é um recurso organizacional da estratégia guerrilheira do MPLA que, ao mesmo tempo, favorece a idéia de que o movimento atuava

militarmente e de forma constante em toda a extensão dessa região, o que estava muito longe de acontecer.

Mesmo assim, em princípios de 1969, o MPLA marcaria presença até o meridiano 18, atingindo os distritos do Bié, Cuando Cubango, Moxico, Lunda e Malange, ainda que, na maioria das vezes, sem conseguir consolidar seus acampamentos. Valendo-se de rápidos ataques, a atividade desenvolvida pelo MPLA era o principal problema para os militares portugueses. Foi essa a razão da contra-ofensiva de maior envergadura de Portugal, que redireciona suas tropas e começa já em 1969 a fazer recuar o avanço do MPLA. É nesse contexto que se passa o ataque à coluna Benedito, referido anteriormente (Entrevista de Oliveira Marques¹⁰ a ANTUNES, 1996, p. 996-1000). O movimento tentaria avançar também em direção ao sul, a partir da fronteira leste, penetrando para o centro do distrito do Cuando Cubango. Todavia, nessa área, além da perseguição imposta pelas tropas coloniais, seria preciso enfrentar a escassez de alimentos.

A ofensiva do MPLA no leste seria seguida da palavra de ordem dada pelo seu presidente, Agostinho Neto, no início de 1967, conclamando à “generalização da luta armada”. Neto, nesse discurso, ressalta a existência de três frentes de batalha: Cabinda, Cuanza Norte e Moxico e, por conta disso, defende a idéia de que o MPLA é o único movimento angolano a executar a luta

anticolonial no interior de Angola. Destaca ainda a importância da “politização das massas populares” como forma de expandir a luta (CARREIRA, 1996, Anexo 4, p. 205-11). Sem dúvida, o momento era favorável ao MPLA, principalmente quando comparado aos anos anteriores, para isso contribuindo a ampliação das alianças internacionais e o crescimento do movimento.

A expressão “generalização da luta armada”, no entanto, significava também a forma de luta escolhida pela direção do movimento, que, como referido anteriormente, não abriria espaço para uma discussão mais ampla sobre tal ponto. Iko Carreira, um dos principais comandantes militares do MPLA,¹⁰ alerta para o fato de que naquela conjuntura existiam diferentes opções de estratégia militar a serem adotadas, como a teoria do “núcleo”, de Che Guevara, e a do “cerco” das cidades pelo campo, de Mao Tsé-Tung. Todavia, de acordo com o próprio Iko Carreira – que certamente, pela proximidade com Agostinho Neto, pela sua posição na hierarquia do MPLA e como um dos líderes históricos do movimento não estaria isento de responsabilidade sobre tal decisão –, Neto seguiria a sua própria estratégia, inspirada no exemplo de Josip Broz Tito e sua “defesa popular generalizada”. Carreira, que atribui ao máximo a estratégia militar do movimento ao presidente do MPLA, admite porém, que a opção se aproximava mais de uma junção da estratégia chinesa com a do “núcleo”,

¹⁰ Oliveira Marques é um militar português que atuou, a partir desse mesmo ano de 1969, na repressão ao MPLA no leste de Angola.

¹¹ Iko Carreira faleceu em Madrid em 30 de maio de 2000.

defendida por Che. O resultado era a formação de grupos de guerrilheiros atuando em locais de difícil acesso para, a partir daí, desenvolverem ações e conscientizarem a população (CARREIRA, 1996, p. 95-96).

Os que discordavam da estratégia de atuação militar da direção questionavam o esforço despendido na concretização da luta em locais de baixa densidade populacional e que resultavam em operações pouco expressivas do ponto de vista militar e, principalmente, econômico, ainda que exigissem muitos recursos do movimento. O argumento era que a guerra colonial estava sendo paga do lado português com os recursos da própria colônia e que, portanto, era necessário causar prejuízos a essa economia. José Gonçalves, que afirmou ter atuado em finais dos anos 60 nas “franjas do MPLA, com bom relacionamento com um grupo, com muito mal com outro”, se insere nessa corrente:

“A crítica que nós fizemos era (...) dizer que uma guerrilha nas chanas do leste era uma loucura. Porque não tem população, e porque a geografia não favorece. E realmente perdemos gente muito importante aí. (...) O grupo a que eu estava ligado [entre 1966 e 1974, José Gonçalves esteve baseado em Dakar] (...) durante um certo tempo ganha o nome de Grupo Liberdade e Paz, por causa de um panfleto que distribuimos em Benguela, na altura de umas eleições (...). Nossa formulação era realmente de tipo foquista (...), mas era a teoria do foco não no sentido guevarista do termo, e nem mesmo do de Régis Debray. Porque esses iam para zonas muito recuadas e nós defendíamos a tese de que a guerra de Angola era paga pela economia de Angola e devia fazer a guerra onde havia economia de Angola. (...) Este debate o MPLA pegava muito mal, que a teoria do foco era muito mal vista, e nos condenavam como foquistas (...). Mas eu penso que teria dado não mais resultados, mas menos maus

resultados. (...) Era um foquismo que era o menos violento possível. Ai, digamos que o nosso fundamento de cristãos contava muito. (...) Tínhamos estudado métodos de atuação que, se houvesse população civil, até nem se fazia ação nenhuma de caráter militar. A gente conseguia parar vias de comunicação sem matar o chofer de caminhão. (...) Tudo isso era muito complicado para o tipo de raciocínio político que havia, na altura, dentro do MPLA. Quer dizer, estava muito marcado por concepções soviéticas." (Entrevista com José Gonçalves. Rio de Janeiro, 2 e 3 de julho de 1996).

Ressalte-se que, na documentação do MPLA e da Pide consultadas, essas opiniões pouco se fazem presente. Elas aparecem mais nos momentos de crise interna enfrentados pelo MPLA. Foi o caso da pressão exercida sobre dirigentes estabelecidos em Brazzaville por guerrilheiros que saem da 1ª Região e conseguem chegar ao Congo-Brazzaville. Seu compromisso com os que ficaram isolados na zona dos Dembos era o de mobilizar grupos de reforço à luta na região, que, após a chegada dos destacamentos Camilo Cienfuegos e Kami, voltaria a ficar isolada.

Ainda sobre esse tema, é interessante destacar o fato de que, apesar de discordante do posicionamento da direção em relação à forma de luta adotada, algumas das opiniões divergentes mantinham a preocupação de alcançar a 1ª Região, tirá-la do isolamento e fazê-la crescer, atuando nas áreas mais próximas à capital, Luanda, e conseqüentemente mais populosas. Ruy de Castro Lopo, comandante militar do MPLA na Frente Norte e que teve a sua idéia de alcançar

a 1ª Região pelo mar superada pelo projeto de abastecimento terrestre através da 3ª Região. atribui o posicionamento inflexível da direção a Agostinho Neto:

“O Neto tinha uma gestão autocrática (...). Ele tinha mania [de] que era militar, quando ele não percebia nada da arte militar. (...) A questão da 1ª Região é uma questão pra mim absurda (...). Tinham que ser militares a organizar aquilo. Abastecimento é uma operação militar, não é uma operação política. Eles definiram a estratégia do abastecimento da 1ª Região – se você olhar para o mapa de Angola, nem vai acreditar no que vou dizer – a partir do leste. Quer dizer, um homem vai andar mil quilômetros para abastecer o outro. Impossível. Era inconcebível essa operação. Tinha que falhar e falhou. Foram todos presos (...) Pelo mar era muito mais eficaz. (...) Eu estive a estudar a questão no aspecto técnico. Na altura, (...) o limite das águas [sob controle português] eram de 10 milhas. (...) a minha idéia era pôr um barco de pesca, [pois] nós tínhamos muitas lanchas dessas de borracha (...) [que] carregam 1.500 kg. A minha idéia era, com um grupo pequeno, levar o tal barco de pesca até a latitude, por exemplo, ali da zona do Ambriz, que está na 1ª Região, e numa noite fazemos o desembarque, com dois, três barcos daqueles com material para 50, 60 pessoas. (...) Até porque os portugueses não tinham radares costeiros (...) e, como havia muitos barcos de pesca aqui na zona, aquilo passava perfeitamente. Pensaram que aquilo era demasiado sofisticado. Que era melhor levar o armamento. (...) [Quanto à solução posta em prática de abastecimento pelo leste?] Eu não acredito nesse tipo de logística. Isso é bom pros chineses que tinham milhões de indivíduos, não pra nós (...) E mais, tem um aspecto sociológico importante. São povos completamente diferentes. Iam atravessar áreas que as pessoas não conheciam, nem sequer mapas tinham. O nosso camponês aqui conhece 50 quilômetros; daí pra frente já não conhece. Você tem que arranjar o tipo da outra área para continuar. Nos acontecia isso em Cabinda, que é uma zona tão pequena, quanto mais vir de Cazombo até Nambuanguo.” (Entrevista com Ruy de Castro Lopo, Luanda, 19 de outubro de 1997).

Como seria de esperar, é através das entrevistas que se pode levantar outras informações sobre as divergências em termos de estratégia militar, o que nos impõe uma outra questão: qual a dimensão dessa discussão no decorrer da luta? De acordo com o testemunho do próprio Castro Lopo, a questão não tinha um alcance muito vasto. Sua tese, contrária aos grandes destacamentos, que precisavam realizar longas jornadas, foi passada diretamente ao presidente Agostinho Neto, mas a decisão pela trilha do leste já havia sido tomada.

Outros depoimentos também alertam para essa informalidade do contato com os dirigentes, o que tendia a evitar que as questões polêmicas, ou com esse potencial, fossem discutidas em reuniões mais alargadas. Quanto a isso, a dispersão da guerrilha por várias frentes iria fortalecer tal tipo de gestão. De qualquer forma, ainda que a discussão sobre estratégias militares não fosse aprofundada pelo movimento, a Pide, através de seus informantes, ficaria ciente desse plano por via marítima no primeiro semestre de 1971 (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, CX. 7.370, Doc. 15 fls. 1-4), o que reforça, se não o peso do embate, pelo menos a existência da discussão em relação à forma de luta a ser adotada.

Na seqüência da expansão da Frente Leste, o ano de 1968 seria marcado por nova palavra de ordem do presidente. Dessa vez, o discurso de 3 de janeiro, em Brazzaville, orientava: "todos para o interior". As declarações seguintes da

direção naquele primeiro semestre de 1968 confirmavam o avanço da guerrilha na nova frente de luta e a instalação de bases de apoio ao MPLA no território angolano. O movimento procuraria estabelecer no leste o conceito de zona libertada, que seria adotado pelo PAIGC na Guiné-Bissau e pela Frelimo em Moçambique. Todavia, a densidade populacional da região não favorecia o MPLA nessa tentativa e o controle militar nas áreas mais afastadas à fronteira com a Zâmbia não duraria muito tempo. Para piorar, ainda em 1968 os colonialistas, preocupados com esse avanço do MPLA, intensificam os aldeamentos na região e no seu interior imediato, o distrito do Bié. Cria-se uma espécie de bloqueio às ações do movimento que, rapidamente, seria transformado em uma vigorosa contra-ofensiva das tropas portuguesas.

Ainda assim, o MPLA continuou a manter bases militares nesse interior e grupos de guerrilheiros atuando junto às populações do norte do distrito do Cuando Cubango, do centro-sul da Lunda, do leste de Malange e Bié e em todo o Moxico. E é neste que seria realizada, entre os dias 23 e 25 de agosto de 1968, na base de Hanoi II, a Primeira Assembléia Regional da 3ª Região Político-Militar do MPLA. Uma cópia do documento final da reunião foi posteriormente apreendida pela Pide, quando da perseguição a um grupo de guerrilheiros do movimento (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Subdelegação de Malange, NT 9087, fls. 208-34). O evento seria amplamente divulgado pelo

MPLA para comprovar a tese de que o movimento estava instalado e atuante no interior de Angola.

De acordo com esse documento final, estiveram presentes à reunião 83 delegados, procedentes de diferentes regiões militares, bem como delegados da JMPLA, OMA, OUA, três jornalistas norte-americanos, dois italianos, um indiano e um zambiano. O encontro demonstrou a existência de graves problemas no interior das forças da guerrilha, com os militantes apontando a falta de organização, os privilégios, o envio de material militar incompleto e a carência de gêneros alimentícios e vestuário. Embora as resoluções tomadas tenham conseguido apaziguar os ânimos, na noite de encerramento registrou-se um incidente, com a morte de um militar da 3ª Região (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, CX. 7.370, Doc. 1 fls. 4-25). Problema de ordem pessoal ou não, o acusado seria preso, julgado e fuzilado no dia seguinte. Os fatos seriam depois relatados, em alguns interrogatórios feitos pela Pide, por guerrilheiros detidos (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11 – SR, NT 996, Pasta 2, fls. 40-9). Os acontecimentos também são confirmados, com outros detalhes, na entrevista de Daniel Chipenda a Jaime e Barber (1999, p. 145).

A assembléia, seguida pela reunião do Comitê Diretor, reforçou a idéia de que era preciso aprofundar as duas palavras de ordem recentes: “generalização da luta armada” e “todos para o interior”. Ambas as orientações conclamavam os

militantes a uma maior participação e, no caso dos que estavam em cursos universitários e técnicos no exterior, a regressarem o quanto antes para que pudessem dar a sua contribuição e reforçar a luta. Esse seria o caso, por exemplo, de Ruy de Castro Lopo, que estava em Paris, de José Eduardo dos Santos e o próprio Malamba que estavam na União Soviética, e muitos outros que acataram tal decisão. Alguns, no entanto, deixariam de seguir essa determinação, ainda que todos os estudantes do MPLA estivessem organizados em células nos países onde realizavam seus cursos (Entrevista com Ruy de Castro Lopo, Luanda, 19 de outubro de 1997).

A expansão da 3ª e 4ª Regiões e, conseqüentemente, o crescimento do número de quadros levariam a uma militarização da Frente Leste, com a reinserção de muitos jovens que voltavam dos países socialistas, o que, de certa forma, possibilitou a divisão das responsabilidades e a criação de cargos de importância política e militar. As regiões político-militares seriam divididas em zonas e assim sucessivamente. Isso resultava, evidentemente, em disputas, por vezes veladas, outras nem tanto, entre os vários possíveis candidatos e constituía um problema delicado e potencialmente explosivo, agravado pelo fato de as regras de promoção serem pouco claras, em alguns casos inexistentes, ou que simplesmente eram ignoradas por algum dirigente.

Diante desse contexto, não causa espanto a força que os fatores raça, etnia, região, profissão, parentesco, amizade e religião, entre outros, iriam readquirir no interior do MPLA, transformando-se em vínculos de solidariedade capazes de unificar grupos e favorecer a composição de alianças, ao mesmo tempo que são apresentados como obstáculos à unificação por grupos oponentes. Nesse choque, o fator militar – entendido como o grau de formação, a técnica, a experiência e mesmo a bravura – ganharia um peso substancial, em particular para os que tiveram treinamento no exterior e realizaram cursos específicos. As vitórias e a idéia de que o MPLA estava avançando pareciam anestesiar os dirigentes para a existência de tais problemas, que, na verdade, estavam se expandindo e minando a possibilidade de crescimento do próprio MPLA, vindo a mostrar-se em todos os seus contornos com as crises internas sucessivas do movimento dos anos 70.

Ainda com respeito ao tema da ofensiva militar por parte do MPLA, vale destacar o fato de que, segundo os militares portugueses e a própria Pide, os ataques repetiriam, ano após ano, uma tática ligada às condições meteorológicas. Até aproximadamente novembro, durante o período da seca, optava-se, a grosso modo, por ações de sabotagem, especialmente em estradas, dada a superioridade militar dos portugueses. A partir desse mês, com o período das chuvas, passavam a realizar emboscadas e ataques, dada a maior dificuldade de mobilização do aparato militar português no terreno e, com isso, a demora na prestação de

socorro aos postos ou grupos de militares sob ataque (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, NT 9089, Pasta 1).

Nas entrevistas que realizamos com participantes da guerrilha e nas demais a que tivemos acesso, essa variação tática em função das condições climáticas não fica tão evidente. Sobressaem as referências às missões de ataque e retirada, traduzidas na expressão “fustigar o inimigo”. No entanto, é preciso ponderar que em nossas entrevistas não foi feita uma pergunta específica quanto à possível existência de ciclos ou modelos de atuação em função das estações do ano. Ainda assim, a entrevista de Lúcio Lara à *AfricaAsia* (nº 58, janeiro de 1972, p. 18) confirma a estação seca, especialmente entre os meses de abril e outubro, como o período em que tradicionalmente decorria a “contra-ofensiva portuguesa”.

A Pide também procuraria manter-se atualizada quanto à estrutura política e militar do MPLA, da mesma forma que elaboraria pequenos estudos sobre as táticas desenvolvidas pelo movimento. Essa tarefa ficava a cargo do Gabinete de Estudos, que fora criado na Delegação de Angola, em Luanda, sob o comando do subinspector Mário César Ferreira. Os trabalhos eram elaborados com base em publicações do próprio MPLA, acrescidos de informações resultantes dos interrogatórios. Entre os estudos a que tivemos acesso destacam-se os denominados “Estrutura Político-Militar do MPLA” e “Curso Normal de Graduados Político Militares do MPLA” (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de

Angola – Malange, nt 7370, respectivamente documentos 3 e 9). A maior atenção dispensada ao MPLA, quando comparado aos estudos sobre outros movimentos, reforça a capacidade do MPLA, o potencial que as forças de repressão coloniais lhe reconheciam e a sua dimensão nesse terreno entre 1967 e 1971.

A presença do MPLA na Frente Leste teria como uma das respostas por parte das forças coloniais a implementação de novas ações de terror contra as populações locais, a exemplo do que acontecera no norte. A simples suspeita de apoio ao movimento poderia se traduzir numa sentença de morte. Lembremos que isso se passava nas chamadas “terras do fim do mundo”, onde o descaso colonial se fazia ainda mais presente e massacres nunca seriam conhecidos.

No entanto, as retaliações das autoridades portuguesas sobre a população, muito comuns nessa primeira fase da luta no leste, se estenderiam também para zonas mais próximas dos centros populacionais. Como exemplo, temos a destruição dos quimbos (aldeias) do Mussimoge e Luachisse, no distrito do Bié, queimados por ordem do administrador do posto da Catota, após um ataque de homens do MPLA à missão protestante da localidade em novembro de 1967. O administrador suspeitara de que a população havia se juntado aos “terroristas”, que teriam deixado um bilhete xingando o pastor da missão, de nome Braine, e afirmando que ele era amigo dos brancos e da Unita. O próprio relatório da PSP, que narra o fato para a Pide, discorda da avaliação do administrador e afirma que

pouco antes tinha sido travado contato com a população, que se mostrou bastante receptiva às autoridades coloniais (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Subdelegação de Malange, NT 9087, fl. 393).

Esse ataque levanta uma série de questões importantes. Em primeiro lugar, comprova o alcance da guerrilha implementada pelo MPLA em finais dos anos 60, atuando ao sul do distrito do Bié, nas proximidades do distrito do Huambo. Em segundo lugar, indica que a pretensão do movimento era expandir-se pelas regiões atravessadas pelo Caminho de Ferro de Benguela, com destaque para o Planalto Central, um dos principais alvos do movimento, dada à elevada densidade populacional e à sua posição geográfica, o que abria portas para o avanço do movimento para outros distritos. Sugere ainda que o MPLA buscava o apoio da população *ovimbundu*, habitante dessa região e proporcionalmente o maior grupo etnolingüístico de Angola. Para completar, o ataque fora feito a uma missão protestante, sob a acusação, por parte do MPLA, de que o pastor apoiava a Unita – fato que comprovaria a tese de que o fortalecimento do movimento comandado por Jonas Savimbi se valeu da rede de missões protestantes do Planalto Central (HEYWOOD, 1989). A disputa entre o MPLA e a Unita no leste de Angola, como veremos, da mesma forma que entre o primeiro e a FNLA, chegaria rapidamente aos enfrentamentos diretos, resultando em mortes para ambos os lados.

O documento também demonstra a permanência do terror como uma das formas de intimidação pelas forças coloniais, ao lado do aliciamento das populações, conforme a proposta da PSP na ocasião, e os aldeamentos. Essas práticas ocorreram em quase todas as regiões onde existiu o confronto. O que mudava, sobretudo, era o período em que eram implementadas.

Pelo lado do MPLA, as ações ofensivas de caráter militar contra alvos coloniais também eram violentas, mas essa não seria a única forma de abordagem. A própria Pide seria testemunha de ações não-violentas, como a ocorrida na madeireira Teixeira Mendes, localizada a 35 quilômetros da cidade do Luso (atual Luena), no oeste do distrito do Moxico, onde o MPLA teria penetrado, em maio de 1969, proveniente da região da Chicala. Nessa ocasião, os guerrilheiros levaram alguns bens de consumo, sem qualquer registro de agressão física. De acordo com o relato da Pide, foram muito cordiais com os trabalhadores e mesmo com os “europeus” que lá trabalhavam. Na avaliação do policial local, esse comportamento faria parte de uma nova estratégia de boa vizinhança com negros, mestiços e brancos, a fim de possibilitar o fortalecimento de uma retaguarda (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Subdelegação de Malange, NT 9087, fl. 299). Esse raciocínio parece indicar que não se tratava de uma exceção, ou seja, outras ações desse tipo foram realizadas. E era fácil de entender: seguia-se a mesma orientação que Daniel Chipenda havia feito à coluna Benedito, o de evitarem confrontação antes de terem assegurado o apoio da

população, a rota de fuga e as linhas de abastecimento. Nesse caso em especial, vale referir que a área próxima a Chicala era uma zona de disputa com a guerrilha da Unita.

O Cotidiano da Frente

Como seria de imaginar, o cotidiano da guerrilha não seria preenchido só com ataques e contra-ataques. Era também o relacionamento com as populações, o convencimento destas, a busca de apoio, a prestação de serviços de assistência médica e educacional, em suma, toda uma série de outras atividades que se distanciavam e muito da ação estritamente militar. Ao relatarmos isso, iremos detalhar também os problemas que se faziam presentes nesses contatos, facilitando a compreensão das crises futuras. É como se pudéssemos acompanhar o crescimento dos atritos antes de ganharem um caráter político, reivindicativo; antes de explodirem como dissidências no movimento. Essa irrupção final só irá acontecer quando uma outra componente, da qual trataremos adiante, se fizer presente: a contra-ofensiva portuguesa.

Esse cotidiano era vivido em boa parte nas bases montadas pelo MPLA, sendo as maiores e mais importantes, do ponto de vista logístico, criadas no território da Zâmbia. Próximo à capital Lusaka, distante apenas cerca de 30 quilômetros, ficava o campo Vitória é Certa, mais conhecido como VC. O

movimento também tinha algumas residências na própria capital, mas estas eram reservadas a alguns dirigentes e aos encontros diplomáticos. Na área junto à fronteira com Angola, ainda em território zambiano, havia outras três importantes bases: Chipango, a cerca de 14 quilômetros da fronteira angolana, na altura do Cazombo; Kassamba, abaixo do Cazombo distante cerca de 11 quilômetros da fronteira, numa linha imaginária entre as povoações de Luvuei e Lutembo, do lado angolano; e Kitexe II, também conhecida por Sikongo, nome da localidade zambiana onde estava instalada, mais abaixo de Kassamba e afastada cerca de 16 quilômetros da fronteira, aproximadamente no paralelo da cidade angolana de Serpa Pinto (atual Menongue).

Os arquivos policiais, além das entrevistas, também podem nos auxiliar nessa tentativa de reconstrução. A Pide logo formularia uma idéia relativamente precisa a respeito do funcionamento dessas bases. Para tanto, valia-se de interrogatórios minuciosos realizados com todos os guerrilheiros que tivessem sido capturados ou se entregado, com itens específicos a respeito dos acampamentos e das bases guerrilheiras por onde tivessem passado. Esses dados eram cotejados, a partir de uma seqüência de testemunhos, com as informações apresentadas pelos informantes infiltrados no movimento e na população simpatizante do MPLA. Desta forma, elaboram-se relatórios sistematizados sobre as instalações do movimento, dos quais um bom exemplo é o documento intitulado "Bases Importantes do MPLA na Zona Fronteiriça Angola-Zâmbia",

datado de 2 de novembro de 1971 (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, NP 7943, SC CI (2) Pasta 3, fls. 20-4). Nele se detalha ao máximo as bases de Chipango, Kassamba, Kitexe II e Kuanga, destacando entre outros dados suas coordenadas, objetivos específicos, tipo de moradia, número de efetivos, viaturas, transmissões e potencial bélico. A fase seguinte era a composição de mapas, com as indicações das coordenadas de cada base ou até mesmo acampamento. Esse detalhamento, no entanto, só aparece a partir de 1969 (IAN/TT, PIDE/DGS, SC-CI (2) – DSI – 2. DIV., NP 7940, Pasta 9, fls. 9-37) e não seria diferente na 1ª Região (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, NP 9085, fl. 249).

Na dinamização dessas bases, seria importante a participação dos militantes do movimento instalados no Congo, em Brazzaville e Dolisie, e na 2ª Região. De acordo com Iko Carreira, a mudança fora articulada por Agostinho Neto, que conseguiu “que a OUA alugasse um avião, e um grande grupo, sobretudo de famílias oriundas de Catete, partiu de Brazzaville para Dar-es-Salaam (Tanzânia), e daí de camião para Chavuma, na fronteira da Zâmbia com Angola” (CARREIRA, 1996, p.101). A operação de transporte dessas famílias, em fins de 1967, ficaria conhecido como “Fulu-fula”. Quanto à adaptação e à integração que se fariam necessárias na nova frente de luta, o depoimento de Ruth Neto, que fora responsável da OMA em Dar-es-Salaam, entre 1968 e 1970, quando então parte

para a fronteira com Angola, embora acomodaticio, não deixa de apresentar alguns problemas:

“Houve uma boa adaptação (...) e troca de experiências. Porque são diferentes as pessoas do Norte e as do Sul. Houve a questão da alimentação [e] (...) depois teve que se organizar as crianças, por causa da escola. Os pais eram combatentes, as mulheres ficavam. E teve que se organizar toda uma vida, não é? Houve o centro Ngangula, que foi feito já para as crianças. Era na Zâmbia, (...) perto da fronteira com Angola (...). Havia problemas, na Frente Norte, alimentares, de sobrevivência. Mas no leste também havia problemas, era a mesma coisa. Porque houve alturas em que nós nos alimentávamos de folhas e de pequenos bichinhos que andavam por ali. (...) Mas foi muito bom, porque as mulheres participavam muito. Havia tradutores, trabalhávamos sempre com tradutores [grande parte delas não sabia o português].” (Entrevista de Ruth Neto, em 2 de fevereiro de 1991, a Maria da Conceição Neto e Nicásia Casimiro Dias).

A mudança seria responsável, portanto, pela transposição de vários quadros da OMA da 2ª para a 3ª Região, já que o dia-a-dia da guerrilha exigiria e muito a participação das mulheres. Elas ajudavam na organização das bases e no trabalho de conscientização das populações das pequenas aldeias do interior de Angola, além de atuarem como enfermeiras, agentes de saúde e professoras. Na área educacional, a OMA chegaria a receber um prêmio da Unesco pelos cursos de alfabetização implementados.¹² Mas todas essas atividades assistenciais eram

¹² O prêmio literário Nadejda Krupskaya foi atribuído em 1972 (FORTUNATO, 1977, p. 89). Adolfo Maria, antigo colaborador do Centro de Estudos Angolanos, que na Argélia atuava no apoio ao MPLA, conta que os manuais de alfabetização tinham sido preparados por esse grupo em Argel. O material apoiava-se na experiência cubana e no método de Paulo Freire. Sobre este último, valeram-se dos contatos através dos brasileiros em Argel, entre eles Miguel Arraes. Adolfo Maria defende que, apesar de premiada pela Unesco, a campanha de alfabetização fugira aos moldes do que se havia pensado

limitadas por questões de outra ordem, como as culturais, por exemplo. A OMA mobilizava e conscientizava, contudo, ao mesmo tempo, sua atuação entrava em choque com algumas tradições. Ruth Neto lembra esses episódios e amplia ainda mais o leque das dificuldades:

“Era um trabalho de mobilização (...) porque há neste processo toda a questão das tradições. E aí com sobas e aqueles velhos era impossível. Mesmo as mulheres não aceitavam muita coisa. Ainda hoje não aceitam, já no país independente (...). Nessa altura, não se podia falar ainda em termos de reivindicação e de emancipação e coisas assim, porque o sentido estava voltado para outro lado, que era a independência. (...) Reclamávamos, às vezes, pequenas coisas, mas não ainda com aquela consciência de emancipação da mulher, (...) porque nos mobilizávamos na base daquilo que ainda hoje nos serve: na base da saúde, da educação, da necessidade da alfabetização. Porque muitas mulheres – embora se fizesse alfabetização geral – não iam, não participavam, muitas delas não aceitavam. Umas diziam: ‘Eu já sou velha, já não aprendo mais’, [enquanto outras ressaltavam:] (...) ‘Eu sou mulher, não preciso, se o meu marido aprender já é muito bom’. Então, nesta base, nós fazíamos o trabalho. E também por causa da higiene das crianças; a questão delas amamentarem os filhos até muito tarde. Elas tinham de fazer vários serviços, vários trabalhos e então iam com os filhos nas costas, (...) a capinar, com o filho pendurado no seio. Essa era uma base de iniciação para o trabalho com as mulheres.” (Entrevista de Ruth Neto, em 2 de fevereiro de 1991, a Maria da Conceição Neto e Nicásia Casimiro Dias).

Era preciso agir com cuidado e paciência, demonstrar no contato permanente a validade das orientações, o que nem sempre seria possível num contexto daqueles. A organização realizava ainda, em fóruns internacionais, um

inicialmente, atingindo um público muito menor do que o esperado (Entrevista com Adolfo Maria, Lisboa, 27 e 28 de maio de 1999).

importante trabalho de divulgação da luta pela independência levada adiante pelo MPLA e das condições em que esta se processava. Essa atividade era de grande valor para o movimento. Em determinados casos, dada a conexão com outras organizações de mulheres, possibilitava ao MPLA atingir países e instituições cujos respectivos governos eram pouco favoráveis ao movimento e até mesmo à luta anticolonial na África Austral.

A rotina da militância feminina não era apenas de apoio. Nas bases em que havia treinamento militar, como Sikongo, por exemplo, homens e mulheres, depois da formatura, cumpriam o treinamento militar, especialmente aqueles que estavam iniciando o contato com as armas. Segundo Ruth Neto, à exceção da costura e do cuidado com as crianças, o cotidiano dos homens e das mulheres era semelhante. "Havia mulheres que participavam mesmo na luta contra os portugueses. E então elas contavam a experiência, e queriam que nós pedíssemos e exigíssemos mais material de guerra, que não era suficiente" (Entrevista de Ruth Neto, em 2 de fevereiro de 1991, a Maria da Conceição Neto e Nicásia Casimiro Dias). Os pedidos de vestuário também eram recorrentes, agravados pelo fato de que aquela região é muito fria e o número de mantas insuficiente.

Em função dos dados obtidos, não foi possível realizar um cálculo, mesmo que aproximado, sobre a participação feminina nos embates mais diretos. As indicações coletadas nas entrevistas, nas listas de guerrilheiros apreendidas pelas

forças de repressão coloniais ao MPLA e nas listagens de presos e falecidos preparadas pela Pide tendem a reduzir ao mínimo esse tipo de atuação. Os relatos das militantes da OMA, por sua vez, são os mais incisivos quanto a essa presença. Maria Judith Santos, por exemplo, em sua entrevista a Maria da Conceição Neto e Nicásia Casimiro Dias, em 18 de julho de 1991, realça o fato de que essa participação se confirma pela existência de mulheres oficiais no exército, no período pós-independência, que estiveram na frente Leste.¹³

Na tarefa de mobilização, o MPLA continuaria contando com o apoio do programa de rádio "Voz da Angola Combatente". No leste, ele seria transmitido a partir de Dar-es-Salaam, da Rádio Tanzânia, diariamente e em inglês. A retransmissão em Lusaka ocorria todos os dias às 7 da manhã, exceto às sextas-feiras. Da mesma forma que em relação aos programas emitidos pela Rádio Brazzaville, a Pide continuava a realizar a sua escuta diária (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, NP 9084, Pasta 1, Posto de Cuito Cuanavale, fl. 122). Parte desse trabalho na rádio era executado pela OMA, que buscava dessa forma ampliar seu raio de ação junto à população angolana refugiada na Zâmbia e ao longo da fronteira angolana. Ao contrário dos programas transmitidos de Brazzaville, no leste o alcance seria muito limitado, como

¹³ As mudanças desde então ocorridas no braço armado do MPLA e depois no exército pós-independência prejudicam a obtenção desse dado. À época dessa entrevista, a situação ficaria ainda mais confusa com a unificação das tropas do governo com as da Unita, formando as Forças Armadas Angolanas (FAA). Infelizmente não conseguimos uma informação oficial a esse respeito.

mostram os informes dos postos da Pide e dos serviços administrativos portugueses.

Conquistar o apoio das populações era de fundamental importância logística, não bastasse o objetivo primeiro da luta implementada pelo MPLA, que era a independência. Dessa mobilização sairia a base para o avanço da guerrilha no terreno, além da adesão de possíveis militantes e guerrilheiros. A aproximação era imediatamente seguida pela tarefa de conscientização, uma preocupação constante do MPLA. O movimento elaborou materiais que auxiliavam os responsáveis – na maioria das vezes, os comissários políticos – na formação dos demais guerrilheiros e no contato com as populações. Parte desse acervo pode ser encontrada nos arquivos da Pide, que o apreendera nas diversas investidas realizadas contra os acampamentos do movimento.

Um bom exemplo é o documento capturado pela subdelegação da Pide na sanzala Catende, no distrito do Cuanza Norte, em agosto de 1968. O material consiste num questionário do que o movimento chama de “formação popular”, em que se busca explicar o fenômeno colonial a partir de uma abordagem nova, nacional, revolucionária, repleta de indagações de ordem racial e econômica, mas sempre ligada à proposta do MPLA, como se pode observar através dessas perguntas e suas respectivas respostas:

"1. O que é Angola? Angola é um território africano situado no ocidente do continente africano. 2. Angola é o único país africano? Angola não é o único país africano. Em África há mais países africanos como: Congo-Kinshasa, o Congo Brazzaville, Argélia, Gana, Guiné, Moçambique, etc. (...) 4. Quem são os angolanos ou africanos que vivem em Angola? Os angolanos ou então africanos habitantes de Angola são os pretos e os mestiços nascidos em Angola. 5. Os brancos que vivem em Angola são angolanos? Os brancos que vivem em Angola não são angolanos. Eles são na sua maioria portugueses. (...) 33. Quem são os países socialistas? Os países socialistas são países da Europa, são portanto brancos. Mas são brancos diferentes dos portugueses e dos imperialistas. 34. Porque é que são diferentes? Porque eles querem que todo o mundo fique livre; viva bem; eles querem que o povo angolano fique independente, e seja o único dono do café, do cacau, do diamante e do petróleo que se encontra no território angolano. 35. Então todos os brancos não são maus? Não, todos os brancos não são maus, assim como todos os pretos não são bons. Por exemplo, os brancos que são contra a opressão e exploração são nossos amigos. Portanto são bons. Exemplo: os soviéticos, os cubanos, etc., são. Enquanto que a UPA, Holden Roberto é preto, mas é nosso inimigo, ou seja, do povo angolano." (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, NT 9089, Pasta 1, fls.588-92)

É preciso ressaltar que a escolha desse documento se prende ao fato de ele ter sido produzido pela 1ª Região do MPLA, por grupos guerrilheiros que estavam isolados da direção do movimento e instalados numa área que sofrera as duras conseqüências do início da luta, em 1961. O contexto de isolamento e repressão atuaria de forma decisiva na escolha do fator racial como elemento explicativo do fenômeno colonial e, mais do que isso, mobilizador, ainda que as alianças do próprio movimento obrigassem a matizar a discussão. De qualquer forma, a mobilização a partir da raça estaria em nítida oposição às declarações

oficiais do MPLA e ao que estava ocorrendo no Leste, onde nesse mesmo ano de 1968, registrava-se a chegada de militantes brancos ao movimento.

A raça, no entanto, não seria o único elemento de motivação. O MPLA afirmava que sua luta pela independência pretendia instalar um "regime de liberdade, de justiça e de igualdade entre os homens". Ele acenava para o futuro com idéias e propostas. Colocava a perspectiva de uma vida melhor e se considerava aliado da esperança. Mas será apenas isso? O que mais poderia o MPLA sugerir para mobilizar a população? Perguntas e respostas não explicitam, mas não é difícil admitir que as acusações à boa vida dos brancos traziam embutida a idéia de que a situação, quando alterada pela independência, seria revertida em favor dos angolanos, segundo o documento, os pretos e os mestiços. Isso pode ser observado na seguinte passagem:

"Como é que os angolanos souberam que são roubados? Os angolanos souberam que são roubados porque eles viram muitas coisas. Exemplo: nas oficinas dos mecânicos um branco e um outro preto; o branco ganha mais do que o preto, só porque é branco. Se o preto reclama e pede ao patrão o aumento do seu vencimento, o branco patrão manda-o fora do trabalho ou então manda-o prender. O branco tem contratados pretos nas roças de café e algodão e o preto não tem contratados brancos nas suas roças. O preto paga imposto e o branco não. Os filhos dos brancos vão à escola e os filhos dos pretos vão colher café nas roças dos brancos; os brancos vivem em boas casas e os pretos em más; os pretos estão ou são presos pelos cipaios e chefes de posto e os brancos não. Tudo isto mostrou aos angolanos que são roubados." (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, NT 9089, Pasta 1, fls.588-92).

Outro ponto importante a ser destacado é a forma como o MPLA se aproximava das populações do meio rural, buscando sua adesão. Já vimos que as orientações às colunas militares ressaltavam o respeito que se devia ter com os mais velhos e as mulheres. Mas alguns depoimentos enfatizam também o contato através dos chefes locais, dos sobas, no que seria, de certa forma, algo parecido com a estratégia seguida pelos missionários. Lúcio Lara, narrando sua experiência na Frente Leste (Entrevista a JAIME e BARBER, 1999, p. 40), afirmava que a primeira coisa a ser feita era perguntar quem era a autoridade local, com quem ia-se ter e a quem se explicava os objetivos do MPLA. Segundo Lara, o pedido do movimento era sempre o de apoio, inclusive alimentar, e liberdade de trânsito, sem ser denunciado.

Ele sublinha que “em geral sempre [se obtinha] a colaboração deles”. No entanto, não se sabe o que ocorria quando o soba não se convencia. A Pide, em relatórios internos, afirma que alguns dos chefes tradicionais teriam sido assassinados por “terroristas”, embora não tenha sido possível, a partir da documentação consultada, comprovar qualquer justificação desse tipo, cometido pelo MPLA. É preciso admitir ser pouco provável o “não-convencimento” do soba, em face do poderio militar dos guerrilheiros. A denúncia às forças coloniais não seria novidade, mas essa postura situava-se no terreno pantanoso de quem estava diante de duas forças militares presentes na região e que lhes solicitava apoio, sem que a presença destas estivesse garantida em tempo integral.

Sobre as relações que se estabelecem entre o MPLA e as populações angolanas, é preciso salientar que elas variam tendo em conta a região em que ocorrem. No norte da colônia, o estabelecimento dessas relações é crucial para sobrevivência da Frente. Como não havia reabastecimento das tropas pela fração do movimento que estava no exterior, o que mantém a guerrilha são os escassos contatos com as redes de fornecimento a partir de Luanda, as cada vez mais raras ações sobre as fazendas da região e, essencialmente, o apoio da população que acompanhava os guerrilheiros nos Dembos. No leste, a baixa densidade populacional exige, mais do que a reunião em torno dos guerrilheiros, a expansão do apoio. Os aldeamentos criados pelas forças coloniais consistiam em "reservas" de populações que o MPLA precisava conquistar como forma de ampliar e dar sentido à guerrilha. O abastecimento, num primeiro momento, apesar das dificuldades, era mantido; o difícil era alargar seu raio de ação.

A proximidade das populações com o MPLA, no entanto, não trazia apenas riscos; ela se traduzia também em alguns benefícios. No caso da assistência médica, as populações contactadas – principalmente, as que se localizavam na zona mais próxima à fronteira leste, na região do distrito do Moxico, e a refugiada nas bases do movimento na Zâmbia – contariam com o auxílio do Serviço de Assistência Médica (SAM), que substituiu o CVAAR. O SAM era um órgão de maior amplitude e também com maiores recursos. Sua interação com a

OMA facilitava a execução de cursos de assistentes de enfermagem, campanhas de vacinação, medicina preventiva e higiene.

A educação seria outra das esferas de atenção do movimento. Nas bases instaladas na Zâmbia, sobretudo, mas também nos acampamentos no interior do território angolano, o MPLA procuraria desempenhar o esforço de alfabetização de adultos e crianças. Os documentos apreendidos pela Pide em acampamentos de guerrilha do movimento comprovam essa preocupação. Nas escalas contendo horários e tarefas, é freqüente o espaço para as aulas de alfabetização, bem como as aulas de política e tática (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, NT 9089, Pasta 1, fl. 199).

Um exemplo dessa experiência nos foi contado por Daniel dos Santos (Entrevista realizada no Rio de Janeiro, 11, 12 e 22 de novembro de 2000). No seu retorno do treinamento militar na base de Iringa, na Tanzânia, ele inicia, ao sul da base de Sikongo, mas em território angolano, um mapeamento das crianças existentes na região. A idéia era saber as necessidades locais para que fosse criada uma escola. Para tanto, era preciso obter o apoio da população sobre o número de crianças e também sobre as necessidades alimentares. Por questão de segurança, acabaram por criar a escola em território zambiano, mas, ainda assim, o apoio popular foi mantido. O seu testemunho enfatiza a ajuda recebida pela população e a vontade dela em reunir as condições para que os filhos

pudessem estudar. As aldeias contactadas também demonstrariam a eficiência do seu sistema de comunicação tradicional, avisando ao grupo do MPLA quando o Exército português estava bem próximo e à procura deles.

Problemas da Guerrilha

Contudo o cotidiano da guerrilha apresentava seus problemas, que não eram poucos. Do ponto de vista logístico, as dificuldades se fizeram presentes já em fins de 1968, quando começa a ser retratada, na correspondência das bases guerrilheiras, a questão da fome. No interior, ela seria recorrente, mas também se pronunciaria nas bases instaladas na Zâmbia. Em Kassamba, por exemplo, de acordo com a documentação do próprio MPLA apreendida pela Pide, no segundo semestre de 1968, a falta de alimentos seria responsável pela redução a uma única refeição diária, tornando difícil a permanência de muitas pessoas na base. Nesse mesmo material, é possível observar um relatório do enfermeiro-chefe da 3ª Região, instalado no campo de Mandume III, datado de agosto de 1968, em que se alerta para o efeito desmobilizador da fome sobre a população e em especial sobre as crianças que estavam no CIR (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, NP 9084, Pasta 2, fls. 356-8).

Os documentos do MPLA apreendidos pela tropa colonial nos ataques às bases e aos grupos guerrilheiros, e posteriormente guardados pela Pide,

constituem, sem dúvida, uma das mais interessantes fontes sobre tais problemas. O material consiste em diferentes tipos de registro, como cartas trocadas entre as unidades da guerrilha, anotações pessoais e mesmo documentos com orientações para os dirigentes políticos e militares.

Também os relatos de dirigentes e ex-dirigentes do MPLA corroboram essa situação terrível, no que diz respeito à fome, por que passavam os combatentes em finais dos anos 60, mais precisamente a partir de 1969. Lúcio Lara reconhece, em sua entrevista a Jaime e Barber (1999, p. 41), que os primeiros indícios desse “descontentamento contra os kamondongos, que são os do Norte, (...) coincidiram, aliás, com uma grande ofensiva que o ‘tuga’ [português] fez de desfolhantes contra a nossa subsistência. (...) [A consequência é que] ficamos sem comida”.

A Pide, por sua vez, faz poucas referências à ação criminosa das Forças Armadas portuguesas na região, o que teria uma implicação mais do que direta nessa situação de crise alimentar. Afinal, não foram apenas os aldeamentos que causaram transtorno à tentativa do MPLA de contactar e buscar o apoio da população local. Muitas bombas de *napalm* e herbicidas foram jogadas sobre o solo angolano. A tática utilizada pelos Estados Unidos no Vietnã influenciava os militares portugueses, ao mesmo tempo que desviava o foco da atenção internacional sobre o que se passava nos territórios coloniais portugueses na

África (MACQUEEN, 1998, p. 57). Com o solo contaminado e com a ameaça constante de ataque sobre suas plantações, os camponeses angolanos, em muitos casos, não tinham como manter nem mesmo as culturas de subsistência. A fome atingiria todos, não só o MPLA.

Todavia, o tema da contra-ofensiva será tratado mais adiante, quando abordarmos as alianças regionais tecidas por Portugal e os recrutamentos realizados pelo exército e pela polícia portugueses. Por ora, vamos nos deter nos diferentes problemas surgidos nos acampamentos, nas bases e nos grupos de guerrilha do MPLA.

Em julho de 1968, cartas trocadas entre comandos militares do MPLA no distrito do Cuando Cubango, ao sul da 3ª Região, mencionam novamente a fome, mas apresentam também outras questões que atormentavam a guerrilha:

“Quanto ao povo, vocês devem explicar-lhe sempre as dificuldades havidas na luta, de modo que compreenda e cumpra tudo quanto lhes digam. Sobre o povo que se encontra em Mavinga, caso haja traidores entre o mesmo, uma vez descobertos, devem ser detidos e aniquilados. Se se tratar de pessoas de anterior comportamento exemplar, devem ser instruídas politicamente e bem vigiadas. Contudo, é necessário que não haja ninguém entre o povo que mande mais que nós, que somos os soldados do MPLA. O povo terá que cumprir as nossas ordens. Quanto à fome, também nós aqui estamos a sofrer tanto como vocês. Portanto, se os ‘tugas’ não vos incomodarem muito, façam umas lavras para o movimento. É preciso trabalhar muito e não estar à espera [de] que o povo nos dê os géneros alimentícios. É preciso fazer lavras grandes e para se

conseguirem é preciso trabalhar muito". (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola. NT 9089, Pasta 1, fls. 276-7).

Como se pode observar, a situação do "povo" não era nada fácil. Tanto os guerrilheiros quanto os militares portugueses exigiam fidelidade, sob pena de a recusa poder significar uma sentença de morte, fosse a denúncia de apoio ao inimigo verdadeira ou não. Além disso, o povo também sofria com a carência alimentar na região, sofrimento esse agravado pelo fato de sua mobilidade ser limitada pelas orientações da guerrilha e pelos ataques das tropas coloniais.

As mortes dos dirigentes Hoji ya Henda e Américo Boavida, em 1968, fruto da contra-ofensiva portuguesa, pareciam ser um péssimo prenúncio do que o MPLA teria que enfrentar. O primeiro destes, pouco conhecido pelo nome de batismo de José Mendes de Carvalho, era comandante do MPLA e morreu em abril, após um ataque ao quartel das tropas portuguesas de Karipande, no distrito do Moxico. Em setembro do mesmo ano, seria assassinado Américo Boavida, diretor dos SAM, durante um ataque da tropa portuguesa ao acampamento em que estava coordenando um curso de auxiliar de enfermagem.

A direção do MPLA, por sua vez, tentava reverter o quadro de desagregação. Aproximadamente um ano após esses episódios, em dezembro de 1969, quando a situação se torna insustentável nas bases localizadas mais a oeste do distrito do Moxico, o comando da 3ª Região expede ordens de serviço na

tentativa de contornar o problema. As novas determinações eram de que as famílias dos combatentes fossem viver junto aos destacamentos e que assumissem uma vida mais militante, podendo assim usufruir da ajuda do movimento (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, NT 9089, Pasta 1, fl. 204).

Não obstante as tentativas de resposta por parte da direção, o quadro se agravava. Os problemas na guerrilha eram muitos e se consolidaram lentamente numa série de críticas aos comandos militares do movimento. Uma amostra dessas reivindicações pode ser conferida nos apontamentos das reuniões realizadas entre os dirigentes da parte sul da 3ª Região e diferentes grupos de guerrilha localizados naquela zona, no primeiro semestre de 1970. O material seria capturado pela Pide do Luso (atual Luena), capital do distrito do Moxico, no ataque feito ao acampamento de nome "Segurança", que ficava situado na margem direita do Rio Quembo, na região de Cassingo, na fronteira entre o Moxico e o Cuando Cubango.

As questões abordadas nessas reuniões eram muito diversas, mas tendiam a se concentrar nas crescentes dificuldades de manutenção da guerrilha e no comportamento dos comandantes. Como se trata de apontamentos de vários encontros ocorridos com ativistas, guerrilheiros e populações da região, e provavelmente o responsável não tivera tempo de sistematizar tais dados, já que

o último data do mesmo mês em que se dera a operação policial, as informações aparecem no formato de idéias ou frases soltas, como se tivessem sido levantadas ao longo de uma discussão.

As críticas aos comandantes, por sinal em número elevado, apontavam para a diferença na alimentação, no armamento, no vestuário e nos utensílios colocados à disposição dos chefes militares,¹⁴ bem como a sua ausência das zonas de combate e a pouca circulação pelos diferentes acampamentos. A repulsa aos fuzilamentos ocorridos nesses acampamentos era outro ponto recorrente nessas anotações. Também reivindicavam a presença dos principais dirigentes do MPLA no interior, tanto quanto de suas esposas e filhos (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, NT 9089, Pasta 1, fls. 198-203).

Essa questão da presença e da participação dos dirigentes no interior de Angola, nas zonas de guerrilha, é algo que perpassa outros documentos e mesmo depoimentos em anos distintos. Daniel dos Santos (Entrevista no Rio de Janeiro, 11, 12 e 22 de novembro de 2000), por exemplo, afirma que, durante a realização do levantamento junto à população do sul do distrito do Moxico, para se criar uma escola na região, tomara contato com a reclamação acerca da ausência de

¹⁴ Lúcio Lara corrobora a existência de regalias em favor dos comandantes militares no leste, mas afirma que elas eram mínimas, já que a guerrilha possuía muitas carências (Entrevista de Lúcio Lara a JAIME e BARBER, 1999, p. 41).

Agostinho Neto e dos chefes do MPLA. Isso se passa em 1972. Eles diziam nunca ter visto o presidente do MPLA.

Situação oposta ao que o próprio Agostinho Neto defendera já em 1968, em conferência de imprensa, na cidade de Brazzaville. Na ocasião, o presidente anunciara o início da transferência da sede do MPLA para o interior de Angola: “Isto significa que o Quartel General do nosso Movimento já não é em Brazzaville mas numa das regiões controladas pelo nosso Movimento” (FORTUNATO, 1977, p. 131-8). A idéia era de que os dirigentes pudessem trabalhar mais próximos do povo e de seus problemas. Todavia, raros foram os casos de permanência dos responsáveis no interior. O Quartel General, na verdade, mudou-se de Brazzaville para Lusaka e Dar-es-Salaam.

Ainda que não tenham se repetido ao longo daquelas reuniões entre dirigentes, guerrilheiros e a população, pelo menos nos apontamentos apreendidos, duas observações, apesar de únicas, merecem destaque.

Em primeiro lugar, a anotação de que “a reunião da assembléia diz que só os do norte são comandos e meterão os filhos”. Certamente uma referência às decisões da primeira assembléia da 3ª Região, em que foram nomeados os comandos militares – em sua maioria, do norte da colônia. Além de mostrar o potencial explosivo de uma leitura étnico-regional, que mais adiante seria um

elemento fundamental na crise vivida pelo MPLA, sugere a percepção da guerrilha como uma atividade regular, até constante, em que o nepotismo poderia estar presente.

A segunda observação dos apontamentos traz embutido o sentimento de preocupação com o futuro: "amanhã[.] eu[, que] não sei escrever[.] terei lugar na Angola independente?" Ao mesmo tempo que demonstra a dificuldade do MPLA em expandir o seu programa de alfabetização, a observação tende a confirmar o valor dado ao ensino pelo próprio movimento e o reforço dessa apreciação junto às populações contatadas (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, NT 9089, Pasta 1, fls. 198-203). É possível inferir que a preocupação do expositor tenha surgido, ou pelo menos aumentado, em função do contato com quadros instruídos do MPLA, fazendo despertar o desejo de sua qualificação como requisito a fim de viver em melhores condições no futuro.

À medida que os problemas avultavam, também não cessava a busca de soluções. No primeiro semestre de 1970, seria criado o Comitê de Coordenação Político-Militar (CCPM), reunindo os séguintes dirigentes: Agostinho Neto, Daniel Chipenda, Floribert Monimambo,¹⁵ Iko Carreira e Lúcio Lara. O órgão surgiu em resposta aos resultados negativos no leste, em especial a agitação mais

¹⁵ Monimambo, também conhecido pelo codinome "Spartacus", foi o único não mencionado até o momento. À época da criação da CCPM, era o comandante das forças militares do MPLA no leste. Por sinal, mais um dirigente *bakongo* que migrara da 2ª para a 3ª Região.

séria ocorrida nas bases do MPLA em fins de 1969, no interior, a destruição da coluna Benedito e os conflitos registrados no campo Vitória é Certa, em Lusaka.

Em novembro de 1969, iniciam-se as manifestações de guerrilheiros e populações mbunda, do grupo etnolingüístico *ganguela*. Em dezembro, militares do movimento e a população que os acompanhava saem do interior do distrito do Moxico e partem em direção à fronteira, chegando até as bases existentes na Zâmbia, em especial, Ndande e Kitexe II. O principal líder desse grupo era conhecido pelo nome de guerra Jibóia¹⁶ e era o diretor adjunto do CIR, de uma zona de guerrilha no sul da 3ª Região. Pelo mesmo nome ficaria conhecida a revolta.

As reivindicações do grupo eram quase todas idênticas às que vimos anteriormente: dificuldades de alimentação, armamento, educação, críticas aos fuzilamentos sem julgamento etc. Mas, apesar dos pontos coincidentes, apresentam algo novo: as questões de ordem étnica e regional são retratadas de forma bem mais acentuada e os problemas do cotidiano são relacionados ao fato de os dirigentes do movimento serem *bak'ongo* e *kimbundu*. O relatório elaborado por Daniel Chipenda sobre os protestos do grupo – e posteriormente apreendido

¹⁶ Jibóia era originário da região de Gago Coutinho (atual Lumbala N'guimbo). Seu nome de batismo é Barnabé de Freitas. Integrou-se ao MPLA e fez treino militar na Bulgária. Lá seus colegas o alcunharam de Jibóia, pelo fato de comer insaciavelmente. Anos depois, quando se aproxima de Daniel Chipenda e toma forma no MPLA uma nova cisão, Jibóia assumiria o nome de Katuva Mitwe (CARREIRA, 1996, p. 101).

pela Pide – é bem claro quanto a isso, ainda que Chipenda tente convencer seus integrantes de que era importante lutar contra o tribalismo (LAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, NT 9089, Pasta 1, fls. 205-7).

As entrevistas de Daniel Chipenda (ANTUNES, 1995, p. 851, e JAIME e BARBER, 1999, p. 145-6) confirmam os questionamentos apresentados pelo grupo contestatário que partira do interior de Angola e enfatizam as restrições alimentares a que foram sujeitos os guerrilheiros e as populações do leste que apoiavam o movimento. Seu relato também corrobora a afirmação de que ficara sob sua responsabilidade a elaboração de um relatório sobre a movimentação desse grupo e suas reivindicações:

“Os portugueses começaram a ofensiva e modificaram a sua tática (...). Foi realmente um inferno: nessa altura começaram a lançar os herbicidas, que queimaram, precisamente, todas as folhas, toda a mandioca e, então, os campos ficaram sem nada e a vida começou a ser muito dura, para os guerrilheiros e para a população que os apoiava. Ora, isto fez com que o próprio guerrilheiro, que nunca faz análises objectivas, começasse realmente a pensar de si para si o porquê dessa luta. E começaram a verificar, segundo eles, algo que consideravam discriminação. É que parte dos nossos comandantes vieram da parte Norte do País (...) Naturalmente que a formação desses quadros era completamente diferente, como vos disse. No Leste o nosso povo não tinha absolutamente nada como formação, não havia escolas, não havia nada. Ora, os que vinham cá de cima [do Norte da colônia] ou mesmo do Centro tinham outra formação (...). Eles faziam, realmente, várias reivindicações: que nós não mandávamos os camaradas do Leste para estudo, que só os mandávamos para fazer guerrilha, que eram carne de canhão (...). Bem, eu achei que as reivindicações eram justas, agora a forma como se manifestavam é que era imprópria no nosso

movimento: quando dissemos que não aceitávamos o tribalismo. aí houve, realmente, um quê de tribalismo. (...) eu fiz o relatório destes acontecimentos ao camarada Neto". (Entrevista de Daniel Chipenda a JAIME e BARBER, 1999, p. 145-6).

Lúcio Lara afirma, também em entrevista (JAIME e BARBER, 1999, p. 41), que muitos dos contestatários acabaram não chegando à fronteira, tendo sido convencidos a desistirem de ir adiante quando passaram pelo seu acampamento. Mas, ainda segundo Lúcio Lara, outros insistiram em seus objetivos e seguiram até a fronteira, onde se encontraram com Daniel Chipenda, que ficara incumbido de transmitir as reivindicações do grupo manifestante ao Comitê Diretor.

Entretanto, a própria escolha de Daniel Chipenda pela direção do MPLA para responder aos revoltosos, partia de um cálculo que levava em conta os mesmos fatores. É verdade que ele tinha estabelecido boas relações com essas populações, mas o mais importante é que ele era um dirigente *ovimbundu*. Ou seja, o fato de não ser originário do norte da colônia por si, constituía uma resposta ao grupo que acusava o domínio dos postos de direção do movimento por indivíduos dessa região. Essa associação é muito importante de ser registrada, pois logo irá condicionar outras rupturas no MPLA.

Serenados os ânimos, após o compromisso, assumido por Daniel Chipenda, de que levaria as exigências e os protestos do grupo aos demais dirigentes do MPLA, a agitação se desfez. A população e os guerrilheiros se dispersaram,

voltando às suas áreas de origem. Seguindo a lógica de tentar afastar os líderes dos liderados, a direção muda Jibóia de lugar, passando-o da zona C para a zona D da 3ª Região. O mais provável é que essa medida tenha conseguido expandir o sentimento contestatário de caráter étnico e regional.

Esses fatores, associados ao agravamento da situação logística e militar do movimento, apareceriam em outra manifestação reivindicativa, ocorrida em fevereiro de 1970, em Lusaka, no campo Vitória é Certa. Guerrilheiros de origem quioca, pertencentes ao grupo etnolingüístico *tchokwe*, também reivindicariam a participação de indivíduos da sua etnia nos postos de comando. Dessa vez, um outro elemento, ainda que não fosse novo na história dos conflitos vividos pelo MPLA, se fazia presente: os protestos do grupo se dirigiam também à presença de mestiços nos cargos de chefia do movimento.¹⁷

O Comitê de Coordenação Político-Militar tentaria responder ao crescimento do volume de tais problemas. Funcionaria também como uma tentativa de resposta à tese de que a crise se devia à dispersão de forças, ao fato de o MPLA contar agora com várias frentes militares. O que, apesar de provável, não deixa de se constituir num alerta quanto às fragilidades de uma direção tão centralizada. Além disso, não produziu maiores efeitos internos, e muito menos

¹⁷ Segundo a Pide, essa revolta teria sido agravada pelo falecimento de Alone Samunguiata "Caça Nova", também quioco. Isso porque surgiu a informação de que sua morte fora consequência de um descuido médico (JAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, CI (2), NT 7942, Pasta 6, fls. 118-9).

na luta contra o exército colonial o anúncio de que o Comitê de Coordenação assumiria os temas militares do movimento, estabeleceria diretrizes e acompanharia suas aplicações, bem como teria controle sobre a estrutura organizativa do MPLA. O equilíbrio favorável a Agostinho Neto era garantido pela presença de Iko Carreira e Lúcio Lara. Nesse cálculo, foram levados em consideração os fatores racial, pois tanto Carreira quanto Lara eram mestiços: étnico-regional, já que Chipenda era do Planalto Central e Monimambo provinha do Norte; e os vínculos de solidariedade, tecidos ao longo da história e que eram inquestionáveis na relação entre Agostinho Neto, Iko Carreira e Lúcio Lara, pairando acima de eventuais desentendimentos, ainda mais em momentos difíceis como esse.

O ano de 1969 marca não só o início das crises mais agudas no interior do MPLA, mas também a etapa mais difícil de sua luta anticolonial no leste de Angola. É evidente a relação entre tais fenômenos. As dificuldades crescentes do ponto de vista militar e da manutenção do contato com as populações fariam explodir projetos alternativos, contraditórios, e, conseqüentemente, o surgimento de lideranças a defenderam tais propostas, além, é claro, de sentimentos e aspirações menos nobres, baseados em ressentimentos, preconceitos e ambições.

A contra-ofensiva portuguesa redundaria num recuo das forças do MPLA. O movimento passaria, com o correr dos meses, a defrontar, no leste, o mesmo

problema ocorrido em Cabinda: a desproporção crescente entre os quadros instalados na retaguarda e os dedicados à ação de combate direto no interior de Angola. A população que permanece no interior apoiando os guerrilheiros questiona essa situação e reivindica mudanças, sob o argumento de que, antes da chegada do MPLA havia pobreza, sim, o que não mudou, mas não havia guerra.

Depoimentos desse tipo aparecem não só nos interrogatórios feitos pela Pide quando da detenção dessas populações, após os ataques às bases ou acampamentos do MPLA, mas também em entrevistas de militantes ou ex-militantes do MPLA com passagem pela Frente Leste (Entrevista com Daniel dos Santos, Rio de Janeiro, 11, 12 e 22 de novembro de 2000). O padrão dos testemunhos à Pide segue o que anteriormente vimos em relação ao norte da colônia. As respostas refletem uma estratégia que tenta manter distância, não se comprometer muito com o movimento. Os interrogados diziam pertencer a determinada aldeia, quando um dia, já não lembram quando, geralmente um ano atrás, apareceu um grupo do MPLA, levou toda a população para um outro lugar, onde se começou a fazer novas plantações, que serviam para alimentar também os guerrilheiros. Os guerrilheiros ficavam num acampamento próximo, onde a população não podia entrar. Algumas vezes mencionam as sessões de esclarecimento feitas pelos guerrilheiros do MPLA sobre a luta contra os portugueses, sem muitos detalhes. Segundo eles, a vida seguia esse rumo até serem capturados pelas autoridades portuguesas.

É muito interessante o fato de as informações não apresentarem exatidão em relação ao número de guerrilheiros ou armas. Dependendo, provavelmente, do interrogatório a que foi sujeito, o que poderia se traduzir numa escala maior ou menor de violência, o interrogado citava um ou outro nome de guerrilheiro e o tipo de armas que viu, mas nada que viesse a comprometer seriamente o movimento. Em alguns casos, era levado como guia das tropas portuguesas para ataques aos acampamentos que tinha freqüentado. Seus detalhes, por vezes, se prendem mais a descrições dos objetos, como a cor da caneta que o guerrilheiro carrega, o formato do relógio, o tipo de calça e de sapato. Essa atitude parece estar relacionada a uma estratégia previamente acordada entre os guerrilheiros e a população. No entanto, não nos esqueçamos da carência total de bens materiais nesses acampamentos, que fazem com que o dono de tais objetos sejam identificados antes de tudo por tais posses. Os mesmos relatórios da Pide deixam transparecer que os casos de indivíduos que fugiam dos acampamentos do MPLA até 1969 eram raros (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, NP 9084, Pasta 2 – Subdelegação de Serpa Pinto, fls. 278-81 Vº).

A Disputa com Outros Movimentos: FNLA

O MPLA e as autoridades portuguesas não disputavam o apoio dessas populações apenas entre si. A FNLA e a recém-criada Unita também iriam estar

presentes. O resultado seria inevitável: assim como ocorrera no norte da colônia, logo aconteceriam embates entre as diferentes forças independentistas. O MPLA, mais uma vez, iria se deparar com a impossibilidade de atuar numa frente de batalha sem outra disputa que não fosse apenas com as tropas coloniais. Essa situação lhe causava enormes dificuldades, já que não contava com grande base de apoio no exterior, de refugiados, que ampliasse a rede de recrutamento. Precisava penetrar em Angola para convencer as populações e conquistar o seu apoio. A FNLA, ao contrário, possuía essa base no norte, dos dois lados da fronteira entre Angola e o Congo-Léopoldville, embora não tenha alcançado, nem mesmo nessa região, um grau de mobilização capaz de romper com a ordem colonial.

O movimento presidido por Holden Roberto abriria sua frente de luta no leste em 1968, a partir da base de Nzilo III, erguida próxima à cidade de Kolwezi, na província de Katanga, no Congo-Léopoldville. Os guerrilheiros da FNLA atravessaram o Rio Kasai, ao norte do Cazombo, e entraram na região da Lunda (MARCUM, 1978, p. 219). A penetração por essa zona da colônia já havia sido tentada anteriormente, mas os problemas internos do país anfitrião, sempre receoso quanto à possibilidade de novas tentativas de secessão em Katanga, somados ao temor de Holden Roberto em abrir novas frentes de luta que ficassem longe do seu alcance, inviabilizaram a opção. Dessa vez, o insucesso esteve diretamente ligado à atuação das tropas coloniais. Os ataques

avios e os aldeamentos minaram qualquer possibilidade de expanso do raio de acao da FNLA, mas, ainda assim, sua presenca dificultaria a atividade do MPLA, pois criava um novo obstaculo ao norte da 4ª Regiao.

A limitacao demonstrada no leste de Angola resumia o quadro de crescente fragilidade militar por que passava a FNLA, resultado, entre outros fatores, da alianca com o Congo de Mobutu e da centralizacao de Holden Roberto. Em relacao a alianca com Mobutu, vale lembrar que a estrategia militar da FNLA estava condicionada aos laços estabelecidos com o Congo-Léopoldville. As turbulencias politicas e militares ocorridas na capital desse pais afetavam diretamente a organizacao de Holden Roberto. A consolidacao do regime comandado por Mobutu traria tranquilidade a Holden, principalmente no tocante as disputas internas do movimento, mas, com o passar dos anos, se transformaria numa camisa-de-forca contra a qual era impossivel lutar. A atuacao da FNLA, militar e politicamente, ficaria sujeita aos interesses de Mobutu na regio. E dessa uniao sairia reforçada a ideia de que a luta anticolonial levaria a uma negociacao. De acordo com esse raciocinio – apresentado ainda em meados dos anos 60 por Gérard Chaliand (1966, p. 94) como o caminho a ser seguido por Holden –, a forca militar da FNLA, estacionada junto a fronteira norte da colonia, seria decisiva numa solucao politica do conflito.

No tocante à forma como era gerida a FNLA, ela se caracterizara, ao longo dos anos, por uma série de manobras de Holden Roberto para afastar, desprestigiar e eliminar seus concorrentes internos, mesmo no caso de antigos companheiros de luta,¹⁸ inevitavelmente implicando a fragilização dos órgãos de gerenciamento e decisão do movimento. Na entrevista concedida ao jornalista francês Pierre Pascal Rossi, em 1968, em Kinshasa, Holden, perguntado a respeito do programa político do GRAE, responde: "Nós não temos nenhum e não há por que nos criticar por isso. Nós pensamos que não é possível prever desde agora um programa político preciso" (SERRANO, 1988, p. 175). Ou seja, sua perspectiva política em nada avançara desde a entrevista com Robert Davezies, anos antes. A consequência disso era uma paralisia das decisões.

O autoritarismo de Holden Roberto não evitaria a eclosão de novas crises na FNLA, como as dissidências patrocinadas por Jonas Savimbi, em 1964, e Alexandre Taty, em 1965, já referidas. Nem tampouco os levantes militares nos campos de treinamento militar, sempre devido à carência generalizada e aos fuzilamentos dos descontentes. Uma nova onda de insatisfação, liderada por oficiais da base de Kinkuzu, ocorreria em novembro de 1971. Segundo os relatórios da Pide, os comandantes militares reivindicavam melhores condições de moradia, alimentação e vestuário para eles e seus homens. O descaso da

¹⁸ Rosário Neto, por exemplo, fora detido, em novembro de 1969, por ter criticado o autoritarismo de Holden, permanecendo isolado e sem julgamento até sua libertação em meados de 1972, com a saúde já bastante debilitada (MARCUM, 1978, p. 390, n.12).

direção teria feito com que os líderes do protesto enviassem para o interior de Angola cópias de um memorando contendo descrições catastróficas a respeito dessa situação e, em seguida, promovessem a dispensa de elementos do ELNA, número que chegaria a 667 em novembro de 1971 (IAN/TT. PIDE/DGS. Serviços Centrais, NT 7941, Cl (2), Pasta 4 fls. 97-100). Holden Roberto e seus aliados não conseguiriam conter os protestos, que se expandiram até Léopoldville e se mantiveram até março de 1972. Mais uma vez, o auxílio das tropas do Congo-Léopoldville seria fundamental na contenção dos revoltosos. Militares congolezes ocuparam a base e, apesar de não haver resistência da parte dos oficiais da FNLA, registraram-se 13 mortes e várias prisões (MARCUM, 1978, p. 187).

A situação política e militar no Congo-Léopoldville era instável. Em outubro de 1968, Pierre Mulele, o antigo líder da resistência chamada “lumumbista”, contrária à tirania de Mobutu, é executado na capital. Manifestações de estudantes universitários irrompem em Léopoldville, que desde junho de 1966 passara a se chamar Kinshasa. O protesto ganha adeptos fora do meio estudantil e gera temor ao regime. A reação é violenta, mas não impede nova onda de insatisfação em 1971. Dessa vez, a Universidade de Kisangani será fechada e os estudantes perseguidos. Mobutu tenta ultrapassar a crise econômica e política avançando com a estratégia da *autenticidade*, renomeada em 1974 como “mobutismo”. Em linhas gerais, pregava-se um retorno à cultura africana e

às suas marcas tradicionais, embalado num discurso populista. Em outubro de 1971, o Congo-Léopoldville se transforma em Zaire e no ano seguinte Joseph Désiré Mobutu passa a se chamar Sese Seko Mobutu.

A FNLA não é estranha ao novo projeto veiculado por Mobutu. Holden Roberto continuava tentando passar a idéia de que sua organização era a mais africana dos movimentos de libertação angolanos, formada por camponeses, ao contrário do MPLA, que, segundo ele, seria um movimento de urbanos pequeno-burgueses. Não obstante essa propaganda e os aliados que conseguira conquistar, o que vimos anteriormente é que a FNLA tinha suas elites tradicionais, ligadas a redes de comércio, bem como quadros urbanizados já há algum tempo. De acordo com Christine Messiant (1989, p. 186-8), essas elites deveriam ser identificadas como menos crioulas e mais próximas do perfil do "évolué", já que viveram mais de perto, na maioria dos casos, o colonialismo belga do que o português. Isso proporcionaria ao movimento maior intimidade com o meio rural e, conseqüentemente, naquele contexto histórico, uma carga étnica também maior, mas sua liderança estava longe de corresponder à imagem "tradicionalista" cultivada.

É nesse contexto de mudanças e rupturas no agora Zaire que seria articulada mais uma aproximação entre o MPLA e a FNLA. As tentativas de união entre essas organizações datavam do início dos anos 60. Na Conferência de Tûnis, em

janeiro de 1960, chegou-se a assinar documentos em favor da luta unificada contra o colonialismo. Quando da chegada de Agostinho Neto a Léopoldville, em 1962, houve nova tentativa, frustrada por Holden Roberto, que não respondeu ao presidente do MPLA. No entanto, como vimos, a partir de meados dos anos 60, a FNLA se enfraquece e sua atuação militar regride. Ao mesmo tempo, aumenta a pressão da OUA por um acordo entre os movimentos angolanos, inviabilizado diante do episódio da prisão e posterior assassinato dos guerrilheiros do MPLA pertencentes ao destacamento Kamí, em 1967, pela FNLA.

A tendência principal na OUA passa a ser a identificação de Holden Roberto como o maior entrave à união, favorecendo assim o MPLA. Em 1968, a FNLA vê praticamente se extinguir a assistência que recebia dessa organização de países africanos. Em agosto desse ano, uma delegação da OUA enviada para observar as atividades do ELNA, o braço armado da FNLA, diante das dificuldades apresentadas pelo movimento, demonstra receio em entrar no território angolano. Holden Roberto, avisado do fato, mostra-se disposto a acompanhá-los, mas o receio permanece. Em resposta, Holden condiciona a visita à base de Kinkusu a uma visita ao interior de Angola. Com isso, o empasse não encontra solução e a delegação abandona Kinshasa.

Meses depois, a Pide do posto do Noqui informa, em relatório a Luanda, que Manuel Julião, adjunto do chefe do Estado-Maior da FNLA, e Jacinto Isaias

Kiela, comandante, foram detidos pela organização de Holden em Kinkuzu, sob a acusação de terem aconselhado os delegados da OUA a não entrarem em Angola, afirmando que suas vidas corriam perigo, pois o ELNA não controlava essa região. Ambos seriam acusados ainda de terem preparado um golpe, financiado pelo MPLA, com o objetivo de eliminar Holden Roberto (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, NP 9085, Subdelegação de Salazar, Pasta 1, fls. 546-7). As informações sobre o caso param por aí, mas as sentenças certamente não seriam conciliadoras, mesmo que as acusações de associação ao MPLA fossem totalmente falsas. A dúvida levantada já era suficiente para, num contexto como aquele, justificar decisões radicais. Em 1971, a OUA toma novas medidas desfavoráveis à FNLA e retira o reconhecimento ao seu governo revolucionário.

Nesse período de crise, os principais apoios africanos da FNLA vinham da Tunísia, do Marrocos e da Costa do Marfim, além, é claro, do próprio Congo-Léopoldville. Fora do continente, os Estados Unidos, por meios variados, manteria seu "patrocínio" ao movimento. A Índia também estenderia a mão à FNLA, auxiliando com medicamentos, roupas e, acima de tudo, treinamento militar. Goa, antiga colônia portuguesa anexada ao Estado indiano em 1961, seria usada como base inicial, dada a facilidade da língua. Por ironia, alguns dos militares da FNLA formados pela Índia estariam envolvidos na rebelião do campo de Kinkuzu, ocorrida em 1972, onde atuavam como instrutores. Ainda

assim. nesse mesmo ano, a Índia voltaria a receber militantes da FNLA em Goa (MARCUM, 1978, p. 231).

O ano de 1972 é marcado pelo esforço da FNLA na retomada de seu reconhecimento pela comunidade internacional, esforço esse favorecido pela crise militar por que passava o MPLA no leste. Apesar das dificuldades enfrentadas pelos dois movimentos, a aproximação entre ambos parecia continuar impossível. É por isso que a aliança entre Agostinho Neto e Holden Roberto, anunciada em dezembro de 1972, surpreende a muitos, inclusive no próprio MPLA e na FNLA. No encontro, ocorrido em Kinshasa, e patrocinado por Mobutu, cria-se o Conselho Supremo da Libertação de Angola (CSLA), que, assessorado por outras duas direções – o Comando Militar Unificado (CMU) e o Conselho Político Angolano (CPA) –, passaria a comandar a luta anticolonial em Angola.¹⁹ A surpresa logo se transformaria em combustível para a ampliação da crise interna do MPLA, tema principal do próximo capítulo deste trabalho. Por ora, registremos o descontentamento no movimento com essa aliança, articulada pela presidência sem o conhecimento de outras instâncias.

O acordo parecia ser mais favorável à FNLA do que ao MPLA. O movimento de Holden Roberto tinha perdido o reconhecimento da OUA e na perspectiva militar estava praticamente estagnado em solo zairense. Além disso,

Mobutu, um dos principais articuladores da aliança, aparecia nas manchetes internacionais como o grande negociador, capaz de ultrapassar diferenças inconciliáveis. Pelo lado do MPLA, ou mais precisamente do presidente Agostinho Neto, o acordo poderia ser uma alternativa aos problemas com a ofensiva portuguesa no leste, já que a negociação abriria a fronteira norte de Angola ao MPLA. Ao mesmo tempo, Neto tinha conhecimento dos problemas enfrentados por Holden na base de Kikuzu e o quanto estes teriam fragilizado a FNLA. Mas acima de tudo, o CSLA afastava o presidente do MPLA dos problemas internos, principalmente da crise gerada na Frente Leste, reforçando sua imagem como a única referência capaz de negociar internacionalmente em nome do movimento.

O Conselho Supremo da Libertação de Angola também surpreende às autoridades portuguesas, que, num primeiro momento, passam a se valer das matérias dos jornais zairenses, publicadas ao longo do mês de dezembro, até que pudessem acionar seus informantes, especialmente em Kinshasa. A principal fonte era o jornal *Elima* e através dele ficamos sabendo que o primeiro passo para a união entre os dois movimentos foi dado em Adis-Abeba, na sessão da OUA de fins de 1971. O assunto seria retomado na conferência de chefes de Estado e de governo da OUA realizada em Rabat, em junho de 1972, na qual estipulou-se que a tarefa deveria ser levada adiante pelo Congo-Brazzaville, pela Tanzânia, pela

¹⁹ Uma cópia do documento original do acordo entre o MPLA e a FNLA foi obtida pela Pide e encontra-

Zâmbia e pelo Zaire. O passo final seria a reunião, em Kinshasa, entre os dias 11 e 13 de dezembro de 1972, envolvendo os ministros dos Negócios Estrangeiros desses países,²⁰ o representante da OUA, Kamanda Wa Kamanda, o secretário geral adjunto da OUA e os representantes do MPLA, Agostinho Neto, e da FNLA, Holden Roberto. Segundo o acordo, o Conselho Supremo seria composto por um presidente, indicado pela FNLA, um vice-presidente, indicado pelo MPLA, e por todos os membros do Comando Militar Unificado e do Conselho Político Angolano. Estabeleceu-se também a criação de uma comissão de arbitragem, composta por representantes dos países que patrocinaram o acordo, para dar conta de possíveis diferendos entre os dois movimentos (IAN/TT, PIDE/DGS, Processo N.º 19544-CI(2), NT 7840, fls. 467-79).

Tão logo o acordo entre as respectivas direções foi divulgado, estabeleceu-se um relaxamento da tensão entre os guerrilheiros da FNLA e do MPLA que estavam no norte de Angola. Não se pode afirmar que os guerrilheiros de ambos os lados estivessem à espera desse acordo, até porque muitas atrocidades ocorriam na região sem o conhecimento das direções, mas certamente o desgaste que a luta em duas frentes produziu e a contra-ofensiva militar portuguesa na área facilitaram essa distensão.

se em IAN/TT, PIDE/DGS, Processo N.º 19544-CI(2), NT, 7840, fls. 332-5.

²⁰ Henri Lopes, do Congo; John Malacela, da Tanzânia; Nguza Karl i Bond, do Zaire; e Elidja Mudenda, da Zâmbia.

Essa aproximação entre a FNLA e o MPLA, fonte de preocupação de Portugal, passou a ser acompanhada não mais apenas pelo noticiário dos jornais. As forças coloniais de repressão acionam sua rede de informantes para observarem a marcha das negociações entre os guerrilheiros. Estes acordam, de início, um programa de visitas entre as lideranças, logo seguido pela permissão de circulação de pessoas entre as respectivas zonas de influência (IAN/TT, PIDE/DGS, Processo N.º 19544-CI(2), NT 7840, fls. 121-6).

No entanto, enquanto isso, já no primeiro semestre de 1973, as negociações entre as lideranças dos movimentos entram num impasse. A FNLA deteve dois comandantes da organização de Agostinho Neto – João António Rosa “Águas do Mar” e Manuel Kiako “Mundo Leal” – na província do Baixo Zaire, tentando contactar a 1ª Região do MPLA. A acusação é de que estavam armados e atuando fora do estabelecido pelo Conselho Supremo. Com isso, a implementação do acordo seria imediatamente suspensa, com o MPLA afirmando que só retomaria a discussão após a libertação de seus homens e a FNLA querendo que o caso fosse resolvido pelo Conselho, organismo que ainda não estava de todo definido.

Todavia, ainda assim, continua a aproximação entre os guerrilheiros do MPLA e da FNLA no norte de Angola. Como explicar essa situação? Provavelmente, devido ao distanciamento desses guerrilheiros das suas respectivas direções. No caso da FNLA, o contato estava limitado pela atuação

das tropas coloniais e pela paralisia dos seus dirigentes, temerosos de atuarem em desacordo com as idéias de Holden, envolvido em infindáveis reuniões. Pelo lado do MPLA, já há muito tempo que o isolamento da 1ª Região constituía um drama para o movimento. Vivía-se muito em função dos comunicados por meio de programas radiofônicos e esses eram, na sua imensa maioria, pelo menos por essa época, pronunciamentos políticos cuidadosos que pretendiam responder à pressão dos países africanos patrocinadores da aliança, não dando conta da intensa briga de bastidores entre os dois movimentos. Evidentemente, essa aproximação entre os guerrilheiros teria um limite nas propostas e no tempo. Tão logo se explicita o impasse e o acordo passa a ser questionado abertamente por ambas as direções, as barreiras seriam repostas.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, baseado nas informações da sua representação diplomática em Kinshasa, associa a criação do Conselho Supremo da Libertação de Angola a uma postura política mais radical desenvolvida por Mobutu nos últimos meses de 1972. Segundo essa análise, o dirigente zaireense desejava reforçar a imagem de líder africano, ambicionando uma maior projeção regional. Esses documentos demonstram ainda a crescente pressão exercida sobre a representação portuguesa em Kinshasa, fato que, até junho de 1972, não havia sido registrado. Pelo contrário, pouco antes tinham sido negociados temas delicados entre os dois países, com destaque para os problemas sobre navegação marítima, restabelecimento das telecomunicações, visitas

comerciais ao Zaire, negociações sobre as ferrovias e sobre a exploração petrolífera. Os documentos apresentam também as propostas de retaliação portuguesa, frente a um possível acirramento da posição do Zaire, que de todo não aconteceu: proibição das operações normais de comércio; embargo à utilização dos portos de Angola por navios com bandeira zairense; utilização da comunidade zairense em Angola como refém na eventualidade de medidas que pusessem em causa a vida e os bens dos portugueses no Zaire; e mobilização dos katangueses ao longo da fronteira nordeste de Angola (IAN/TT, PIDE/DGS, Processo N.º 19544-CI(2), NT 7840, fls. 222-49).

As prioridades do governo zairense começam a apresentar alterações de rumo a partir de 1971. O primeiro sinal de mudança dado por Mobutu, no campo das relações externas, foi a visita à Guiné-Conacry, de Sekou Touré. A Guiné foi um dos primeiros países africanos a se tornar independente, em outubro de 1958. Apesar da hesitação de Touré em afirmar-se socialista e das suas complicadas relações com os países do Leste Europeu, defenderia uma via não-capitalista de desenvolvimento e exerceria uma crítica severa ao neocolonialismo na África. Por essa época, Mobutu tentaria também aproximar-se da China, via Tanzânia. O governo Chinês, por sua vez, traçava uma nova política externa que, na África, resultou no estreitamento das relações com países até então arredios ou declaradamente inimigos de Pequim. É nesse quadro que se verifica a viagem de Mobutu à China, em janeiro de 1973.

O próximo passo seria a aproximação do próprio Holden Roberto ao novo aliado zaireense. O presidente tanzaniano, Julius Nyerere, assustado com as crises internas do MPLA, endossa a estratégia. Ainda naquele ano de 1973, em dezembro, dez anos após a viagem abortada em decorrência das disputas internas no Congo-Léopoldville, Holden vai a Pequim e retorna com a promessa de apoio chinês. O mesmo aconteceria com a Romênia, por onde passa em janeiro de 1974. Ao longo de 1974, a China fornece 120 instrutores militares e 450 toneladas de armamentos à FNLA. A idéia era estruturar um exército para o movimento com o apoio das tropas do Zaire (MARCUM, 1978, p. 228 e 245).

Enquanto isso, o acordo entre o MPLA e a FNLA não sai do papel, ainda que não tenha sido formalmente rompido por nenhum dos dois lados. O ano de 1973 passou sem qualquer avanço nessa negociação. As próprias autoridades coloniais portuguesas afirmavam não acreditar no discurso de Mobutu e de Holden para a imprensa internacional, agendando para breve a instalação do MPLA no Zaire (IAN/TT, PIDE/DGS, Processo N.º 19544-CI(2), NT 7840, fl. 57). As restrições às atividades do MPLA permaneciam e só mesmo sua crise interna poderia explicar a aposta arriscada feita por Agostinho Neto.

A Unita

A Unita era o outro adversário do MPLA no campo do nacionalismo angolano a atuar no leste da colônia. Como vimos, as negociações para que Jonas Savimbi, o futuro presidente da Unita, ingressasse no MPLA não obtiveram sucesso. A primeira dessas negociações pode ser observada através da correspondência publicada por Lúcio Lara (1997, p. 410-24) e se estende de janeiro de 1960 até abril de 1961. Apesar das severas críticas feitas por Savimbi nessas cartas ao movimento de Holden Roberto, nesse mesmo mês de abril é nomeado representante da FNLA na Europa. Nova tentativa de aproximação entre o MPLA e Jonas Savimbi se registra quando da saída deste da FNLA, em julho de 1964. Em dezembro, em Brazzaville, Savimbi e seus aliados publicam um documento intitulado "Amigos do Manifesto Angolano" (Amangola), em que contestam o que identificam como uma postura "divisionista" da FNLA (GUERRA, 1994, p. 162), mas ainda assim seus interesses se mostraram inconciliáveis com os do MPLA.

No cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros do governo revolucionário no exílio criado pela FNLA, Jonas Savimbi estabeleceu inúmeros contatos e teceu alianças que o ajudariam após a sua saída da FNLA, como a com o presidente egípcio Gamal Abdel Nasser, apoio fundamental nos anos de 1964 e 1965. Depois de um longo périplo internacional que o levou a países africanos, ao Leste Europeu e à Ásia, com especial enfoque para a China, Jonas Savimbi e outros dissidentes da FNLA começam a se concentrar na Zâmbia e aos poucos

avançam com o recrutamento de jovens angolanos próximos à fronteira leste. Não havia mais a hipótese de se estruturar qualquer aliança com o MPLA. O grupo de Savimbi investe na relação com a China, para onde os principais líderes partiram em 1965, a fim de receber treinamento militar, incluindo o próprio Jonas Savimbi.

Em março de 1966, o grupo é batizado de União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita). Nesse mesmo ano, inicia operações de guerrilha em território angolano. Ações de alcance limitado do ponto de vista militar, mas que seriam úteis ao movimento na sua propaganda como mais uma força de libertação angolana. O discurso da Unita procurava enfatizar o fato de que a sua direção, ao contrário da dos demais movimentos, estava lutando ao lado dos guerrilheiros no interior de Angola. Os primeiros ataques ocorrem entre setembro e dezembro, de início na região de Kassamba, no centro do distrito do Moxico, e depois em áreas mais ao norte. A ação mais conhecida seria o ataque à tropa portuguesa, na noite de natal de 1966, na localidade de Teixeira de Sousa (atual Luau), na fronteira com a Zâmbia.

A Pide já há algum tempo acompanhava as movimentações da Unita na Zâmbia e os relatórios fornecidos pelos informantes apontavam insistentemente para a fragilidade demonstrada pelo movimento nessa fase inicial, o que certamente teria implicações quanto à não-previsão das ações militares. Tão logo

os ataques se sucedem, relatórios mais bem elaborados e com mais informações são preparados pelas subdelegações da Pide na região leste, a fim de atender à demanda quer da Pide de Luanda, quer de Lisboa. Um desses documentos, datado de 30 de março de 1967, chamado “Zona Leste – Medidas de Combate à Subversão” (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Malange, NT 7370, Documento 16), analisa o avanço da Unita na região e afirma que o principal apoio ao movimento seria dado por populações de origem quioca. Informa ainda se tratar de uma organização comunista e que seus quadros receberam treinamento militar em Nanquim, na China. O mais interessante, no entanto, é a ênfase que é dada à relação entre a Unita e a rede de missões protestantes na região. O documento apresenta os protestantes como peça fundamental na arregimentação de apoio da população à Unita. Por fim, alerta para o “cuidado” que as autoridades coloniais deveriam ter com os pastores e para a necessidade de vigiá-los e sugere o aliciamento de um deles como informante.

Documentos posteriores reforçam a idéia de que a mobilização da Unita era baseada num discurso de apelo racial, em que se anunciavam os benefícios, principalmente os materiais, e aí muitas vezes com exagero, que os africanos tinham obtido na Zâmbia após a independência. Comparavam essa situação com as carências vividas em Angola. A favor da Unita pesaria também o fato de Jonas Savimbi ser originário do Planalto Central, nascido na localidade de Munhango, na divisa entre os distritos do Bié e do Moxico, região bem próxima à área que

futuramente seria alvo de atuação da Unita. Seu pai, funcionário dos Caminhos de Ferro de Benguela, era um homem muito conhecido na região e atuante nas missões protestantes existentes no planalto. Os vínculos eram fortes e a Unita, apesar das inúmeras dificuldades, conseguiu articular o apoio necessário à sua sobrevivência como mais um movimento na luta anticolonial.

No ano seguinte, porém, em março de 1967, enquanto Jonas Savimbi realizava mais uma série de contatos internacionais e propagandeava, a partir do Cairo, os feitos iniciais da Unita, um grupo de guerrilheiros do seu movimento ataca o Caminho de Ferro de Benguela, deixando a Zâmbia isolada. O golpe surpreendeu o governo zambiano, que se utilizava da ferrovia para transportar a produção de cobre para exportação até o porto angolano do Lobito. Ao regressar do Egito, o líder da Unita seria preso em Lusaka. Na sua entrevista a José Freire Antunes, Savimbi afirma que foi expulso da Zâmbia “graças à pressão do presidente Nasser, porque o Kaunda queria me entregar aos portugueses” (ANTUNES, 1995, p. 97).

Jonas Savimbi ficou afastado de Angola e da Zâmbia por aproximadamente um ano e os principais líderes estavam espalhados pelo Egito, Etiópia, Estados Unidos, Suíça e Tanzânia. Com isso, os guerrilheiros da Unita que estavam no interior de Angola ficaram sem poder estabelecer qualquer contato externo, o que levou à desestruturação total do movimento. Na virada de 1967, seus dirigentes

iniciam nova campanha internacional para obter apoio financeiro e político. Jonas Savimbi regressa à China e Tony da Costa Fernandes, outro importante dirigente da Unita, estabelece ligações com os Estados Unidos. Em Julho de 1968, juntamente com Miguel N'zau Puna, e apoiado nas relações estabelecidas com a Swapo, Savimbi regressa a Angola (Entrevista de Miguel N'zau Puna a JAIME e BARBER, 1999, 170-1). Lentamente, as relações entre Savimbi e Kenneth Kaunda seriam retomadas. O presidente zambiano se interessava em ter uma alternativa ao MPLA, considerado à época como estando próximo demais dos soviéticos.

Sobre esse ponto, vale referir que o ano de 1968 traria problemas ao MPLA no que diz respeito ao equilíbrio sempre delicado entre os movimentos de libertação angolanos e a Zâmbia. A documentação capturada pela Pide nos acampamentos Mandume II e Caquege informa que Don Barnett, um antropólogo radicado no Canadá,²¹ e dois quadros do MPLA, "Likambuila" e "Tito Moto Moto", além de outros 14 guerrilheiros teriam sido detidos pela tropa zambiana ao saírem do território angolano, em setembro, e escoltados até Lusaka. O grupo somente seria libertado em meados de outubro. Barnett teria protestado muito contra tal situação, principalmente com relação ao tratamento policial. Suas declarações à imprensa tiveram péssima repercussão junto às autoridades zambianas, que ameaçaram impedir o acesso do MPLA à fronteira (IAN/TT,

PIDE/DGS, Delegação de Angola. NP 9084, Pasta 2. Subdelegação de Serpa Pinto, fls. 350-97).

Quanto à Unita, que parece ter-se aproveitado dos problemas existentes entre o MPLA e o governo da Zâmbia. é preciso destacar que seus documentos e as declarações de seus dirigentes à imprensa apontavam para a força de sua ligação com a China. Esta, no entanto, segundo alguns especialistas, entre eles John Marcum, teria restringido seu apoio sobretudo ao treinamento militar dos quadros do movimento (MARCUM. 1978, p. 230). Ainda assim, a Unita se apropria de um discurso revolucionário, que com o decorrer da luta seria alterado para um perfil mais reformista que não causasse tanto incômodo aos possíveis aliados ocidentais. A fragilidade inicial do movimento parecia conjugar-se com as orientações maoistas de ter como base de apoio os camponeses, lutando com as possibilidades existentes, sem depender do auxílio externo (MACQUEEN, 1998, p. 55-6).

Instalada no interior de Angola, sobretudo na área da Chicala, entre Cangumbe e a cidade do Luso (atual Luená), capital do distrito do Moxico, mas com ramificações ao longo do Rio Lungué-Bungo que chegavam até a vila de Gago Coutinho (atual Lumbala N'guimbo), a Unita transforma-se num adversário direto do MPLA. Apesar da sua fragilidade militar, sua presença na

²¹ Don Barnett posteriormente publicaria o resultado de sua pesquisa nas bases do MPLA, no leste de

região criava mais um obstáculo aos guerrilheiros do MPLA, que pretendiam seguir em suas ações militares e no contato com as populações sempre nas proximidades do Caminho de Ferro de Benguela.

Os embates armados entre os dois movimentos, ao longo de 1967 e 1968, ganhariam mais destaque na documentação recolhida pela Pide e nos relatórios preparados pelas subdelegações da polícia política e enviados a Luanda do que propriamente as ações militares da Unita contra os alvos coloniais portugueses. Documentos capturados pela Pide comprovam que a Unita sofreria muitas baixas em tais confrontos e que o movimento se referia aos guerrilheiros do MPLA como “moscovos” (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, NT 9089, Pasta 1, fl. 52). Os problemas logísticos do movimento liderado por Savimbi eram terríveis e os relatórios da Pide, que teciam comparações deste com o MPLA, retiravam importância ao primeiro. Para a Pide, o grande temor na região era mesmo o MPLA.

O desdobramento desses embates seria um acordo surgido entre a Unita e as autoridades coloniais, articulado de forma mais precisa em 1971 e que ficaria conhecido com o nome de “Operação Madeira”, já que o contato inicial foi feito por madeireiros que trabalhavam ao sul de Cangumbe. O fato seria denunciado internacionalmente pela revista *Afrique-Asie*, em julho de 1974, no período

imediatamente anterior à independência de Angola. A reação da Unita foi a de tentar desacreditar as fontes e acusar que os documentos haviam sido forjados. Com o passar do tempo, novos documentos foram apresentados, com destaque para o livro organizado por William Minter, *Operation Timber: Pages from the Savimbi Dossier* (1988), e as entrevistas dos militares portugueses, ambos comprovando a existência do acordo de não-agressão entre a Unita e a tropa portuguesa, que se desdobrava na tarefa do primeiro em atuar contra o MPLA. Mais recentemente, o próprio Jonas Savimbi, na entrevista que concedeu a José Freire Antunes, confirma o ocorrido:

“Quem eram os madeireiros? Eram os indivíduos que exploravam a madeira na área a sul de Cangombe. Quem eram os seus trabalhadores? Muitos deles eram membros da Unita. Ora, nós tínhamos necessidade de sobreviver com a venda do mel, da cera, das peles. Vendíamos esses produtos através dos nossos militantes que trabalhavam nas serrações dos madeireiros e eles traziam-nos açúcar, medicamentos, o que podiam comprar. O primeiro acordo tácito, que não foi celebrado por mim, foi celebrado pelos indivíduos que estavam localmente instalados na área, consistia no seguinte: a Unita não atacava os camiões dos madeireiros e os madeireiros compravam o que nós enviávamos. Isto funcionou. Mas a dado momento a administração portuguesa no Luso começou a entender por que é que os camionistas dos madeireiros da área não eram atacados pela Unita e infiltraram o grupo dos madeireiros, tentando uma maior aproximação entre nós e o Exército português. Nós dissemos que sim. Se o objectivo deles era não nos atacarem e nós não os atacarmos a eles, porque é que não havíamos de aceitar? Nós aceitamos. Mas nunca o Governo nem qualquer militar nos pediu para atacarmos o MPLA”. (Entrevista de Jonas Savimbi a ANTUNES, 1995, p. 98).

Ainda que Savimbi tente separar o acordo da Unita com as autoridades portuguesas da sua ação militar contra o MPLA, os demais depoimentos nesse estudo coordenado por José Freire Antunes, com destaque para os testemunhos dos comandantes militares do Exército português à época, Costa Gomes e Bethencourt Rodrigues, e as cartas divulgadas por William Minter, tornam evidente que a tarefa da Unita celebrada no acordo era combater o MPLA. O testemunho de Vasconcelos Raposo, militar português que atuou na região leste de Angola nesse período, vai além e detalha que a tropa portuguesa “abastecia a Unita” (ANTUNES, 1995, p. 598). O material disponível sugere mais, de acordo com as cartas publicadas: a Unita, em janeiro de 1974, após um curto período de retorno das hostilidades militares com o Exército português, durante a passagem do general português Abel Hipólito pelo leste, retoma o contato com as autoridades portuguesas e passa a negociar o ingresso de seus homens na Angola colonial. Como veremos no próximo capítulo, a Revolução dos Cravos em Portugal iria alterar totalmente esse rumo.

Todavia, as alianças e os acordos da Unita na região não se resumiram às forças de repressão portuguesas. Também com a FNLA foi estabelecida, no final da década de 60, uma estratégia de não-agressão no distrito da Lunda (MARCUM, 1978, p. 211-2). Da mesma forma, a aproximação com a Swapo, que auxiliara no retorno de Savimbi ao território angolano, em 1968, permanecia,

ainda que o movimento em luta pela independência da Namíbia mantivesse relações com o MPLA.

As configurações territoriais de cada movimento no leste de Angola estavam longe de serem estáticas e a Swapo, que tinha interesse em conseguir acesso às diferentes rotas dos movimentos de libertação angolanos, a partir da Zâmbia, optou pela diversificação das alianças. O interesse da Swapo era, através do sudeste de Angola, alcançar a zona namibiana do Rundu, a fim de atingir a área conhecida como Faixa do Caprivi. A dubiedade não duraria muito tempo. As relações existentes entre a Swapo e o MPLA entraram numa fase de declínio a partir de finais dos anos 60, acentuando-se ainda mais em 1970. O agravamento da crise militar do MPLA e a conseqüente redução da sua área de atuação fizeram com que a Swapo passasse a privilegiar as relações com a Unita, que, em função do acordo com as autoridades coloniais portuguesas, possuía maior liberdade de movimento na região.

No início dos anos 70, diante dos problemas internos por que passava o MPLA, a Unita tentou expandir o recrutamento de ativistas no leste de Angola, buscando, até mesmo, atrair os dissidentes do MPLA. Paralelamente, redobrava esforços com os diversos países africanos na tentativa de conseguir o reconhecimento da OUA. Com esse objetivo, promoveu a visita de jornalistas internacionais às áreas angolanas onde se registrava a sua presença, sempre

ênfatizando a idéia de que era o único movimento a atuar somente no interior da colônia. Apesar disso, o reconhecimento pela OUA só aconteceria em fins de 1974, o que prejudicou a Unita na sua tentativa de consolidar a imagem de alternativa aos demais movimentos e de angariar apoios financeiros.

Sobre esse ponto das disputas existentes entre os diferentes movimentos na região leste de Angola, um registro deve ser feito a respeito da expansão da ACTAR (Aliança dos Tshokwe de Angola, Congo e Rodésia), posteriormente renomeada ACTAZ, em função da independência da Zâmbia, ex-Rodésia do Norte. No território angolano, a sua atuação se concentraria no distrito da Lunda, na zona próxima à fronteira com o Zaire e a Zâmbia, tentando alcançar o interior do distrito do Moxico. Inicialmente, a ACTAR investiu numa campanha pacífica, através do envio de cartas para as autoridades portuguesas, pleiteando a independência de parte do território angolano. A proposta era bem ampla, pois alargava-se pelos distritos da Lunda e parte significativa de Malange, Bié e Moxico, formando um quadrado entre as localidades de Luremo, na divisa dos distritos de Malange e Lunda, descendo até o Rio Cuanza, no Alto Cuíto, e partindo em direção à fronteira leste.

As autoridades portuguesas não parecem ter dado muita atenção aos contatos realizados, ainda que tratassem com grande cuidado os temas relacionados à fronteira entre Angola e a província zaireense do Shaba (antigo

Katanga). Entretanto, o avanço dos movimentos de libertação angolanos na região fez os membros da ACTAR mudarem de estratégia, passando a ameaçar as autoridades coloniais instaladas na fronteira com o Zaire. As afirmações eram de que estariam dispostos a atuar militarmente. A documentação sobre o grupo é escassa, mas ainda assim seria identificado um ataque da ACTAR a Teixeira de Sousa (IAN/TT, PIDE/DGS. Delegação de Angola, Malange, NT 7370. Documento 11, Relatório de 26-1-1967). Os registros relativos ao grupo posteriores a esse período, quer nos arquivos da Pide quer nas entrevistas, não contêm novas informações. Os indícios são de que a expansão dos movimentos angolanos na região e a posterior contra-ofensiva portuguesa fizeram os anseios e as ações da ACTAR encolherem significativamente.

Os Números dos Movimentos

Como tivemos oportunidade de analisar em diversas ocasiões ao longo deste trabalho, a principal base do recrutamento dos movimentos de libertação eram as populações angolanas refugiadas nos países vizinhos a Angola, em especial no Congo-Léopoldville. Essa situação, em virtude das confrontações e filiações políticas existentes naquele contexto, favorecia a FNLA em detrimento do MPLA. A fronteira norte ficou praticamente livre ao primeiro, que contaria ainda com os fortes vínculos étnicos com as populações do norte de Angola. Não obstante, a FNLA recua e se volta para a resolução de problemas internos.

Para o MPLA, a alternativa inicial era a penetração em Cabinda, mas o enclave, além de ser uma tarefa difícil do ponto de vista militar, apresentava o entrave dos que desejavam sua autonomia em relação ao restante do território angolano. Na seqüência dos acontecimentos registrados na África Austral, o contexto se torna mais favorável após a independência da Zâmbia e a abertura da Frente Leste. Finalmente, os obstáculos à expansão do MPLA pareciam ultrapassados. Todavia, a nova fronteira de luta traria um outro problema: a baixa densidade populacional. O MPLA conquistara um posicionamento no xadrez da África Austral que lhe permitia o acesso a Angola, mas a possibilidade de recrutamento era limitada e, com o passar do tempo, agravada pelos aldeamentos

portugueses e os recrutamentos que seriam feitos pelas forças militares coloniais. além da presença da Unita.

Já o movimento de Savimbi, por sua vez – somando, como vimos, os dissidentes da FNLA que acompanharam Jonas Savimbi a um pequeno grupo de indivíduos originários de Cabinda e alguns quiocos também descontentes com o tratamento a eles dispensado no movimento dirigido por Holden Roberto – concentra o recrutamento de voluntários no interior de Angola e com um alcance muito limitado, dada a carência do movimento e a situação de confronto com o MPLA.

Todo esse cenário nós já tivemos a oportunidade de observar. Portanto, o que nos interessa no momento é tentar estabelecer alguns parâmetros comparativos entre as forças dispostas no terreno da guerra anticolonial. O principal obstáculo nesse tema diz respeito aos dados quantitativos referentes aos movimentos de libertação, dados esses nada fáceis de encontrar e bastante conflitantes. Evidentemente, a tarefa é das mais difíceis.

Pelo lado dos autores que se dedicaram ao tema, poucos são aqueles que apresentam números mais confiáveis que os constantes das documentações oficiais portuguesas ou angolanas. Isso porque os números consistiam numa arma importante, tanto para os movimentos de libertação como para o governo

colonial. No caso dos movimentos, porque sua imagem e prestígio, no cenário cada vez mais internacionalizado do conflito em Angola, estavam diretamente associados à sua capacidade militar e de mobilização da população, de modo que alardear números que impressionassem era fundamental para a manutenção dos apoios externos. Lembremos que já no início dos anos 60, quando a OUA fez as primeiras avaliações no Congo-Léopoldville, a diferença entre os dados anunciados pelo MPLA e pela FNLA e os realmente existentes era fabulosa.

A forma como se processaram os acordos de cessar-fogo entre os movimentos de libertação angolanos e as Forças Armadas portuguesas, ao longo de 1974, e o período de transição até que fosse declarada a independência de Angola, em 11 de novembro de 1975, também dificultaram qualquer contagem, mesmo que aproximada, do número de guerrilheiros mobilizados por cada um dos três movimentos.

Entretanto, ainda assim, alguns autores tentaram realizar exercícios estatísticos de aproximação com tais números. Eles se baseiam, na maioria dos casos, em fontes militares portuguesas. David Abshire afirma que os guerrilheiros em Angola nunca excederam os 7.500 homens (ABSHIRE, 1969, p. 438). René Pélissier, que esteve no leste de Angola no início da década de 70, nas áreas sob controle das forças militares portuguesas, acredita que os três movimentos juntos – FNLA, MPLA e Unita – teriam naquele momento algo em

torno de seis mil guerrilheiros e que eles controlavam entre 85 mil e 115 mil camponeses no interior de Angola (Pélissier, 1979, p. 166-7).

Já Willem Van Der Waals, que serviu como vice-cônsul da África do Sul em Angola entre 1970 e 1973, enquanto quadro militar da South Africa Defense Force, apresenta dados baseados em sua pesquisa nos arquivos sul-africanos. De acordo com Waals, o MPLA possuía em 1970 1.075 guerrilheiros identificados em 95 bases no Moxico e outros 890 em 68 bases no Cuando Cubango. Ainda segundo o autor, nesse mesmo período as fontes oficiais portuguesas informavam que o MPLA mobilizava cerca de 2.500 guerrilheiros. A FNLA, em fins de 1973, teria aproximadamente quatro mil guerrilheiros, ainda que, conforme o próprio autor informa, algumas fontes mencionem dez mil. A Unita possuiria cerca de 300 guerrilheiros em 1969, enquanto ela própria dizia ter três mil guerrilheiros (WAALS, 1993, p. 149, 159 e 168).

John Cann, militar de carreira da marinha dos Estados Unidos que, durante sua estadia em Portugal a serviço da Otan, realizou sua pesquisa sobre a guerra anticolonial em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, da mesma forma que Waals, trabalhou com fontes militares portuguesas. Ele também encontra dificuldades em estabelecer com clareza os números dos guerrilheiros. Escapando lateralmente ao problema, afirma que a FNLA contaria no início dos anos 60 com cerca de 6.200 guerrilheiros, número que, segundo o autor, não teria

mudado muito até o cessar-fogo. O MPLA, para Cann, teria mobilizado de 1966 até 1974, na Frente Leste, 4.700 guerrilheiros, enquanto a Unita, aproximadamente, 500 (CANN, 1998, p. 26-7).

John Marcum não parece muito interessado em entrar nessa discussão sobre os efetivos de cada movimento de libertação, apesar do detalhado e extenso trabalho realizado. No entanto, apresenta em nota os dados estimados pelo Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI): em 1971, o MPLA teria de três mil a 3.500 guerrilheiros, dos quais 500 a 1.500 estariam no interior da colônia. A FNLA de três mil a 3.500, com 350 a mil guerrilheiros em Angola. E a Unita não passaria de 500 homens, todos no interior (MARCUM, 1978, p. 220, n.300).

Pelo lado do MPLA, Lúcio Lara, em entrevista à *AfricAsia* (nº 58, janeiro de 1972, p. 18), também citada por João Paulo Guerra (1994, p. 189), afirmou que o movimento possuía naquele momento mais de dez mil combatentes. Valendo-se também de informações fornecidas pelo MPLA, encontramos o livro de Barnett e Harvey (1972, p. 4), que a partir dos comunicados de guerra do MPLA estabelece o número de dois mil quadros político-militares em 1967. A especificação político-militar encobre a dúvida se tal dado refere-se a todos os guerrilheiros mobilizados pelo movimento, mas, mesmo assim, como a Frente Leste foi aberta no ano anterior, ainda que o número correspondesse a todos os

efetivos do movimento, seria um montante muito elevado. Nas publicações mais recentes do MPLA, como os livros editados em datas comemorativas, esses dados já não aparecem, até porque o tema da luta de libertação tende a perder espaço para os conflitos registrados no pós-independência.

Em relatório preparado por V. Kulikov, funcionário da Seção Internacional do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 21 de dezembro de 1973, para o secretariado do partido é possível observar, além das críticas à forma como Agostinho Neto comandava o movimento, a seguinte passagem: “muitos combatentes foram obrigados a regressar à Zâmbia e o número dos militares do MPLA diminuiu de cinco para 3.000 homens” (*Público*, 20 de fevereiro de 1998).

A própria Pide, de acordo com o material que foi possível consultar, não parece arriscar muito sobre números, com variações gritantes nos seus informes. Em relatório elaborado pela delegação de Luanda e enviado a Lisboa, datado de 25 de setembro de 1970, sugeria-se que a soma dos efetivos dos três movimentos de libertação angolanos fosse próxima dos dez mil guerrilheiros. Entretanto, o tom pessimista dessa mensagem, com um breve balanço dos movimentos e de suas ações, destoava das informações trocadas entre essa mesma delegação e as subdelegações provinciais (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, NP 7943, CI (2), Pasta I, fls. 114-6). A diferença de enfoque e de ênfase pode ser explicada

pelo fato de que a delegação provincial pretendia dessa forma impressionar e, acima de tudo, pressionar a direção geral da Pide em Lisboa. Como veremos a seguir, a luta das delegações e subdelegações da polícia política por recursos humanos e financeiros era intensa.

Apesar de todas essas fontes, não foi possível estabelecer um cálculo capaz de fornecer um número mais confiável do que os apresentados até hoje. Podemos ponderar e apresentar alguns elementos que nos auxiliem no questionamento dos números citados, mas o somatório desses fatores dificilmente resultará numa afirmação segura a respeito dos efetivos de cada movimento.

No caso do MPLA, por exemplo, podemos lembrar que tanto os relatórios da Pide, baseados em seus informantes e nos interrogatórios dos guerrilheiros detidos, quanto as entrevistas realizadas com militantes e ex-militantes do movimento apontam um número aproximado de 200 a 300 efetivos em cada uma das quatro principais bases do movimento instaladas na Zâmbia: VC, Chipango, Kassamba e Kitexe II. Esse dado, no entanto, se refere ao período que vai da abertura da Frente Leste até início dos anos 70. No entanto, é a partir dessa data, aproximadamente entre 1970 e 1971, e em função da ofensiva militar colonial e dos problemas internos ao MPLA, que se irá registrar uma fuga do interior em direção às bases além fronteira, alterando, portanto, os números anteriormente referidos.

Em relação aos que estavam no interior, as avaliações são ainda mais difíceis. Não há sequer dados confiáveis sobre o número de bases e acampamentos instalados pelo MPLA e a eles seria preciso somar os destacamentos que os municiavam e realizavam novas investidas. A variação sobre os efetivos das bases e acampamentos era grande. Segundo os interrogatórios realizados pela Pide, eles podiam oscilar na maioria dos casos entre 10 e 60 homens. As listagens apreendidas pelas forças de repressão portuguesas nos seus ataques aos acampamentos guerrilheiros do MPLA mencionam até mesmo uma centena de nomes por destacamento.

Outro ponto importante é que as bases ou acampamentos, tanto no interior de Angola quanto na Zâmbia e no Congo-Brazzaville (em Brazzaville e Dolisie), no caso do MPLA, e em diversas regiões do Congo-Léopoldville, no caso da FNLA, funcionavam como local de refúgio e concentração da população angolana deslocada. É possível, e não seria de espantar, que essas pessoas fossem contabilizadas como efetivos dos movimentos, principalmente se tivermos em conta a dificuldade militar dos movimentos, no início dos anos 70, de atingir parcela maior da população angolana.

Mas os exilados, como afirmamos no início, também eram importantes como base de recrutamento para os movimentos de libertação. Seguindo esse

raciocínio e comparando os números disponíveis sobre exilados angolanos no Congo-Léopoldville e na Zâmbia com os dados, ainda que discrepantes, sugeridos anteriormente para cada movimento, o resultado é altamente favorável ao MPLA. O cálculo, apesar de arriscado, demonstra a capacidade do movimento em recrutar e mobilizar a população em condições muito difíceis. De acordo com os dados coletados por Kenneth Grundy no Alto Comissariado das Nações Unidas, os refugiados angolanos na Zâmbia, em 1967, seriam 3.800, número que iria subir ano após ano até que em 1971 alcançasse os dez mil. Já os angolanos no Congo-Léopoldville no mesmo ano, segundo o mesmo órgão, somavam 400 mil (GRUNDY, 1973, p. 201). Acrescentemos ainda que, no Congo-Léopoldville, a FNLA não possuía adversário.

Um último dado nos ajuda nesse exercício estatístico. É o acordo para a independência de Angola assinado pelos três movimentos de libertação angolanos – FNLA, MPLA e Unita – com o Estado português em janeiro de 1975. O Acordo de Alvor, como ficou conhecido pelo fato de ter sido negociado nessa cidade portuguesa do Algarve, previa, no seu Capítulo IV, referente à Comissão Nacional de Defesa a ser criada, englobando as quatro forças militares envolvidas no conflito, que cada movimento deveria contribuir com oito mil

combatentes, enquanto as Forças Armadas portuguesas contribuiriam com 24 mil.²²

Por ora, registremos que esse acordo, ocorrido após a negociação em torno do cessar-fogo, em separado, entre Portugal e os três movimentos, visava à regulação de um governo de transição, absorvendo as quatro forças presentes no terreno, até que fosse estipulada mais detalhadamente a forma de disputa entre os três movimentos. A data da independência já estava marcada: 11 de novembro de 1975.

Por enquanto, o que interessa realçar é o número aprovado de oito mil combatentes por movimento. Isso depois de um período curto, é verdade, — cerca de três meses, no caso do MPLA — de cessar-fogo, mas durante o qual os movimentos se esforçaram por ampliar seus contatos com a população de modo a ganhar adesões, já que a rivalidade em torno do nacionalismo angolano cresceu proporcionalmente às possibilidades de acesso à independência, após as negociações com o Estado português. Não seria de estranhar, portanto, que tanto o MPLA quanto a FNLA, os dois principais movimentos de libertação angolanos, tivessem, no início dos anos 70, cada um deles, muito menos guerrilheiros do que os oito mil combatentes sugeridos no Acordo de Alvor.

²² Esse acordo seria publicado pelo Ministério da Comunicação Social de Portugal, ainda em janeiro de 1975, tendo em anexo os discursos de Agostinho Neto, em nome dos três movimentos de libertação angolanos, e do presidente da República de Portugal, o general Francisco da Costa Gomes.

Mais recentemente, em entrevista a Jaime e Barber (1999, p. 269), o almirante da marinha portuguesa Rosa Coutinho, que exercera o cargo de alto comissário para Angola a partir de 1974, já no período pós Revolução dos Cravos, aponta um outro problema. Ele afirma que, naquela fase de transição até a assinatura dos acordos de cessar-fogo, o MPLA tinha de dois mil a três mil guerrilheiros, a Unita de 300 a 400, enquanto as forças da FNLA chegariam a 16 mil. Nesse último caso, porém, segundo o militar português, contava-se entre os efetivos da FNLA um elevado número de homens recrutados no Zaire e que não deveriam ser considerados angolanos, pois eram o reforço militar do governo Mobutu para garantir a presença de seu aliado no campo político e militar em melhores condições.

Ainda que a especulação sobre os números a que teria chegado esse apoio por parte do Zaire à FNLA tenha tantas variações quanto os dados apresentados para os movimentos, poucos são os autores que discordam dessa presença. Também os militares portugueses e os militantes do MPLA insistem nesse fato.

Antes de passarmos ao estudo de como se processou a contra-ofensiva portuguesa no leste de Angola, é preciso destacar que, tendo em conta quaisquer dos cálculos apresentados, o número de angolanos recrutados pelo exército colonial, a partir principalmente do início da década de 70, seria muito maior do

que a soma dos efetivos dos três movimentos de libertação. Em 1973, o recrutamento local em Angola alcançava 27.819 indivíduos, 42,4% do efetivo militar instalado na colônia. O total de militares mobilizados apenas pelo Exército para atuar em Angola era de 65.592, também relativo ao ano de 1973. A esse dado, ainda podemos acrescentar as chamadas forças auxiliares, como as milícias, as TEs e GEs, que somariam aproximadamente outros 23 mil homens.²³

É evidente que a análise sobre o recrutamento colonial precisa levar em consideração um fator fundamental: o seu caráter compulsório, tão mais decisivo quanto maior a impossibilidade de contato com os movimentos de libertação, já que em áreas de influência dos movimentos a opção de adesão era difícil, embora concretizável. No caso do recrutamento feito pelas forças guerrilheiras, ainda que em determinadas condições a pressão do contexto pudesse ser relativamente grande, a sua amplitude, como tivemos oportunidade de ver, era limitada a zonas específicas, quer no espaço quer no tempo.

Acrescentemos ainda um outro fator não menos importante nessa análise: o soldo. Além de obrigatório, o alistamento e a posterior incorporação aos quadros efetivos do Exército garantiam ao jovem angolano um vencimento que, diante da miséria a que era exposto, na esmagadora maioria dos casos, assumia uma

²³ Em Moçambique, onde a africanização da guerra conheceu os seus maiores índices, essa porcentagem subiria para 53,6, no mesmo ano de 1973, de um total de 51.463 efetivos do Exército na colônia. Esses

dimensão mais do que significativa.²⁴ Esse fenômeno faria o major reformado do Exército português Mário Tomé (2001, p. 73) caracterizar as tropas africanas recrutadas pelas Forças Armadas portuguesas como mercenárias. Segundo ele, apesar do pagamento irrisório que recebiam, que afinal era muito mais do que “alguma vez pensaram receber de um branco”, elas passaram a ter interesse em manter o vínculo e esse pagamento, mesmo tendo se tornado com o passar do tempo nas principais vítimas da guerra.

Recrutamento Colonial

O recrutamento realizado pelas Forças Armadas portuguesas e pela Pide é um fator fundamental para podermos entender a contra-ofensiva militar portuguesa no leste de Angola. A tendência, com o aumento dos confrontos, foi a de queda no recrutamento de soldados metropolitanos e aumento do alistamento dos africanos. Em Angola, no fim da guerra, de um total de aproximadamente 66 mil soldados nas forças regulares do Exército, 28 mil eram angolanos. Se a esses números somarmos as tropas de apoio compostas por africanos, das quais trataremos em seguida, o total de africanos alistados poderia chegar a 50 mil.

dados foram apresentados pelo Estado-Maior do Exército português na sua *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África* (1988, p. 258-61).

²⁴ O cálculo apresentado pelo Exército estipula em Angola uma despesa para a incorporação de 115 escudos dia/homem, enquanto o vencimento seria de 35 escudos (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1988, p. 527). Segundo Pélissier (1979, p. 118), o soldo não era baixo, tendo em consideração o salário em Portugal de um jovem sem qualificação.

Em sua análise sobre o caso moçambicano, João Paulo Borges Coelho chama a atenção para a africanização do exército colonial em Moçambique, fato que se repete no conflito angolano. Suas considerações estabelecem a necessária ligação entre os dados dos efetivos militares e a própria teoria da contra-subversão. Seguindo essa estratégia, era fundamental para Portugal expandir o recrutamento dos africanos, pois isso diminuía o espaço de atuação possível dos movimentos de libertação. O autor realça a necessidade de compreendermos a integração de fatores que compõem essa concepção (COELHO, 1995, p. 100). Os aldeamentos estratégicos, portanto, faziam parte desse esforço, pois impediam o contato entre a guerrilha e a população e ao mesmo tempo conservavam um contingente de reserva para o recrutamento compulsório.

A estratégia de africanização das guerras coloniais seria aprofundada também como consequência de um outro fator, a diminuição no recrutamento de portugueses, que iria se agravar em finais dos anos 60. O Estado-Maior do Exército (1988, p. 235 e 258), ainda que tente em sua *Resenha Histórico-Militar* minimizar os dados, reconhece que a percentagem de faltosos ao alistamento militar subira ao longo dos anos de conflito na África. De acordo com António Costa Pinto, o número dos refratários ao serviço militar deve ser considerado tendo em conta, sobretudo, a emigração “legal e clandestina”, de jovens portugueses, em especial, para a França e para a Alemanha. O Portugal metropolitano possuía uma população de nove milhões de pessoas, enquanto os

emigrantes eram três milhões em 1968. O autor não acredita que as campanhas de mobilização realizadas pela oposição portuguesa contra a guerra tenham se constituído num fator responsável por um número expressivo de faltosos ao alistamento (PINTO, 1999b, p. 76).

Sobre esse último ponto, podemos ponderar que, ainda que fosse válida a afirmação da fragilidade da capacidade de convencimento da esquerda portuguesa junto aos efetivos recrutados nas camadas menos instruídas e mais pobres, o mesmo dificilmente poderá ser dito em relação aos que ingressavam no curso de oficial miliciano. Esse segmento militar era destinado aos civis em idade de alistamento que faziam o curso superior. Isso até 1968, quando a carência de quadros fez baixar a exigência para o sétimo ano escolar. Os oficiais milicianos saíam do curso como aspirantes e depois se tornavam alferes. A transição para a carreira militar regular seria cada vez mais impulsionada pelas novas regras que foram sendo editadas pelas Forças Armadas portuguesas. Essa estratégia visava superar um outro problema que afetava um segmento social muito próximo aos potenciais candidatos a oficial miliciano, que era a queda no número de candidaturas à Academia Militar. Como o próprio António Costa Pinto (1999b, p. 77) afirma, o número de candidatos à carreira de oficial militar regular, a partir de 1966, seria sempre inferior ao número de vagas disponíveis.

O fato é que a queda no recrutamento militar metropolitano persiste e com isso surgem medidas para tentar reverter a situação. Entre as alterações nos critérios de alistamento estabelecidas em 1968, destaca-se o prolongamento do tempo de incorporação de dois para quatro anos, quando se passou a exigir dois anos de serviço na África. Em 1971, nova alteração seria promulgada, baixando a idade de incorporação de 21 para 18 anos.

A esses fatores que resultaram na “africanização” da guerra colonial, podemos acrescentar a preocupação do governo português com a opinião pública na metrópole, ainda que de difícil constatação no regime salazarista e marcelista, e o fato de o recrutamento local ser menos dispendioso, já que se evitava, de imediato, os gastos com transporte. Todos esses foram fatores que contribuíram para a incorporação crescente de tropas africanas.

John Cann, um admirador do “modo português de fazer a guerra”, como aparece explicitamente no título de seu livro, afirma que, numa base percentual, Portugal, que mobilizou cerca de 1% de sua população metropolitana para a guerra, tinha mais indivíduos armados do que qualquer outra nação, à exceção de Israel. Seria equivalente aos Estados Unidos terem 2,5 milhões de norte-americanos no Vietnã, em vez dos 500 mil. Alargando os termos de comparação, Cann afirma que os franceses tiveram só 19% de tropas recrutadas localmente na Indochina e 33% na Argélia e os Estados Unidos 29% no Vietnã (CANN, 1998).

p. 145-9).²⁵ Já Portugal, ao fim das guerras coloniais na África, partia definitivamente para o outro extremo, especialmente em Angola e Moçambique, com mais de 50% da tropa sendo recrutada nesses países.²⁶

O recrutamento de angolanos para combater os movimentos de libertação era feito através de dois canais diferentes: a tropa regular e as chamadas forças auxiliares ou de apoio. Quanto à tropa regular, quem recrutava mais era o Exército português, cuja percentagem de angolanos no efetivo passou de 14,9% em 1961 para 42,4% em 1973. O índice subia ano após ano nas três frentes de batalha, ainda que na Guiné-Bissau, no mesmo ano de 1973, se registrasse a menor taxa percentual 20,1% do efetivo, quando comparada com os dados de Angola e Moçambique. Desde já, vale ressaltar que a Guiné, na visão dos militares portugueses e dos analistas que se dedicaram ao tema das guerras coloniais portuguesas, seria o conflito mais difícil para a tropa portuguesa, a ponto de o PAIGC declarar a República da Guiné-Bissau em 24 de setembro de 1973.

²⁵ Segundo o autor, a tropa francesa na Indochina totalizou aproximadamente 235 mil homens, aos quais se juntavam cerca de 54 mil vietnamitas. Na Argélia, os números eram, respectivamente, 600 mil e 200 mil. No Vietnã, em 1968, eram 700 mil militares do lado dos Estados Unidos, dos quais 200 mil eram vietnamitas (CANN, 1998, p. 145).

²⁶ Em Moçambique o recrutamento local do Exército português atingiu 53,6% da tropa regular em 1973, enquanto em Angola, nesse mesmo ano, alcançou-se 42,4%, porém, em ambos os casos, é preciso acrescentar as demais Armas e as forças de auxílio que foram criadas e que em grande parte baseavam-se em efetivos africanos.

Em relação às forças auxiliares, os números não são tão conhecidos e tampouco precisos. A mais conhecida delas, os Flechas, foi uma criação da Pide. As demais estavam subordinadas às Forças Armadas, em especial ao Exército. As Tropas Especiais, ou TEs, como vimos anteriormente, eram o resultado da cooptação de Alexandre Taty e seus homens pela Pide e pelos militares portugueses, após a saída desse grupo da FNLA em meados de 1965. As TEs, assim como quase todas as tropas auxiliares recrutadas por Portugal, eram muito utilizadas para ações em zonas de fronteira, pois uma de suas principais características era o desrespeito aos limites territoriais dos demais países. O efetivo inicial das TEs era de aproximadamente 600 indivíduos e sua atuação concentrava-se na parte norte de Angola, incluindo o distrito de Cabinda.

Os Grupos Especiais, ou GEs, como eram mais conhecidos, atuavam exclusivamente sob a orientação do Exército e tiveram início em 1968. O direcionamento do conflito para o leste fez com que suas forças se concentrassem na região. O total de GEs em 1974 seria de aproximadamente três mil homens. No seu efetivo, ingressavam desde guerrilheiros capturados, ou que se entregavam, até populações que estavam anteriormente sob o controle da guerrilha, além daquelas que foram forçadas a aderir aos aldeamentos.

Por sua vez, os Flechas, inicialmente designados pela polícia política apenas como o “grupo vassequelle”²⁷ (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais. NP 7943, CI (2), Pasta 3, fls. 142-6), ficaram sob controle do inspetor da Pide Óscar Cardoso, que em 1967 assume a chefia da subdelegação de Serpa Pinto (atual Menongue), no distrito do Cuando Cubango, com o plano de, juntamente com o administrador colonial Manuel Pontes, formar uma tropa africana. O alvo seria os *khoisan*, povo não-banto disperso por boa parte da região sul da colônia.²⁸ As rivalidades étnicas existentes na região acabaram por facilitar o recrutamento e foram instrumentalizadas por Óscar Cardoso, que os organizou em grupos militares.

De início, os Flechas foram utilizados na tarefa de recolha de informações, pois conheciam o terreno e os seus habitantes. Armavam-se de arco e flechas envenenadas (razão da denominação por que ficaram conhecidos). Com o tempo e os resultados obtidos, começaram a receber treinamento militar padronizado e armamento moderno, rifles de assalto e metralhadoras. O enquadramento era feito pela Pide, com o apoio das Forças Armadas, e ocorria no Missombo, antigo campo de concentração onde estavam detidos independentistas e guerrilheiros dos movimentos de libertação, no distrito do Cuando Cubango (Entrevista de Óscar Cardoso a ANTUNES, 1995, p. 403-7).

²⁷ Segundo o estudo do etnógrafo José Redinha, essa era a forma como os quiocos chamavam os *khoisan* (REDINHA, 1969, p. 18).

Os arquivos da Pide tendem a confirmar o que Óscar Cardoso informa em sua entrevista a José Freire Antunes: os Flechas foram uma iniciativa da Pide angolana, mais especificamente dele, com o aval de São José Lopes. Isso é o que sugere o relatório sobre a estratégia de recrutamento. O diretor em Luanda informa aos seus superiores na metrópole, em 6 de março de 1968, que nos distritos do Moxico e do Cuando Cubango estavam sendo recrutados “elementos de cor” que demonstrassem aptidões na recolha de informações das “atividades do inimigo” e que fossem capazes de combatê-los, para assim constituírem um “Corpo de Auxiliares”. Anteriormente, em novembro de 1967, já se havia informado Lisboa de que a morte de um desses auxiliares, muito elogiado pelos militares e pelos civis, teria mobilizado 400 pessoas no seu enterro (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, NP 7943, CI (2), Pasta 3, fls. 193-5). O cuidado da descrição e da abordagem parece indicar que a Pide de Luanda estava tentando, lentamente, conquistar a direção da polícia em Lisboa para a iniciativa.

As mensagens subseqüentes comprovariam a manutenção dessa idéia e o aprofundamento da parceria com os militares. O relatório da subdelegação da Pide de Serpa Pinto datado de 8 de junho de 1968, por exemplo, permite observar com toda a clareza a crescente integração existente “no terreno” entre os Flechas e as Forças Armadas portuguesas. A operação descrita nesse documento

²⁸ Essas populações eram também chamadas de bosquimanos, por influência dos boeres da África do Sul,

receberia o nome de "Acção Bitaca" e ocorre numa área próxima à cidade do Luso (atual Luena), na região do Buçaco. O planeamento tem início após a informação da mulher de um "flecha" de que, num determinado quimbo (aldeia), vira um indivíduo se vangloriando de ser da Unita e de ter realizado um ataque a uma cantina, entre outros feitos. Logo a Pide, em contato direto com os militares, organiza a captura do jovem. Em seguida à sua detenção, planeja-se a prisão dos demais envolvidos, delatados pelo primeiro.

Além da demonstração de como operavam em conjunto os Flechas e os militares, o interessante nesse documento são as ressalvas quanto à preparação da operação. Segundo as recomendações listadas, os agentes da Pide e os Flechas deveriam estar nos carros do Ecav (Esquadrão de Cavalaria) como se fizessem parte de uma coluna militar, o que era considerado uma situação de rotina na região, já que as viaturas da Pide eram identificadas imediatamente pela população como se estivessem participando de uma ação de detenção. Adverte-se também para se ter atenção ao guia, que, segundo o agente da Pide responsável por esse relatório, poderia procurar passar por desvios a fim de retardar a tropa. Por último, o documento destaca que é preciso prevenir-se contra um ataque do MPLA, que estava avançando para a área da Unita. O temor era de que os guerrilheiros do MPLA, aproveitando-se da ocasião, decidissem atacar a "tropa[,] que, como regra e quando ocorre a objectivos da UNITA, costuma ir amolecida".

O documento, que por esse trecho final constitui-se em mais um indício do acordo entre a Unita e as Forças Armadas portuguesas, alerta, em simultâneo, para o fato de que tal acordo não impediu a realização de pequenos atos que o contrariassem – daí a própria operação que fora montada –, pelo menos até que a cooperação entre ambos fosse estabelecida de forma mais evidente.

O desfecho, como em muitas outras ocasiões, seria violento. A tropa chega de madrugada e surpreende os moradores. Após a detenção de todos, o primeiro detido é obrigado a denunciar os demais que tinham participado dos ataques. O quimbo é totalmente destruído e a população levada para se apresentar junto à autoridade administrativa. Os acusados são transferidos para a subdelegação da Pide na cidade do Luso (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, NP 7943, CI (2), Pasta 3, fls. 177-86), onde são interrogados e submetidos a maus-tratos, a acreditar nas palavras do chefe dos Flechas, o inspetor Óscar Cardoso. Referindo-se ao tratamento dispensado aos guerrilheiros capturados, afirma que “Naturalmente que alguns deles levavam uns tabefes, um ‘calorzinho’. Nós não éramos propriamente uma organização de beneficência” (Entrevista de Óscar Cardoso a ANTUNES, 1995, p. 408).

As missões realizadas pelos Flechas, cuja violência pode ser confirmada no depoimento, mais uma vez, de Óscar Cardoso (ANTUNES, 1995, p. 408), segundo o qual, raramente o grupo fazia prisioneiros, fariam sucesso entre os

colonialistas. Logo a experiência seria repetida com relação a outros grupos étnicos e em outras regiões. Em agosto de 1973, uma grande reportagem publicada no *Jornal do Congo* informa sobre o recrutamento e a vida dos Flechas em Cachalomde, no distrito do Uige, no norte de Angola. O recrutamento dos Flechas havia ultrapassado não só as fronteiras étnicas, também ex-guerrilheiros passaram a ingressar no grupo.

Em 1974, segundo John Cann, baseado na entrevista que fizera com Óscar Cardoso, os Flechas somavam mil homens (CANN, 1998, p. 144). Pélissier (1979, p. 180-1), por sua vez, afirma que eles alcançavam, em 1973, um total de dois mil em toda a Angola, sendo aproximadamente mil apenas no leste. Pélissier, que esteve na região, destaca o fato de os Flechas atuarem em áreas próximas às que viviam com suas famílias, o que pode ser comprovado pelo caso relatado anteriormente, em que a informação inicial surge da esposa de um dos Flechas. O autor enfatiza ainda a força da motivação pelo ganho financeiro, ao que se somaria, em alguns casos, a idéia de vingança étnica.

A diversificação militar não pararia por aí. Grupos de dissidentes dos países fronteiriços também seriam recrutados para lutar ao lado da tropa portuguesa. A estratégia era manter sob pressão os vizinhos, o Congo-Léopoldville e a Zâmbia, que apoiavam os movimentos de libertação angolanos. A ameaça de intervenção nesses países, através das forças dissidentes instaladas em Angola, caso ocorresse

uma deterioração da situação militar na colônia portuguesa, era constante e intensa.

É assim que surge a questão dos chamados “katangueses”. Sua trajetória ao lado das tropas portuguesas remonta ao fim da secessão em Katanga, em janeiro de 1963. Portugal havia apoiado a tentativa de separação, interessado num acordo com Tshombe que impedisse a penetração dos movimentos de libertação angolanos na região. Muitos dos soldados katangueses, mais conhecidos pelo termo de origem francesa “gendarmes”, fiéis ao líder da dissidência. Moïse Tshombe, se refugiaram, então, em Angola.

O general Bethencourt Rodrigues, responsável pela força militar portuguesa no leste de Angola, entre 1971 e 1973, lembra (Entrevista a ANTUNES, 1995, p. 109), que os katangueses eram conhecidos também pelo termo “Fiéis” e que tinham dois campos de treinamento militar em Angola: em Dala, ao norte do Luso (atual Luena), e em Teixeira de Sousa (atual Luau). Estavam militarmente organizados em pelotões e companhias e a ligação com o Exército era feita através de um oficial português integrado ao grupo. Seu efetivo, em 1974, era de cerca de três mil homens.²⁹

²⁹ John Cann afirma que os campos eram três e se localizavam em Chimbila, entre os distritos da Lunda e do Moxico; Camissombo, na Lunda; e Gafaria, no Cazombo (CANN, 1998, p. 138-9).

Também os zambianos que faziam oposição armada ao governo de Kenneth Kaunda iriam se instalar em território angolano, passando a cooperar diretamente com a tropa portuguesa no combate aos movimentos de libertação angolanos. Eles seriam conhecidos como "Leais" e, ainda que não tivessem a importância quantitativa e qualitativa atingida pelos Ficis, receberam semelhante enquadramento militar do Exército português (CORREIA, 1996, p. 28-9).

Por outro lado, apesar de não se tratar de um recrutamento direto, vale mencionar o empenho para que os soldados metropolitanos que terminassem o tempo de alistamento permanecessem em Angola. As autoridades coloniais portuguesas publicam, já em 1963, normas no *Jornal do Congo* visando transformá-los em soldado-colono. Segundo Eduardo de Sousa Ferreira, a fixação dos soldados que prestaram serviço militar em Angola, entre os anos de 1961 e 1967, alcançaria o montante de 4.800 indivíduos (FERREIRA, 1977, p. 60). Na reunião do conselho de contra-subversão do distrito de Malange datada de 1º de abril de 1974, ainda se insistia na importância de se buscar a manutenção dessas tropas em Angola após o cumprimento do serviço militar (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Subdelegação de Malange, NP 7375, Pasta 3, fls. 388-92).

A Pide também tinha interesse no recrutamento dos militares ao fim da incorporação. A recorrente pressão da sua delegação em Luanda pela ampliação

de seu efetivo era sempre acompanhada da preocupação em estimular o recrutamento de ex-militares como agentes, atitude elogiada e apoiada pelos seus superiores em Lisboa. Um exemplo é o pedido de reforço dos quadros da Pide em Angola por Aníbal de São José Lopes, em novembro de 1967, junto ao governador-geral de Angola e o ministro do Ultramar.³⁰

O recrutamento dos ex-militares era tão mais importante quanto mais difícil era a transferência de quadros metropolitanos da Pide. O diretor-geral da Pide, Silva Pais, em correspondência datada de 24 de novembro de 1972, reconhecendo a impossibilidade da transferência, permite aos diretores da Pide em Angola e Moçambique a admissão de novos efetivos para as delegações nessas colônias. Ele sugeria que a arregimentação deveria privilegiar os militares. Em sua resposta, o diretor em Luanda informa já estar realizando as provas para agentes de segunda classe e que os militares têm sido a maioria dos candidatos. Ressalta que o interesse verificado era resultante da campanha feita com o apoio das Forças Armadas (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, NP 7943, CI (2), Pasta 3, fls. 65-8).

³⁰ Essa solicitação previa a contratação de dois inspetores adjuntos, seis inspetores, dez subinspetores, 15 chefes de brigada, 110 agentes de primeira classe, 190 agentes de segunda classe, 25 guardas prisionais, dois chefes rádio-montadores e cinco rádio-telegrafistas de segunda classe. O documento traz ainda a tabela de salários e subsídios de cada cargo. O vencimento mais elevado, incorporados os subsídios, era o de inspetor adjunto, de 8.400 escudos portugueses, e o mais baixo era o de guarda prisional, 1.952 escudos (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, NP 7943, CI (2), Pasta 3, fls. 201-4).

Também a mobilização de civis era uma peça importante na campanha promovida pelas autoridades portuguesas. Os colonos seriam os primeiros a participarem da Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil de Angola (OPVDCA), órgão que, a partir de meados dos anos 60, passa a recrutar um maior número de negros, já de acordo com a estratégia contra-insurrecional portuguesa. A OPVDCA promovia cursos paramilitares de treinamento de socorro, luta contra o fogo e salvamento, além de noções básicas de como agir em caso de ataques “terroristas”. O aspecto psicológico tendia a contar mais do que qualquer participação dessa organização no combate direto, até porque, como seu nome indica, não era esse seu objetivo. O importante era reforçar a idéia de mobilização das Forças Armadas e da sociedade colonial, numa ação conjunta contra o “inimigo”.³¹

Os civis também seriam mobilizados como informantes da Pide. Esses “colaboradores”, termo por vezes utilizado pela polícia, recebiam pagamentos mensais ou eventuais. O tipo de vinculação dependia do tempo de exercício nessa função, da importância dos dados apresentados e da capacidade demonstrada pelo colaborador em disfarçar a sua condição. Em suas recomendações, a chefia da Pide em Luanda alertava para que se fizessem pagamentos que não proporcionassem brusca mudança no padrão de vida dos informantes.

³¹ Nos arquivos da Pide, encontramos a revista *Autodefesa*, que era o órgão de propaganda da OPVDCA (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Malange, NT 7370, Documento 12). Suas reportagens

O exemplo de como se processava essa operação pode ser visto no relatório de prestação de contas de março de 1974 da subdelegação de Malange. Nele os recibos assinados pelos informantes comprovam pagamentos, que variaram entre 400 e mil escudos. O valor total gasto com os nove informantes cadastrados foi de seis mil escudos. Em fevereiro do mesmo ano, o gasto atingiu 5.200 escudos para sete informantes (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Subdelegação de Malange, NP 7375, Pasta 3, fls. 272-6). Os pagamentos na rubrica de colaboradores também incluíam os estrangeiros, como é o caso do chefe de posto do Zaire Matabishi Jean, conforme relatório de março de 1971. Ele já havia assinado recibo, em maio de 1970, de três mil escudos. A menor quantia paga a informantes pela Pide, de acordo com a documentação consultada, foi de 40 escudos (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Subdelegação de Malange, NP 7375, Pasta 3, fls. 372-3).

Cooperação Militar na África Austral

O conflito angolano, logo após sua eclosão, caminhou no sentido da internacionalização. As alianças externas ocorreram tanto do lado colonial, em apoio à contra-ofensiva militar portuguesa, quanto dos movimentos independentistas. A guerrilha procurou apoio em diferentes países e organizações

mostravam os quartéis portugueses, sempre heroicizando os feitos dos militares e exaltando os negros que

internacionais, enquanto os colonialistas buscaram o auxílio logístico da Otan e, no terreno da ação militar propriamente dita, contariam com a participação de forças da África do Sul e da Rodésia.

Os contatos entre Portugal e a África do Sul se intensificaram nos anos 60, mesmo diante do cuidado do governo português de procurar não associar seu regime à imagem negativa do *apartheid* sul-africano. Na prática, os interesses comerciais e de contenção dos movimentos de libertação na África Austral aproximavam os governos dos dois países. A abertura da Frente Leste pelo MPLA reforçaria as relações entre ambos e logo a Rodésia também estaria associada ao grupo.

Com respeito a esse tema, os arquivos da Pide apresentam em detalhes todo o processo de aproximação, planejamento e, posteriormente, a cooperação entre as polícias e as Forças Armadas dos três países, tal como à época já acusavam os movimentos de libertação, em especial o MPLA e a Frelimo. Os contatos entre a Pide e a polícia sul-africana foram intensificados ao longo do segundo semestre de 1967. Em dezembro, os acordos estabeleciam que toda a cooperação deveria ser “o mais discreta possível”, no campo informativo e operacional, através de grupos específicos de ligação. As ações militares em conjunto teriam início a partir de fevereiro de 1968 e se estenderiam a oeste até a cidade de Cuangar, na

aderiam à organização.

fronteira com a Namíbia, e a norte até o paralelo 15, nas proximidades da cidade de Cuito Cuanavale, podendo em caso excepcional alcançar a cidade de Gago Coutinho (atual Lumbala N'guimbo). A África do Sul atuaria inicialmente com seis helicópteros e, quando em território angolano, ocultaria sua identificação. Todo o custo operacional da ação dos sul-africanos em território angolano era financiado pela própria África do Sul. O interesse dos sul-africanos era obter liberdade de movimentos e bases de reabastecimento, o que foi alcançado sem maiores problemas. O acordo também anunciava para breve uma reunião entre os militares portugueses e a polícia sul-africana, a fim de acertar melhor os detalhes da cooperação (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, NP 7943, CI (2), Pasta 3, Relatório datado de 6 de janeiro de 1968, fls. 128-31).

Os demais relatórios, também assinados pelo chefe da Pide em Luanda, o subdiretor Aníbal de São José Lopes, confirmam que os contatos com a África do Sul, nessa fase inicial, eram feitos diretamente com a polícia desse país. Isso porque o maior problema para a África do Sul, naquela região fronteiriça com Angola, era a intervenção da Swapo no sudoeste africano. Esse território, que em 1990 se tornou independente com o nome de Namíbia, estava sob controle sul-africano desde 1915, quando tropas da África do Sul derrotaram, na I Guerra Mundial, as alemães que controlavam a então colônia germânica. Durante o domínio sul-africano, o estatuto do território previa que a segurança ficaria a

cargo de forças policiais. Isso implicaria a militarização dessas forças, com fornecimento de helicópteros e aviões por parte do Exército.

O encontro seguinte registrou a presença do comandante Cardoso Tavares, adjunto do gabinete militar do comandante-chefe das Forças Armadas em Angola, ao lado do chefe da Pide em Luanda. O principal ponto a ser discutido era a substituição de pelotões da polícia sul-africana que estavam em território angolano, na fronteira com o sudoeste africano, na região de Santa Cruz e Luiana, por tropas portuguesas. Apesar da alteração, que seria aprovada, o apoio logístico, dos aviões, de helicópteros e das viaturas sul-africanos seria mantido, sendo que esses meios ficariam estacionados na povoação de Bwabata, na Faixa do Caprivi, a cerca de 60 quilômetros de Luiana (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, NP 7943, CI (2), Pasta 3, Ofício de 4 de março de 1968, fls. 196-200).

Apesar do avanço na cooperação militar entre os dois países, as autoridades sul-africanas estavam apreensivas com o progresso do MPLA e posteriormente da Unita e da Swapo no leste de Angola naquele ano de 1968. A partir dos canais de contato estabelecidos, a polícia sul-africana ampliaria suas ofertas de apoio à Pide e aos militares portugueses. Numa mensagem telegráfica, datada de 1º de novembro de 1968, enviada pelo inspetor Óscar Cardoso para a delegação de Luanda, destacam-se os comentários feitos pelas forças de repressão da África do Sul e as sugestões de apoio. Segundo o inspetor da Pide, os aliados sul-africanos

acreditavam que a melhoria das condições de vida na região sudeste de Angola seria a melhor forma de conter a guerrilha e, por conta disso, ofereceram auxílio na área médica, agropecuária e educacional (escolas pré-fabricadas), além do material bélico (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, NT 9089, Pasta I, fl. 540).

Nas áreas não militares, os investimentos não parecem ter avançado – não se encontram registros relativos a esse ponto quer nas entrevistas, quer nos arquivos policiais. Em compensação, a cooperação entre os serviços de repressão dos dois países evoluiu intensamente. O testemunho de Vasconcelos Raposo, que foi fuzileiro da Marinha portuguesa no leste de Angola, entre 1972 e 1974, enfatiza a utilização de helicópteros sul-africanos pelos militares portugueses:

“Nós andávamos muito de helicóptero com os sul-africanos. Quem nos lançava no mato e nos recolhia eram, sobretudo, os ‘primos’ – como lhes chamávamos –, que eram os helicópteros da África do Sul. Os pilotos gostavam muito de ficar na nossa unidade: embebedavam-se até às cinco da manhã, então punham uma dúzia de comprimidos na boca, e às seis horas estavam prontos nos helicópteros para embarcar pessoas. A maior parte das operações que fiz foi com pilotos e helicópteros sul-africanos. O Luso era a nossa base de lançamentos para algumas operações especiais, porque normalmente eram os helicópteros que nos iam buscar ao destacamento, que se encontrava muito isolado.” (Entrevista de Vasconcelos Raposo, ANTUNES, 1995, p. 596-7).

É nesse espírito de cooperação que decorre, de 25 a 29 de novembro de 1968, em Pretória, na África do Sul, a reunião envolvendo a participação de

representantes das polícias da África do Sul, Portugal e Rodésia. No encontro realiza-se uma espécie de mapeamento da África Austral, concentrando-se nos pontos considerados sensíveis ao apoio dos movimentos de libertação.

A representação da Pide ficaria a cargo da sua delegação em Moçambique, o que reforça a idéia de que os confrontos, ainda que tivessem uma perspectiva nacional, impulsionada pelos movimentos, estavam relacionados, quer pelo auxílio entre muitos desses movimentos, quer pela reação integrada. Nessa reunião especula-se a respeito de possíveis ataques aos países fronteiriços que davam apoio aos movimentos de libertação na região, com especial atenção ao Malawi, Tanzânia e Zâmbia, sugerindo-se ações de sabotagens a ferrovias, oleodutos e portos para, através desse estrangulamento econômico, desencorajá-los (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, NP 7943, CI (2), Pasta 3, fls. 16-9).

Os encontros se sucedem. Em 15 de fevereiro de 1971, reúnem-se em Salisbury, na Rodésia, Kenneth Flower, diretor da Rhodesian Central Intelligence Organization (CIO), Hendrik van der Bergh, diretor da South African Bureau of State Security (BOSS), Silva País, diretor da Pide, Aníbal de São José Lopes, diretor da Pide em Angola, e António Vaz, diretor da Pide em Moçambique. O objetivo era difundir o uso de grupos militares formados por africanos e que pudessem mais facilmente desrespeitar as fronteiras da região. O avanço da contra-guerrilha em Angola, apoiada por grupos armados constituídos de

africanos, em que se destaca a atuação dos Flechas, faria com que tais polícias acordassem estratégias semelhantes para Moçambique – naquele momento, início dos anos 70, o foco mais importante de insurreição armada da África Austral (RIBEIRO, 1999, p. 67).

As negociações de caráter militar não envolviam só os governos de minoria branca da África do Sul e da Rodésia. Os contatos com políticos e militares do Congo-Léopoldville não deixaram de ocorrer. O principal ponto de discussão nesse relacionamento seria o apoio de ambas as partes aos respectivos inimigos, através da fronteira norte e leste de Angola, em especial essa última, após o enfraquecimento militar da FNLA. A província congoleza de Katanga, no sul do Zaire, na fronteira leste de Angola, e os gendarmes katagueses se transformaram no foco fundamental de tensão entre os dois países.

A aproximação se faz inicialmente através de Moïse Tshombe, apoiado pelo regime português quando da secessão do Katanga. Como vimos anteriormente, as transformações no Congo-Léopoldville e, principalmente, as interferências internacionais levariam-no, em junho de 1964, ao cargo de primeiro-ministro. Um ano após a sua nomeação, o líder congolês faz uma visita a Salazar, na qual ocorre um episódio em que seria registrada uma frase, confirmada por assessores e já bastante conhecida, que traduz o pensamento racista do ditador português:

“Promovi-o a branco.” Apesar disso, o encontro reforçaria a aliança de interesses entre o regime português e o primeiro-ministro do Congo-Léopoldville.

Durante a chefia de governo, Tshombe contratou tropas mercenárias formadas por europeus, com o argumento de que elas ajudariam na reformulação do Exército congolês (CANN, 1998, p. 138), mas que, tudo indica, funcionavam mais como uma segurança face aos poderosos desafetos do primeiro-ministro: o presidente Kasavubu e o general Mobutu. O esforço não fora suficiente: em outubro de 1965, Tshombe seria destituído. Passaria, então, a tecer nova rede de apoio a fim de voltar a tentar a secessão de Katanga.

O novo governo do Congo-Léopoldville, agora chefiado por Mobutu, enfrentaria em julho de 1966 os primeiros motins dos ex-gendarmes katangueses e dos mercenários contratados por Tshombe. Em outubro, o Congo-Léopoldville acusa formalmente o apoio de Portugal a Tshombe, através de bases militares em território angolano, onde estavam sendo preparados novos destacamentos katangueses. Mobutu retalia cortando relações diplomáticas com Portugal.

Enquanto isso, Moïse Tschombe, que estava refugiado na Espanha, participava de reuniões com representantes do governo português. O resultado, segundo João Paulo Guerra, seria a autorização de Saíazar para que a Pide participasse de operação em seu apoio, subsidiada por meios financeiros belgas,

interessados nas jazidas de Katanga, e contando com a associação do serviço secreto francês (GUERRA, 1994, p. 83-4). Apesar do rapto de Tshombe em Madri, em julho de 1967, e de sua detenção numa prisão argelina até a morte, em 1969, a insurreição promovida pelos gendarmes katangueses continua. A Pide apóia o recrutamento de novos mercenários para que se juntassem aos revoltosos. A partir da Lunda, o grupo deveria alcançar Dilolo e depois dirigir-se a Lubumbashi, em Katanga. A operação é iniciada no primeiro semestre de 1967 e em agosto os mercenários e os katangueses que estavam em Angola entram em território congolês. O resultado é desastroso. Gendarmes katangueses e mercenários foram encurralados pelas tropas de Mobutu e em novembro fogem para Angola.

Os arquivos da Pide também trazem documentos referentes a esse tema. Nas mensagens trocadas entre Luanda e Lisboa, o plano de apoio a Tshombe recebe o nome de "Operação T". Em relatório datado de 23 de julho de 1966, a delegação de Luanda descreve os pormenores da ação, incluindo o disfarce do aeroporto de Gago Coutinho, dos aviões e das viaturas a serem utilizados. Estes receberiam placas e matrículas da Zâmbia para que nem mesmo os mercenários soubessem que estavam partindo de Angola, o que evitaria, ou pelo menos dificultaria, o conhecimento da participação direta dos portugueses pelo governo congolês (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, NT 7941, CI (2), Pasta 2, fl. 35).

As denúncias de Mobutu afirmando que o governo português estaria apoiando a insurreição em Katanga não seriam suficientes para fazer o plano recuar. Na verdade, essa acusação já era esperada. O diretor da Pide em Luanda Aníbal de São José Lopes, em carta datada de 12 de setembro de 1966, informa a Lisboa que houve vazamento de informação a respeito das ações em curso, pois detectara um jornalista belga que havia chegado a Luanda com o objetivo de investigar o assunto. O jornalista, financiado e informado pelo governo do Congo-Léopoldville, seria contactado pela Pide, que se surpreende com as suas informações. Até mesmo detalhes da operação, como a possibilidade de utilização do aeroporto e o uso de placas falsas nos meios de transporte eram do seu conhecimento (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, NT 7941, CI (2), Pasta 2, fls. 31-4). Não obstante a revelação das estratégias a serem adotadas, os mercenários usariam o território angolano como rota de entrada.

Com o fracasso da insurreição, o problema da Pide passa a ser de outra ordem: a saída dos mercenários do território angolano. Os relatórios preparados por Luanda trazem os nomes e as nacionalidades de vários desses indivíduos, como o de 7 de dezembro de 1967 informando que, até aquele momento, tinham sido repatriados sete franceses, cinco belgas e dois espanhóis, restando em Angola 93 revoltosos: 38 franceses, um suíço, um grego, um alemão, dois italianos, três colombianos, 32 belgas, 14 espanhóis e um apátrida. Além do

problema de arcar com os custos de manutenção desses homens e sua despesa de transporte, ao mesmo tempo a presença deles na missão Monte Esperança, na cidade de Silva Porto (atual Cuito), estava causando embaraço às forças policiais na região. Por fim, se resolve aumentar o número de indivíduos enviados semanalmente pelos navios que faziam a ligação Angola-Portugal (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, NP 7943, CI (2), Pasta 3, fls. 69-71 e 205-15).

O ano de 1967 registraria outra intervenção portuguesa em apoio a uma tentativa de separação num país africano. Em 30 de maio, a província de Biafra proclama sua independência da Nigéria. Em julho, inicia-se a guerra civil e em outubro o envolvimento português em auxílio aos independentistas é denunciado pela imprensa internacional. Um escritório em Lisboa tentaria cativar novos apoios no continente europeu, enquanto São Tomé seria utilizado como local de municionamento dos separatistas (GUERRA, 1994, p. 435-8).

Portugal pretendia, dessa forma, dividir a atenção internacional sobre a África, muito concentrada nos conflitos em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, ao mesmo tempo que alimentava o embate entre países do continente, já que alguns Estados como, por exemplo, a Tanzânia, a Zâmbia e o Gabão, entre outros, reconheciam os interesses de Biafra (WHEELER, 1972, p. 181). Todavia, em janeiro de 1970, as tropas de Biafra rendem-se ao Exército

nigeriano e a ação portuguesa acaba por reforçar a postura da Nigéria de apoio à luta dos movimentos de libertação das colônias portuguesas.

Ainda com respeito às relações estabelecidas na região, vale lembrar que, mesmo tendo sido comprovada a participação belga e portuguesa no episódio dos mercenários em Katanga, o governo congolês retoma o contato com os dois países. Em junho de 1968, a reconciliação entre o governo belga e o congolês seria formalizada (BENOT, 1981, p. 58). Com Portugal, os contatos tardariam um pouco mais, mas não deixariam de acontecer. Em junho de 1969, uma delegação chefiada pelo coronel Pierre Efomi, diretor-geral de Segurança do Congo-Léopoldville, vai a Luanda. A visita serve para que o secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Congo, que fazia parte da delegação, responda afirmativamente a uma solicitação do governo português para que fosse permitida a instalação de um consulado em Kinshasa. A delegação congoleza sugere também a troca de militares portugueses por congolezes presos em Angola. Na ocasião, a Pide, responsável pelo relatório que descreve as negociações, anexa um comentário em que sugere que o vice-cônsul da representação diplomática em questão seja um agente seu (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, NP 7943, CI (2), Pasta 1, fls. 166-7). Em 1971, a retomada das relações entre Kinshasa e Lisboa seria noticiada na revista *AfricAsia* (nº 53, novembro de 1971, p. 17-8).

Os contatos continuariam e se desenvolveriam em outros níveis, como podemos observar com a visita, em outubro de 1972, do administrador da cidade de Dilolo, no Zaire, à cidade de Nova Lisboa (atual Huambo), em Angola. O dirigente zairense informou representar o administrador provincial do Shaba, antigo Katanga. Seu objetivo era conhecer melhor a situação dos gendarmes katangueses instalados em território angolano, se estavam na condição de refugiados ou de militares treinados e enquadrados. Afirmou ainda o interesse do governo provincial do Shaba em aprofundar a possibilidade de troca desses gendarmes por elementos da FNLA que estavam baseados nessa província zairense (IAN/TT, PIDE/DGS, SC-CI (2) – DSI – 2. DIV., NP 7940, Pasta 1, fl. 55).

A Pide de Luanda não se mostra muito entusiasmada com a oferta e solicita um parecer da chefia em Lisboa. Esse é o último documento a que tivemos acesso sobre o caso. Nos arquivos da Pide – que, é sempre bom lembrar, até o momento em que realizamos a pesquisa, ainda não estavam totalmente abertos ao público –, não encontramos qualquer outra referência ao assunto. Entretanto, a participação ativa que seria registrada pelos gendarmes katangueses ao lado das tropas coloniais no combate aos movimentos de libertação angolanos indicam que a permuta sugerida pelo governo congolês não foi efetuada.

A Contra-ofensiva Militar

A combinação de vários dos temas já abordados neste trabalho deve ser levada em consideração ao analisarmos a dimensão e o alcance da contra-ofensiva portuguesa no leste de Angola. Não bastou a deliberação dos militares em redirecionar seus recursos para essa região e intensificar as ações. O quadro geral deve compreender também a coordenação com a África do Sul e a Rodésia, o recrutamento de mercenários e africanos quer pelo Exército quer pela Pide, os embates entre os movimentos de libertação e a crise interna no seu principal oponente, o MPLA.

Face à importância assinalada em relação à contra-ofensiva militar portuguesa, cabe enfatizar, uma vez mais, que a iniciativa do MPLA no leste de Angola foi o fator de maior apreensão para os militares portugueses. A melhor confirmação desse fato talvez seja o próprio movimento das tropas portuguesas, seguindo a guerrilha do movimento do norte da colônia para Cabinda e deste último para a Frente Leste. A mudança pode ser observada nos mapas militares publicados pelo Exército na sua *Resenha Histórico-Militar*, onde se registra ano após ano a concentração de recursos materiais e de efetivos no leste (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1989, p. 61-167).

Apesar de os três movimentos de libertação angolanos estarem presentes na região leste, o principal inimigo das Forças Armadas portuguesas era o MPLA. A

intensidade de sua atividade guerrilheira era infinitamente superior à dos demais movimentos. O MPLA foi responsável por mais de 85% das ações militares na região, sendo que esse índice alcança em alguns períodos a marca de 90%, de acordo os relatórios militares apresentados à Pide. É preciso lembrar ainda que o potencial ofensivo inicialmente demonstrado e o papel que o movimento desempenhou, em especial, até finais dos anos 60, na região atrairiam contra si não só os inimigos colonialistas, mas também os demais movimentos que com ele rivalizavam no campo do nacionalismo angolano.

Como resposta a essa ofensiva guerrilheira, os chefes militares portugueses alteram sua estratégia. Em março de 1968, criam-se em Angola as chamadas zonas militares, numa tentativa de permitir maior autonomia aos respectivos comandantes. A remodelação na forma de coordenação da luta seria acompanhada da intensificação da criação de aldeamentos no centro-sul da colônia, principal alvo da guerrilha, dada a sua elevada densidade populacional. Os movimentos estavam à procura de apoios locais que permitissem sua instalação e, acima de tudo, de recrutas para aumentar seus efetivos em luta. Nessa zona do território angolano, os aldeamentos alcançaram o número surpreendente de aproximadamente um milhão de pessoas (PINTO, 1999b, p. 79). A ampliação do recrutamento de africanos para as forças militares e policiais completou o quadro traçado pelos militares portugueses.

A estratégia de africanização da guerra não deixava de ser uma resposta ao reconhecimento da fragilidade portuguesa. John Cann afirma que Portugal preferiu mudar o seu Exército para se adaptar à guerra, ao contrário dos Estados Unidos, que em relação ao Vietnã preferiram que a guerra se adaptasse ao seu Exército (CANN, 2001, p. 245-56). O fato é que, enquanto os norte-americanos tinham um potencial inquestionável e um exército moderno, Portugal não dispunha de recursos à altura dos problemas que enfrentava.

Avançando um pouco mais sobre o tema das estratégias em jogo, vale realçar o alerta feito por João Paulo Borges Coelho quanto à necessidade de se escapar a uma visão unilateral: nem os guerrilheiros eram “terroristas” sem rosto insuflados por aspirações externas, nem os militares portugueses eram um grupo de desesperados defensores de uma ordem caduca (COELHO, 1995, p. 99-100). Da nossa parte, essa preocupação foi evidenciada ao mencionarmos a formação militar de muitos dos guerrilheiros do MPLA em países como Argélia, China, Coreia do Norte e Cuba, o que por sua vez iria gerar maneiras diferentes de apreciação dos embates.

É importante, portanto, atentarmos para o fato de que tanto a guerrilha possuía sua tradição de luta, sobretudo camponesa, iniciada por Mao Tsé-Tung, e que se expandiu no pós-Segunda Guerra, como também a contra-subversão já acumulava a sua história através dos franceses na Argélia, dos ingleses na

Malásia e dos americanos no Vietnã. Experiências que eram absorvidas nos livros e manuais consumidos com certo empenho pelos militares portugueses, como registrou Alfredo Margarido (MARGARIDO, 1999, p. 154).

Do lado dos que lutavam pela independência, os textos encontrados nos acampamentos do MPLA e os cursos realizados por seus quadros, quer no exterior quer no interior da colônia, nos Centros de Instrução Revolucionária (CIR), demonstram que as experiências em combate de guerrilha ocorridas em outros países eram recuperadas e analisadas em comparação com os problemas enfrentados em Angola. Sobre esse tema, vale lembrar ainda a entrevista de Robert Davezies com Lúcio Lara, em que o dirigente do MPLA afirma que as lutas revolucionárias ocorridas na Argélia, na China e em Cuba eram discutidas nos cursos de formação política do movimento (DAVEZIES, 1965, p. 208).

No caso das forças coloniais, essa preocupação em estar informado a respeito de outras situações de combate à guerrilha pode ser observada através dos cursos realizados por militares portugueses em países com experiência de combate de tipo contra-insurrecional, como os Estados Unidos. Esse intercâmbio se prolongaria nas visitas de especialistas estrangeiros aos territórios em conflito. Também os documentos trocados entre militares e a Pide registram essa atenção com outros casos de luta de guerrilha. Entre os exemplos, podemos destacar o texto "Subversão Armada. Tática, Técnica e Conceitos de Guerrilha", que fora

enviado pela delegação da Píde em Moçambique. Trata-se do estudo de um perito em guerra subversiva sobre os acontecimentos na Malásia e no Vietnã. O director em Luanda, Anibal de São José Lopes, recomenda como sendo adaptável ao que ocorre no leste de Angola, "até porque analisa a subversão comunista de tipo chinês" (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Malange, NT 7370, Documento 17).

A contra-ofensiva incorporou esses ensinamentos e, com o passar do tempo, suas ações no terreno iriam reproduzir tal postura. É o que se pode perceber com o ataque à base de Mandume III do MPLA, na confluência dos Rios Lucata e Mavunda, em novembro de 1968. Essa ação constitui o principal sinal de alerta para o MPLA sobre a mudança que estava sendo operada nas Forças Armadas portuguesas. O reflexo das novas orientações e da nova capacidade de intervenção da tropa colonial pode ser observado na própria escolha do alvo e do aparato utilizado. Essa era uma das principais bases do movimento no interior de Angola. Tinha um pequeno centro médico, um CIR e um paiol que atendia aos destacamentos em ação na região. O ataque foi realizado por tropas helitransportadas, o que causou surpresa e dificultou a adoção de medidas de resistência. Apreendeu-se muito material militar e documentação relativa ao movimento. Ainda assim, no início do ano seguinte, o MPLA atingiu as localidades mais distantes que conseguiria alcançar a partir da fronteira leste.

A contra-ofensiva portuguesa, porém, estava apenas começando. O passo seguinte foi a elaboração de uma grande operação unindo diferentes grupos de combate: comandos, GEs, TEs, Flechas e katangueses. A logística envolveu o apoio de helicópteros, aviões de reconhecimento e viaturas leves. Chamada de Siroco,³² em função do nome dado ao vento que sopra na região norte da África, a ação foi realizada em 1969, atingindo as áreas de Dilolo, Mucussueje, Rios Luena, Chifumage, Lumege e Kasai, no norte do distrito do Moxico. Em 1970, outra contra-ofensiva incidiu sobre a região do Alto Cuíto, no sudoeste do mesmo distrito, numa zona próxima ao distrito do Bié (Entrevista de Oliveira Marques a ANTUNES, 1995, p. 997).³³ Nas duas ocasiões, a referência eram os guerrilheiros do MPLA, o que acabou por demonstrar a importância do movimento.

É importante destacar que os acontecimentos ocorridos na metrópole em 1968, em especial o afastamento de Salazar e sua substituição por Marcelo Caetano,³⁴ não produziram alterações significativas nas orientações políticas e militares de Lisboa em relação às suas colônias, como podemos observar através dessas articulações em torno da contra-ofensiva militar portuguesa. O objetivo continuava a ser o de derrotar militarmente os movimentos de libertação.

³² Vento quente que sopra do norte da África em direção ao sul da Europa.

³³ O Coronel Oliveira Marques foi um dos comandantes da operação Siroco.

³⁴ Salazar morre em julho de 1970

De um modo geral as mudanças ocorridas não causariam transformações de conteúdo, limitavam-se a dar nova roupagem ao velho regime. Um exemplo é a transformação da Pide em Direção Geral de Segurança (DGS),³⁵ em novembro de 1969, logo após as eleições de outubro, vencidas pela União Nacional, o partido governamental, como sempre sob a suspeita de fraude eleitoral. A estratégia de Marcelo Caetano era tentar imprimir uma marca de continuidade à gestão de Salazar, a fim de não causar abalos ao regime, mas ao mesmo tempo realizar pequenas ações de maquiagem que dessem realce à sua administração.

Além da Pide, também a União Nacional seria renomeada. Em março de 1970, passaria a se chamar Acção Nacional Popular. Em relação às colônias, Caetano passa a mencionar a expressão “autonomia interna”, sem deixar de frisar, no entanto, que as reformas constitucionais previstas para 1971 não seriam o primeiro passo para a independência (GUERRA, 1994, p. 443). Em agosto de 1971, uma revisão constitucional anunciava que Angola e Moçambique passavam a ser designados de estados, regiões autônomas dentro do Estado português. Todavia, o malabarismo político perdia força ao se verificar que todas as nomeações dos principais cargos políticos, além do controle judicial e econômico, permaneciam concentrados por Lisboa.

³⁵ Por conta dessa alteração, a partir de agora usaremos apenas a sigla composta PIDE/DGS. Assim, identificamos a alteração, mas mantemos a marca que ficara internacionalmente conhecida.

Mantida na sua essência a orientação militar nas colônias, as Forças Armadas portuguesas buscariam, seguindo a estratégia de africanização do combate, a diversificação de tropas, empregando até mesmo, como temos visto, grupos armados de dissidentes dos países fronteiriços. Investiria também em algumas novidades em relação aos recursos disponibilizados. É o caso dos cerca de 300 militares da cavalaria que foram recrutados para atuar em Angola. O efetivo, na opinião de Jonh Cann, demonstrou boa capacidade para cobrir regiões extensas, como se fazia necessário no leste. Sua atuação proporcionou maior capacidade de mobilização e os animais resistiram bem ao terreno e à missão (CANN, 1998, p. 188).

Todavia, o diferencial mais importante foi o emprego da força aérea por Portugal. Os aviões e fundamentalmente os helicópteros mudaram o padrão dos combates. Ainda que seja difícil mensurar o seu alcance, o primeiro efeito devastador, proporcionado pelas aeronaves, ficou por conta do lançamento de herbicidas sobre a produção de subsistência das populações em contato com a guerrilha ou em zonas suscetíveis a tal possibilidade. A destruição das plantações levou de imediato, já numa situação de carência generalizada como aquela, a agravar o quadro de fome na região, atingindo inevitavelmente as bases do MPLA. O camponês não tinha mais o que dividir. Findara a sua capacidade de ceder comida aos guerrilheiros, pois nem mesmo a sua alimentação estava

assegurada. O resultado era inevitável: muitos se refugiaram na Zâmbia ou cederam à pressão dos aldeamentos.

Os helicópteros, por sua vez, traziam novidades ainda piores: grupos de comandos militares, fortemente armados, que conseguiam realizar ações com muita rapidez e violência. Dessa forma, os acampamentos do MPLA não estavam mais inacessíveis, muito pelo contrário. A situação se agravaria nos anos de 1971 e 1972, com o rompimento das linhas de abastecimento do movimento, já que passara a ser possível o lançamento de tropas portuguesas entre a guerrilha e a fronteira.

A presença dos helicópteros ganha maior importância a partir de 1969, valendo-se das bases em Henrique de Carvalho (atual Saurimo), Cuito Cuanavale e Gago Coutinho (atual Lumbala N'guimbo), e é decisiva nos confrontos. Em entrevista ao jornal tanzaniano *The Standard*, arquivada pela PIDE/DGS em setembro de 1971, Iko Carreira afirma que os helicópteros eram a mais importante arma dos militares portugueses, sendo a França o seu principal fornecedor. Ainda segundo Carreira, a utilização dos novos modelos Puma SR 330, maiores que os Alouettes, agravava a situação, pois esses aparelhos podiam transportar o triplo de tropas e possuíam maior poder de fogo (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Subdelegação de Malange, NT 9087, fls. 23-30).

Nessa mesma entrevista, Iko Carreira aponta o ano de 1968 como o da virada na tática militar portuguesa. A partir daí, registraram-se os bombardeamentos maciços, seguidos pelos ataques dos comandos. Segundo Carreira, os ataques, com uso de produtos químicos, atingiam as plantações e inviabilizavam a pesca, enquanto a caça, alternativa para os guerrilheiros e as populações, era abatida por atiradores posicionados nos helicópteros (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Subdelegação de Malange, NT 9087, fls. 23-30).

John Marcum afirma que 60 helicópteros Alouette, de fabricação francesa, estavam em operação só em Angola, em 1971 (MARCUM, 1978, p. 213, n.260). Os números de John Cann não chegam a tanto. Ele diz que em 1974 Portugal tinha 93 helicópteros à sua disposição para os três confrontos – em Angola, Moçambique e na Guiné-Bissau. De qualquer forma, os dois autores não mencionam o auxílio fundamental que fora prestado pela África do Sul nesse tipo de operação.³⁶

O avanço da tropa portuguesa por terra e por ar impedia o MPLA de expandir o seu raio de atuação. A última tentativa de maior envergadura do movimento em buscar esse objetivo seria a coluna Benedito. Formada por

³⁶ Os modelos utilizados por Portugal eram os Alouettes II e III e os Pumas SA.

aproximadamente 80 guerrilheiros, ela ambicionava atingir a 1ª Região a partir da Frente Leste.³⁷ Essa e outras orientações estavam em documentos que os comandantes da coluna portavam e que deveriam ser entregues aos quadros que estavam no interior. Todo o material acabaria apreendido pela PIDE/DGS (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Subdelegação de Malange, nt 9087).

A seqüência dos relatórios policiais consultados é impressionante pela freqüência – algumas vezes, registram-se várias mensagens no mesmo dia – e pelo detalhamento dos recursos bélicos de ambos os lados. A coluna Benedito começa a ser seguida pela PIDE/DGS e pelos militares logo após a sua saída do distrito do Moxico, em fins de janeiro de 1970. As subdelegações da PIDE/DGS envolvidas eram as de Henrique de Carvalho (atual Saurimo), Luso (atual Luena) e Malange. Pelo lado dos militares, o controle seria feito pela Zona Militar Leste (ZML). Os informes da última semana de janeiro dão notícias da presença da coluna na região sul da fronteira, entre os distritos de Malange e Lunda. As curtas mensagens vão dando conta do cerco ao grupo e o primeiro ataque das forças coloniais acontece antes de a coluna atravessar o Rio Cuango, em 4 de fevereiro de 1970. Os guerrilheiros deixam para trás víveres e medicamentos.

A coluna Benedito se divide em dois grupos e é o primeiro que sofre aquele ataque de 4 de fevereiro e logo a seguir um segundo, desestruturando-o ainda

³⁷ Na primeira oportunidade em que nos referimos a essa coluna, concentramo-nos na descrição de suas

mais. Na ocasião, perdem metralhadoras, espingardas automáticas, lança-granadas, munições e os primeiros documentos que seriam apreendidos pela PIDE/DGS. Na área próxima à localidade de Quitapa, a brigada da PIDE/DGS anuncia, nesse mesmo dia, que oito guerrilheiros tinham sido mortos e dois capturados. A Pide passa a conhecer toda a coluna e seu objetivo. No dia 6, algumas armas que tinham sido escondidas pelo primeiro grupo antes do ataque da tropa portuguesa foram encontradas pela PIDE/DGS.³⁸ O segundo grupo seguiu em direção a Alto Chicapa.

A dispersão da coluna Benedito fez com que os militares portugueses acionassem um maior número de helicópteros, bem como o apoio dos Flechas e de um grupo de "Fiéis", ou katangueses. Os guerrilheiros que não se entregavam eram assassinados, enquanto alguns morreram afogados, na tentativa de fugir ao cerco dos militares atravessando o Rio Cuango, como informam os interrogatórios realizados pela PIDE/DGS com os guerrilheiros detidos. A última mensagem sobre sobreviventes da coluna que foram presos é de 19 de março de 1970. Ou seja, em pouco mais de um mês a coluna havia sido destruída (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Subdelegação de Malange, NT 9087, fl. 123). Essa seria a demonstração mais contundente, e a mais dura para o MPLA, de que o leste estava sendo progressivamente ocupado pelo Exército português.

orientações. Agora, o que nos interessa é acompanhar o ataque sofrido por ela.

³⁸ Segundo a PIDE/DGS, desse material constavam morteiros, metralhadoras, granadas, explosivos elétricos e munições.

As terríveis conseqüências dessa ofensiva para o MPLA não param por aí. Alguns dos guerrilheiros detidos pela PIDE/DGS passam a ser utilizados numa campanha difamatória do movimento pelo rádio (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, NP 7942, CI (2), Pasta 5, fls. 13-4). Segundo Adolfo Maria (Entrevista em Lisboa, em 27 e 28 de maio de 1999), antigo militante do MPLA que atuara nos programas da Rádio Brazzaville e que fora chamado para tentar reverter essa situação, algumas das acusações eram verdadeiras, mas o MPLA não podia reconhecê-las, nem mesmo comentá-las. O movimento preferiu valer-se dos seus programas de rádio para apresentar a longa série de mentiras desfiadas pelo colonialismo português, como forma de desacreditar as afirmações dos antigos guerrilheiros.

Vale lembrar que, na sua campanha para desacreditar os movimentos de libertação angolanos, em especial o MPLA, as forças coloniais utilizaram outras formas de propaganda. Além das declarações de ex-guerrilheiros na rádio, seriam distribuídos à população angolana panfletos apócrifos atribuídos ao MPLA, redigidos em português e em línguas africanas. A contrapropaganda presente nesses documentos é diversificada; em alguns casos, apresenta maior sutileza, copiando-se o "M" característico do MPLA, acompanhado por seu nome e afirmando se tratar de um comunicado de guerra:

“O MPLA na luta de libertação do povo angolano aniquilou uma coluna colonialista no dia 30 março na kirongozi. A luta foi assim: vinha um carro da coutada com os clonialistas: nossos tropas fizeram fogo deitaram granada. Foram aniquilados Macaio Katembula, Jossia mulher 18 anos, Mahongo clonialista de três anos, mais Muchova clonialista de 15 dias de idade mais menina 6 anos mais mestiço Abel Barros feroz fascista que era mecanico da coutada. (...) Estes clonialistas iam Mavinga no hospital tratar-se protegidos por um salazarista. Nossa tropa continua a luta contra mulheres e crianças indefesas para a libertação do povo angolano.” (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, NP 9084, Pasta 1, fls. 453 e Vº; transcrito textualmente).

É preciso atentar para a importância que um comunicado escrito possuía naquele contexto. Era uma “prova” difícil de ser refutada. O cuidado com a forma da escrita, imitando alguns dos documentos e dos bilhetes ameaçadores preparados pelos guerrilheiros do MPLA para intimidar os colonos portugueses, reforçava a aparência de que realmente se tratava de um documento do MPLA. Ao dar notícia do assassinato de crianças e mulheres por guerrilheiros do movimento durante seus ataques, o panfleto buscava imputar a marca da crueldade ao movimento e também alertar para o perigo de morte que rondava os que se aproximavam do MPLA. Isso fica evidente ao observarmos que, ao final desse panfleto, a consagrada palavra de ordem do MPLA “Vitória ou morte? A vitória é certa”, presente em muitos documentos e declarações dos dirigentes do movimento, aparecia de forma alterada para “Vitória ou morte? A morte é certa” (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, NP 9084, Pasta 1, fls. 453 e Vº).

Infelizmente, a quantidade de material desse tipo que consultamos e as datas em que eles aparecem não permitem afirmar se ocorreu uma transformação, ao longo do tempo, no grau de verossimilhança que se pretendia alcançar ou se as variações eram empregadas de acordo com a região e os objetivos a atingir. De todo o modo, o que podemos observar é que por vezes a falsificação era grosseira, a começar pelo nome dado ao movimento: movimento rapinar ou aldrabar de Angola, ainda que o desenho da letra “M” aparecesse como de costume nos documentos do MPLA. Nesse tipo de panfleto, desaparece a preocupação em copiar a redação e a forma de narrar os ataques que geralmente o movimento utilizava em seus comunicados. A intenção é gerar inquietação nos guerrilheiros e nos possíveis colaboradores do MPLA e, ao mesmo tempo, questionar as filiações dos dirigentes e a sua participação na luta anticolonial:

“Portugal é um país grande. Um país grande não é medido pelo tamanho. Não rouba porque se roubasse era rico. Tu mesmo dizes é um país pobre. Já reparaste alguma vez que para se entenderem falam português. Já pensaste porque o russo e o chinês te mandam fazer a guerra ao português? Já morreu o Henda o Kulunga (...) quando é a tua vez? Já viste o Agostinho Neto a combater alguma vez? O Diabala, o Aníbal Melo e outros já entraram em Angola alguma vez? Faz como o Ferreira, o Salomão, o Lara, junta-te ao português larga o russo e o chinês” (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, NP 9084, Pasta 1, fls. 453 e Vº; transcrito textualmente).

Essa estratégia de propaganda era controlada pela PIDE/DGS, como podemos observar na circular enviada pelo gabinete de estudos da polícia, em Luanda, datada de 19 de agosto de 1969. Endereçada a todas as subdelegações e

postos, interrogava-se sobre a repercussão dos relatos dos ex-membros do MPLA por rádio e das músicas que foram preparadas para abalar a imagem do movimento. Entre as canções listadas, é possível encontrar títulos como: “Dr. Neto Assassino”, “Canção do Soldado de Portugal”, “Angola Lusa”, “Canção dos Flechas” e “Comunidade”. A circular pergunta ainda se há o interesse em distribuir panfletos assinados pelos guerrilheiros detidos, contando suas experiências no MPLA. Esses panfletos também eram redigidos em português e em línguas africanas e acabariam por ser distribuídos posteriormente levando-se em consideração a área de moradia dos presos (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Subdelegação de Malange, NT 9087, fls. 280-5).

É evidente que a contrapropaganda da PIDE/DGS era acompanhada de operações menos sutis, disseminando o terror. A violência policial e militar continua em grau elevado. O relatório extraordinário da subdelegação de Serpa Pinto datado de 29 de dezembro de 1967, assinado pelo inspetor Óscar Cardoso, comprova isso. Ao realçar a necessidade de se recorrer ao uso imediato de helicópteros como forma de minimizar a destruição das pontes pelo MPLA, Cardoso afirma que “técnicas adequadas e que têm dado bons resultados, é a colocação da cabeça dum responsável, decapitado, a guardar a ponte” (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, NP 7943, CI (2), Pasta 3, fls. 142-6).

As barbaridades ultrapassavam departamentos e instituições, como se pode observar na entrevista de Vasconcelos Raposo (ANTUNES, 1995, p. 599), na qual o militar se recorda de uma passagem em que os companheiros de farda reúnem a população de uma aldeia para tirar uma foto e acabam por assassinar as pessoas com rajadas de metralhadora. As práticas genocidas contra as populações do interior de Angola não se extinguíram nos primeiros anos da década de 60, e sim retornaram após a nova ofensiva guerrilheira ocorrida no leste. E a utilização de *napalm* e herbicidas são mais uma comprovação disso.

Outro resultado da contra-ofensiva colonial foi o aumento significativo do número de guerrilheiros detidos a partir do início dos anos 70, como o demonstram o volume de interrogatórios referenciados ou anexados nos relatórios da PIDE/DGS. Crescem também as rendições de guerrilheiros, bem como o número de civis que se apresentam às autoridades coloniais portuguesas. O cansaço, a perseguição implacável dos Flechas, os constantes ataques com tropas helitransportadas e a fome estavam minando lentamente a capacidade de resistência daquelas populações e dos guerrilheiros.

O recuo da guerrilha era evidente. Na tentativa de impedir o avanço da tropa portuguesa, e principalmente manter as suas forças atuantes, o MPLA cria, no primeiro semestre de 1970, logo após a destruição da coluna Benedito, o Comitê de Coordenação Político-Militar (CCPM), mas a situação se agravaria

ainda mais nos anos de 1971 e 1972. O movimento ainda tentou manter a estratégia de minar estradas, pontes, enfim, todos os caminhos que facilitassem a movimentação das forças militares coloniais. Buscava-se, dessa forma, pelo menos diminuir o número de confrontos diretos, enquanto não se articulassem novas soluções para reverter o quadro. Mas nem mesmo essa estratégia pôde ser usada com maior frequência, já que ela exigia a penetração na área de ação das tropas portuguesas, o que se mostrou cada vez mais difícil.

Os dados apresentados por Pélissier (1979, p. 176-8), baseados em informações dos militares portugueses, demonstram a diminuição das atividades militares dos movimentos de libertação a partir de 1971. Com as seguidas derrotas nos confrontos, eles perdem também muito armamento, principalmente em 1970. Até 1969, o Exército português apreendia entre 20 mil e 25 mil artefatos militares dos guerrilheiros por ano. Já em 1970 esse número sobe para 54.680 peças, em 1971 são outras 44.170 e em 1972 as apreensões alcançam 87 mil artefatos.

Os relatórios da PIDE/DGS não param de mencionar a rendição de guerrilheiros. No decorrer de 1972, após uma série de ações ofensivas da tropa portuguesa aos acampamentos do MPLA em áreas próximas à cidade do Luso (atual Luena), os guerrilheiros começam a se entregar, seja em pequenos grupos de até três indivíduos ou ainda individualmente. Suas informações continuariam

sendo comparadas com os dados já consolidados da própria PIDE/DGS e também com os interrogatórios da população e dos guerrilheiros detidos. O interesse policial em conhecer a localização dos acampamentos, o armamento disponível, os efetivos e o sistema de segurança e defesa do acampamento permanecia (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Subdelegação de Malange, NT 9088, Pasta 3).

Os crescentes problemas de ordem militar vividos pelo MPLA na região fizeram com que seus guerrilheiros, que permaneceram em território angolano, tivessem de realizar uma movimentação constante, para fugir aos ataques da tropa portuguesa, conforme se observa nos interrogatórios da PIDE/DGS. Em dezembro de 1972, o deslocamento das populações e dos guerrilheiros aumenta na proporção em que cresce o avanço das Forças Armadas portuguesas sobre a região do Cazombo. Os militares e a PIDE/DGS passam a afirmar que os guerrilheiros do MPLA estavam numa situação de “nomadismo” ou, quando destruída sua rede de ligação com as populações de determinada região, “lumpenismo” (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Subdelegação de Malange, NT 9088, Pasta 3, fl. 10).

O refluxo do MPLA no leste de Angola em direção à Zâmbia pode ser visto também nas entrevistas concedidas por seus dirigentes ou ex-dirigentes. A ausência de referência às ações dos guerrilheiros do movimento nesse período é

um retrato contundente das dificuldades militares enfrentadas. Essa constatação é válida tanto para as entrevistas que realizamos, quanto para as constantes em livros e coletâneas. Para o período situado entre os anos de 1972 e 1974 até a Revolução dos Cravos, os relatos tendem a se concentrar nas disputas políticas internas, por vezes também militares, que envolveram a direção do movimento. O problema das oposições a vários níveis no interior do próprio MPLA supera de longe qualquer outro tema. Não se mencionam ofensivas militares ou tentativas de reversão do quadro de recuo que a sua guerrilha enfrentava.

Quanto às entrevistas realizadas à época com dirigentes do MPLA, o que se percebe, apesar da necessidade do movimento em se mostrar atuante militarmente e assim garantir a manutenção dos apoios internacionais, é a preocupação de seus dirigentes em acusar Portugal pelo uso de *napalm* e desfolhantes e denunciar as relações da metrópole com a África do Sul e a Rodésia. Não há mais como o MPLA manter a imagem construída ao longo da luta, principalmente com a abertura da Frente Leste, de um movimento em expansão.³⁹

O recuo da guerrilha do MPLA, em virtude da contra-ofensiva militar portuguesa e da dificuldade demonstrada pelo movimento em abastecer seus

³⁹ Um exemplo disso é a entrevista de Iko Carreira à *AfricAsia* (nº 38, abril de 1971, p. 19-21). Nessa mesma publicação, em janeiro do ano seguinte, Lúcio Lara afirmaria que o movimento estava num

homens no interior de Angola, pode ser analisado também através da correspondência trocada entre os guerrilheiros. Mais uma vez, os arquivos da PIDE/DGS, onde se encontram alguns desses testemunhos, se apresentam como uma fonte importante. As cartas apreendidas pelos Flechas no distrito do Moxico, no início de 1973, são um exemplo desse material. Entre elas destaca-se o trecho redigido pelo comissário político Chipapa Kumba, em 24 de dezembro de 1972:

“Como fica sabendo, ainda não morri. Ainda estou vivo e não sei dizer se vou morrer na guerra ou não. Deus é que sabe e, se quiser, vamos encontrar-nos, se não, morro e acabo. Nós cá no Umpulo estamos dentro da guerra e eu acho que isto nunca mais vai acabar e que já é demais. Os helicópteros são demais e os cavalos também. Todos os dias, logo que acaba o mês, sempre temos de lutar três vezes ou mais. A nossa comida é só mel e carne. Pai, estou só a lutar para morrer. Eu sei que vou morrer, mas é para o povo angolano, porque eu quero ver se o povo de Angola acaba de ser escravo do português” (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, NP 9088, Pasta 4, fl. 413).

Esse recuo da guerrilha em Angola se expressa ainda pela queda significativa do número de portugueses mortos em combate, em especial em 1973 e principalmente se comparado com os casos da Guiné-Bissau e Moçambique, onde o número de militares do exército colonial mortos em combate mantém a tendência a elevar-se. Ao longo de todo o período da guerra anticolonial em Angola, morreram 3.455 militares portugueses, dos quais 1.369 em combate. Em Moçambique, foram, respectivamente, 3.136 e 1.569, só que

momento de transição da fase defensiva para a contra-ofensiva, mas ainda assim enfatizaria as acusações ao uso de *napalm* e desfolhantes pelos militares portugueses (*AfricaAsia*, n° 58, janeiro de 1972, p. 18).

para um período menor de guerra, já que ela se iniciou nessa colônia em 1964. Na Guiné-Bissau, os mesmos indicadores foram 2.240 e 1.342, respectivamente. Os dados ganham outra conotação se lembrarmos a média anual dos efetivos militares portugueses: em Angola, 54 mil, na Guiné-Bissau, 20 mil, e em Moçambique, 31 mil (Guerra, 1994, p. 379-80).⁴⁰

Esses números, numa análise comparativa com outros conflitos armados, fazem com que MacQueen (1998, p. 57) considere a média de mortes extremamente baixa para os padrões internacionais. Portugal contou 8.831 mortes em suas tropas, somados os casos de Angola, da Guiné-Bissau e de Moçambique. Na Argélia, foram 17.456 mortes do lado francês, em oito anos de guerra. Os Estados Unidos tiveram 58.135 mortes no Vietnã entre 1961 e 1973. A média anual de mortes para cada mil militares pelo lado português nos três conflitos na África foi de 2,23, sendo 2,69 a taxa mais alta. No Vietnã essa média, pelo lado dos americanos, era de 14,7, sendo a taxa mais alta de 23,5. John Cann calcula que, mesmo em relação a outros combates que tiveram a participação das Forças Armadas portuguesas, como na Primeira Guerra Mundial, por exemplo, o número de baixas durante as guerras anticoloniais foi relativamente pequeno. Na Primeira Guerra, para um período de dois anos, foram mobilizados 114 mil homens pelo lado português, dos quais 25 mil eram tropas

⁴⁰ Os números apresentados por João Paulo Guerra são os fornecidos pelo Estado-Maior General das Forças Armadas portuguesas e por isso são um pouco mais elevados do que os registrados pelo Exército em sua *Resenha Histórico-Militar*.

africanas. Morreram 7.908 homens, o que significa uma taxa de mortalidade, por cada mil militares e por ano, de 34,68 (CANN, 1998, p. 248-9).

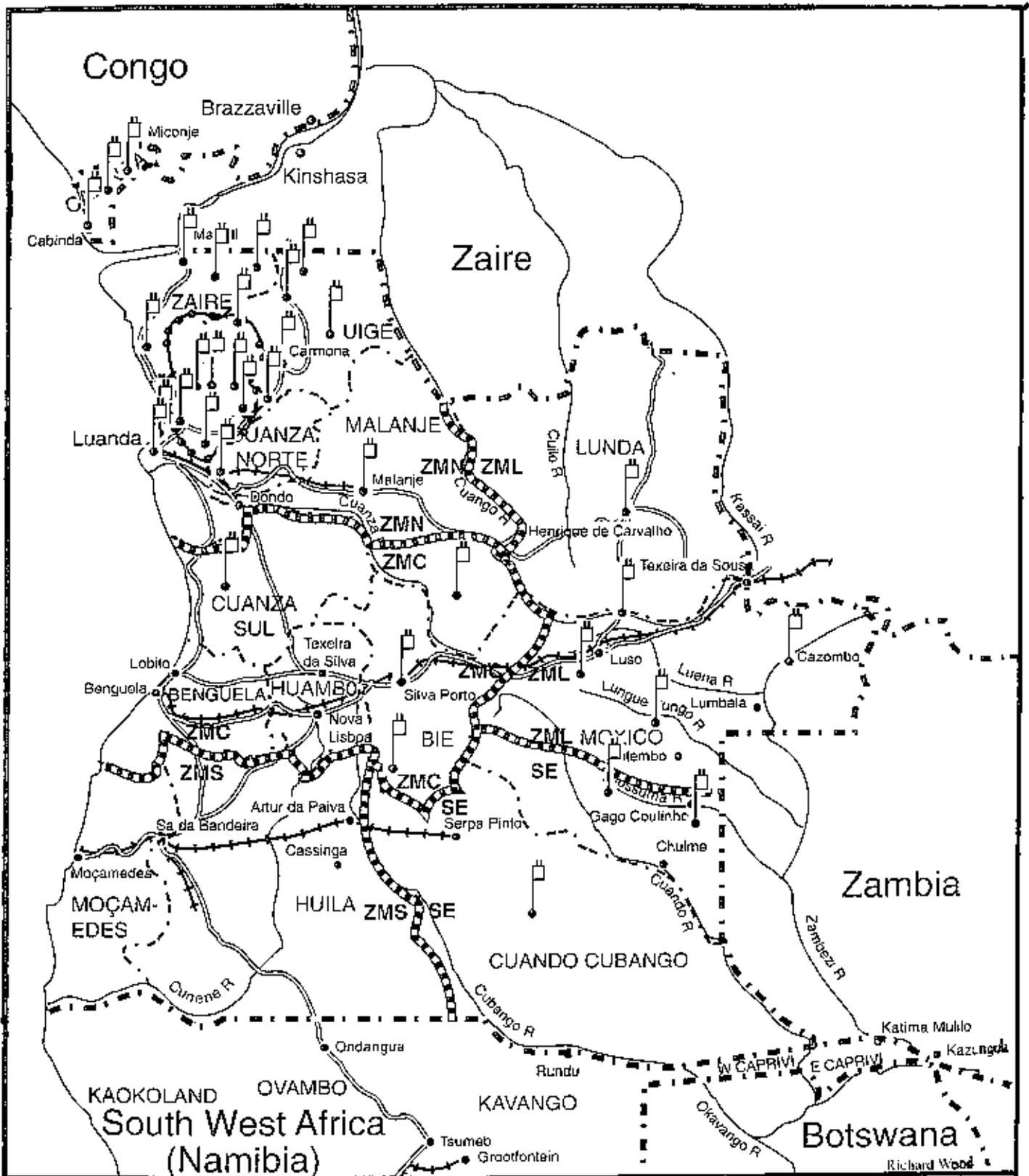
Vale lembrar que os dados até hoje apresentados, com ou sem a concordância de todos os envolvidos ou interessados em analisá-los, fazem referência apenas a militares pertencentes às forças coloniais. Quer se tratem de brancos, mestiços ou negros, falecidos ou acidentados, recrutados na metrópole ou em Angola, exatos ou não, os números descrevem apenas as baixas do lado colonial. Pelo lado dos movimentos de libertação, as estatísticas simplesmente não existem. É de se acreditar, por tudo que pudemos observar até o momento, que o maior número de vítimas fatais entre os independentistas seja do MPLA, mas não há um só documento ou testemunho que comprove isso. Quanto à população, que fora alvo de bombardeamentos e ataques por estar apoiando os movimentos, ou simplesmente por estar em área próxima a estes, os indícios quantitativos são ainda mais difíceis, se não impossíveis.

Entretanto, o cenário de recuo não se repetia em todos os conflitos independentistas levados adiante contra o colonialismo português. Isso é o que se pode conferir através dos diferentes dados apresentados na *Resenha Histórico-Militar* (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1988). A intensidade da guerra quer na Guiné-Bissau quer em Moçambique estava crescendo. Adelino Gomes, militar português reformado, lembra em entrevista ao jornal *Público* de 27 de

abril de 1995 que 1973 foi um ano-chave. Registrou-se nesse ano a maior mobilização de efetivos militares nas três colônias, cerca de 150 mil homens, ao mesmo tempo que se verificou o maior número de mortos entre os soldados portugueses, 923 (Guerra, 1994, p. 380), um aumento de cerca de um terço em relação à média anual nos 13 anos de guerra. Portanto, ainda que em Angola a evolução da situação militar fosse naquele momento favorável à tropa portuguesa, no quadro geral da mobilização das suas forças militares coloniais, o cenário era de crescente dificuldade.

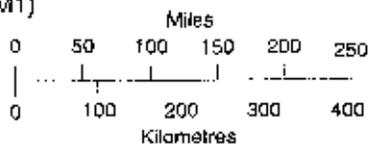
Dificuldades também voltariam a ser registradas na esfera internacional. A ofensiva dos países africanos contra Portugal na ONU seria retomada com maior intensidade em 1970. Em dezembro desse ano, o Conselho de Segurança afirma que a presença do colonialismo português na África ameaçava a paz e a segurança dos Estados africanos independentes. E em novembro de 1973 a Assembléia Geral das Nações Unidas reconhece a independência autoproclamada da Guiné-Bissau, ocorrida em 24 de setembro de 1973 (LÉONARD, 1999, p. 50). Pouco se tem alertado para esses fatos, já que o 25 de Abril alteraria por completo a realidade portuguesa, mas valé registrar que o regime de Marcelo Caetano começava a enfrentar uma nova onda de insatisfação internacional.

Dispositivo Militar Português (1972)



Legend

- = Portuguese Army battalions (only garrison units)
- = division of military zones
- = limits of 1 Military Area (AM1)
- = railways
- = main roads
- = district boundaries
- = international frontiers



VII

As Novas Dissidências e o Cessar-fogo

Os dois capítulos precedentes trataram dos avanços e recuos da guerrilha do MPLA, paralelamente aos problemas internos que o próprio movimento enfrentava. Examinaremos neste capítulo o desdobramento da relação entre tais fatores. Para tanto, é necessário ter em conta, antes do mais, que os problemas surgidos com a contra-ofensiva portuguesa, na Frente Leste principalmente, foram importantes quer como causa quer como reforço dos desajustes no interior do MPLA. A esse fator se somariam questões antigas que, longe de terem sido resolvidas, estavam amortecidas pela expansão do movimento, mas que no contexto de confrontação e de derrotas retornaram à cena principal, além de conflitos gerados pela própria condição em que se processa a luta anticolonial. Ressalte-se que os problemas surgidos a partir daí se propagaram por todas as Regiões Político-Militares do MPLA, até porque foi – ou devido a ter sido – no Leste de Angola que passou a residir a direção do movimento e onde foram feitos os maiores investimentos no sentido de dotar a organização das condições para avançar a luta anticolonial.

No entanto, com o recuo da guerrilha no leste todo um processo de formação de lideranças e de grupos descontentes com a atuação da direção do MPLA é impulsionado. Lentamente, surgem perspectivas diferentes de como

gerir o movimento, possibilitadas também pela ausência de um espaço institucional para que essas discussões fossem travadas. Alastra-se um clima de desconfiança em que todos passam a ser percebidos como estando apoiando alguma tendência ou alguém. O resultado é a criação de redes de intrigas capazes de gerar perseguições e até mesmo assassinatos. Esse cenário de acusações e conflitos, por sua vez, fortalece a lógica perversa das filiações, pela qual tinha-se que quem não estava com determinado grupo estava contra. A montagem ou a simples percepção de como se constituíam tais alianças passa ainda pela forma como alguns problemas eram apreciados. Os temas com potencial para gerar conflito no MPLA passam a funcionar como uma espécie de filtro, capaz de definir oposições ou proximidades.

A Fragmentação do MPLA: Retrocesso, Desânimo e Insatisfações

Entre os temas que balizaram as divergências no MPLA podemos destacar, de início, os de ordem cultural e regional, que assumiriam maior importância com o deslocamento de militantes por diferentes zonas do território angolano. Nesse aspecto, uma referência especial deve ser feita à transferência de quadros que atuavam na 2ª Região (Cabinda) para a Frente Leste, fato que num primeiro momento se mostrou fundamental para o desenvolvimento da guerrilha na 3ª Região (leste) e que poderia de certa forma fortalecer o embrião de um

sentimento nacional, mas que, com o passar do tempo, acabou por se transformar num foco de insatisfação.

Os militantes originários sobretudo da região leste, assim como alguns quadros do centro-sul, a partir do momento em que se agravou a situação militar e logística do movimento, passam a questionar a preponderância dos dirigentes pertencentes a grupos etnolingüísticos do norte da colônia nos cargos diretivos das diferentes esferas do MPLA. A manifestação capitaneada pelo comandante Jibóia em 1969 foi o primeiro sinal mais evidente de que esse questionamento tinha adquirido um potencial explosivo nas bases da organização. Entretanto, o grupo que se insurgiu sob o comando de Jibóia não foi capaz de formular uma proposta alternativa consistente à forma de gestão da direção do MPLA. Segundo Iko Carreira, essa reação decorria mais de uma repulsa ao modo de ser dos dirigentes e demais militantes que tinham vindo do norte:

“Este grupo, com muito de civilização europeia, constituía um verdadeiro reforço. Mas depois (...) o exemplo dado por esse grupo, que manteve sempre uma grande coesão entre si, a sua permanência, tornou-se contraproducente. Essa coesão física e cultural, a sua permanência no exterior, depois de curta estada no interior, foi sem dúvida um dos pontos que Jibóia, ou Katuva Mitwe mais utilizou na sua ‘revolta do leste’ contra a direção do MPLA. (...) [Também as] militantes, como já se disse, mais evoluídas do que aquelas que encontraram, tinham hábitos culinários, de vestuário e outros muito diferentes. Actuavam de maneira que foi considerada, pelas [mulheres] locais, de superioridade, falando a sua própria língua, convivendo entre si e não alterando nenhum aspecto do seu comportamento.” (CARREIRA, 1996, p. 101-2).

O que se percebe é que o enfoque regionalista se sobrepunha ao das etnicidades. Para os descontentes, mais importante do que ser *kimbundu* ou *bakongo* era que a maioria dos dirigentes veio da região norte da colônia, os chamados *kamundongo* ou *kambokoyo*. E era esse o elemento escolhido como marco da diferença, que tendia a alargar o grupo dos descontentes e não o fato de se pertencer a um ou outro grupo etnolingüístico.

O problema conhece nova complexidade quando a ele se soma a questão racial. Ora, no MPLA, em especial na Frente Leste, estavam presentes militantes mestiços e uns poucos brancos, além das esposas brancas de alguns dirigentes – uma situação pouco comum na zona austral da África, onde a luta de libertação, em função da presença do colono, ganhara uma conotação racial muito forte.

Essa presença de brancos e mestiços acarretava problemas para o MPLA não apenas internamente. Os demais movimentos de libertação angolanos apontavam tais quadros, conforme as circunstâncias, como uma prova do perfil “não-africano” ou “pequeno-burguês” da organização. Essas críticas não passaram despercebidas nos países que apoiavam o MPLA, principalmente os africanos, e as justificativas nem sempre atendiam às interrogações. Aliás, o caso da detenção do escritor angolano Artur Pestana dos Santos, conhecido internacionalmente como Pepetela, em Brazzaville, mostra alguns dos problemas

enfrentados pelo MPLA com os países africanos que o apoiavam, em virtude da presença de militantes mestiços e brancos em suas fileiras. O autor preparava um de seus primeiros romances, *Mayombe*, em que discute alguns dos temas contraditórios da guerrilha na floresta que dá nome ao livro, quando uma denúncia de que havia um branco escrevendo à máquina, isolado numa casa da cidade, precipita sua prisão. Os congolezes, segundo o próprio Pepetela, afirmavam que ele estava “a escrever um livro que se chama ‘Mayombe’, isto é, um livro de espionagem para dizer aos portugueses onde estão as nossas bases, para que eles possam atacar o Congo”. Para o autor, o “aspecto racial” se destacava nos argumentos dos congolezes: “Você é português, e está a escrever um livro para ajudar os portugueses” (*Público*, 7 de agosto de 1992). Pepetela só foi libertado após a intervenção dos responsáveis do MPLA em Brazzaville.

No entanto, os maiores problemas se registraram no interior do próprio movimento. O tema aparece na I Assembléia Regional da 3ª Região Político-Militar, ocorrida na base de Hanói II, no distrito do Moxico, em agosto de 1968. Nessa ocasião, são aprovadas incondicionalmente as decisões sobre a questão racial da I Assembléia Regional das 1ª e 2ª Regiões, realizada em Dolisie, em fevereiro de 1968. A orientação era de que deveria ser proposto ao congresso do MPLA a integração, como “membros simpatizantes (...), dos indivíduos de raça branca nascidos ou residentes em Angola e os cônjuges estrangeiros dos militantes que manifest[ass]em a sua simpatia e vontade de servir a causa do

Povo Angolano” (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Subdelegação de Malange, NT 9087, fls. 208-34).

Apesar do adiamento da incorporação “dos indivíduos de raça branca” de forma oficial para um futuro congresso do MPLA, o registro feito pela direção não deixava de ter importância, em se tratando de uma questão tão delicada, dado o contexto em que estava inserido o movimento. Ressalte-se também que a II Assembléia decorreria numa base no interior de Angola, onde a presença de brancos lutando ou apoiando o MPLA ainda era exígua.

Pepetela, na entrevista já referida ao jornal *Público* mostra o quanto o problema racial era complexo. Ele mesmo – um dos primeiros brancos a ir para a luta armada – sofreu discriminação. Durante muito tempo esteve na Argélia, porque a direção do MPLA tinha receio da reação das populações angolanas e dos países vizinhos à presença de militantes brancos na luta. Na resposta à pergunta do jornalista sobre se esses receios se confirmaram, Pepetela narra um caso acontecido na Frente Leste, onde esteve, segundo nos informou pessoalmente,¹ a partir de 1972:

“Sempre fui muito bem recebido e por vezes até tinha de cortar um pouco o excesso de confiança que a minha cor despertava, isto no Leste de Angola. Eu lembro-me, por exemplo, de uma reunião no sul do Moxico, fronteira com o Kuando-Kubango, era

¹ Entrevista realizada em Luanda, em 6 de fevereiro de 1995.

uma reunião com um grupo de populares que estavam a preparar-se para recuar para a Zâmbia. Cheguei lá com o meu grupo, que era um pequeno grupo, e quis saber o que se passava; e às tantas um mais-velho disse: 'Não, nós estamos aqui todos aterrorizados a querer ir para a Zâmbia, mas, afinal, se até os brancos já nos apoiam, então nós temos ainda possibilidade de ganhar'. Tive de reagir, de explicar que não era isso, que não era um problema de branco ou não branco. No fundo acaba por ser o complexo do colonizado a transparecer: se o homem branco está do nosso lado nós ganhamos, porque o homem branco é o dono da técnica e do saber, enfim, esse tipo de preconceito." (*Público*, 7 de agosto de 1992).

Todavia, a crise militar na Frente Leste se agravou, o que faz com que Pepetela concorde com o jornalista sobre a imagem que o livro *A Geração da Utopia*, do escritor, suscita: a de um MPLA destroçado naqueles anos de 1972 e 1973 (*Público*, 7 de agosto de 1992). Na verdade, a narrativa de Pepetela é bem mais ácida:

"O povo perdeu a confiança na guerrilha e criou o vazio à volta dela, recuando aos milhares para a Zâmbia. (...) Quando avistava o grupo de guerrilheiros, o povo vinha pedir, 'deixem-nos ir convosco, precisamos da proteção das vossas armas'. Ele não respondia. Mandava o grupo avançar mais depressa. 'Não nos abandonem. Vocês são os nossos guerrilheiros. Tu, que és um chefe, deixa-nos entrar no teu grupo. Não vos atrasaremos, pediremos um esforço suplementar às nossas pernas para não vos importunar. Tu és um múata, um responsável, deves ouvir o povo...'. Ele nem respondia. As colunas de povo não tinham comida, procuravam-na nos paus, eram pesos inúteis. E ainda por cima acabaria por ter de dividir com elas os restos de sal perdidos nos forros dos bolsos. Por isso evitava-as, fazendo acampamento longe delas, desviando a rota se via alguma à sua frente. Não tinha remorsos, lutava pela sobrevivência. Há muito deixara de se questionar, como antes fazia, quando se considerava um intelectual." (PEPETELA, 1993, p. 124).

O agravamento da crise militar seria associado, entre outros, ao fator racial. A existência de militantes mestiços, sobretudo, acompanhados de um reduzido número de “simpatizantes” brancos, logo se transformaria em sérios questionamentos de ordem racial. Isso pode ser observado nas entrevistas e mais explicitamente em alguns depoimentos de guerrilheiros detidos pela PIDE/DGS, como o de António Rebelo de Macedo Júnior. Ao descrever os militantes do movimento, ele associa os comportamentos corajosos ou traiçoeiros, por exemplo, à cor da pele (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11 – SR, NT 996, Pasta 2, fls. 40-9).

É evidente, portanto, que não se pode desconsiderar o fator raça como elemento importante nas disputas existentes. Afinal, o MPLA era um movimento anticolonial que comportava a possibilidade de espaço para brancos e mestiços, principalmente, na luta e no pós-independência, como indicavam seu discurso e suas alianças à esquerda. Não obstante, sempre que se agudizam os problemas internos, quer sejam de ordem política, de estratégia militar, ou mesmo financeiros, a componente racial é de pronto acionada. A direção, quando da ocorrência desse fenômeno, tentava invariavelmente combater a expansão e a extrapolação do problema para outras esferas, o que acabava por identificar ou associar os grupos em conflito como estando mais ou menos próximos dela. Mais ainda, na resolução desses embates, a saída era quase sempre a transferência de quadros, ou seja, a difusão da crise e não o seu enfrentamento.

Pelo lado dos mestiços, contra as acusações de ordem racial eles invocavam a sua própria história na luta anticolonial e no MPLA, em particular, sua qualificação, a politização dos problemas e a postura ideológica. A não-intimidação dos mestiços diante de tal situação dependia também da capacidade de expansão do movimento, agregando novos quadros e novos dirigentes. Mas dependia, fundamentalmente, da discussão de como se dera a trajetória do MPLA, o porquê da importância dos quadros mestiços numa situação colonial como a que se enfrentava. Contudo, se a desproblematização do fator raça necessitava desses esclarecimentos, tal postura era temida pela direção, que apostava numa proposta única e aglutinadora que só foi possível enquanto o movimento avançou tanto militarmente quanto na conquista de apoios internacionais. Quando o recuo da guerrilha se evidenciou e quando alguns de seus principais aliados refluíram os auxílios, os contestadores da estratégia posta em prática e da própria direção retomavam os temas em aberto.

Ainda com respeito a essa problemática, autores como John Marcum, René Pélissier e outros – provavelmente por terem trabalhado com a perspectiva de tentar desvendar a história da luta anticolonial levada adiante pelos diferentes movimentos de libertação – se preocuparam mais em assinalar a presença de mestiços e brancos no MPLA do que propriamente em analisar como se apresentava essa questão internamente e como ela seria vista ao longo do tempo.

Como vimos, ela não teve um único enquadramento no movimento. A rigidez do diagnóstico de alguns analistas sobre o lugar ocupado pelo segmento mestiço-assimilado-*kimbundu* se sobrepõe à tentativa de buscar entender como isso se tornou possível e como se processou a junção desses diferentes segmentos no MPLA.

Para isso, é importante analisar os confrontos no interior do próprio MPLA, em face dos diferentes problemas. É necessário ainda associar tais questões ao que denominamos “vínculos de solidariedade”, alguns dos quais desenvolvidos muito antes da luta armada – como a escola que se frequentou, a religião praticada, os laços entre famílias e a região de origem – e outros adquiridos na vida guerrilheira – como a frente de luta de que se participava, o destacamento, o local de treino, a formação recebida e até mesmo os de ordem geracional, que não só eram fortes nas populações contactadas, mas também no MPLA, pois este já construía a sua história e, conseqüentemente, tinha entre seus membros os que os militantes chamavam de os “mais velhos”.

As disputas por espaço ou pequenas vantagens no MPLA passavam por tais associações. Todos esses fatores ganham maior importância pelo fato de as “regras do jogo” não estarem explícitas. Com isso, as decisões da hora dos principais dirigentes militares ou políticos se sobrepunham a qualquer orientação prévia, como, por exemplo, as relativas à periodicidade das assembleias e às

indicações para os cargos de direção. nas mais diferentes esferas, assim como o fora a criação do CCPM, que dependiam exclusivamente da direção.

Diante de um quadro como esse, o que tendia a prevalecer eram as redes de amizade e as alianças. Na ausência de fóruns apropriados, alguns temas passam a ser discutidos em conversas privadas entre as lideranças ou entre estas e suas bases de apoio, que inevitavelmente começam a ser construídas dentro do próprio movimento. O resultado é o fortalecimento de grupos nem sempre com propostas alternativas às da direção, mas que buscavam manter uma determinada coesão capaz de fornecer segurança aos que deles se aproximavam. Isso também se aplica ao surgimento das dissidências, dada a falta de espaço para a discussão alargada, as assembléias ou reuniões extensivas a vários militantes. Por conseguinte, as atitudes e os comentários discordantes com a orientação central acabavam ganhando o estigma de golpe.

Dessa forma, os vínculos de solidariedade ajudavam nas aproximações e, conseqüentemente, na compreensão de como se estabeleciam essas alianças. É assim que adquire consistência a acusação de que existia um grupo formado por indivíduos do Catete, região de origem de Agostinho Neto, que se portavam e se identificavam como tal. Esse fato – de serem da região de origem do presidente do MPLA – era um dado que poderia, sem dúvida, ser útil a esses militantes nas intrincadas disputas no interior do movimento, mesmo que o presidente assim

não pensasse. A própria divulgação da existência de tal grupo já era, por si, um elemento de importância fundamental para seu fortalecimento. Por outro lado, eles constituíam efetivamente um segmento que apoiava incondicionalmente o presidente. O resultado é que, ou por proximidade em relação ao grupo, ou por receio de perder uma base de apoio, ou ainda para não corroborar a existência de sentimentos regionais ou étnicos, a direção preferia não discutir o assunto, dando azo a que as críticas permanecessem.

É importante frisar que esses grupos e essas alianças, até que surjam explicitamente as dissidências e se estabeleça a ruptura entre a direção e as diferentes alternativas de poder no MPLA, eram perceptíveis apenas através dos diferentes vínculos de solidariedade que cruzavam a vida dos militantes. É evidente que a presença desses vínculos consistia num importante fator de conexão e, conseqüentemente, de fortalecimento no movimento, mas eles também poderiam ser acionados para se garantir privilégios passageiros, como os das viagens internacionais individuais ou de familiares, ou ainda alguns artigos considerados de luxo na guerrilha, como determinadas bebidas e vestuário.

Também a questão dos crioulos e novos assimilados estaria presente nesse contexto do leste. Só que, dessa vez, diferentemente da forma com que se expressara na dissidência de Viriato da Cruz, esse tema aparece encoberto pela força da oposição de cunho regional. Os crioulos e os novos assimilados seriam

percebidos pelos indivíduos do leste e do centro-sul, na lógica regional, como pertencentes ao bloco dos “do norte” e de certa forma eles assim se admitiam. Seus hábitos e costumes e, acima de tudo, suas referências sociais, religiosas e políticas passam a ser observadas como próprio dos *kamundongo*.

Por outro lado, os crioulos e os novos assimilados buscavam valorizar seus respectivos capitais – a língua portuguesa, a escolaridade, o conhecimento técnico e de outras realidades. Em outras palavras, elementos que os dividiam, mas que principalmente os distanciavam dos demais militantes, mesmo que estes fossem originários da região norte. Diante do quadro de crescente desagregação, essas diferenças, no entanto, passam a ser observadas apenas dentro de um imaginado grupo, muito maior, dos “do norte”. Ou seja, os confrontos de maior potencial desestabilizador, ou capazes de mobilizar mais facilmente e de forma mais ampla, encobriam particularidades e outras oposições.

É o que ocorre, por exemplo, com os problemas enfrentados pelas mulheres. Elas permanecem ofuscadas pelas “grandes questões” do movimento. Nas entrevistas, percebe-se que, apesar de o discurso emancipacionista da OMA e da direção do MPLA alertar para a importância da mulher na luta e na nova sociedade que se pretendia construir com a conquista da independência, a condição feminina no movimento estava longe de poder ser considerada igual à dos homens. As limitações e as arbitrariedades eram variadas. Não lhes era

permitido, por exemplo, um espaço mínimo que fosse nas decisões políticas de maior relevo. Também lhes era cobrada uma conduta moral irrepreensível, quando comparada ao que se exigia dos homens, como observa Ruth Neto:

“(...) a pessoa tinha que encontrar o parceiro, para ficar com ele. Porque se não fosse assim (...) [O homem] pode ir ter com várias mulheres, e não é problema nenhum, ninguém fala nisso mesmo. Mas se é uma mulher, toda a gente sabe. Aconteceu isso, fulana fez aquilo e não sei quê... De modo que há isso tudo, não é? E as mulheres eram sancionadas por isso. Ao passo que o homem ficava ali impecável... Havia casos em que os homens eram também chamados à atenção, eram sancionados mesmo. Mas houve sempre diferenças. Mesmo agora há.” (Entrevista de Ruth Neto, em 2 de fevereiro de 1991, concedida a Maria da Conceição Neto e Nicásia Casimiro Dias).

Entretanto, problemas muito mais graves ocorreram. O desrespeito às mulheres alcançou os limites da violência, como podemos observar no relato de Pepetela sobre o *kambokoyo*:²

“Portanto, era um bocado difícil, o *kambokoyo* era o privilegiado, é o burguês da revolução. Havia esse sentimento. É o comandante que aproveita das raparigas. Tem mais acesso às mulheres do que os outros porque ele é o comandante. E se por acaso acontece uma certa resistência, uma certa dificuldade, ele é capaz até de cometer um ato de violência para ficar com a mulher. De mandar o marido para uma operação difícil, longe, ir embora seis meses, para a mulher ficar ali, disponível, coisas assim do gênero. Portanto, é esse o *kambokoyo*”. (Entrevista realizada em Luanda, em 6 de fevereiro de 1995).

² Suas declarações caminhavam na tentativa de nos apresentar as variações do termo *kambokoyo*. Para Pepetela, o termo não pode receber uma identificação única, como se referindo aos “do norte”. Possuía também implicações políticas. Essa nuance, provavelmente, não se refere ao outro termo que temos observado como estando associado à idéia de identificar “os do norte”. O similar *kamundongo* é uma referência direta ao reino do Ndongo, localizado na região norte.

Os problemas das mulheres acabavam por ser encobertos por questões mais “evidentes”, como as acusações quanto aos privilégios existentes na guerrilha, que, por sua vez, prendiam-se também às pequenas coisas do cotidiano da luta. O *kambokoyo* muitas vezes buscava a comodidade de ter alguém para carregar a sua mochila ou ainda, na distribuição dos mantimentos e vestuário, ficava “com uma parte maior, um bocado de açúcar, (...) uma farda mais nova” (Entrevista com Pepetela, em Luanda, 6 de fevereiro de 1995). Tais privilégios tendiam a confundir-se, naquele contexto de grandes carências, com as situações de corrupção. O relato de Pepetela a Dalila Mateus (MATEUS, 1999, p. 252) reforça a existência dos casos de corrupção:

“Problemas de corrupção também os havia. Mas, naquela altura, não eram fortes, não eram graves. Contudo, assinalavam fraturas, diferenciações de facto, entre quadros e militares de base. Havia, por exemplo, diferenciações entre militantes alfabetizados e não alfabetizados, que permitiam que alguns, menos honestos, explorassem e entrassem mesmo em sistemas de corrupção. Pessoas, por exemplo, que tinham acesso a fundos do movimento, um ou outro responsável das finanças que me lembre, aproveitavam-se desse facto para viverem um pouco melhor do que os outros, para terem acesso a alguns bens. Lembro-me do caso dum responsável que chegou a ter dois táxis no Congo. Claro que os tinha comprado com o dinheiro do MPLA. Havia casos como este, que eram casos gritantes de corrupção. Mas, fundamentalmente, o importante era a corrupção larvar, a do aproveitamento dalgumas benesses que eram permitidas pelos cargos que se ocupavam”.

Ainda assim, apesar da crítica aos pequenos atos, o próprio Pepetela procura reconhecer que os casos de corrupção na luta não foram nada de espetacular em termos de volume ou recorrência, até porque os recursos não permitiam isso. Ele também busca estabelecer uma diferenciação entre esses casos mais ousados de desvio de verba e alguns privilégios que a condição de dirigente poderia encobrir. É o que se pode perceber em sua resposta, bem-humorada, nessa mesma entrevista, sobre se os dirigentes viviam sobriamente:

“Acho que sim, que os dirigentes viviam sobriamente. Embora fosse evidente que havia alguns que viviam um pouco melhor do que outros. Por exemplo, o Chipenda não passava sem a sua garrafa de *whisky*. Tinha sempre uma garrafa, que comprava com o dinheiro do orçamento que lhe era devido, por ser responsável de determinada região. E quando tínhamos sede dava-nos dinheiro para irmos comprar cerveja. Era ele que dava. O que quer dizer que dava a quem queria, em função de certo sistema de clientelismo. Dava cerveja aos amigos, não dava aos que não eram amigos. Apesar de tudo, havia uma certa sobriedade, mesmo com o Chipenda. À parte a garrafa do *whisky*, era sóbrio. Contudo, os germes estavam lá.” (Entrevista de Pepetela a MATEUS, 1999, p. 253-4).

Mas as acusações de corrupção, num quadro de desagregação e rivalidades como aquele que passa a ser vivido pelo MPLA a partir do início da década de 70, não precisavam de outro impulso que a junção entre a carência de recursos do movimento e a leitura regionalista dos problemas. É assim que as manifestações contra Monimambo, em novembro de 1971, na base de Kitexe II, podem ser melhor compreendidas. Monimambo era *bakongo* e coordenava os recursos da Sub-Região Sul da 3ª Região e os da 5ª Região Político-Militar (Planalto

Central). Sua nomeação para tais responsabilidades decorrera num contexto de apaziguamento dos problemas levantados pela manifestação encabeçada por Jibóia.

As acusações de corrupção dos guerrilheiros recrutados entre as populações do leste foram de imediato dirigidas a ele, ainda que não apresentassem indícios concretos sobre tais problemas, a não ser as dificuldades de abastecimento, na verdade, inerentes a todo o movimento. Sua substituição por Iko Carreira não alteraria muito o panorama, nem o de dificuldades enfrentadas, nem o de acusações de corrupção. Falta de recursos e regionalismo passam a ser uma combinação extremamente perigosa. A PIDE/DGS, que elabora um relatório sobre essa manifestação, não tece muitos comentários, classificando-a como mais uma caso de tribalismo entre outros já surgidos no MPLA (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, NT 9089, Pasta 1, Relatório datado de 23 de agosto de 1972, fls. 38-9).

Também a situação da 2ª Região Político-Militar (Cabinda) não seria diferente, pois as dificuldades e os temas com potencial desagregador se expandiram rapidamente por todo o movimento. A exceção parece ter sido o fato de nessa 2ª Região, dadas as condições locais, não ter se destacado uma perspectiva regional de apreensão dos problemas. As antigas rivalidades entre

bakongo e kimbundu, os fatores raciais e culturais, decorrentes das disputas entre crioulos e novos assimilados, prevaleciam sobre a questão regional.

Todavia, o recuo da guerrilha em Cabinda, com a tropa do MPLA, em 1972, concentrada a 30 quilômetros de Dolisie (Entrevista com Ruy de Castro Lopo, em Luanda, em 19 de outubro de 1997), e o desânimo que se abatera sobre a militância repetiam o quadro encontrado no leste. Essa letargia foi de tal ordem que atingiu até mesmo a representação do MPLA em Brazzaville, um ambiente urbano com uma vida internacional intensa e onde a organização possuía muitos quadros ligados à formação, ao ensino, o que fazia com que os questionamentos internos fossem tratados de forma mais aberta.

Alguns quadros recém-chegados à região, como Adolfo Maria, Maria do Céu Reis e Pepetela, que antes estavam no Centro de Estudos Angolanos, em Argel, apresentam em seus relatos as frustrações que esse contato mais direto com a guerrilha lhes proporcionara. A imagem que tinham, apesar de muitas vezes ponderada pelas afirmações dos militantes que passaram por Argel, ainda guardava o espírito do guerrilheiro abnegado, disposto a correr todos os riscos pelo triunfo de uma causa. Mas a realidade que presenciaram estava muito longe dessas pinceladas heroicizantes – e, o que era pior, com tendência a se agravar.

Da mesma forma que Pepetela, os demais também se assustam e ficam indignados com os casos de corrupção. Adolfo Maria afirmou que, em sua primeira visita às bases militares do MPLA, constatou “estarecido” que os guerrilheiros não dispunham de medicamentos, nem de alimentação suficiente, apesar de o movimento receber esses produtos. Eram os atravessadores, dentro do próprio MPLA, que já tinham construído esquemas para o desvio de tais materiais para os mercados de Brazzaville (Entrevista realizada em Lisboa, em 27 e 28 de maio de 1999).

A coincidência nas críticas e nos relatos de alguns episódios pelos três militantes ganha maior importância pelo fato de eles, apesar de terem vivido experiências muito próximas até essa transferência para a 2ª Região, a partir do momento em que as rupturas se estabelecem de forma definitiva, passarem a ter trajetórias políticas e de vida bem diferentes umas das outras.

Enquanto a guerra não avançava e os recursos escasseavam, a luta pelo poder dentro do MPLA se intensificava. Na 2ª Região, os capitais políticos não eram muito diferentes dos encontrados na Frente Leste. E o racial era um deles. Esses três militantes, por exemplo, sofreriam esse tipo de ataque quando participam da organização de um curso de preparação de comandantes e comissários políticos. Os descontentes temiam a projeção que os coordenadores do curso poderiam ganhar no movimento. O argumento racial seria o

privilegiado, sendo eles branco, como Adolfo Maria e Pepetela, e mestiça, como Maria do Céu. O resultado é que a experiência dura apenas um curso. Os três ficaram, então, limitados à educação de base.

Outra questão que iria surgir na 2ª Região nesse momento, dizia respeito ao descontentamento de alguns chefes militares com o que consideravam o descaso com a 1ª Região (norte de Angola). Ora, desde a chegada dos destacamentos Camilo Cienfuegos e Kami a essa região político-militar, em 1966 e 1967, respectivamente, que o MPLA não abastecia os guerrilheiros que estavam nos Dembos. Um dos chefes militares que se insurgiu contra essa situação foi, em 1970, o comandante Jacob João Caetano “Monstro Imortal” – que ganhara notoriedade ao liderar um dos destacamentos que atingiu a 1ª Região e que conseguiu retornar ao Congo-Brazzaville atravessando a área sob controle da FNLA e do Congo-Léopoldville. Ele, juntamente com Joaquim Domingos Augusto “Valódia”, Ananias de Almeida Escórcio “Titã” e Domingos Luis António “Kuolokie”, entre outros, passou a questionar a falta de empenho dos dirigentes do MPLA em reforçar os guerrilheiros dessa região.

Foi o desdobramento dessas acusações que levaram à detenção de Lúcio Lara, coordenador da 2ª Região, por esses chefes militares, em março de 1972. Como, no fundo, os problemas no MPLA se sobrepunham, o fator racial logo seria ativado, e o grupo insurreto procurou ver em Lara, que é mestiço, um

defensor dos interesses dos quadros mestiços e brancos que estavam na Frente Norte (Entrevista com Adolfo Maria, em Lisboa, em 27 e 28 de maio de 1999). As acusações se expandem no sentido de que o movimento estava sendo dirigido por quadros pouco confiáveis e de que era necessário uma reatribuição das responsabilidades. Ou seja, a luta pelo poder dentro do espaço da 2ª Região é declarada.³

Na resolução do impasse, foi importante a participação de Maria do Céu Reis, que é quem sai do local onde estavam instalados os escritórios do MPLA a fim de avisar o velho Adolfo Moraes, um antigo colaborador do movimento no Congo-Brazzaville, que auxiliava o presidente na gestão dos recursos, sobre o que estava acontecendo.⁴ Imediatamente, ele entra em contato com as autoridades congolenses e a posição do governo do Congo de pronto é intervir na situação afirmando que não haverá acerto de contas. Lara é então libertado.

Na tentativa de apaziguamento dos ânimos, o presidente Agostinho Neto vai até a 2ª Região, onde é realizada uma assembléia extraordinária, em Dolisie, de 9 a 16 de abril de 1972, redundando na destituição das responsabilidades de

³ As rivalidades de perfil étnico-regional também estariam presentes. Mabeko Tali aponta, por exemplo, para a disputa existente entre, por um lado, os originários do Catete e, por outro, os de Nambuanguongo e Dembos, os principais articuladores dessa manifestação de 1972 (MABEKO TALI, 1996, p. 142-3). Contudo, assim como Adolfo Maria, Mabeko Tali acredita que nesse embate os pontos de convergência entre os dois segmentos tenham sido mais eficazes, e o fator racial tendeu a favorecer a aliança (Entrevista com Adolfo Maria, em Lisboa, 27 e 28 de maio de 1999).

⁴ Adolfo Moraes era branco e, conseqüentemente, um dos alvos desse grupo que se rebelou contra a direção de Lúcio Lara. Moraes residia no Congo-Brazzaville desde os anos 40 e fora muito importante na instalação do MPLA nesse país em 1963 (MABEKO TALI, 1996, p. 157, n. 14).

alguns dos acusados, incluindo Adolfo Maria, que é afastado do programa “Voz da Angola Combatente” na Rádio Brazzaville e mesmo da condição de militante. (Entrevista com Adolfo Maria, em Lisboa, em 27 e 28 de maio de 1999). Posteriormente, Pepetela seria transferido para a Frente Leste, onde, como vimos, se depara com uma situação diferente, mas ainda mais grave. Também Maria do Céu seria transferida de Dolisie para Brazzaville, permanecendo na órbita da 2ª Região (Entrevista com Maria do Céu Carmo Reis, em Lisboa, em 22 de outubro de 1999).

Como em várias outras ocasiões, a PIDE/DGS seria informada dos problemas ocorridos no MPLA. O relatório datado de 25 de agosto de 1972 apresenta Adolfo Maria como elemento da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), uma organização da esquerda portuguesa, afirmando que seu apoio ao MPLA estaria de acordo com o espírito de parceria existente também em relação ao Partido Comunista Português. O erro da PIDE/DGS na confecção do percurso e da filiação de Adolfo Maria era resultado dos preconceitos raciais predominantes na própria polícia. Devia-se certamente ao fato de Adolfo ser branco e ter permanecido alguns anos em Argel, local em que essa organização portuguesa tinha uma representação instalada. Apesar disso, o relatório registra os resultados da assembléia ocorrida em Dolisie (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Subdelegação de Malange, NT 9088, Pasta 3, fls. 336-7).

No entanto, nada poderia ser mais explícito do que as orientações formuladas pelos próprios insurretos em Brazzaville. Isso é o que podemos observar nos anexos da tese de Mabeko Tali, entre os quais se encontra o documento intitulado “Manifestação Político-Militar dos Militantes na II Região”, que explica como o grupo via os problemas enfrentados nessa região político-militar, aproveitando ainda para formular uma série de exigências à direção do MPLA. O documento também tece alguns comentários sobre a detenção de Lúcio Lara, afirmando que ela se dera em função principalmente do “desarmamento do material para a defesa do Bureau, numa altura em que se suspeitava [de] uma possível infiltração”, além de realçar atitudes incorretas no trato com alguns militantes. O mais impressionante, no entanto, é a forma encontrada para minimizar a ação: “Ora, a nossa tomada de posição não foi violenta, na medida em que o elemento em causa não sofreu torturas por questão de consciência da nossa parte” (MABEKO TALI, 1996, Anexo 6, Documento A).

Em sua parte inicial, o texto defende que a “burguesia” pretende de todas as formas conquistar os “fracos de vontade,” existentes no interior das nossas fileiras”, já que o inimigo não conseguirá vencer pela força das armas “facto já comprovado pelo Marxismo-Leninismo”. Não obstante a certeza demonstrada, a crítica em relação ao imobilismo do movimento, em face da necessidade de fazer avançar a luta, saíria reforçada. O grupo se definiria como uma “corrente (...)

[cujo] objectivo [era] mostrar os erros existentes ao nível da direcção e rever-se as lacunas existentes”. Entre as exigências listadas destaca-se a crítica ao comportamento do presidente Agostinho Neto, que não permitia aos militantes se manifestarem nas reuniões, sob a alegação de que eles costumavam expor apenas “problemas pessoais de calça e camisa” (MABEKO TALI, 1996, Anexo 6, Documento A).

A argumentação política, entretanto, logo resvala para outros campos. Em sua maioria, as exigências e as acusações eram baseadas em argumentos raciais. Começa-se por denunciar uma diferença no tratamento entre negros e mestiços que se casaram com mulheres brancas, durante a estadia no exterior, sem autorização do MPLA, e que, nessa situação, os mestiços eram melhor acolhidos pela direcção. Segundo eles, “estas atitudes” pareciam injustas aos militantes “na medida em que se (...) [ia] reduzindo os direitos dos filhos puros de Angola”. A partir desse momento, as críticas se concentram nos supostos privilégios que estariam sendo dados aos mestiços e brancos, que são claramente afastados da condição de angolanos:

“Porque que se encontra em minoria os mestiços nas zonas de combate, com armas na mão? (...) São apenas os angolanos obrigados a ir em frente do canhão, enquanto que estes ocupam os postos da rearguarda, sobretudo o centro dos mestiços em Brazzaville, (...) para apenas amanhã serem chamados nas cadeiras dos Ministérios. (...) O povo angolano conhece os seus genuínos filhos a quem direito lhes pertence (...) infelizmente, não gozamos destes direitos. (...) Departamentos do Movimento

assim como algumas secções de trabalho não são ocupados pelos próprios angolanos; os angolanos são nomeados em segundo ou terceiro lugar; quem são os chefes? São exactamente os mestiços e certo numero de portugueses (...) pedimos a substituição imediata de todos os mestiços, ao nível da direcção do Movimento (...). Por outro lado, pede-se a retirada, para fora do nosso Movimento, de todos os portugueses considerados como militantes. Estes devem enquadrar-se activamente nas organizações revolucionarias portuguesas. (...) Sendo assim, nos imputamos a responsabilidade da actual situação ao presidente do MPLA, que soube confiar bastante a vida do nosso glorioso Movimento a elementos tecnocratas e burocratas. Esperamos portanto que o camarada presidente tenha a consciência disso, de que os elementos mais próximos que o rodeiam são, em parte, um grupo de medrosos habituados a recorrer-se a remendos aqui e ali.” (MABEKO TALI, 1996, Anexo 6, Documento A).

De acordo com essa corrente, os brancos são identificados de imediato como portugueses, enquanto os mestiços são inseridos na desconfortável condição de militantes com restrições, suspeitos até que provem o contrário. Os negros seriam os únicos “puros” e “genuínos”. O retrato dessa situação está presente no dito popular “Branco é? Cobra. Filho de branco é? Cobra”, repetido diversas vezes nas bases do movimento e em algumas reuniões (Entrevista com Maria do Céu Carmo Reis, em Lisboa, em 22 de outubro de 1999).

O fator racial era conjugado ainda com a formação dos militantes, sendo que os quadros considerados intelectuais – os “medrosos” da parte final da citação – recebiam da mesma forma um tratamento restritivo. Maria do Céu Reis afirma que, no correr dos debates na assembleia extraordinária, realizada para acomodar os ânimos, voltariam à tona as críticas feitas aos intelectuais quando da

dissidência de Viriato da Cruz e, principalmente, da Conferência de Quadros do MPLA, ocorrida em Brazzaville, em 1964 (Entrevista com Maria do Céu Carmo Reis, em Lisboa, em 22 de outubro de 1999).

A resolução da assembléia não ratificaria tais posições, mas ainda assim o seu documento final reforçava a “necessidade dos mestiços e intelectuais em geral de participarem de modo mais efectivo nas frentes de combate no interior do país, evitando atitudes oportunistas que os retenham na rectaguarda sem razões válidas”. Em virtude do que se passara, o movimento não poderia deixar de mencionar a condição dos militantes mestiços e brancos, numa demonstração explícita do impacto e das complexidades do fator racial:

“Embora se considere que os mestiços beneficiam em geral maiores facilidades econômicas e de educação, a assembléia considera que estes angolanos têm o dever e o direito de participar inteiramente na luta de libertação nacional. Notou-se porém a sua fraca presença nas frentes de combate (...). No que respeita aos indivíduos de cor branca, a assembléia é de opinião que estes nunca devem exercer funções directivas nem ter acesso aos documentos ou problemas confidenciais e vitais para a nossa organização.” (MABEKO TALI, 1996, Anexo 6, Documento B).

Ainda na Frente Norte, mas agora na 1ª Região Político-Militar, a situação nesse mesmo período assumiria outros contornos e a carência de meios se generalizava mais do que nunca. Os guerrilheiros que estava na área dos Dembos permaneciam isolados desde 1967, sem qualquer tipo de auxílio por parte da direção do MPLA. Não havia mais condição militar para manter a luta e, muito

menos, qualquer possibilidade ofensiva. Era uma etapa de resistência em que a fome unia os guerrilheiros e a população que os acompanhava. Apesar disso, os embates internos continuavam. De acordo com os relatos e as demais fontes existentes, as disputas giravam mais em torno das acusações de privilégios, do desrespeito às orientações estabelecidas e das rivalidades entre os militantes de Nambuanguo e Dembos ou ainda entre os que chegaram nos destacamentos de 1966 e 1967 e os que foram recrutados na própria região (KILUANJI, 1990, p. 40-1 e 61).

O grau de violência também aumentaria. Um relatório da PIDE/DGS datado de 18 de janeiro de 1972 sobre a 1ª Região, elaborado a partir de informações de indivíduos detidos ou que se entregaram, afirma, entre outras coisas, que a crise era fruto da falta de abastecimento. Nesse documento, consta ainda que as lutas internas teriam resultado no enforcamento de alguns responsáveis políticos e militares, como Lourenço António Casimiro Manuel “Miro”, de Adão Pedro Matias “Kiabixila” e Eduardo Luís “Derruba” – uma prática que, segundo a PIDE/DGS, gerava temor nas populações, inibindo que um maior número de indivíduos se entregassem. A própria polícia reconhece que a situação dessas pessoas era terrível, já não tinham mais o que comer, nem o que vestir (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, NP 9085, fls. 204-5 e 234-50).

A PIDE/DGS possuía ainda um outro mecanismo para a obtenção desses dados. Isso é o que se descobre ao ler o seu relatório de 6 de abril de 1972, em que se abordam todos esses problemas enfrentados pela 1ª Região. Dessa vez, sua principal fonte de informação era o material produzido pelos próprios dirigentes da Região, obtido de um contato que fazia chegar a Luanda e depois à direção do MPLA no exterior – assim como à PIDE/DGS – os documentos então elaborados. É, pois, por meio dele que a polícia política passa a ter acesso a todas as informações do que se passava na Região. Entre os documentos, destaca-se a carta endereçada ao comandante Monstro Imortal, que saíra da Região em 1970 com o intuito de elaborar um plano capaz de recompor o auxílio àquela frente de luta. Nesse documento, os que ficaram alertavam para a urgência do apoio por parte da direção, já que as “prisões” e principalmente as “traições” dos guerrilheiros e da população que passam a atuar como “elementos activos dos Flexas” aumentaram significativamente (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, CI (2), NT 7942, Pasta 6, fls. 21-40).

O livro autobiográfico de César Augusto “Kiluanji”, *Trajectórias da Vida de um Guerrilheiro*, confirma as dificuldades enfrentadas na Região e sustenta que as acusações que levaram às sentenças de morte eram muito graves, com destaque para o comportamento “aberrante” dos acusados e o crime de “alta traição aos ideais da luta revolucionária”. Ainda que as denúncias não apresentem muitos indícios de prova, o autor contra-argumenta aos que

consideravam a condenação de Miro à morte um erro que “os princípios da luta armada e (...) as circunstâncias da luta em que a Região se encontrava envolvida” eram razões suficientes (KILUANJI, 1990, p. 87).

É evidente, portanto, que o recuo da guerrilha e a crise militar em todas as regiões potencializaram os demais fatores responsáveis pela fragmentação do MPLA. As questões eram realmente diversas e tendiam a se sobrepor uma às outras, assim como as perspectivas adotadas e os fatores utilizados como mecanismo de aproximação ou repulsa. A politização mais aguda e demarcadora de fronteiras só irá se estruturar de forma mais precisa no correr de 1972.

A situação era agravada pelo fato de a maioria dos quadros do MPLA se encontrar no exílio. O discurso da luta de libertação nacional se fragiliza diante da distância entre os guerrilheiros, principalmente os líderes, e a maioria da população que eles desejam libertar. O exílio, por sua vez, estabelece também diferenças, consubstanciadas nas moradias, nas viagens e nas posses de pequenos bens, como são os casos mais explícitos. E a condição para se definir o acesso a tais possibilidades passa pelo posto assumido no movimento, o que tende a reforçar as disputas internas.

Além dos problemas de ordem política que essa situação foi capaz de gerar, podemos acrescentar os de ordem pessoal, que, segundo John Marcum, são

encontrados recorrentemente nos militantes dos movimentos de libertação no exílio. Os psicólogos que trataram a questão agruparam as disfunções comportamentais em quatro principais tipos: agressão, regressão, apatia e repetição compulsiva. Dentre as conseqüências, é possível citar o alcoolismo, a ansiedade, a indignação, a depressão, a irresponsabilidade, as brigas constantes, a violência sexual e a perseguição (MARCUM, 1972, p. 270-2). Todos esses são traços de comportamento encontrados em muitos dos quadros do MPLA, como se pode verificar tanto nas entrevistas quanto na documentação coletada pela PIDE/DGS.

Esses problemas se confundem com a própria trajetória dos militantes no movimento. Nasceram da vida desses indivíduos na organização e são tratados no seu cotidiano como componentes do jogo de relações que a convivência no movimento implica. Portanto, haveria a necessidade de eles terem sido discutidos no próprio MPLA, o que não ocorreu, como vimos. Por conseqüência, a generalização da crise por todo o movimento leva ao imobilismo de muitos quadros, enquanto uma outra parcela, ao contrário, assume posições que cada vez mais levam ao conflito com a direção, defendendo posturas menos conciliatórias e sempre mais estreitas no tocante à capacidade de agregação regional, étnica, racial, política ou qualquer outro parâmetro.

Também o desânimo que se abate sobre muitos militantes é importante de ser considerado, pois os dramas individuais nos auxiliam no entendimento de determinados posicionamentos. Quadros que tinham dedicado a sua juventude à luta de libertação e que tinham o MPLA como *habitat* questionavam os problemas e os encaminhamentos dados pela direção.

Completavam-se mais de 10 anos de luta e em alguns casos individuais um período de dedicação ao ideal de independência bem mais longo que isso. Um balanço do movimento nesse momento era terrível. Depois de tantos obstáculos, em que mesmo assim se conseguiu alcançar um crescimento militar e diplomático, o MPLA encontrava-se diante das maiores dificuldades até então enfrentadas quer interna quer externamente. Não se sabia mais como obter uma via de penetração no interior de Angola. Pior, o que se observava era o recuo de seus guerrilheiros e da população que os apoiava.

A crise produzia danos à imagem do movimento no cenário internacional. O refluxo da guerrilha, iniciado em 1971 e agravado no correr do ano seguinte, somado aos crescentes problemas internos, desestabiliza as relações externas do MPLA. O fato mais grave nesse aspecto é a interrupção dos auxílios da União Soviética (PEREIRA, 1999, p. 32), quando foi suspenso o apoio logístico, sobretudo no que diz respeito às armas (Entrevista com Lúcio Lara, em Luanda, em 14 de fevereiro de 1995). Entre os fatores citados, em algumas das entrevistas

que realizamos, como possível responsável por essa suspensão dos auxílios estaria a insatisfação dos soviéticos com a aproximação do MPLA à China.

Os entraves no relacionamento com a União Soviética sofreriam também o impacto causado pelo acordo entre Agostinho Neto e Holden Roberto para unificar a luta anticolonial, associando os esforços do MPLA e da FNLA. Sobre isso a PIDE/DGS teria acesso a documentos da imprensa internacional em que se alerta para o temor que teria gerado tal solução nos soviéticos. A URSS acreditava que o apoio material fornecido ao MPLA seria integrado nessa frente, servindo, por consequência, à FNLA. O receio era também de que tal princípio pudesse ser adotado pela OUA em relação a outros movimentos apoiados por Moscou, como o ANC, por exemplo. Levantam-se, portanto, dúvidas quanto à influência dessa “união” na manutenção da ajuda soviética ao MPLA (IAN/TT, PIDE/DGS, Processo n° 19544-CI(2), N.T. 7840, fls. 398-400).

O Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, através da Direção Geral dos Negócios Políticos, encaminha à DGS de Lisboa, em 22 de janeiro de 1973, um comunicado dando conta das informações obtidas pela sua representação portuguesa em Kinshasa, acerca de um encontro entre o embaixador soviético no Congo e o presidente Agostinho Neto, no qual o embaixador teria apresentado o receio do acordo do MPLA com a FNLA. Neto, segundo o informe da representação portuguesa, teria respondido que estaria

atento a qualquer tentativa que viesse a prejudicar a ação do MPLA e que o principal objetivo era reabastecer, sem perda de tempo, os quadros abandonados no norte de Angola (IAN/TT, PIDE/DGS, Processo n° 19544-CI(2), N.T. 7840, fls. 381-2).

Os problemas verificados no relacionamento entre a direção do MPLA e a União Soviética, nesse período que vai de 1972 até o segundo semestre de 1974, estariam associados também às correntes internas que se estabelecem no movimento. A documentação recentemente consultada por um jornalista do periódico português *Público*, no Centro de Conservação de Documentação Moderna, antigo arquivo do Partido Comunista da União Soviética, em Moscou (*Público*, 20 de fevereiro de 1998), apresenta fortes indícios de que os soviéticos em 1973 estavam pouco satisfeitos com os problemas internos do MPLA e mais especialmente com a presidência de Agostinho Neto. Alguns analistas e políticos da União Soviética viam com bons olhos a alternativa capitaneada por Daniel Chipenda, um dos opositores à direção de Agostinho Neto.

O Movimento de Reajustamento

O que podemos perceber é que as propostas para se solucionar a crise continuavam sendo articuladas tão-somente ao nível da direção do movimento. Depois da CCPM, manteve-se a rotina de tomadas de medidas, tais como a

realização de reuniões, substituições de dirigentes e alterações de responsabilidades, sempre, no dizer dos militantes à época, “de cima pra baixo”. As soluções se faziam então, em função da proximidade e da gravidade dos problemas, o que possibilitava a forte interferência das relações pessoais nas decisões, acionando, conseqüentemente, os vínculos de solidariedade e os clientelismos existentes.

A Reunião Plenária do Comitê Diretor, entre os dias 27 de setembro e 3 de outubro de 1971, em Kitexe II, apresenta a proposta de uma reformulação política que apontava para a necessária evolução do MPLA para um “partido revolucionário”. Como em outros eventos, os documentos referentes a esse encontro seriam posteriormente apreendido pela PIDE/DGS e divulgados em relatório no mês de março do ano seguinte (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, NT 9089, Relatório Extraordinário – 1972, p. 1). A trilha mais enfaticamente à esquerda que se sugere nessa reunião é possível de ser percebida ainda pela criação dos grupos de estudos ideológicos, revolucionários e políticos. O objetivo anunciado era o de buscar ampliar a mobilização popular como forma de saída para os problemas enfrentados, em especial, na Frente Leste. De concreto, no entanto, pouco mudou. Logo iria se estabelecer uma nova dinâmica.

Os entraves à luta e as dificuldades crescentes no MPLA continuariam a irradiar os questionamentos. Todavia, um sinal de que a discussão dos problemas

passa a alcançar uma camada mais alargada do movimento é a realização do Primeiro Seminário dos Comitês de Acção, na base de Kassamba, de 6 a 14 de janeiro de 1972. O material também seria apreendido pela PIDE/DGS, em julho do mesmo ano. As discussões, no entanto, se concentraram nas questões do relacionamento entre o movimento e a população que o apoiava ou simplesmente contactada. As próprias orientações formuladas pelo movimento ao fim do encontro fornecem um quadro dos problemas enfrentados:

“Que o CCPM elabore uma circular para estabelecer bem as relações que devem existir entre a população e os responsáveis político-militares, devendo acabar com os abusos, raptos, roubos e maítratos à população, praticados por elementos irresponsáveis. Que se deve estabelecer uma disciplina forte que deve ser seguida pelo Povo, guerrilheiros e responsáveis, quanto às relações entre homens e mulheres, acabando com toda e qualquer espécie de abusos que provocam a desarmonia no seio da nossa organização. Que se estabeleça um critério hierárquico de forma a que os responsáveis do Povo sejam também respeitados. Que os problemas disciplinares sejam julgados pelas comissões disciplinares que funcionarão como tribunal popular, antes de se aplicar qualquer tipo de castigo.” (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, NT 9089, Relatório Extraordinário – 1972, p. 8).

O seminário chamava a atenção para a necessidade de se expandir a campanha de alfabetização e os serviços de assistência médica e destacaria o papel da mulher, aproveitando para afirmar a luta do MPLA “pela igualdade de direitos do homem e da mulher”. Suas orientações diziam respeito ainda aos temas considerados mais tradicionais:

“Considerando que o alambamento⁵ é uma das formas retrógradas do nosso Povo, por representar uma forma de compra da mulher contrária aos princípios da independência e igualdade de direitos defendidos pelo MPLA para todo o Povo sem distinção, o Seminário decidiu combater o alambamento sem ferir a tradição. (...) O Seminário condenou o casamento com raparigas menores e decidiu que todos os membros dos Comitês de Acção e militantes do Movimento devem combater este tipo de casamento, que impede que as jovens raparigas frequentem escolas. Todas as jovens devem preocupar-se em estudar e não em casamentos prematuros. O Seminário apela à direcção do Movimento para que esta linha seja defendida ao longo de todo o Movimento (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, NT 9089, Relatório Extraordinário – 1972, p. 9).

Apesar das tentativas de resolução, os problemas internos se intensificam. E chegam ao ponto de causar a paralisia de alguns segmentos, principalmente de perfil militar. É nesse contexto que surge o chamado Movimento de Reajustamento, uma última esperança de que se pudesse pacificar o movimento e restabelecer a iniciativa. Seu início se dá na Sub-Região Norte da 3ª Região, em 1972, “dada a situação de enfraquecimento da actividade guerrilheira e dos reflexos de tal situação sobre o estado do MPLA” (MPLA, 1996, p. 38).

A idéia seria defendida pelo grupo de militantes que realizaram estágio militar na China, entre eles Rodrigues João Lopes “Ludy Kissassunda”, João Luis Neto “Xietu”, Paulo Mungongo “Dangereux” e Zacaria Pinto “Bolingó” (MABEKO TALI, 1996, p. 131, n. 50). Contaria ainda com o apoio fundamental

⁵ A prática do alambamento prevê um “pagamento” à família da mulher que se casa. Esse “pagamento” pode ser feito sob diferentes formas: tecidos, utensílios, bebidas, animais, terras, dinheiro ou um pouco de tudo isso.

de Gentil Viana.⁶ tido por muitos dos dirigentes e militantes que entrevistei – como Adolfo Maria, Lúcio Lara, Maria do Céu Reis, Mário Afonso e Pepetela – como o principal responsável pela dinâmica do Movimento de Reajustamento. As entrevistas feitas por Mabeko Tali também apontam esse papel exercido por Gentil Viana. Ao grupo se juntaria Gilberto Teixeira da Silva, o comandante Jika.

O Movimento de Reajustamento era uma proposta saída de quadros que compunham aquilo que Mabeko Tali identificou como escalão intermediário, ou seja, militantes que não ocupavam postos expressivos, quer fossem de perfil militar ou político, e que se impôs à direção em virtude da crise que o MPLA atravessava. O Reajustamento objetivava aquilo que muitos outros movimentos e partidos políticos à época chamavam de “retificação ideológica”. Sua preparação consumiu todo o segundo semestre de 1972 e teve início na Frente Leste, mais precisamente na Sub-Região Norte da 3ª Região, em fins de 1972. Nas palavras de um de seus participantes:

“Bem, na altura, no ano de 72, o Movimento pensou em fazer um movimento de massas e esse movimento de massas teria o nome de Movimento de Reajustamento. Que era a seguinte palavra: ‘reajustar para rectificar, rectificar para criar o homem novo’.(...) Os ideólogos do movimento de reajustamento eram o Gentil Viana, o falecido Jika, que reuniram com a direção do movimento e tiveram todo o aval. Havia outras pessoas que estavam ligadas na documentação, para se divulgar ao nível dos

⁶ Gentil Viana, como referimos anteriormente, estava na China, onde trabalhava como tradutor das obras de Mao Tsé-Tung, e fora contactado quando da viagem de Agostinho Neto a esse país, em novembro de 1970, a fim de regressar ao MPLA. Gentil integra-se então na Frente Leste.

militantes o que é que se pensava com o movimento de reajustamento. Dar maior capacidade organizacional ao movimento, porque neste período de 72 até 74 em termos organizacionais o movimento estava fraco e é por isso que surge o movimento de reajustamento (...) o objetivo principal era de crítica e autocritica.” (Entrevista de Carlos Alberto Monteiro “Ntalongongo” ao programa *Foi Há Vinte Anos...*, Rádio Nacional de Angola, 20 de agosto de 1995).⁷

O reajustamento “congelou” os órgãos de direção existentes, incluindo o Comitê Diretor, mantendo-se apenas a Presidência. O passo seguinte foi a escolha de uma Comissão Provisória de Reajustamento, responsável por criar assembléias por toda a Frente Leste, a fim de discutir os problemas da guerrilha e da população que a acompanhava. Em seguida, nomeia-se um Estado-Maior com o objetivo de manter a estrutura militar em funcionamento. O plano inicial previa que uma outra Comissão Provisória de Reajustamento seria montada para a Frente Norte, acompanhada também por um Estado-Maior. Tanto a Comissão Provisória de Reajustamento como o Estado-Maior já estavam em funcionamento em janeiro de 1973 na Frente Leste.

A proposta era de que nas assembléias de reajustamento se realizasse um extenso e ao mesmo tempo profundo trabalho de recolha de todas as acusações, reclamações, enfim, de todos os problemas apontados pelos militantes e pela população. Nessas assembléias, seriam eleitos os militantes ativos, que passariam a fazer parte do grupo que iria dirigir tais encontros. A partir desse quadro geral,

⁷ Ntalongongo Totoy Monteiro, como é mais conhecido, lutou na 2ª Região. À época da entrevista, era

seria elaborado então um mapa das questões que travavam o movimento. A concepção era de que, após esse levantamento minucioso, seria possível alcançar as soluções de base para se resolver os problemas.

A perspectiva adotada buscava a participação de todos os envolvidos: militantes de base, guerrilheiros, pioneiros e população. Os debates eram totalmente livres, o que se transformou em algo inédito no movimento. Os entrevistados que participaram desse Movimento de Reajustamento são unânimes em afirmar que, no correr das sessões, diferentes problemas do cotidiano viriam à tona, desde questões de caráter privado sobre quem mantinha relações sexuais com quem, até as acusações de assassinato, passando pelas queixas de roubo e desvio dos recursos do movimento. Os intervenientes levantavam esses casos individualmente, após se dirigirem ao centro do círculo, como geralmente era disposta a assembléia, muitas vezes congregando mais de 200 pessoas. Os integrantes da mesa também poderiam ser questionados nessas assembléias e até mesmo substituídos.

A idéia foi aceita com relutância por muitos, mas, como defendia o diálogo e a união do movimento, a repulsa frontal à sua arquitetura era difícil de ser mantida. Ainda assim, Daniel Chipenda admite que foi contra. É importante enfatizar que a projeção do nome de Daniel Chipenda no movimento, já nesse

momento, era muito grande. Seu perfil de defensor das reivindicações dos povos do leste e do centro-sul se casava perfeitamente com a condição de ser o principal dirigente do MPLA de origem *ovimbundu*. O clima não era de uma disputa declarada, quando do início do reajustamento, mas o enfrentamento entre ele e a direção, comandada por Agostinho Neto, era mais do que previsto, era mesmo aguardado. Seu relato mais recente sobre o Movimento de Reajustamento apresenta os seus argumentos:

“Em 72, a crise tinha sido aberta em todas as frentes e vimo-nos, realmente, aflitos para conter aquilo que nós tínhamos já conquistado. A maior parte dos comandantes estavam no exterior e, então, havia necessidade de rever tudo. Nessa altura chegaram os camaradas que tinham ido fazer um curso à China: o caso do Xietu, do Bolingo, do Kito, do Dino Matross, do Mundo Real, do Kavunga e outros. (...) Então, eles vêm com essa idéia da China, de que nós tínhamos de fazer um movimento de crítica e autocritica em toda a extensão do movimento. Então eu disse ao camarada Neto: os camaradas querem um movimento que tenha autocritica. E para quê? (...) Eu disse ao camarada Neto: É melhor não fazermos isto, porque este movimento de crítica e autocritica faz-se em termos políticos, para pessoas que realmente são politizadas, mas o nosso povo não é politizado, eles amanhã na reunião vão apenas dizer: olha, a guerra não anda porque a tua mulher é branca, a minha é branca [ambos eram casados com mulheres brancas], nós já fizemos acordos com os nossos sogros, por isso a guerra não avança; vão-nos criticar assim, é isso que você quer? E, tal como eu tinha dito, o movimento foi um fiasco, tanto que numa das aldeias queriam agredir o camarada Neto. Houve, precisamente, esse tipo de crítica, tanto que, inclusive, quase iam insultando o camarada Iko Carreira. Tive de intervir.” (Entrevista de Daniel Chipenda a JAIME e BARBER, 1999, p. 146-7).

Do ponto de vista ideológico, a pergunta que se impõe é: a formação chinesa daqueles que incentivaram essa iniciativa, e mesmo os fundamentos da

idéia, não trouxeram nenhum problema quanto aos demais quadros? Ao que tudo indica, não. O movimento estava numa situação de tamanha fragilidade interna, de confrontação entre grupos, que a identificação da idéia do reajustamento como uma orientação chinesa não acarretou problemas. O mesmo não se pode dizer em relação ao apoio soviético. Também é preciso reconhecer que o MPLA não deixava transparecer um perfil ideológico nítido. Seus documentos e os discursos de seus líderes apenas o situavam no vasto campo da esquerda.

Quanto a isso, vale ressaltar mais uma vez a inexistência de um espaço de discussão no movimento que comporte esse tipo de questão. O MPLA mantinha uma feição de frente política, apesar de lutar contra outros movimentos angolanos, o que pode muito facilmente passar a imagem de que não se tratava de uma frente, mas, sim, de um partido coeso. Há ainda o agravante de que as análises sobre o MPLA elaboradas posteriormente, e mesmo sua história no período pós-independência, situam-no muito claramente como um partido marxista-leninista, o que de certa forma tende a encobrir essa fase anterior, em que as definições políticas mais enfáticas pouco se apresentam.

Por outro lado, o reajustamento era, ainda que provisoriamente, como alertava o termo então aplicado, uma alteração na forma de gestão, algo totalmente diferente daquilo a que os militantes estavam acostumados. A centralização exercida pela direção e consubstanciada na figura do presidente

Agostinho Neto dava lugar à proliferação de arenas para discussões gerais ou, mais freqüentemente, dos problemas do cotidiano.

A ausência de espaços como este, em função não só das decisões tomadas pela direção, mas também da própria condução de um movimento de libertação e da condição imposta pela luta, havia inibido negociações, viciando o exercício de fazer política no interior do movimento. Mais grave ainda, tal perfil geraria um recorrente clima golpista que seria fortalecido pela luta e pela presença de outras forças disputando espaço nesse terreno nacionalista.

Quando o reajustamento foi proposto, a direção estava acuada internamente, com o crescimento, em todas as frentes, das críticas ao seu comando e às suas orientações. Acima de tudo, principalmente na Frente Leste, era Agostinho Neto quem passava a ser questionado. O acordo com Holden Roberto, que pode ser considerado um “passo à frente” na demonstração da autoridade do presidente do MPLA, no seu posicionamento como líder indiscutível, capaz de estabelecer uma aliança com a FNLA sem maiores consultas, apesar disso e como consequência dessa postura, foi evidentemente muito criticado pelos militantes de diferentes tendências do MPLA.⁸

⁸ A PIDE/DGS acredita também que Agostinho Neto tenha ficado receoso de que as transformações em Portugal, dada a revisão constitucional de 1971, em que se anuncia que Angola passaria a ser região autónoma dentro do Estado português, avançassem para uma solução negociada do conflito angolano e

A negociação com a FNLA, criando o Conselho Supremo da Libertação de Angola (CSLA), em dezembro de 1972, decorreria durante o Movimento de Reajustamento da Frente Leste. A assinatura do acordo foi imediatamente transformada num argumento no sentido de fortalecer a divisão entre os militantes do norte e os do leste e centro-sul de Angola. Estes últimos passaram a acusar a direção de querer voltar a fazer a “sua guerra” no norte, abandonando o leste. Inevitavelmente, o acordo com a FNLA tem como desdobramento o reforço do descontentamento de muitos militantes e esse cenário favorecia a liderança de Daniel Chipenda junto a esse grupo. Toma corpo na Frente Leste essa idéia de oposição organizada e alternativa à direção. Aos poucos, a dissidência torna-se evidente.

Também a PIDE/DGS acompanharia de perto esses embates e o próprio reajustamento. Em relatório proveniente de Luanda e datado de 6 de setembro de 1973, a polícia portuguesa afirma que, a respeito das “dissenções internas” do MPLA, fora informada de que, no decurso das reuniões promovidas pelo reajustamento, alguns dirigentes das regiões centro e sul de Angola “proclamaram que, enquanto a Unita não participasse no CSLA, seria impossível o alargamento da luta ao distrito do Bié, o que aprofundou o fosso já existente entre estes indivíduos e os naturais do Norte” (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, CI (2), Proc. 19544, NT 7840, fls. 77-8). A direção, quando da primeira

que, nesse caso, Portugal escolhesse a FNLA como interlocutor por ser ela um movimento “pró-

manifestação dessa idéia de aproximação com a Unita, em janeiro de 1973, afastou a hipótese de que isso pudesse ser implementado naquele momento. Daniel Chipenda foi voto vencido.

Apesar das dificuldades, muitos militantes e dirigentes do MPLA reconheceriam a oportunidade, dada pelo Movimento de Reajustamento, de se discutirem antigos problemas e de se tentar encontrar soluções de compromisso as mais abrangentes possíveis. Mesmo Lúcio Lara, por exemplo, que fazia parte da direção do MPLA e que num segundo momento entraria em rota de colisão com alguns dos que haviam proposto o reajustamento, reconhece:

“Nesse momento aparece o Viana, mais ou menos na ruptura [de Daniel Chipenda], num grupo que tinha estado com ele na China. (...) Então o Viana, que era o homem das idéias, lança o tal Movimento de Reajustamento, que é muito vivo, que é uma coisa que do ponto de vista filosófico, revolucionário, é uma coisa muito rica, muito viva, com bases (...). Em Kassamba, na Frente Leste, no sul de Cazombo, (...) nesse momento eu nem estava lá, eu já estava em Brazzaville. (...) É um movimento que é uma espécie assim de autocritica profunda (...). No fundo nós precisávamos era de fazer uma coisa dessas. Isso teve muito êxito, faz-se reuniões, lá na Frente Leste, com uma massa de militantes, (...) [em] que pouco a pouco vai se decantando o complô Chipenda. Até que Chipenda acaba por ser corrido no fundo. (...) Perdia-se a qualidade de dirigente, ou as regalias do dirigente, e criavam-se comissões provisórias de reajustamento. Mudava-se a direção do movimento para comissões provisórias de reajustamento.” (Entrevista com Lúcio Lara, em Luanda, em 7 e 14 de fevereiro de 1995).

O depoimento de Lúcio Lara também confirma o quanto as rivalidades haviam assumido configurações mais precisas. No campo político, em que o reajustamento jogara um papel-chave, os grupos em disputa, já em fins de 1972, estavam em crescente definição. Todas as entrevistas realizadas e consultadas tendem a apresentar esse quadro de clarificação da disputa entre a direção e Daniel Chipenda. A exceção, entre o material consultado, é o relato do próprio Daniel Chipenda, que defende a idéia de que os problemas existiam, mas que ele não se apresentava como alternativa à direção existente. Pepetela, que participou do reajustamento no leste, também corrobora essa tese da definição do confronto interno:

“[O Movimento de Reajustamento] começa oficialmente em fins de 72. A preparação começa mais ou menos na altura em que eu fui para a Frente Leste, em agosto de 72. (...) Depois é lançado o movimento, em outubro ou novembro de 72, já na parte mais ao norte da Frente Leste, depois na parte sul. (...) Não dá tempo, porque o Chipenda foi no ano seguinte. Mas é como resposta ao Reajustamento também, porque o Reajustamento não correu como ele desejava. [Inicialmente,] ele foi afastado (...) da direção, [mas depois] ficou, mas com pouco papel.” (Entrevista com Pepetela, em Luanda, em 6 de fevereiro de 1995).

Outro ponto importante que se destaca nos relatórios da PIDE/DGS, da mesma forma que em muitos das entrevistas, é a indicação de que houve uma diferença fundamental entre as áreas do reajustamento na 3ª Região. A Sub-Região Norte, segundo a PIDE/DGS, era mais favorável ao presidente Agostinho Neto, em virtude de filiações de caráter étnico-regional, enquanto a Sub-Região

Sul se alinhava com Daniel Chipenda. (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, NT 9089, Pasta 2, fls. 6-7). Como o reajustamento começa pela parte norte da 3ª Região, a direção sai favorecida na montagem da Comissão Provisória de Reajustamento e do Estado-Maior.

É preciso acrescentar ainda que, antes mesmo do Movimento de Reajustamento, o nome de Daniel Chipenda fora apresentado por bases do movimento instaladas na Sub-Região Sul como uma alternativa a Agostinho Neto, isso em fins de 1972. Conseqüentemente, alguns dirigentes passam a acusar Daniel Chipenda de insuflar essa posição (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, CI (2), NT 7942, Pasta 6, fls. 122-3). A entrevista de Pepetela também confirma essa idéia da diferença na condução dos trabalhos e das decisões do Movimento de Reajustamento, conforme a área em que ele ocorre:

“O problema é que, quando há o Reajustamento na parte norte, a partir de 72, o Chipenda perde posições para os *tchokwe*, [que] se ligam mais ou menos aos chamados *kambokoyo*, (...) porque aí apareceu (...) a grande rivalidade étnica existente entre os *tchokwe* e os *ovimbundu*. (...) Os *tchokwe* sempre acusaram os *ovimbundu*, de [terem trazido] (...) os portugueses para a Lunda. (...). E, então, como o Chipenda era umbundu... (...). A princípio, parecia até que o Chipenda era muito mais ligado ao grupo que começou com o Movimento de Reajustamento, que eram pessoas que no fundo tinham até confiança nele. As esquadras que foram para a China e Coréia e outros que vieram da 2ª Região eram amigos que se juntaram, (...) pessoas muito ligadas ao Chipenda. (...) Os *tchokwe* começam a atacar o Chipenda, [que] começa a defender-se mal e (...) [a se] afastar desse grupo, sai[ndo] do Reajustamento e começa[ndo] a ser contra o processo que ele próprio ajudou a desencadear. (...) Se o Reajustamento tivesse

começado no sul [da 3ª Região], a coisa teria sido completamente diferente. (...) E então começa o Reajustamento na parte sul, (...) [em que] as pessoas já vinham todas, já estavam trabalhadas pelo Chipenda, nitidamente com reivindicações regionalistas. (...) Como depois a sub-região já não tinha força para mudar aquilo que já tinha sido decidido na parte norte, (...) foi extremamente frustrante para os militantes do sul, porque nenhuma das suas propostas passou, (...) embora ali estivessem em grande maioria, arrasadora maioria (...). O Estado-Maior já era um chefe e não podia ser outro.” (Entrevista com Pepetela, em Luanda, em 6 de fevereiro de 1995).

A divisão da Frente Leste em sub-regiões, que seria respeitada no processo de Reajustamento, acabaria por resultar na divisão das bases, ainda que estas não obedecessem a uma partilha nítida, em relação aos grupos etnolinguísticos existentes. Os *tchokwe*, em especial o grupo quioco, bem como os *ganguela*, principalmente bundas e lunchazes, poderiam ser encontrados em diferentes bases do MPLA. O recuo da guerrilha para os acampamentos instalados na Zâmbia pressionava nesse sentido. Apesar disso, as maiorias respectivas de cada sub-região correspondiam ao quadro esboçado: a direção conquistou maior apoio no norte da Frente Leste, enquanto o sul dessa 3ª Região apoiou a alternativa que se impunha com Daniel Chipenda. A disputa velada já existia e um dos objetivos do Reajustamento era exatamente reverter tal situação. No entanto, o início do processo de Reajustamento e a conseqüente derrota de um dos pólos potencializam o deflagrar do embate.

É importante realçar que na Sub-Região Norte, logo após o Reajustamento, seria tentada uma revitalização militar, mas tanto a contra-ofensiva portuguesa

quanto o agravamento dos problemas internos do MPLA inviabilizariam essa proposta. Esse tema não recebe muito destaque nas entrevistas sobre o Reajustamento. De maneira geral, privilegiam-se as implicações políticas e as acusações pessoais, mas as disputas sobre a estratégia militar mais adequada a ser adotada, também tiveram seu espaço. As medidas pensadas na Sub-Região Norte para serem postas em prática no segundo semestre de 1973 pretendiam dar maior flexibilidade aos grupos de guerrilha, mas os fatos atropelam essa iniciativa.

O Reajustamento ainda prosseguiria na Frente Norte nesse ano de 1973, apesar da cisão que se estabelece de forma nítida entre a direção e o grupo comandado por Daniel Chipenda. Uma outra comissão provisória e um Estado-Maior seriam montados, mas dessa vez com alterações nos mecanismos de eleição das comissões provisórias. Os nomes daqueles que iriam comandar o processo foram indicados pelo presidente Agostinho Neto e não mais referendados nas próprias assembleias. Após o fracasso no leste em tentar acomodar e buscar contornar a figura de Daniel Chipenda, a direção não seria convencida a arriscar sua posição mais sólida: Brazzaville. Os novos métodos eram a certeza de se evitarem surpresas.

Certamente, foi esse o cálculo elaborado pela direção do MPLA, só que os fatos escaparam ao planejado. As mudanças no formato de como deveria ser conduzido o processo de Reajustamento fez surgir um pequeno grupo organizado

de descontentes na Frente Norte. Como em outras áreas, Brazzaville e Dolisie não escaparam a esse clima de descontentamento. Os confrontos entre militantes do movimento nas bases do leste e a consolidação da revolta na 3ª Região e na Zâmbia também contribuíram para amplificar os questionamentos no norte. O MPLA parecia estar se desfazendo e os que discordaram tanto das alterações nos mecanismos de funcionamento do Reajustamento quanto dos métodos adotados por Daniel Chipenda acreditavam que só com profundas mudanças na forma de gerir o movimento é que se poderia encontrar as soluções necessárias para reverter esse quadro.

O Movimento de Reajustamento fora pensado para sanar os problemas internos do MPLA, mas estes já tinham assumido contornos de difícil solução e até mesmo acomodação. Diversos fatores, como o regional, o étnico, o racial e até mesmo o militar, já haviam entrado num processo irreversível de transformação em arma política. Logo as alternativas se impuseram e a negociação se mostrou impossível. O campo estava aberto para as dissidências.

A Revolta do Leste

Como tivemos oportunidade de analisar no capítulo anterior, os problemas internos ao MPLA na Frente Leste começam a ganhar dimensão após as reivindicações promovidas por algumas bases instaladas no interior de Angola e

lideradas por Jibóia em fins de 1969. A partir desse momento, a tensão seria permanente e as acomodações sempre frágeis, já que os questionamentos não cessam, apenas diminuem sua intensidade, em função de uma ou outra medida tentada pela direção. Novos episódios romperiam tais acordos, como seria o caso da retirada de Monimambo, em novembro de 1971, da base de Kitexe II.

Em muitas dessas ocasiões, Daniel Chipenda é lembrado quer como contemporizador, articulador de uma solução negociada, quer como alternativa proposta pelos descontentes. A intensificação da crise vivida pela guerrilha do MPLA em 1972, em face da carência de auxílios e agravada pela suspensão estabelecida pela União Soviética, e o recuo dos guerrilheiros e da população que os apoiava para a Zâmbia fazem crescer o sentimento de insatisfação, além de concentrar os problemas num espaço cada vez menor. O Movimento de Reajustamento foi a última tentativa de se resolver tais problemas, mas quando ele é posto em ação a crise no leste já tinha gerado uma alternativa.

Daniel Chipenda se apresenta aos olhos dos descontentes do leste como o dirigente que pode negociar as reivindicações dos guerrilheiros e das populações que se sentem traídas pelo MPLA, um sentimento que se fortalece em virtude das dificuldades enfrentadas pela organização e para as quais ela não consegue encontrar respostas satisfatórias. Para muitos, bastaria o diagnóstico imediato e ao mesmo tempo mobilizador da associação de fatores étnicos, regionais e

raciais. Tal perspectiva favoreceu Daniel Chipenda e lhe emprestou força política, possibilitando aglutinar um grande número de militantes à sua volta.

Antes de iniciarmos essa discussão de forma mais profunda, é preciso ressaltarmos que Daniel Chipenda demonstrará, em seus depoimentos e documentos registrado à época, uma certa reticência em assumir abertamente a dissidência. Tal comportamento provavelmente influenciou a não-consolidação imediata de um nome para o grupo de militantes que o acompanhou na oposição à direção. A denominação "Revolta do Leste", como ficará conhecido o movimento encabeçado por Daniel Chipenda, somente ganha as páginas dos jornais e aparece nos discursos de ambas as partes em disputa no correr de 1974, quando outra revolta toma corpo na Frente Norte. Até então, os que apoiavam Daniel Chipenda eram chamados pela direção apenas de rebeldes ou tribalistas.

A trajetória de Daniel Chipenda no MPLA, até 1973, é sempre ascendente. Ele ingressa na organização no início dos anos 60 e na Conferência de Quadros de 1964 é nomeado dirigente da Juventude do MPLA. No ano seguinte, foi indicado para iniciar os contatos na Zâmbia com o objetivo de abrir a Frente Leste e, apesar dos problemas com o governo zambiano, que passava por um momento de transição, ele contribui para o êxito da operação.

Por outro lado, desde a sua entrada no MPLA não seria a imagem de comandante militar que iria sobressair. Não tinha essa formação, fizera um breve curso na União Soviética, mas não era esse seu principal *trunfo*. O que incomodava os seus adversários, o seu principal capital político, derivava da junção entre a sua condição de dirigente e a sua região de origem. Portanto, para entendermos a popularidade alcançada por ele na Frente Leste e mesmo a sua notoriedade no MPLA, é preciso considerar os fatores étnico e regional.

Apesar do discurso não-racialista, multiétnico e nacional defendido e divulgado pelo MPLA, a direção e os próprios militantes não desconsideravam a força desses fatores quer como elementos mobilizadores para a luta, quer como capazes de aprofundar os problemas internos do movimento. No caso de Daniel Chipenda, a sua origem *ovimbundu*, de família protestante, e o fato de seu pai, Jessé Chiúla Chipenda, ter sido um homem muito conhecido na zona central de Angola e ter sido preso pela Pide em 1968, vindo a falecer no ano seguinte, no campo prisional de São Nicolau (MARCUM, 1978, p. 403, n. 150), teriam repercussões na projeção do seu nome como uma referência nas áreas centro-sul e leste da colônia.

Todavia, mais do que uma leitura étnica, esse caso sugere a força da integração dos fenômenos étnico e regional, para o qual já tínhamos alertado. É preciso termos cuidado com as análises feitas no período pós-independência,

sobretudo as que se referem ao conflito mais recente enfrentado por Angola, em que o fenômeno étnico assumiu uma outra dimensão. No contexto do início dos anos 70, na Frente Leste, a oposição interna que inicialmente se estabelece no MPLA, e contra a qual a direção do movimento pretende lutar, assume uma postura regional. O que se verifica é a identificação dos "do norte" com a condição de privilegiados. E, nesse caso, Daniel Chipenda é o mais importante dirigente do movimento que não se enquadra nesse campo.

O próximo passo seria a construção do nome de Daniel Chipenda como uma alternativa e o investimento nesse posicionamento diante dos descontentes. Daí a importância dos fatores capazes de fortalecer tal condição. No entanto, é preciso referir que o fator regional só funciona como elemento de mobilização porque há uma predisposição para tal. Existiam problemas suficientes e espaço para isso dentro do movimento e diante daquelas populações. A manobra política que se impõe não se apresenta no vazio, ela se vale das possibilidades.

O fator étnico também se mostra fundamental nessa construção das parcerias. E isso será válido para ambos os lados. Quer seja por aproximação e semelhança de objetivos, quer seja por repúdio, as alianças se estabelecem tendo em conta, entre outros, o fator étnico. Nenhum dos lados poderia abrir mão desse cálculo e menos ainda do seu potencial. O fator regional é o mais expressivo, pois as revoltas iniciais assim apontavam, mas, no decorrer dos embates

políticos, o fator étnico assume importância por ser aquele que se situa num campo muito próximo do primeiro.

Dessa forma, podemos perceber que também os “do norte”, ao se defenderem das acusações, tendem a fixar como alvo aquele que mais se destacava entre os dirigentes e que era apontado como líder dos insatisfeitos: Daniel Chipenda. Não coincidentemente, ele era do centro-sul. Só que, na conjugação dos dois fatores, o regional e o étnico, os que apoiavam a direção apostaram nessa segunda fissura e passaram a realçar a filiação de caráter étnico, o fato de Daniel Chipenda ser *ovimbundu*. Essa opção garantiria a aliança, por exemplo, com os *tchokwe*.

Uma outra característica desse embate é que a Revolta do Leste se revela uma dissidência muito personificada. Outros nomes aparecem, mas nenhum deles se aproxima do destaque que teve Daniel Chipenda. O perfil regional, que servira de elemento mobilizador, auxiliou nesse tipo de encaminhamento, já que não existiam outras lideranças com tamanha expressão no movimento. Ao mesmo tempo, o isolamento de Daniel Chipenda é para seus incentivadores mais uma demonstração do “descaso” da direção com os demais grupos etnolingüísticos que não eram “do norte”.

Por outro lado, a marca regional e principalmente a caracterização étnica permitem aos seus opositores lançarem a acusação de tribalismo. E no MPLA, tendo em conta as características e o discurso defendido pelo movimento ao longo dos anos, essa era uma das mais sérias críticas que poderia ser feita em relação a um grupo ou militante, mesmo tendo tal fenômeno se manifestado inúmeras vezes no seu cotidiano e fazer parte do “instrumental” desenvolvido pelos dirigentes na gestão do movimento.

Essa caracterização da revolta como sendo tribal era tão terrível, carregava tantos fantasmas relacionados às brigas com a FNLA no início dos anos 60, bem como às crises vividas pelo movimento em Léopoldville, que ela ofusca as reivindicações admitidas como justas até mesmo pelos opositores a Daniel Chipenda. Em sua entrevista a Jaime e Barber (1999, p. 41), Lúcio Lara, ao ser perguntado sobre como nasceu a Revolta do Leste, reconhece os problemas existentes na sua origem e afirma:

“As origens, no fundo, são estas: os comandantes em geral tinham vindo do norte – isso ainda hoje acontece –, até abusaram, alguns abusavam (...) no Leste, fui encontrar outra coisa que se criou lá também: nas marchas os chefes iam à vontade e os guerrilheiros carregavam as mochilas dos chefes – isto é um exemplinho pequenino, que nem sequer foi muito grave. Mas, além disso, havia, por exemplo, a própria comida. Vinha a logística e, muitas vezes, a melhor parte era para os chefes e algumas regalias da mata, que são mínimas, mas não têm nada a ver com o que você vê hoje aqui, não têm nada que ver com isso. Mas realmente havia, digamos assim, um favorecimento dos chefes em desfavor dos guerrilheiros, e esse

tipo de tratamento acumulado juntou as razões que, já muito mais tarde, fizeram nascer a tal revolta do Leste, o princípio da revolta do Leste.” (Entrevista de Lúcio Lara a JAIME e BARBER, 1999, p. 41).

Aprofundando um pouco mais esse tema da dimensão alcançada pelo nome de Daniel Chipenda no interior do MPLA, deparamo-nos com a sua escolha para compor o Comitê de Coordenação Político-Militar (CCPM). O CCPM fora uma das tentativas implementadas pela direção para resolver, entre outros, os problemas apontados acima por Lúcio Lara. No entanto, podemos admitir que esse órgão funcionaria também como mais um reforço na consolidação do nome de Daniel Chipenda como liderança dentro do MPLA. É certo que todos os escolhidos para compor o CCPM ganhariam destaque internamente, mas, apenas ele, Daniel Chipenda, reunia outros capitais⁹ que lhe proporcionavam crescer politicamente como alternativa de poder aos olhos dos insatisfeitos do leste. Daniel Chipenda era negro, originário do Planalto Central, de língua umbundu, dirigente e endossava as críticas das populações do leste quanto ao descaso e ao tratamento dispensado por alguns comandantes e guerrilheiros. Portanto, os principais parâmetros que lentamente foram sendo estabelecidos como definidores dos problemas naquela Frente favoreciam a opção de Daniel Chipenda.

⁹ A teoria de Bourdieu conjugando as idéias de “campos” e “capitais” nos parece muito útil e precisa na análise que se pode elaborar sobre esses problemas enfrentados pelo MPLA; pois nos permite observar a sobreposição e, acima de tudo, a interseção entre diferentes componentes (BOURDIEU, 1989).

É evidente que na sua escolha para o CCPM os mesmo fatores exerceram um peso considerável. Não se pode analisar a sua nomeação, apesar da projeção já alcançada naquela época, sem que relacionemos tal indicação ao fato de ele ser originário do Planalto Central e ao fato de o quanto isso representava uma resposta à insatisfação demonstrada nas primeiras reivindicações das populações do leste, que tiveram lugar, precisamente, em dezembro de 1969, meses antes da formação do CCPM.

As variantes eram realmente difíceis de ser administradas. É um novo elemento iria complexificar ainda mais esse quadro: a criação do CSLA. A delicada situação em que se encontrava o presidente Agostinho Neto levava-o a estabelecer esse acordo com o até então inimigo número 1 do MPLA no campo do nacionalismo angolano, a FNLA. Em contrapartida, essa aproximação incrementa a perspectiva regional adotada pelos opositores à direção do movimento no leste. O segmento descontente com a presença de indivíduos “do norte” nos postos de comando do movimento acusaria o CSLA de ser a melhor prova possível da desconsideração com os demais grupos etnolinguísticos, já que fora articulado no norte e entre “os do norte”.

Entretanto, os cálculos políticos considerando, entre outros, os fatores étnico e regional eram feitos por ambos os lados e a direção também se vale dessa matemática. Seus dirigentes não podem desconsiderar tais elementos como

fatores importantes para a condução do MPLA, principalmente em momentos de crise, como o da Revolta do Leste. Dessa forma, apesar das acusações de tribalismo feitas em relação ao grupo de Daniel Chipenda, é possível verificar que as alianças de perfil étnico atenderam também aos interesses da direção, no reajustamento e na sua seqüência. Da mesma maneira que o relato feito por Pepetela, a entrevista de Mário Afonso “Cassessa”, médico dos SAM na Frente Leste, que acompanha as decisões e a postura da direção, reflete essa situação:

“O Chipenda era uma alternativa à presidência do MPLA. O Chipenda era umbundo, *ovimbundu*, e alguns dos chefes daquela zona do sul (...) eram *ovimbundu* também. E na base isso permitiu que essa gente dos lunchaze, dos *ganguela*, nhaneca e etc. tivesse sido mentalizada no sentido de se revoltar contra a direção do partido. E o líder que aparece à frente é o Chipenda. (...) Era um apelo étnico (...) de mobilização. (...) [Mas] os *tchokwe* e os lunda, esses não aderiram, isso foi a nossa safã. (...) Naquela zona leste toda, a direção do MPLA teria tido sérios problemas para poder impor-se. Mas os *tchokwe* e os lunda se mantiveram ligados à direção legal, digamos assim, do MPLA”. (Entrevista com Mário Afonso “Cassessa”, em Luanda, em 10 de fevereiro de 1995).

Por outro lado, é importante salientar que essas acusações de parte a parte se estabelecem muito antes da declaração do nome de Daniel Chipenda como sendo uma alternativa ao presidente Agostinho Neto e permanecem ganhando adeptos e consistência até finais de março de 1973. É a partir desse momento que a divisão se impõe e que o nome de Daniel Chipenda se explicita, assim como a dissidência por ele comandada.

As diferentes descrições dos acontecimentos que tiveram lugar no MPLA, entre os meses de março e julho de 1973, estão intimamente ligadas às opções políticas então existentes. Como em outras ocasiões, a melhor estratégia nos parece a análise e a confrontação do maior número possível de informações presentes em diferentes fontes. Entre as principais, podemos destacar os documentos elaborados por ambas as partes em litígio – a que se manteve fiel a Agostinho Neto e a que apoiou Daniel Chipenda –, as entrevistas que realizamos, os relatos consultados nas diferentes publicações, os periódicos da época e os relatórios elaborados pelos informantes da PIDE/DGS.¹⁰

O cotejo desse material nos permite afirmar que, em de abril de 1973, Daniel Chipenda se desloca da base de Kassamba para a capital da Zâmbia, sob o argumento de que precisava de tratamento médico. Ele era diabético. Para os informantes da PIDE/DGS, essa atitude visava tão-somente aguardar o desfecho do golpe que havia sido preparado contra Agostinho Neto e que seria desferido também em Lusaka. Ainda naquele mês, a direção afirma ter sido descoberto um plano para a eliminação do presidente Neto, a partir da prisão de Mardoqueu Mário “Wandundu”, comissário político da 5ª Região. Em seguida, seriam

¹⁰ Assim sendo, vale referir: entrevistas de Daniel Chipenda (ANTUNES, 1995, p. 845-52, e JAIME e BARBER, 1999, p. 134-53); entrevista com Lúcio Lara (Luanda, 7 e 14 de fevereiro de 1995); entrevista com Pepetela (Luanda, 6 de fevereiro de 1995); entrevista com Mário Afonso “Cassessa” (Luanda, 10 de fevereiro de 1995); *AfricAsia* (17 de agosto de 1973); IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, CI (2), NT 7942, Pasta 6, fls. 121-6; IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais – CI (2), Proc. 19544, NT 7840, fls. 77-8; IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Subdelegação de Malange, NT 9088, Pasta 4, fls. 17-27; carta aberta de Daniel Chipenda aos militantes do MPLA (junho de 1973, arquivo pessoal de Daniel dos Santos); John Marcum (1978, p. 200-5); e Jean Michel Mabeko Tali (1996, p. 105-25 e Anexos 6 a 9).

detidos também Elias Hossi Wallace "Paganini", responsável pelas operações na Sub-Região Sul; Lucas Abias "Luabis", organizador-mobilizador da zona B da 3ª Região; Jerônimo Kassoma; e, por último, Paulo Mukumbi "Roquete".

O próximo passo da direção do MPLA era a detenção do próprio Daniel Chipenda, sob a acusação de ter sido citado pelos detidos como instigador do plano para a eliminação do presidente. Com esse objetivo, mas já em maio, forma-se o grupo composto por Iko Carreira, João Rodrigues Lopes "Ludi Kissassunda" e Silva Mukongo "Dangereux". A missão seria levar Daniel Chipenda para julgamento numa das bases do MPLA. Quando chega a Lusaka, o grupo comunica a Daniel Chipenda o que se passou e o informa da necessidade de se apresentar a uma comissão de inquérito formada para analisar o caso. Daniel Chipenda se recusa a seguir tal orientação, argumentando que estava doente e que precisava ir ao Hospital Escolar de Lusaka.

Valeu a Daniel Chipenda o auxílio de Jacob Manuel Kamalata, representante do MPLA em Lusaka e que intercedeu com as autoridades zambianas em seu favor. O governo da Zâmbia prontamente estabelece uma guarda pessoal a fim de proporcionar segurança a Daniel Chipenda. Em junho de 1973, dirigentes fiéis a Agostinho Neto vão a Lusaka e insistem para que Daniel Chipenda se apresente à comissão de inquérito, anunciando-se sua suspensão.

Em agosto registram-se confrontos violentos entre os militares do MPLA. Ganha destaque, então, a figura de Jibóia, nesse período mais conhecido pelo nome de Katuva Mitwe, como mobilizador e organizador das forças pró-Daniel Chipenda. Liderados por Mitwe, alguns militantes começam a atacar as bases do movimento que se mantinham favoráveis às decisões da direção.

O clima de combate reinante faz com que o governo zambiano interceda. Ministros do governo e o próprio presidente Kenneth Kaunda articulam reuniões de conciliação entre as duas forças. Não obstante, as declarações e as articulações desenvolvidas por ambos os lados fazem naufragar qualquer tipo de intermediação. O impasse só conheceria nova dinâmica com o romper do 25 de Abril em Portugal.

As Acusações de Ambos os Lados

Ainda em junho de 1973, a direção do MPLA encaminha uma nota de esclarecimento ao governo da Zâmbia assinada pelo presidente Agostinho Neto. O documento, transcrito por John Marcum (1978, p. 201-3), é incisivo na configuração da revolta como sendo um plano “tribalista” organizado pelos *ovimbundu* com o objetivo de obstruir a aliança feita pela direção com a FNLA. Daniel Chipenda é apresentado como líder dessa facção, “motivado por forte ambição pessoal, desejoso de se transformar em líder do nosso movimento”.

O documento reconhece a detenção de militantes em virtude de se ter descoberto um plano para assassinar o presidente Agostinho Neto, coordenado por Daniel Chipenda. Essa seria, segundo o documento, a terceira tentativa de assassinar líderes do movimento, todas infrutíferas. Acrescenta-se à lista dos incentivadores do golpe o nome de Isaac Welema, expulso do MPLA no início de 1973 e que continuava a residir em Lusaka.

A nota apresenta ainda uma outra acusação, a de que Daniel Chipenda, “por razões tribais”, estaria já há muito tempo cedendo armas do movimento para a Unita. Contudo, essa perspectiva tribal não estaria dando resultado, em relação às demais “tribos” do leste, permanecendo limitada aos *ovimbundu*. Afirma-se também que Daniel Chipenda estaria envolvido na morte do militante Jessé Matos, na campanha para desestabilizar o comando de Monimambo na 3ª Região e no desvio de fundos do movimento.

Por fim, o documento solicita algumas medidas do governo zambiano em face do que fora descrito anteriormente. Entre os pedidos podemos destacar a solicitação para que tivesse mais em conta as informações prestadas pelos líderes do movimento; para que não interferisse na questão dos prisioneiros do MPLA; para que Jacob Kamalata não fosse mais considerado representante do MPLA; para que não fosse permitida a residência de Daniel Chipenda na Zâmbia,

enquanto o seu caso não fosse decidido pelo MPLA; e para que se intensificasse a luta contra a Unita.

Em 5 de setembro de 1973, há uma nova declaração da direção do MPLA “sobre a conspiração contra-revolucionária” (MABEKO TALI, 1996, Anexo 6, Documento C), em que as acusações a Daniel Chipenda são reforçadas, principalmente a sua “conspiração” com a Unita. O “contra-revolucionário” Daniel Chipenda passa a ter também uma moral “deplorável”. Mas, mais importante, o documento constitui uma nova abordagem junto ao governo da Zâmbia para que impeça as ações e a movimentação de Daniel Chipenda e seus aliados.

Nessa guerra de comunicados, Daniel Chipenda também faz a sua parte e escreve uma “carta aberta aos militantes” do MPLA, documento ao qual tivemos acesso através dos relatórios da PIDE/DGS (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Subdelegação de Malange, NT 9088, Pasta 4, fls. 17-27) e do arquivo pessoal do professor Daniel dos Santos. Na carta, divulgada em julho de 1973, Daniel Chipenda não assume a dissidência; diz-se um injustiçado, sem se posicionar abertamente como uma alternativa a Agostinho Neto na chefia do movimento; questiona as especulações recorrentes em torno de seu nome como um instigador do tribalismo e das críticas à direção; e aceita ir a julgamento,

desde que ele ocorra em Lusaka e não nas bases do MPLA, pois teme ser assassinado.

Apesar de não se apresentar como uma alternativa nesse documento, Daniel Chipenda elabora uma curta análise da crise enfrentada pelo movimento em que anuncia os pontos de discórdia, identifica os problemas e enfatiza as carências. A sua postura questionadora, ainda que não tenha explicitado o desejo, tende a se confrontar com a gestão de Agostinho Neto no comando do MPLA. Acusa o presidente de ter criticado, em discursos realizados em Sikongo e Lusaka, em janeiro daquele mesmo ano de 1973, os guerrilheiros do leste e de ter afirmado, também nesses dois encontros, que pretendia transferir quadros, recursos financeiros e materiais para a Frente Norte, o que teria gerado nova tentativa de levantamento, e que esta, uma vez mais, seria imputada a ele, Chipenda.

Daniel Chipenda nega qualquer participação num suposto plano de assassinato e contra-ataca denunciando as execuções sem julgamento efetuadas pelo MPLA como forma de eliminar a discordância. Sugere que a organização faça uma confrontação com os presos que o acusaram, mas ironicamente duvida que o movimento seja capaz de o fazer, pois este já teriam recebido a sua "punição".

O importante nesse duelo de versões é que Daniel Chipenda sustenta até julho – portanto, até a distribuição da sua “carta aberta aos militantes” – que não se opunha à direção de Agostinho Neto e que não estava envolvido em qualquer complô com tal objetivo. É o início dos embates armados entre os defensores das duas correntes que estabelece de forma definitiva a dissidência.

Ainda nesse campo das acusações mútuas, é preciso que analisemos os respectivos ataques e defesas tendo em conta os diferentes momentos em que estas são construídas. Tanto a direção quanto o próprio Daniel Chipenda apresentam, como vimos, seus documentos e suas versões no exato período em que o confronto se desenvolve. Já nos anos 90, novas elaborações serão divulgadas, a partir, principalmente, de entrevistas.

Em função dos relatos analisados, percebe-se que as teses defendidas por aqueles que apoiaram a direção no episódio tendem a se concentrar, nas entrevistas mais recentes, sobre o fenômeno regional. Daniel Chipenda perde consistência como líder “contra-revolucionário” e seus “pecados” já não são tão terríveis assim. O contexto de carência alimentár, de dificuldades logísticas e da contra-ofensiva portuguesa se destaca. O fator externo também assume alguma preponderância, articulando Daniel Chipenda aos desejos soviéticos e zambianos de substituírem o por vezes pouco flexível Agostinho Neto. Nem mesmo a sua

“conspiração” envolvendo a Unita recebe realce, ainda que esta atualmente seja o inimigo número 1 do MPLA.

Já em relação às entrevistas do próprio Daniel Chipenda (ANTUNES, 1995, p. 845-52, e JAIME e BARBER, 1999, p. 134-53), ambas concedidas, respectivamente, em janeiro e junho de 1995, um ano antes da sua morte, o que se pode perceber é a preocupação em passar a idéia de que ele se adaptara melhor ao leste e que, apesar de ser do Planalto Central, entendia as reivindicações e as insatisfações dos guerrilheiros e das populações. Ele afirma que seu comportamento religioso o ligava mais facilmente à população e que isso era incrementado pelo fato de estar mais próximo dessas populações, enquanto outros quadros dirigentes do MPLA exigiam o cumprimento de suas ordens sem conhecer seus subordinados, pois não saíam das cidades.

Daniel Chipenda se posiciona como uma espécie de porta-voz desses anseios. Por fim, acaba dizendo que foi forçado a assumir a Revolta do Leste e que ela se instala a partir do início da tortura a que foram submetidos os militantes detidos pela direção, acusados de planejarem a morte do presidente Agostinho Neto e fuzilados sem julgamento.

Ambas as leituras, talvez em função do formato a que estas entrevistas na sua grande maioria são submetidas, já que se inserem em coletâneas de relatos e

o espaço de cada depoimento é limitado, deixam de frisar um fato fundamental para se entender a eclosão da Revolta do Leste: o recuo da guerrilha. O fato de as reivindicações iniciais terem partido dos militantes que estavam no interior de Angola não deve impedir nossa apreciação sobre a dimensão que os problemas adquirem no período pós-1972, em que um elevado contingente de quadros do MPLA e da população que o apoiava se dirige à fronteira com a Zâmbia. As carências logísticas verificadas na luta armada também se evidenciam nos campos de treinamento instalados em território zambiano, com a diferença de que o contato com os responsáveis passa a ser imediato. Ao mesmo tempo, a luta pelo poder entre os quadros intermediários, que não pode deixar de ser vista também como uma luta que pode proporcionar privilégios, encontra espaço face à disputa velada que se estabelece entre alguns dos principais dirigentes do movimento.

Essa afirmação sai reforçada ao passarmos os olhos retrospectivamente em tudo o que já escrevemos e analisamos. Em diferentes momentos vividos pelo MPLA, foi possível verificar que quando há expansão militar não há dissidência, pelo menos de vulto como a de 1963 ou essa de 1973. Enquanto o objetivo está claro e se consegue lutar por ele, com dificuldades, mais ao mesmo tempo demonstrando capacidade de vitória, os demais problemas se acomodam, os insatisfeitos se sentem impedidos de levantar questões que possam causar retrocesso. Essa é provável que seja uma lógica comum aos movimentos de

libertação. Pepetela, por exemplo, ao analisar a Revolta do Leste comporta em seu relato essa dimensão:

“Quando há uma revolta tem que haver sempre uma base objetiva. As pessoas não se revoltam à toa. (...) Eu também não estava nada de acordo com isso, (...) [com] toda a propaganda que foi feita contra a própria Revolta do Leste. Parecia que era qualquer coisa montada. O Chipenda, [que] era um tipo muito bom da direção do MPLA, de repente virou ambicioso, [com] ligações com o aparelhismo (...). Não é nada disso, quer dizer, não é [bem] assim. Havia uma razão: o caldeirão social estava a crescer (...). Era o motor, [que] Chipenda utiliza. (...) Ele propriamente não tinha força militar (...), nunca foi comandante na vida. (...) Agora aqueles esquadrões que ficavam na parte sul, chamada região sul da Frente Leste, que eram liderados fundamentalmente por *ovimbundu*, bundas, lunchaze, aderiram. E aderiram não por serem esquadrões, não por serem militares, aderiram porque a população, os militantes todos, toda a gente aderiu, porque estavam contra uma série de prepotências.” (Entrevista com Pepetela, em Luanda, em 6 de fevereiro de 1995).¹¹

Falta analisar um último ponto sobre essa dissidência, com referência ao período anterior ao 25 de Abril, e que diz respeito às articulações externas que se

¹¹ Aproveitemos esse relato para abrir um parêntese em relação às entrevistas. Ele diz respeito a exposição, durante a redação, do relato obtido. É quando se aviva a memória do encontro com o entrevistado, a possível cordialidade demonstrada, e como isso pode levar a um cuidado diferenciado na apresentação da fala do entrevistado. Sente-se uma outra carga de responsabilidade por ter participado de forma direta na elaboração daquela fonte, enquanto as demais aparecem como algo mais distante, pois foram publicadas ou estão à disposição em arquivos públicos. O alerta sugere a importância de se ter em conta a subjetividade presente nesse tipo de fonte. Subjetividade que, em vez de ser descartada como um elemento danoso à leitura e à análise dos relatos e dos fatos, deve ser incorporada. Afinal, ela fornece uma informação diferenciada, que pode indicar uma interpretação nova (PORTELLI, 1996, p. 70-2). Por outro lado, atualmente, muitas das análises daqueles que participaram nas disputas políticas internas ao MPLA pedem serenidade e por vezes culpam sua juventude pelos desdobramentos ocorridos. Esse posicionamento, no entanto, não deve ser analisado apenas como resultado do fator tempo. Muitos dos entrevistados, continuam atuando politicamente no país. Em segundo lugar, o momento, quando da realização das entrevistas, era o do multipartidarismo, em que a exaltação da convivência democrática era de bom tom, apesar dos limites que uma situação de guerra como a angolana impõe. Tudo isso deve ser explicitado como forma de melhor situarmos, quer os relatos quer os entrevistados.

manifestam, ou que são sugeridas, sobretudo em relação aos apoios que Daniel Chipenda teria recebido. Os dois principais implicados são a União Soviética e a Zâmbia.

John Marcum (1978, p. 201) acredita que os soviéticos retiraram o apoio a Agostinho Neto, entre os anos de 1972 e 1973, por conta dos problemas internos do MPLA e que, durante um curto espaço de tempo, no correr de 1972, tentaram uma alternativa com Daniel Chipenda. Essa estratégia foi afastada depois da visita de Agostinho Neto a Moscou em janeiro de 1973, ocasião em que os próprios dirigentes soviéticos lhe teriam informado sobre uma possível tentativa de assassinato a ele.

O longo período de aliança entre a União Soviética e o MPLA certamente proporcionou cumplicidades, preferências e lealdades de parte a parte. Portanto, querer encontrar uma única linha de conduta na forma de agir dos dirigentes soviéticos em face do MPLA não parece ser a melhor forma de abordar o problema. A proximidade entre os dois parceiros possibilitava posições diferentes e, conseqüentemente, reviravoltas nessas tendências. Os documentos encontrados nos arquivos do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) reforçam essa possibilidade. Por exemplo, o relatório preparado por V. Kulikov, da Seção Internacional do PCUS, em 21 de dezembro de 1973, é muito crítico

em relação à forma como Agostinho Neto estava gerindo o impasse existente no movimento:

“Em vez de esclarecer as causas da crise, Neto tentou esmagar à força o descontentamento crescente. Ele desconfiou sempre dos quadros preparados na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e que lhe podiam prestar a ajuda indispensável, vendo neles meros condutores da influência soviética (...). Tendo anunciado, no início deste ano [1973], a existência de um conluio no MPLA, fuzilou os seus cinco adversários mais activos. Daniel Chipenda, considerado o segundo homem na direcção do movimento, foi acusado de estar envolvido no conluio e demitido de todos os cargos. Só a interferência das autoridades zambianas evitou que Neto o liquidasse fisicamente.” (*Público*, 20 de fevereiro de 1998).

Esse mesmo relatório acusa Agostinho Neto de ser o responsável pelo fracasso da tentativa de reconciliação com Daniel Chipenda, implementada pela Organização da Unidade Africana (OUA), e acrescenta: “[Neto] espera quebrar a resistência dos revoltosos através da fome e utiliza o facto de toda a ajuda externa ao MPLA passar por ele.” A proposta de Kulikov seria a de que a União Soviética deveria insistir na ideia de reconciliação entre Agostinho Neto e Daniel Chipenda, o que seria aceito pelo Secretariado do Comitê Central do PCUS.

Nesse sentido, a ideia de que Daniel Chipenda tenha conseguido apoio na URSS, ou mesmo que alguns dirigentes soviéticos vislumbrassem na sua revolta uma alternativa a Agostinho Neto, não se faz tão estranha. Agostinho Neto é retratado de forma muito dura no relatório de Kulikov. John Marcum afirma que,

em algumas instâncias da União Soviética, o presidente Neto era considerado um dirigente com quem era difícil negociar (MARCUM, 1978, p. 202). Algumas entrevistas também reforçam essa caracterização:

“Os soviéticos (...) nunca tiveram o Neto como uma pessoa 100% (...) [capaz de] seguir cegamente [suas] orientações. (...) Era uma pessoa independente, que fazia questão de se manter independente de todas essas pressões e sobretudo dos ditames, porque certas situações eram mais ditames. Como eles é que davam a ajuda toda, então procuravam tentar dirigir e influenciar, mas, felizmente para nós, o Neto era um homem que nisso tinha uma posição de independência bastante positiva.” (Entrevista com Mário Afonso “Cassessa”, em Luanda, em 10 de fevereiro de 1995).

Essa postura independentista teria levado Agostinho Neto, após a explosão da dissidência capitaneada por Daniel Chipenda, a transferir alguns quadros do movimento para a Frente Norte, no correr do Movimento de Reajustamento, em paralelo às tentativas de conciliação implementadas pela OUA, pelo governo zambiano e pela União Soviética (MARCUM, 1978, p. 214). Essa seria mais uma medida a desagradar os dirigentes soviéticos, que apostavam na reconciliação da direção com Daniel Chipenda (WAALS, 1993, p. 156-7), uma proposta que, nas palavras de Pepetela, assumiu os contornos de um ultimato:

“O que eu sei é que os soviéticos impuseram como exigência, isso é absolutamente seguro, para nos dar munições a partir desse momento, que houvesse uma unidade com Chipenda, que tivesse um acordo com o Chipenda, o Chipenda não podia se ausentar. Essa era uma condição. (...) Portanto, os soviéticos

queriam um MPLA unitário, com as tendências todas (...). Eu não sei se isso seria para controlar o Neto (...), não sei qual era o objetivo que tinha ali. Talvez até não fosse nada de especial, [mas parecia ser] um ultimato (...). Até se podia dizer: o MPLA tem que estar unido para conseguir enfrentar todos os desafios. (...) Esse era o pretexto, mas foi um ultimato. Eles não deram armas, não deram munições (...). Não sei se já alguém lhe disse isso. Eu confirmo.” (Entrevista com Pepetela, em Luanda, em 6 de fevereiro de 1995).

O próprio Movimento de Reajustamento, com a sua feição chinesa, ainda que não tivesse implicado em choques ideológicos internos, é possível que tenha contribuído para esse mal-estar nas relações com a União Soviética. Dessa forma, o posicionamento de Daniel Chipenda, contrário ao reajustamento, mesmo que num segundo momento, face às diferenças verificadas entre as duas sub-regiões do MPLA na 3ª Região, renderia a ele alguns dividendos políticos com os dirigentes soviéticos descontentes com o presidente Neto.

Entretanto, as suspeitas e mesmo as acusações de apoio a Daniel Chipenda também se dirigiam ao governo da Zâmbia. Iko Carreira afirma que o próprio presidente Kenneth Kaunda apoiou a Revolta do Leste (CARREIRA, 1996, p. 125). Os relatórios da PIDE/DGS corroboram tal idéia. O governo zambiano aparece nos relatórios como aliado de Daniel Chipenda, “talvez por se ter apercebido que dentro do MPLA este tem maior capacidade de conduzir a luta” (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, CI (2), NT 7942, Pasta 6, fls. 121-6).

Da mesma forma, algumas análises realizadas à época da dissidência de Daniel Chipenda, como a de Fola Soremekun, apontam nessa direção, se bem que o autor nigeriano ressalve que não era todo o governo zambiano que partilhava dessa posição. Por outro lado, ele aponta interesses dos Estados Unidos nessa conspiração. Fola Soremekun confirma que os acusados pela direção de terem planejado a morte de Agostinho Neto foram executados. Sua análise se mostra favorável aos argumentos do presidente de que Daniel Chipenda contava com o apoio de integrantes do governo da Zâmbia, em função de interesses geográficos e de filiações de caráter étnico (SOREMEKUN, 1983, p. 82-5).

Por ter acompanhado o desenrolar dessas articulações muito de perto, Fola Soremekun é capaz de nos informar detalhes interessantes sobre o enfoque que fora dado aos embates entre Agostinho Neto e Daniel Chipenda na Zâmbia. Segundo ele, Daniel Chipenda teria tido mais destaque na imprensa zambiana, em função de seu magnetismo, de ser um bom orador, capaz de atrair a atenção das pessoas, enquanto Agostinho Neto não respondia aos ataques na imprensa. Esse comportamento do presidente teria facilitado a Daniel Chipenda enfatizar a acusação de que Agostinho Neto era elitista. Fola Soremekun não concorda com essa crítica, mas traça o perfil de Agostinho Neto como um indivíduo de fala delicada, quase taciturno e reservado.

As entrevistas mais recentes insistem em reforçar o papel da Zâmbia no confronto interno do MPLA, em especial as apresentadas por aqueles que defenderam a direção quando do embate. Sobre esse ponto, é fácil perceber que naquele contexto, ou seja, no momento em que acontece o impasse, quando a Zâmbia representava um apoio estratégico ímpar aos movimentos de libertação angolanos, dificilmente a direção do MPLA acusaria abertamente o governo zambiano de exercer sua preferência por Daniel Chipenda.

O próprio Daniel Chipenda, em seus últimos relatos, afirma que não lhe restava outra saída senão assumir a dissidência, já que os zambianos o teriam forçado a tal, interessados numa alternativa ao presidente Agostinho Neto na liderança do MPLA. Ao mesmo tempo, segundo Daniel Chipenda, isso funcionava como uma garantia de vida, já que ele ao se rebelar transformava-se num alvo mais evidente (Entrevistas de Daniel Chipenda a ANTUNES, 1995, p. 845-52, e a JAIME e BARBER, 1999, p. 134-53).

Um último ponto com referência às alianças que se estabelecem pelo lado de Daniel Chipenda diz respeito ao movimento de Jonas Savimbi. Ainda que não se tratasse de um aliado muito poderoso naquele momento, a Unita é acusada **pela direção do MPLA de participar na "conspiração" articulada por Daniel Chipenda. Os revoltosos do leste, segundo Agostinho Neto, teriam fornecido**

armas para o movimento de Savimbi, antes mesmo de o confronto entre as duas correntes se tornar mais evidente.

No entanto, tanto as entrevistas quanto a documentação consultada não apresentam indícios suficientes para que possamos confirmar tal fato, apesar da recorrência dessa informação. O que encontramos nesse sentido foram relatórios da PIDE/DGS baseados em informantes que afirmam ter ocorrido alguns contatos entre a Unita e Daniel Chipenda, em setembro de 1973, quando a dissidência já havia passado aos embates armados (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, NT 9089, Pasta 2, fls. 7-8 e 14).

A Revolta Ativa

Os problemas registrados na Frente Norte em 1972, a alteração na forma de condução do processo de reajustamento nessa mesma frente, em que a escolha de nomes para a Comissão Provisória de Reajustamento fora feita diretamente pela presidência, e a crise que se desenvolvia na Frente Leste foram os responsáveis mais imediatos pelo surgimento de um outro grupo dissidente no MPLA. O pano de fundo dessa nova cisão incluiria ainda o descontentamento com a incapacidade de fazer avançar a luta e as acusações de desvio de fundos e materiais destinados à guerrilha e à população. Este é o cenário que inseriria o MPLA numa crise sem precedentes.

Afastados do Movimento de Reajustamento que acontecia na Frente Norte, um pequeno grupo de militantes, descontentes com tal situação, passa a se reunir em Brazzaville. O intuito é discutir os problemas do MPLA e propor novos encaminhamentos para solucionar a crise. Os passos seguintes seriam o contato com outros militantes ou ex-militantes que estavam afastados do MPLA e a elaboração de um documento propondo profundas alterações na forma de gerir a organização, tendo como idéia central a necessidade de mudança na estrutura interna de poder como única fórmula para se encontrar as soluções necessárias.

Mesmo dirigentes e militantes que se posicionaram contrariamente às teses defendidas pela Revolta Ativa reconhecem que ela teve sua gênese no descontentamento com a realização do Movimento de Reajustamento na Frente Norte. Esse é o caso de Lúcio Lara:

“Em certa medida, o Movimento de Reajustamento liquida o fraccionismo de Chipenda, quer dizer, esvazia. (...) Por outro lado, cria um novo movimento, o da Revolta Ativa. É na Frente Norte que nasce a Revolta Ativa, onde está o [Gentil] Viana, onde estão os intelectuais da revolta. (...) [Ela] arrebenta com o 25 de Abril. Ela está a fomentar-se nesse eixo, mesmo durante o reajustamento na Frente Norte. Eu, pessoalmente, sou contactado para a malandrice, mas de uma maneira muito hábil, sinto que há qualquer coisa esquisita. [Isso foi em] janeiro, mais ou menos, de 74, depois vem abril de 74, e sai a Revolta Ativa. O manifesto deles era, fundamentalmente, (...) contra o presidencialismo do Neto. (...) Mas [ela] não teve êxito nenhum, estavam a ter êxito lá em Brazzaville.” (Entrevista com Lúcio Lara, em Luanda, em 7 e 14 de fevereiro de 1995).

De acordo com o relato de Adolfo Maria, os militantes afastados do reajustamento permaneceram em Brazzaville, o que acabaria permitindo a realização de pequenas reuniões em que se discutia a situação do grupo e do MPLA, entre fins de 1973 e fevereiro de 1974. As discussões iniciais contam com a participação de Gentil Viana, Floribert Monimambo e do próprio Adolfo Maria (Entrevista com Adolfo Maria, em Lisboa, em 27 e 28 de maio de 1999). Logo outros nomes que estavam em Brazzaville aderem à idéia, entre eles, Amélia Mingas, João Vieira Lopes, Luis Carmelino “Jota”, Manuel Videira e Maria do Céu Carmo Reis. Nas palavras de Adolfo Maria, a proposta era:

“que era preciso fazer um congresso para discutir os problemas todos, desde o que é o país, como é preciso lutar por ele e como reorganizar o movimento, [além do] fato [de que] tínhamos que lutar contra o presidencialismo. (...) Ao desencadear isso [sabíamos que] eles [iriam] nos caçar, nos matar. Então, [era preciso] ativar o contato com as autoridades congolezas, dizer que nossa intenção não [era] nos transformar num outro movimento (...). [O propósito era] conseguir a cumplicidade do governo congolês para o nosso plano, que era o de reorganizar o movimento através de um congresso de unificação e democratizá-lo. E fomos fazendo várias *démarches*: (...) contactar militantes nas bases, que tinha de ser feito com um cuidado extremo; (...) mudar de casa; nas várias conversações com os congolezes, fomos ao *bureau* político, e chegamos a ter uma reunião com o presidente [Marien] Ngouabi. (...) [Eles] estavam de acordo (...) [e viam] ali uma possibilidade de terem mais influência dentro do movimento. (...) Nós [tivemos] que sair das casas do MPLA de repente e ficar num campo onde as forças congolezas nos protegeram (...). [Quando] estava tudo elaborado, (...) rebenta o 25 de Abril e tivemos que refazer o manifesto, pois punha-se uma nova situação, que era o que nós detectamos, como uma situação neocolonial (...). E por isso o nosso manifesto, [que] o MPLA utiliza miseravelmente contra nós. Diz que foi depois do 25 de Abril que nós o fizemos.” (Entrevista com Adolfo Maria, em Lisboa, em 27 e 28 de maio de 1999).

O testemunho de Adolfo Maria alerta para as questões mais importantes que o grupo pretendia discutir, como tentativa de encontrar soluções para a crise do MPLA, mas seu relato também reconhece de pronto as filiações internacionais que estavam sendo tecidas. Se o grupo de Daniel Chipenda procurara o auxílio de autoridades zambianas, a Revolta Ativa já nasce com o apoio do Congo-Brazzaville. As duas fronteiras que serviam de porta de entrada para a guerrilha

do MPLA em território angolano enfrentavam dissidências que minavam de forma muito perigosa a posição da direção do movimento.

A maioria das entrevistas consultadas reforça a idéia de que a Revolta Ativa nasce de falhas na condução ou das mudanças ocorridas no Movimento de Reajustamento na Frente Norte. Mas esses relatos acrescentam ainda outros pontos que a Revolta Ativa pretendia discutir. Entre estes, a questão do gerenciamento dos fundos do movimento. Segundo Maria do Céu Carmo Reis, a gestão pessoal dos recursos do movimento por Agostinho Neto dava-lhe um *peso* extra à sua figura, afinal:

“[A gestão dos recursos] dava imenso prestígio ao homem. (...) Havia crises imensas, fomes etc, vinha o Neto e diziam: ‘Pronto, aí vem o que vai resolver o nosso problema, o camarada presidente’, e realmente ele é quem vinha, porque ele ia buscar os fundos, chegava e fazia uma redistribuição. Ele era sempre o indivíduo salvador. Em último instância, era sempre ele quem podia resolver determinados problemas. (...) Isso, visto à luz das carências, das sobrevivências do grupo, é muito perverso.” (Entrevista com Maria do Céu Carmo Reis, em Lisboa, em 22 de outubro de 1999).

Para muitos dos críticos de Agostinho Neto, mas principalmente para aqueles que questionavam a forma como funcionavam as estruturas internas do MPLA, essa postura *salvadora* do presidente inibia soluções colegiadas e duradouras, pautadas por preceitos previamente discutidos. De acordo com seus opositores, o fato de o presidente ser o responsável pelos recursos que iriam

minimizar a fome e ao mesmo tempo, com a sua força política, quase mítica, ser a instância capaz de solucionar os impasses emprestava-lhe um sentido de *pai* de todos os militantes.

As críticas não paravam por aí. As medidas tomadas anteriormente pela direção para contornar as crises do início dos anos 70, provocadas pela denúncia do desvio de recursos e pelo recuo da guerrilha, também eram alvo dos revoltosos ativos. Acusavam Agostinho Neto de ser adepto da tese de que era preciso “dispersar os homens para dispersar as idéias”, dessa forma dividindo esforços e premiando “incompetentes”, em função, especialmente, das filiações étnicas e raciais.

O grupo inicial, como afirmara Adolfo Maria, tinha como um de seus objetivos imediatos conquistar adeptos para a idéia de rediscutir as dinâmicas do movimento. Os primeiros a serem contactados foram os militantes que estavam em Brazzaville e que demonstravam estar descontentes com a situação que o MPLA atravessava. O segundo passo seria a conquista de quadros que estavam em outros países africanos e na Europa. João Vieira Lopes, militante histórico da luta anticolonial, à época médico em Brazzaville, e afastado do movimento, apresenta em seu relato o percurso e as características desse grupo:

“E então alguns desses militantes do Movimento de Reajustamento (...) encontram antigos militantes, como eu e

outros, e nos põem os problemas (...). Portanto, [a Revolta Ativa] começa a fomentar-se em meados de 73. (...) A luta quase que se tinha paralisado no leste. (...) A Frente Norte estava também praticamente paralisada. Chegou-se à conclusão [de que era] preciso fazer qualquer coisa. (...) Muitos dos elementos que integravam a Revolta Ativa estavam realmente fora de Brazzaville, estavam espalhados por outros países africanos, pela Europa, e assim fazendo várias reuniões que se arrastaram até as portas do 25 de abril. (...) A direção do movimento (...) [afirmava] que esse movimento tinha surgido depois (...). Mas não é possível um movimento com aquela amplitude, que veio com aquela força, (...) [surgir] de um dia para o outro (...). Elementos do governo de Brazzaville deram todo o apoio a esse movimento. Não era possível fazer uma movimentação desse âmbito num país estrangeiro sem o consentimento e o acordo (...). No princípio, poder-se-ia dizer que era de fato a elite dos quadros do MPLA, a elite dirigente, alguns no ativo, mas a maior parte já dissidente e afastada, mas que tinham tido grandes e altas responsabilidades dentro do partido. (...) Não era um movimento de massas.” (Entrevista com João Vieira Lopes, em Luanda, em 27 de fevereiro de 1995).

Enquanto o grupo da Revolta Ativa sediado em Brazzaville estava tentando expandir essas idéias e conquistar novos apoios de militantes e ex-militantes do MPLA, como bem lembrou João Vieira Lopes, eclode o 25 de Abril. O movimento dos capitães em Portugal derruba o regime de Marcelo Caetano, e o colonialismo português entra em xeque. O manifesto da Revolta Ativa ainda não tinha sido divulgado e, de acordo com Adolfo Maria, o texto final ainda sofreria alterações devido aos acontecimentos registrados em Portugal. Os movimentos de libertação angolanos passam a aguardar ansiosos o desfecho das ações em Lisboa.

Vale ressaltar que a documentação da PIDE/DGS sobre essa dissidência que nos foi possível consultar não é muito vasta, pelo menos a que estava disponível quando da realização da pesquisa nos arquivos da Torre do Tombo. Certamente, o fato de a articulação dos revoltosos ter sido feita em sigilo até o 25 de Abril pode ter pesado decisivamente na escassez de material.

O 25 de Abril

Ainda que o 25 de Abril esteja intimamente associado ao nosso tema, não pretendemos neste trabalho, dado o objetivo explícito de acompanhar a trajetória do MPLA ao longo do período da guerra anticolonial, analisar de forma mais profunda a Revolução dos Cravos. Os acontecimentos em Portugal que precedem e mais ainda os que sucedem de imediato a data de 25 de abril de 1974 foram fundamentais para as soluções, discutíveis, é verdade, encontradas em relação às colônias africanas de Portugal, mas iremos nos ater tão-somente às suas conseqüências para o desenrolar da crise vivida pelo MPLA.

Essa opção, no entanto, não nos impede de tecer algumas considerações sobre o que significou a ida dos militares para as ruas naquela madrugada do dia 25 de abril de 1974. Às 5 da manhã, os primeiros destacamentos militares, comandados por um grupo de capitães do Exército português, invade as ruas de Lisboa. Os centros de decisão política foram cercados e as unidades militares

governistas não se atreveram a reagir. O governo caiu sem resistência mais séria. Os tiros se limitaram aos militares que apoiavam os comandantes que ficariam conhecidos pelo sugestivo nome de “brigada dos reumáticos” e aos temíveis “Pides”, que das janelas da sede de sua organização atiravam em populares que comemoravam a queda da ditadura.

O golpe já tinha tido um pequeno ensaio no mês anterior, em 16 de março, quando cerca de 200 soldados e mais 30 oficiais da base de Caldas da Rainha, localizada ao norte de Lisboa, se movimentaram em direção à capital. A rebelião seria contida, mas os militares revoltosos entenderam que aquela manifestação demonstrara a fragilidade do governo e a urgência de se avançar com uma ação mais coordenada, pois, do contrário, a PIDE/DGS poderia arruinar o nascente Movimento das Forças Armadas (MFA), como ficaria conhecido o movimento de contestação dos militares (Entrevista de Otelo Saraiva de Carvalho,¹² *Expresso*, 17 de abril de 1999).

O levante de 16 de março de 1974 era uma resposta à exoneração dos generais Costa Gomes e António de Spínola, respectivamente, da chefia e vice-chefia do Estado-Maior General. O afastamento de ambos era uma retaliação do chefe de governo, Marcelo Caetano, com o apoio de alguns comandantes

¹² Otelo Saraiva de Carvalho era major do Exército português quando do 25 de Abril. Foi o responsável pela elaboração do plano de operações das forças militares que derrubaram o regime. Desde 1973

militares, à publicação, nos últimos dias de fevereiro, do livro de António de Spínola, *Portugal e o Futuro*, que caíra como uma bomba sobre os defensores da linha dura do regime. O general Spínola, apesar de manifestar a idéia de permanência de Portugal no ultramar, considerava que a solução no campo militar era inaceitável e pregava uma saída em termos de uma “comunidade portuguesa” numa “estrutura federativa” (SPÍNOLA, 1974, p. 174 e 199-200).

Os segmentos militares de crítica ao governo se encontrariam na Junta de Salvação Nacional, que passa a comandar o país no dia 26 de abril. Com o apoio dos militares, o general António de Spínola assume a presidência da Junta. Como Spínola não fala em independência das colônias africanas e insiste na sua proposta, surge então o primeiro problema. Declara, em relação à política ultramarina, que garantiria “a sobrevivência da nação, soberana no seu todo pluricontinental” (PEREIRA, 1999, p. 29).

Ora, os capitães do MFA, já em março, no correr da preparação da ação militar, tinham decidido pelo reconhecimento total da autodeterminação dos povos das colônias. Segundo Otelio Saraiva de Carvalho, os movimentos eleitos pelo MFA como os representantes das colônias eram a Frelimo em Moçambique, o MPLA em Angola e o PAIGC na Guiné-Bissau (Entrevista de Otelio Saraiva de Carvalho, *Expresso*, 17 de abril de 1999, p. 46).

participava das reuniões que iriam gerar o MFA. No correr da ação do dia 25, centralizou a

A radicalização política do processo português, a postura do MFA, a desmobilização que se verificou na tropa portuguesa e a firmeza do PAIGC e da Frelimo, melhor preparados do ponto de vista militar, definiriam o rumo incontornável da descolonização e da independência. Mais ainda, a guerra que Portugal vinha enfrentado na África não estava perdida militarmente em Angola, muito pelo contrário, mas o mesmo não podia ser afirmado em relação à Guiné-Bissau e a Moçambique. Ao mesmo tempo, era impossível não reconhecer que os confrontos levados à frente pelos movimentos de libertação na África foram fundamentais para o surgimento de uma alternativa ao regime português dentro das suas próprias forças armadas. Os líderes do MFA tinham passado pelas frentes de batalha e sabiam que era impossível uma solução de tipo militar.

É verdade que a africanização da guerra colonial tinha significado também a africanização dos custos da guerra. Do ponto de vista dos gastos com a defesa, o orçamento das colônias era responsável por percentagens cada vez mais elevadas. Entretanto, a capacidade de gerenciamento do custo da guerra estava longe de trazer qualquer tipo de certeza sobre a manutenção do conflito por um prazo indefinido, e muito menos sobre alguma forma possível de vitória.

movimentação das forças revoltosas a partir do posto de comando da Pontinha, em Lisboa.

Por outro lado, muitos analistas haviam subestimado a disposição e a habilidade do governo Salazar, no que seria seguido pelo primeiro-ministro Marcelo Caetano, em comprometer recursos escassos com o objetivo de protelar a defesa de sua herança colonial (MARCUM, 1979, p. 182-3). Económica e militarmente, Portugal vinha demonstrando ser capaz de manter o seu Império, mas ficara refém, depois que se inicia a guerra colonial, de um caminho sem volta, com uma lógica perversa: o recuo fragilizaria o regime internamente de forma definitiva, mas ao mesmo tempo a manutenção dos combates apenas retardava a derrota. A situação se agravou com a expansão do cenário de guerra pelas colónias. Assim, Portugal em 1970 gastava 45% do orçamento com defesa e segurança, mantendo uma força militar de aproximadamente 120 mil homens, número que alcançaria cerca de 150 mil em 1973 (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1988, p. 259).

A guerra tinha permitido um relativo aumento nos vencimentos dos oficiais em campanha, mas a contestação partiu desses mesmo homens, quando ficou evidente a impossibilidade do desfecho dos conflitos sem que houvesse negociação. É importante ressaltar que o principal grupo de contestação que daria origem ao MFA sairia da Guiné-Bissau, colónia onde a situação militar era mais difícil para os portugueses. Ao lado do desgaste no meio militar, é preciso alertar para o desgaste da opinião pública.

Sobre esse ponto, Fernando Rosas, em recente seminário sobre o tema, afirmou que guerra colonial não se ganha e que “o papel dos militares é preparar a solução política”. Segundo o historiador português, são guerras que não se ganham porque cansam a opinião pública, que numa fase inicial se mobiliza e adere à idéia do conflito. E cansam porque não terminam e consomem homens e recursos. Por fim, conclui apontando que, na ausência de um regime democrático que permitisse à opinião pública posicionar-se, essa se manifestou dentro das Forças Armadas, “sobretudo ao nível da oficialidade [intermédia], que faz a guerra no terreno” (ROSAS in TEIXEIRA, 2001, p. 26).

No caso angolano, é preciso termos atenção ainda ao fato de que, apesar de militarmente os movimentos de libertação locais estarem sob controle, na prática espremidos nas fronteiras do Congo-Brazzaville, Zaire e Zâmbia, a idéia de independência já havia sido acionada de forma definitiva. Não havia mais freio possível.

Não cessa, por exemplo, a luta clandestina, implementada a partir das cidades, na sua maioria aspirando entrar em contato com o MPLA e apesar de não ter conseguido executar ações militares ou mesmo criar um clima maior de protesto. Pouca coisa mudaria nos anos 70 em termos de resultado, mas os grupos clandestinos continuam sua sequência. Surgem como pequenas células que, ao crescer, caem nas malhas da PIDE/DGS. Em seguida, um outro grupo

brotava na casa vizinha àquela em que o anterior se reunia, na rua ao lado ou no mesmo café. Os processos elaborados pela polícia política nesse período fornecem um roteiro da agitação clandestina nas principais cidades angolanas, em especial Luanda.¹³

Na estrutura do MPLA, esses grupos atuantes nas cidades eram denominados Comitês de Ação Clandestina (CAC). Foram pensados para atuar em contato com a guerrilha, principalmente junto aos trabalhadores do Caminho de Ferro de Benguela, mas depois se expandiram para zonas em que esse contato ou era remoto ou simplesmente não existia. A PIDE/DGS os perseguia e os anulava, na maioria das vezes, mas não extinguia o sentimento e o desejo de independência.

Por outro lado, a polícia política, fiel ao seu perfil totalitário, preocupava-se em manter sob vigilância todas as camadas da sociedade colonial. É assim que empresários e comerciantes sediados em Angola, e que estavam insatisfeitos com o sistema de importação e de transferência de capitais que lhes era imposto, também teriam seus passos vigiados de perto. Os arquivos policiais colecionam algumas pastas repletas de recortes de jornais com entrevistas e matérias sobre as manifestações desses homens.

¹³ Os processos se espalham pelos arquivos da PIDE/DGS, mas vale destacar os seguintes: IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, CI (2), np 7940, Pasta 1; IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, NT

Temerosa da expansão desse sentimento de revolta contra as leis ditadas por Lisboa entre os colonos, a PIDE/DGS sugere ao governador-geral, em carta de Luanda, datada de 6 de dezembro de 1971, que se esclareça a população sobre os “benefícios” do novo sistema, pois a tensão poderia aumentar e já se podia ouvir falar de uma solução à rodesiana (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, CI (2) – DSI – 2. DIV, NP 7940, Pasta 3). Sobre esse ponto, Franz-Wilhelm Heimer (1980) alertava para o fato de que o controle da guerrilha era responsável por ressucitar opiniões e interesses divergentes entre os colonos e a metrópole, o que já havia ocorrido em fins da década de 50, antes de eclodir o confronto em 1961.

Essa discussão é importante porque muito facilmente nos esquecemos de que a PIDE/DGS possuía um interesse maior que simplesmente o de exterminar os movimentos de libertação, que era o de preservar o regime. Nas colônias, é verdade, isso quase sempre se traduziu em lutar contra os movimentos, mas não só. A vigilância sobre os colonos da sociedade angolana também existia, assim como no caso dos estudantes universitários, que eram acompanhados muito de perto pelos informantes policiais (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, NP 7942, CI (2), Pasta 5, fls. 15-6, 139-57).

7942, CI (2), pasta 5; IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, NP 9086, Subdelegação de Salazar, Pasta 1.

Contudo, apesar de toda a vigilância e mesmo do eficiente combate que havia sido imposto aos movimentos de libertação angolanos, em especial ao MPLA, seu principal oponente, o 25 de Abril deitaria por terra toda o esquema de controle, violência e aliciamento que fora construído pela PIDE/DGS. Os ventos por liberdade na metrópole logo alcançaram a colônia e a pressão popular pela libertação se mostrou irreversível. Ainda que tivessem surgido propostas contrárias – de princípios federativos, comunitários ou mesmo de um governo controlado pela minoria branca –, a independência seria questão de tempo. E os movimentos de libertação sabiam disso.

Antes de retornarmos à discussão sobre a Revolta Ativa e os efeitos do 25 de Abril para o MPLA e, conseqüentemente, para as suas tendências em disputa, gostaríamos de abrir mais um pequeno parêntese com o objetivo de mencionar as iniciativas do governo brasileiro, no início dos anos 70, quando tenta interceder junto a Portugal no sentido de se tentar uma solução negociada com os movimentos de libertação das colônias portuguesas na África.

Segundo José Flávio Saraiva, essa iniciativa se passa no correr dos “anos dourados da política africana do Brasil (1967 a 1979)”, quando a dimensão atlântica da política externa brasileira ganhou força, associando o projeto nacional-desenvolvimentista à busca por novos mercados, tendo especial atenção ao petróleo africano. Tudo isso embalado por um discurso culturalista de ligação

à África que já de longa data estava presente nos comunicados do Itamaraty (SARAIVA, 1996, p. 128). Os laços comerciais seriam efetivamente estabelecidos com a viagem do ministro das Relações Exteriores, Mario Gibson Barboza, a nove países africanos, entre outubro e novembro de 1972.

No entanto, o estreitamento dessas relações seria logo de início marcado pela ressalva africana quanto à posição até então demonstrada pelo Brasil de apoio à política colonial portuguesa. Do lado brasileiro, esse tema ultrapassava o Ministério das Relações Exteriores e alcançava o Congresso Nacional e a imprensa. O *lobby* português era forte e presente em vários setores – nos partidos políticos, nos jornais e nas associações empresariais luso-brasileiras. Ainda assim, de acordo com José Flávio Saraiva, em fins de 1972 o Itamaraty já tinha se definido pela aliança com a África Negra. Não havia como cortejar novos aliados no continente vizinho, sem romper com o apoio à política colonial portuguesa, tendo o petróleo africano exercido um papel decisivo nessa opção, especialmente após a ofensiva feita pelo chefe de Estado da Nigéria, o general Yakubu Gowon (SARAIVA, 1996, p. 170).

Segundo o embaixador Alberto da Costa e Silva, além do general Gowon, outros nomes de destaque da política africana, como o presidente do Quênia, Jomo Kenyatta, da Costa do Marfim, Felix Houphouët-Boigny, e do Senegal, Léopold Sédar Senghor, estavam interessados em conquistar o governo brasileiro

para a idéia de intermediação do problema colonial português. O embaixador afirma que, apesar de nas votações na ONU o Brasil ter sempre acompanhado os interesses do governo português, os líderes africanos nunca perderam a confiança no Brasil como um possível aliado na resolução do problema. E o governo brasileiro tentaria exercer esse papel junto ao primeiro-ministro português Marcelo Caetano.

Na opinião do embaixador Costa e Silva, o chefe de governo português teve receio dos militares, principalmente do general António de Spínola, e isso foi um grande equívoco, pois os militares portugueses mantinham contatos com o Brasil e sabia-se de seu desejo de acabar com a guerra (Entrevista com Alberto da Costa e Silva, Rio de Janeiro, 15 de junho de 2000).

Em seu livro *Na Diplomacia, o Traço todo da Vida*, o ministro Mario Gibson Barboza – diretamente envolvido no centro dessas negociações – relembra as duras disputas no interior do próprio governo brasileiro a respeito de que posição tomar quanto ao colonialismo português. O general Ernesto Geisel, então presidente da Petrobrás, defendia uma união com Portugal na exploração do petróleo de Cabinda, enquanto o poderoso ministro da Fazenda Delfim Netto planejava penetrar na África através das “províncias ultramarinas portuguesas”, já que o governo português oferecia vantagens nesse sentido.

Ainda em 1973, foi necessária uma nova intervenção de Gibson Barboza. Dessa vez o Brasil pretendia vender o veículo blindado Urutu a Portugal, que obviamente seria utilizado para reprimir a guerrilha na África (BARBOZA, 1992, p. 244-53). Mais uma vez, prevaleceu a idéia da separação entre o Portugal metropolitano e o colonial. Definitivamente, o comércio brasileiro com o continente africano, capitaneado pelo petróleo nigeriano, passava a ditar o pragmatismo diplomático em relação ao colonialismo português.

Segundo Gibson Barboza, a intervenção mais direta brasileira junto a Portugal ocorre em janeiro de 1973, quando ele se encontra com o ministro dos Negócios Estrangeiros português, Rui Patrício, em Roma, dois meses após o périplo do brasileiro pelo continente africano. Gibson Barbosa teria alertado Rui Patrício para a impaciência de alguns chefes de Estado africanos com a guerra colonial, principalmente na Guiné-Bissau, e que estes estavam considerando a possibilidade de uma intervenção armada. O recado seria acompanhado da ameaça de que, na persistência do imobilismo da situação, o Brasil votaria contra Portugal na ONU. Diante disso, o governo português cede e Rui Patrício diz estar disposto a encontrar-se com chefes de Estados africanos (BARBOZA, 1992, p. 263-4).

O Brasil então inicia os preparativos e contacta a Costa do Marfim, o Senegal, o Quênia, o Zaire e a Nigéria. Todavia, quando o governo brasileiro

sugere que representantes dos movimentos guerrilheiros fizessem parte das delegações dos países africanos, Portugal se afasta da iniciativa. Como forma de pressão, o Brasil se abstém em duas votações condenatórias a Portugal na ONU, em dezembro de 1973, e recebe como resposta uma entrevista do primeiro-ministro Marcelo Caetano ao jornal *O Globo*, no mesmo mês, na qual ele se oferece como mediador entre o governo brasileiro e a guerrilha que se instalara no Brasil (SARAIVA, 1996, p. 173). Estavam encerradas as negociações.

O Manifesto da Revolta Ativa e o Contra-Ataque da Direção

O 25 de Abril mudara as regras do jogo. Os movimentos de libertação tinham consciência de que a independência se aproximava e todas as organizações se apressavam em intensificar a luta. No entanto, o MPLA continuava a enfrentar o problema das suas dissidências. No leste, Daniel Chipenda mobilizava seus homens e assumia o controle de algumas bases do movimento. No norte, mais especificamente em Brazzaville, a Revolta Ativa divulgava seu manifesto em 11 de maio de 1974 e se fortalecia junto ao governo do Congo-Brazzaville.

O documento da Revolta Ativa, intitulado *Apelo a todos os Militantes e a todos os Quadros do Movimento Popular de Libertação de Angola*, vem acompanhado de 19 assinaturas, entre elas a de nomes de militantes históricos da

luta anticolonial fundadores do MPLA, tais como Eduardo dos Santos, Hugo de Meneses e Mário de Andrade.¹⁴ O *Apelo* começa por chamar a atenção para a crise que o movimento enfrentava, que seria causa e efeito da falta de empenho e da incapacidade de mobilização e planejamento. Informa que medidas tinham sido tomadas junto à direção do movimento para tentar reverter esse quadro, tais como a realização de protestos, demissões e até mesmo o reajustamento, sem efeito algum. Por fim, ressalta que somente a revolta ativa – razão da denominação do grupo dissidente – dos militantes poderia parar a crise e restaurar a organização.

Os revoltosos declaram que o 25 de Abril tinha tornado a idéia de contestação ainda mais necessária e que as denúncias precisavam ser públicas devido à “chantagem econômica e moral e face à repressão física que caracterizam o sistema de direção”. Após a descrição do colonialismo português e da afirmação de que este tentaria se manter em Angola mesmo após o 25 de Abril, o *Apelo* propõe a construção de uma Frente Unida para se lutar pela independência, sem fechar as portas aos demais movimentos, definindo que a resistência à colonização “cimenta[ria] a Nação em construção” – uma tarefa de todos os nacionais, “independentemente da sua ideologia política, local de nascimento, sexo, origem racial ou étnica, da sua religião ou da nacionalidade

¹⁴ Tivemos acesso a duas cópias desse documento. A primeira, em francês, está nos anexos de Mabeko Tali (1996, Anexo 10, Documento A). A outra, em português, nos foi entregue por Daniel dos Santos,

dos seus antepassados". Essa afirmação configurava a perspectiva mais abrangente até então elaborada da nacionalidade angolana – um fator importante para o grupo, pois nele se encontravam muitos mestiços e mesmo alguns brancos.

O documento pedia ainda democracia para o MPLA, afirmando que o movimento foi "minado pelo vírus do racismo, do tribalismo e do regionalismo" e que a direção usou o "método de dosagem étnica na formação de quadros" e na escolha de dirigentes. Tudo isso seriam sintomas do que os revoltosos identificavam como "presidencialismo absoluto", que paralisava os militantes, destruía as estruturas e permitia uma gestão exclusivamente pessoal dos fundos do movimento, bem como das suas relações externas. Por fim, pedia-se a realização de um congresso que eliminasse o presidencialismo em favor de uma direção colegial.

A reação da direção do MPLA é dispersa e relativamente lenta. O movimento estava nitidamente dividido. Estruturas políticas e militares apresentavam sinais de paralisia. Mesmo assim, alguns militantes que apoiaram a Revolta Ativa começam a ser detidos no Congo-Brazzaville e essas prisões só cessam após a intervenção do presidente Marien Ngouabi, como testemunha Carlos Alberto Monteiro "Ntalongongo", um dos detidos em maio de 1974, em Dolisie:

que, após seu rompimento com o movimento, passa a integrar a Revolta Ativa e cujo nome aparece numa

“Quando inicia a Revolta Ativa, eu encontrava-me na Frente Norte e nós éramos dois irmãos no movimento de libertação. O meu irmão é que fazia parte da carta escrita pela Revolta Ativa à direção do MPLA e que propunha soluções para sair dessa crise de desorganização. (...) Democratizar mais o movimento e melhorar a organização. Essas são as questões principais. (...) Eu não era militante da Revolta Ativa, o meu irmão é que era (...). [Por conta dessa ligação], pensaram que eu também [estivesse] ligado à Revolta Ativa. (...) Fiquei praticamente 35 dias preso numa casa de um metro e meio, onde comia só o pequeno almoço [em Dolisie]. Para poder-me livrar daquilo, foi preciso a intervenção do Presidente Ngouabi.” (Entrevista de Carlos Alberto Monteiro “Ntalangongo” ao programa *Foi Há Vinte Anos...*, da Rádio Nacional de Angola, em 20 de agosto de 1995).

A primeira manifestação escrita de repúdio ao *Apelo* da Revolta Ativa, por parte daqueles que se mantinham fiéis à direção do movimento, vem a público em junho do mesmo ano de 1974. É o documento intitulado *A Propósito de Concepções Erradas no Seio do Movimento de Libertação Nacional* (Centro de Documentação 25 de Abril, Coimbra, cota 325.83/86 MOV). Ele se apresenta como uma “resposta da representação do MPLA, na Argélia, aos 19 signatários do *Apelo...*” Sua primeira e principal crítica é quanto às concepções de quem seriam os inimigos e os possíveis aliados da Revolta Ativa. Segundo os que apoiaram a direção, os revoltosos ativos se pautavam pela acusação ao colonialismo português, não mencionando o imperialismo, o que lhes possibilitava falar de união com os demais grupos angolanos comprometidos com os interesses internacionais. Em nota, apresenta-se inclusive o caso da

Unita, que unilateralmente acertara com os militares portugueses um acordo de cessar-fogo em 14 de junho de 1974.

A acusação era de que a Revolta Ativa pregava medidas que levariam a uma solução neocolonial para Angola e que ela era comandada pela pequena burguesia, já que entre seus articuladores estavam presentes médicos, estudantes universitários, sociólogos e outros profissionais de nível superior, todos referenciados como tendo menosprezo pelo papel "das massas na luta de libertação" e ainda de terem se desesperado e abandonado o movimento no período de contra-ofensiva inimiga. Essa acusação é exemplificada com o fato de três dos signatários do *Apelo* da Revolta Ativa terem abdicado das suas responsabilidades durante o reajustamento na Frente Norte, pois não assumiram os cargos na Comissão Provisória de Reajustamento.

Nas entrevistas que realizamos com alguns dos participantes da Revolta Ativa, estes afirmaram que a indicação de seus nomes para a Comissão Provisória de Reajustamento fora feita diretamente pelo presidente Agostinho Neto, sem ser referendada na assembléia dos militantes, o que feria o método de trabalho proposto pelo reajustamento. Por isso, não concordaram com a indicação de seus nomes e abandonaram a sessão.

Ainda segundo o documento de Argel, os revoltosos ativos estariam, em função do golpe de Estado em Portugal, buscando participar do poder político através do “jogo dos compromissos”. Com esse objetivo, tentavam isolar o presidente para impor suas teses no congresso que se adiava, que, de acordo com os que apoiavam a direção, “já estava previsto e em vias de organização”. No fecho da resposta elaborada em Argel, torna-se clara a posição oficial da direção do movimento, que estava disposta a “recuperar certos elementos, desde que estes [reconhecessem] os seus erros”.

A disputa ficou cada vez mais acirrada e tornou-se visível com a troca de acusações de parte a parte em novos documentos e em entrevistas. As posições se definem e os extremos se concretizam. Alguns quadros que eram considerados pelos revoltosos ativos como críticos à direção e à condução da crise interna acabam por repudiar a forma e o momento escolhido para se realizar a manifestação. Pepetela aparece de forma recorrente nos depoimentos dos que apoiaram a Revolta Ativa como sendo um desses casos. Seu testemunho esclarece sua posição:

“A Revolta Ativa foi uma grande frustração, no fundo, porque (...) na base havia um crítica séria da situação do MPLA (...), [que] estava numa situação extremamente complicada. (...) [O] Movimento de Reajustamento, num momento dado, (...) começou a perder força, (...) sobretudo na 2ª Região, lá em Cabinda, [onde] foi perfeitamente controlado pela direção do MPLA. (...) A Revolta Ativa até tinha um espaço importante para convencer muita gente a aderir. Eu penso que o grande erro

da Revolta Ativa foi centrar todo o fogo na figura do presidente. (...) Havia bastante gente que reconhecia no Neto defeitos também, como qualquer outra pessoa, mas não parecia que fosse essa, digamos, que fosse o Neto a causa, o principal, ou a causa única até. (...) O problema é que, a partir do momento em que há o 25 de abril, eles deviam ter pensado (...) [que iriam] aparecer como uma arma contra o MPLA, de divisão, num momento extremamente delicado. (...) Não, eles aproveitaram e pouco depois lançaram a dissidência. Foi interpretado como oportunismo, pode não ser, não ter sido essa a intenção. (...) O problema [segundo eles,] é que se ia passar para uma luta já pelo poder em Angola [e] (...) era necessário que o MPLA aparecesse purificado, sem os erros do passado, (...) porque, se o MPLA toma[sse] o poder, segundo eles, com a direção presidencialista que tinha, então ia cair na ditadura. Angola seria uma ditadura. (...) Nós não aderimos à Revolta Ativa, e éramos os quadros do leste, os quadros mais ativos dentro do Movimento de Reajustamento, (...) porque achávamos, depois do 25 de abril, [isso não seria certo] de maneira nenhuma: 'Vamos resolver os problemas essenciais e manter a organização como está, porque agora o problema vai ser contra a FNLA, fundamentalmente.' (...) Não quer dizer que nos quadros do leste não houvesse críticos em relação à direção, e havia. Aliás, o Movimento de Reajustamento começou ali." (Entrevista com Pepetela, em Luanda, em 6 de fevereiro de 1995).

Se não conseguiu a adesão de muitos militantes e menos ainda de quadros militares, a Revolta Ativa, enquanto esteve no campo cedido pelo governo congolês, em Brazzaville, manteve a atividade de tentar conquistar o apoio de quadros afastados do movimento e de angolanos que estavam no exterior. O resultado seria a reedição de outras listas de assinaturas em apoio aos revoltosos ativos, mas, como definira anteriormente João Vieira Lopes, esses apoios não a caracterizariam como uma movimentação de massas.

Essa característica seria muito frisada pela direção no seu contra-ataque à Revolta Ativa, que se apoiava no argumento de que o grupo não ultrapassava um pequeno número de intelectuais. Tal acusação se constituiria na principal crítica, ou na mais eficaz, já que havia um histórico no interior do próprio MPLA de questionamento dos quadros identificados como intelectuais.

Já a dissidência de 1963 – e, mais ainda, a saída de alguns quadros dirigentes do movimento em seguida ao desfecho dessa crise – resultara num certo sentimento antiintelectual, cultivado pela direção e explicitado na Conferência de Quadros realizada em 1964. Esse mesmo sentimento de aversão aos intelectuais, que se traduzia em acusações quanto à sua dedicação à luta, reapareceu na crise que se instalou no leste em fins da década de 60 e novamente no episódio ocorrido na 2ª Região, em 1972, quando um grupo de militares oriundos da 1ª Região se revoltou contra a coordenação de Lúcio Lara. Ou seja, há uma constante na crítica aos intelectuais do movimento que ajuda a explicar a ênfase nesse argumento por parte da direção e permite entender melhor o sucesso dessa iniciativa em relação à Revolta Ativa.

Por outro lado, é preciso reconhecer que as diferenças político-ideológicas no MPLA não eram tão intensas quanto as existentes em muitos dos movimentos revolucionários latino-americanos, por exemplo, e que originariam dissidências sucessivas, sempre gerando novas organizações. As fissuras implementadas quer

por Viriato da Cruz quer pela Revolta Ativa, que seriam as mais politizadas das crises, mesmo essas, são marcadas por diferenças mais relevantes no que diz respeito aos problemas de gestão do movimento. As divergências políticas existiam, sim, mas são postas em segundo plano por essa questão da forma e da estruturação interna do MPLA.

Outra característica que precisa ser realçada é a permanência de nomes importantes dentro do movimento ocupando a posição de ideólogos. Isso acontecia porque assim se mostravam em seus discursos, em suas entrevistas e na forma de fazer política dentro do movimento. Os que se posicionaram em diferentes ocasiões na corrente contrária à direção, como Gentil Viana e Mário de Andrade, apesar de serem considerados quadros importantes do movimento, saem, se afastam, quando vencidos, mas retornam, também em diferentes ocasiões, para tentar retomar a luta anticolonial ao lado da organização e ao mesmo tempo a luta para mudar a organização. Gentil Viana regressa em 1972 e tem grande participação na montagem do Movimento de Reajustamento. Mário de Andrade, após o afastamento em 1963 e as tarefas assumidas na CONCP, regressa ao MPLA em 1971, para novamente se afastar ao defrontar as disputas existentes no leste. Ambos estarão entre os mentores da Revolta Ativa (Entrevista com Maria do Céu Carmo Reis, em Lisboa, em 22 de outubro de 1999).

Pelo lado dos nomes que se mantêm fiéis à direção e, principalmente, à figura do presidente Agostinho Neto, e que se enquadram na caracterização de ideólogos do movimento, por pensarem a forma de condução da luta de libertação, nos seus objetivos e ao mesmo tempo explicitarem essa postura, também estes obedecem a uma certa constância. O próprio presidente Neto se enquadrava nessa posição, assessorado por Lúcio Lara e, já em finais dos anos 60, também por Carlos Rocha "Dilolwa", que após estruturar os Centros de Instrução Revolucionária (CIR), juntamente com outros quadros, ganha espaço na organização, investindo na militarização do movimento.¹⁵ Portanto, há uma certa permanência, nesse período de luta anticolonial, dos quadros que concebem a forma e que gerem o MPLA e os que as contestam. E eles tendem a se apresentar sempre que se instalam crises estruturais no campo político.

Esse movimento de afastamento e retorno, realizado por alguns dos dissidentes, em diferentes momentos, sugere um outro ponto importante e que diz respeito à capacidade técnica ou cultural desses quadros em se manterem fora da organização. Essa questão é fundamental, pois estará diretamente associada às possibilidades e aos limites dos questionamentos que serão formulados. Muitos quadros tinham abandonado os estudos ou nem sequer obtido uma formação mínima. Isso mais a falta de recursos financeiros, o isolamento da família e de outras redes de amizade e cooperação que não fosse o próprio movimento eram

¹⁵ Carlos Rocha "Dilolwa" abandonou a vida política e o MPLA em 1978. Passou então a se dedicar aos

fatores importantes e talvez decisivos nas opções pessoais de como enfrentar os problemas do movimento e como se posicionar face às dissidências. Afinal, o movimento tinha se transformado num ancoradouro relativamente seguro.

No caso da Revolta Ativa, alguns daqueles que assinaram o *Apelo* já faziam a sua vida profissional totalmente desconectada do MPLA. Em casos específicos, mantinham um certo vínculo com a organização, não-oficial, pelo simples fato de prestarem auxílio aos seus militantes, como nos exemplos dos médicos que haviam se afastado do movimento ao longo dos anos 60. É evidente que essa condição possibilitava uma margem de manobra e crítica face à direção que não pode ser desconsiderada.

É preciso, no entanto, não perdemos de vista a força dos vínculos de solidariedade, que, longe de se contraporem às questões de autonomia e independência em relação ao movimento, constituem-se em mais um elemento na composição desse mosaico de fatores. Nesse caso, podemos indicar o fato de muitos dos quadros da Revolta Ativa terem passado pela 2ª Região, bem como pelas áreas da educação e da assistência médica do movimento, como um indício da recorrência desses vínculos.

Por outro lado, a questão racial, que quase sempre se conjuga aos vínculos de solidariedade, nesse caso assume nuances muito interessantes. A direção não parece se utilizar desse fator, pelo menos diretamente, apesar de a Revolta Ativa reunir um elevado número de mestiços entre seus adeptos. A marca que lhes fora imputada de intelectuais soaria bem mais forte. Em todo caso, vale referir que também ao lado da direção estaria um número razoável de quadros mestiços. Nesse mesmo sentido, uma acusação de tipo racial por parte da direção iria pôr em questão todo o discurso oficial, não-racial, até então divulgado pelo movimento.

Todavia, isso não impediu que o argumento de ordem racial fosse acionado por outras intâncias. Ele estaria explícito, por exemplo, em panfletos anônimos, de militantes que apoiavam a direção e, especialmente, o presidente Agostinho Neto, como o citado por Mabeko Tali (1996, Anexo 10, Documento B), no qual se afirma que os revoltosos ativos teriam dito: "Nós os dissidentes, além de sermos MESTIÇOS na nossa maioria, somos muito civilizados." Ou ainda em matérias jornalísticas elogiosas à direção e muito críticas à Revolta Ativa, como a que fora publicada pelo jornal *Le Monde* em 7 de junho de 1974 (Arquivo pessoal de Daniel dos Santos).¹⁶

¹⁶ Nesse caso, a matéria publicada no *Le Monde* enfatizava, além do fato de existirem mestiços entre os que apoiavam a Revolta Ativa, também o afastamento da luta guerrilheira de alguns desses quadros.

Na guerra de comunicados, declarações e entrevistas de ambos os lados, as discussões mais profundas, do ponto de vista político, perdem espaço. O importante passa a ser a divulgação do apoio obtido junto aos angolanos ou países amigos e as fissuras registradas entre os oponentes. Mas a ofensiva não ficaria por aí. O panfleto citado por Mabeke Tali é uma boa demonstração dos ataques pessoais que seriam desferidos em relação aos revoltosos ativos. Alguns de seus quadros são citados nominalmente como traidores, em virtude de possíveis relações amorosas, por terem permanecido longe da frente de batalha ou ainda por terem feito “cursos superiores com o dinheiro do MPLA [e] que depois, vendo-se intelectualizados, arranjaram o seu emprego bem remunerado”.

É evidente, portanto, que o principal objetivo da direção e dos que a apoiavam era identificar os revoltosos ativos como um pequeno grupo de intelectuais, afastando de imediato qualquer possibilidade de discussão a respeito dos temas levantados no *Apelo*, e mestiços, em sua maioria, que não se expuseram à luta. Também a acusação de oportunismo, por conta do momento em que formulam suas idéias, ganharia espaço no repertório da direção. Isso sem esquecer a acusação de que a Revolta Ativa seria sinônimo de uma alternativa neocolonial para Angola, feita na resposta ao *Apelo* elaborada pela representação do MPLA na Argélia e lembrada por Lúcio Lara em sua entrevista a Jaime e Barber (1999, p. 42):

“Era realmente um movimento de intelectuais – nós até dissemos naquela altura que a Revolta Activa cheirava a petróleo. Dissemos isso porquê? Porque houve o 25 de Abril, a independência de Angola já não era uma incógnita, já era para mais mês, menos mês, mais ano, menos ano. Portanto, um dos objectivos do nosso programa já estava à vista. E nós dissemos: esta malta faz isto agora, isto cheira a petróleo, querem negociar o petróleo de Angola. Digo isto para mais ou menos dar o contexto da questão. O que teve de mau essa questão da Revolta Activa é que isso deu origem a que o Movimento, nas vésperas de conseguir o seu objectivo, aparecesse tridividido: aparece como uma Revolta Activa, que tinha feito uma campanha enorme ao nível das embaixadas de Brazzaville; aparece como uma Revolta de Leste, que tinha feito uma campanha com o Kaunda, com a FNLA e com o Mobutu.”

Evidentemente, a dissidência imposta pela Revolta Ativa aprofundava a crise do MPLA. Ao mesmo tempo, ela enfraquecia a posição da direcção, já confrontada com a dissidência de Daniel Chipenda, no leste. No entanto, a Revolta Ativa surgia ocupando um outro campo da política. Enquanto Daniel Chipenda conseguia atrair a atenção internacional em função dos guerrilheiros do leste e do centro-sul que reunia, o que lhe proporcionava uma base muito importante, os revoltosos ativos não se destacavam pelo número de militantes que os apoiavam, mas sim pela proposta de reformulação das estruturas do movimento e pelo fato de contar com quadros importantes e de prestígio pessoal que estiveram próximos da ou na direcção do MPLA. Essa perspectiva pode ser observada na entrevista de Mário Afonso “Cassessa”:

“Em relação a muitas críticas feitas à direcção do MPLA, há na verdade justeza, há razões para essas críticas. Simplesmente, o momento foi mal escolhido, (...) foi um oportunismo inoportuno.

(...) Com quadros com prestígio interna e externamente, havia de desmembrar e criar confusão no seio dos militantes do MPLA no interior do país, como criou. E aparece gente como Joaquim Pindo de Andrade, que era na verdade muito conhecido e muito prestigiado aqui no interior do país, (...) Mário de Andrade, Gentil Viana, (...) Eduardo dos Santos, João Vieira Lopes, Hugo de Menezes, quer dizer, todos intelectuais que tinham prestígio e (...) eram (...) [considerados] como sendo revolucionários.” (Entrevista com Mário Afonso “Cassessa”, em Luanda, em 10 de fevereiro de 1995).

O prestígio de seus signatários dificultava o combate à Revolta Ativa, bem como o fato de ela não se apresentar como um grupo rival, ambicionando explicitamente o poder, muito diferentemente da Revolta do Leste. A Revolta Ativa aparece como tendência política, sem a consagração de um nome para opor ao de Agostinho Neto, bem ao contrário do que acontecia com Daniel Chipenda. Só mais tarde, em setembro de 1974, Joaquim Pinto de Andrade assumiria esse posto de líder da Revolta Ativa. E era exatamente nesse ponto, na questão da liderança, que seria centrado o seu ataque, naquilo que ficaria conhecido como o “presidencialismo absoluto”. João Vieira Lopes, um dos signatários do *Apelo* da Revolta Ativa, enfatiza essa crítica, mas tenta distanciá-la de um ataque pessoal:

“Era o presidencialismo (...) um dos pontos altos da crítica, porque, na verdade, ele estava a ser muito prejudicial. O autoritarismo do presidente na condução da luta estava a prejudicar imenso todo este processo. Esse presidencialismo tinha criado uma série de vícios por toda a direção do movimento, a subalternização de responsáveis (...). Afetava o processo do movimento não só na promoção de quadros, na condução da guerra, [mas também] na própria logística de todo o movimento. (...) Agora, a direção agarra-se na história do presidencialismo, pensando que o que se queria era destruir o

homem [Agostinho Neto]. Não, não se queria destruir o homem, [o que se] queria [era] destruir aquele mito, a figura do presidencialismo, que na altura era o Agostinho Neto, mas podia ser um outro qualquer. Não era um ataque pessoal ao homem.” (Entrevista com João Vieira Lopes, em Luanda, em 27 de fevereiro de 1995).

De qualquer maneira, essa era uma árdua tarefa. O presidente Agostinho Neto era mais do que uma referência importante na luta anticolonial no continente africano, era já um mito, como reconheciam os adeptos da Revolta Ativa, e seu nome era indissociável da sigla MPLA. Diante disso, a ênfase da crítica no “presidencialismo absoluto” e também o momento em que ela foi explicitada pelos revoltosos – logo após o 25 de Abril – acabariam por dificultar sua divulgação e a conquista de novos quadros do movimento ou mesmo de apoios entre os simpatizantes.

Ainda assim, um de seus objetivos foi alcançado: a realização do congresso do MPLA, tido como a única forma de resolver a crise do movimento. Para isso, contaria decisivamente a atuação dos presidentes do Congo-Brazzaville, do Zaire, da Zâmbia e da Tanzânia, com alguns deles apoiando de forma direta e explícita soluções alternativas ao nome de Agostinho Neto. Diferentes formas de pressão¹⁷ seriam impostas à direção, relutante em aceitar tal proposta, como mostram as entrevistas concedidas à época por alguns de seus dirigentes. O próprio presidente Agostinho Neto afirmava que era mister realizar o congresso,

“não porque as razões internas o determin[ass]em, mas porque [havia] razões externas”: “Nós temos petróleo em Cabinda...” (*Notícia*, 29 de junho de 1974 – Arquivo pessoal de Daniel dos Santos). Lúcio Lara, em entrevista mais recente, também enfatiza essa pressão externa:

“E aparece esta coisa curiosíssima que nos revoltou imenso: os chefes de Estado que nós mais queríamos, que eram Ngoabi, Nyerere, Kaunda e Mobutu – que para nós era execrável [esse último, é claro], não tenho outra palavra para dizer, doa a quem doer, doa-lhe a ele se doer –, aparecem a querer conciliar o MPLA. Até o Holden Roberto, imaginem só!, a querer conciliar as três tendências do MPLA! Isto era um absurdo! Era um insulto para nós! Então, nós já estávamos a falar num congresso, com esses nossos amigos, com o Mobutu, CIA, toda a cambada de bandidos. (...) É o congresso de Lusaka ou o congresso fantoche, o congresso de porcaria. Fomos ao congresso os três. Veja só esta coisa tristíssima para nós: na altura, nós, guerrilheiros, estávamos no fim da luta, com os objectivos à vista, quando aparecem, em pleno campo Sunkeneth, os representantes oficiais do Mobutu, do Ngoabi, do Nyerere, do Kaunda, quase com uma baioneta apontada a dizer: vocês têm de se unir! Vocês éramos nós, chamavam-nos o MPLA – a Direcção do MPLA, os outros eram a Revolta Activa e a Revolta do Leste –, a imporem-nos uma unidade forçada.” (Entrevista de Lúcio Lara a JAIME e BARBER, 1999, p. 42).

A realização de um congresso naquele momento seria favorável às dissidências, não só porque a direcção não queria a sua concretização, mas porque seria montado a partir da ideia de que ele representaria a conciliação das diferentes tendências. Era, portanto, o reconhecimento internacional das

¹⁷ Segundo Fola Soremekun, até mesmo alguns bens do MPLA estavam congelados, sob controle zambiano (SOREMEKUN, 1983, p. 86).

tendências e, ao mesmo tempo, da força dessas correntes políticas, colocando-as em pé de igualdade com a direção do movimento.

A pressão internacional, em especial desses países africanos citados, resultaria num primeiro encontro das duas dissidências com a direção do movimento e autoridades governamentais do Congo-Brazzaville e da Zâmbia, em Lusaka, no dia 8 de junho de 1974. Nessa data, seria decidida uma participação conjunta das três correntes na conferência da OUA que se realizaria em Mogadíscio (Somália), entre os dias 12 e 15 de junho. Mas o encontro serviria, acima de tudo, para se constituir uma comissão preparatória do congresso, cuja data inicial estava prevista para 12 de julho, mas que só teria início em meados de agosto.

Antes do congresso, uma nova investida da OUA junto ao MPLA forçaria a direção do movimento e as duas dissidências a estabelecerem um acordo com a FNLA, visando à concretização de uma frente comum. Dessa vez, o encontro ocorre na cidade zaireense de Bukavu, em 27 de julho de 1974. De nada adiantara o fracasso do CSLA; a posição de que era imprescindível uma união entre a FNLA e o MPLA antes da independência de Angola tinha muitos adeptos entre os países africanos. Ressalte-se que fora essa perspectiva de aliança que, como vimos, revigorou a combatida FNLA.

O Congresso de Lusaka e o Cessar-fogo

O Congo-Brazzaville, a Tanzânia, o Zaire e a Zâmbia constituíram uma comissão *ad hoc* para a observação do Congresso de Lusaka – o primeiro a ser realizado pelo MPLA. A direção do movimento, pressionada interna e externamente, não teve outra saída a não ser aceitar sua realização. No entanto, apesar da derrota, Agostinho Neto e os demais dirigentes não se deixaram abater. Intensificaram seus contatos internacionais e reafirmaram sua condição de liderança junto aos quadros políticos e militares, que se encontravam atônitos face à crise que tomara conta do movimento. Seus principais apoios viriam da 2ª Região e da parte norte da 3ª Região.

A diversidade de recursos materiais e humanos era favorável à direção. A Revolta do Leste se apresentava, e cada vez mais era identificada, como um grupo militar. Além de Daniel Chipenda e Katuva Mitwe, que assumiram uma dimensão e um perfil militar que antes não possuíam, poucos eram os nomes de destaque. A Revolta Ativa se posicionava no extremo oposto. As questões levantadas e os militantes que a impulsionarâm davam-lhe uma perspectiva mais politizada, sem força militar.

Três novos fatos registrados entre fins de julho e início de agosto iriam contribuir para o fortalecimento da direção, antes que ela defrontasse as duas correntes dissidentes no tão esperado congresso:

1) O encontro de Iko Carreira, representante da direção do MPLA, com Otelo Saraiva de Carvalho, representante do MFA, na cidade de Lusaka. Na reunião, ocorrida durante as conversações entre Portugal e a Frelimo, em julho de 1974, Otelo Saraiva de Carvalho declara apoio total ao MPLA.¹⁸

2) A criação, no dia 1º de agosto, das Forças Armadas Populares de Angola (FAPLA), que passaria a ser o braço armado do MPLA, até então dividido em regiões político-militares e carente de uma organização central. Lúcio Lara, em entrevista, tende a minimizar a estratégia adotada: “Por acaso, até tínhamos umas fardas (...) que tinham sido deitadas fora não sei por quem. A nossa malta decidiu a proclamação das FAPLA”. (Entrevista de Lúcio Lara a JAIME e BARBER, 1999, p. 43). No entanto, num momento de grande tensão e disputa, dificilmente a adoção de uma medida dessa envergadura seria tomada de forma tão despreziosa pela direção do MPLA. O próprio Lúcio Lara, na continuação de seu relato, admite que quando as FAPLA apareceram fardadas no congresso, “aquilo foi assim um choque”. Adolfo Maria, um dos principais articuladores da Revolta Ativa, que esteve presente ao congresso, afirma que à chegada da

¹⁸ Entrevista de Otelo Saraiva de Carvalho à revista *Expresso*, 17 de abril de 1999, p. 44.

comitiva da direção, com seus homens fardados, Daniel Chipenda procura satirizá-los. Entretanto, o próprio Adolfo Maria reconhece que, como demonstração de poder militar, teve o seu efeito, já que na Zâmbia a força dos guerrilheiros que acompanhavam a Revolta do Leste era muito grande (Entrevista com Adolfo Maria, em Lisboa, em 27 e 28 de maio de 1999).

3) A chegada, a Lusaka, de militantes vindos do interior de Angola, mais precisamente da 1ª Região e de Luanda, para participar do congresso ao lado da direção do MPLA. Essa possibilidade foi concretizada em função do 25 de Abril, que teria como uma de suas conseqüências a maior liberdade de movimentação nas colônias. Lopo do Nascimento por Luanda e Nito Alves pela 1ª Região se constituíram em aliados fundamentais da direção. Além do apoio ao presidente Neto, eles traziam informações acerca da efervescência política que se estava vivendo em Angola, nas suas principais cidades, e reafirmaram a dimensão do nome MPLA no interior, principalmente em Luanda e arredores – um dado que todos no movimento reconheciam como decisivo para a disputa que seria travada com os demais movimentos de libertação. Tais fatores produziram um novo ânimo na direção e seu cálculo a respeito da situação política interna do MPLA assume nova perspectiva.

O Congresso de Lusaka teve início em 12 de agosto de 1974, num campo militar, nas redondezas da capital zambiana. A atmosfera do encontro, como não

poderia deixar de ser, foi marcada pela tensão. A segurança ficou a cargo do governo da Zâmbia e, à exceção da agência de notícias zambiana, não se permitiu a entrada de jornalistas. Os breves relatos sobre o desenrolar do congresso foram, em sua maioria, realizados pelos observadores da OUA.

O congresso reuniu 400 militantes do MPLA, sendo 165 delegados da direção, 165 da Revolta do Leste e 70 da Revolta Ativa, tendo como moderador o presidente de honra do MPLA, Joaquim Pinto de Andrade. (MARCUM, 1978, p.249).¹⁹ Segundo o próprio Joaquim Pinto de Andrade, o convite para que desempenhasse tal função fora feito pelo governo do Congo-Brazzaville. Ainda de acordo com seu relato, é possível perceber os limites dessa condição:

“[Torna-se] nítido que Neto não tinha razão, a Revolta Ativa tinha melhor aproximação ao problema real de Angola. (...) Embora estivesse ali como um mediador, o meu coração já estava, já escolhe[ra] um lado, mas [eu] continuava a mediar.” (Entrevista com Joaquim Pinto de Andrade, em Luanda, em 27 de agosto de 1997).

As discussões se iniciam com a escolha dos temas a serem debatidos. A proposta da direção era para que se discutisse a questão da unidade do movimento, a definição da sua política externa, a reiteração da luta pela

¹⁹ Quanto a estes dados, não há maiores divergência, como podemos observar quer através dos relatos dos participantes, quer nos documentos que seriam emitidos pelas três correntes ao final do congresso: da Revolta do Leste, a *Declaration Finale* (29 de agosto de 1974, MABEKO TALI, 1996, anexo 15, Documento A e B); da Revolta Ativa, a *Informação da Revolta Ativa sobre o Congresso do MPLA* (28 de agosto de 1974, Arquivo pessoal de Daniel dos Santos); e da direção, a *Declaração da Direcção e dos*

independência imediata e o pedido de libertação de prisioneiros, não se mencionando a escolha de novos nomes para a direção ou eleições (SOREMEKUN, 1983, p. 92-3). Em sentido contrário, as duas tendências em revolta marcaram posição pela discussão das regras internas do movimento, o que implicava a discussão da escolha das lideranças.

Com o MPLA completamente dividido, não se encontrou uma base de partida. Agravou a situação o fato de as diferentes correntes terem trocado acusações em público, dificultando ainda mais o encontro desse ponto comum. Os dias se sucedem e a tensão aumenta. Agostinho Neto e outros dirigentes eram freqüentemente vaiados e a todo instante se faziam longas interrupções (SOREMEKUN, 1983, p. 94).

O congresso seria marcado ainda pela intervenção de diferentes agentes externos. O 25 de Abril tinha acelerado as ações dos movimentos de libertação angolanos na busca por alianças internacionais que significassem melhores condições de apoio financeiro e bélico. E isso dizia respeito também às diferentes correntes em disputa no interior do MPLA.

Os países africanos mais identificados com o problema angolano, inclusive do ponto de vista regional, também se manifestam, pois não tinham interesse em

facilitar a vitória de um inimigo ou de um não-amigo. É isso, juntamente com o conhecimento da necessidade das respectivas correntes internas do MPLA em consolidar apoios externos que lhes fortalecessem no cenário cada vez mais internacionalizado do conflito angolano, que permite entender como se processa a aproximação entre Daniel Chipenda e a FNLA, o que significaria dizer também Zaire, proposta essa que contaria com a aprovação do governo da Zâmbia, mas que fechava as portas da União Soviética para a dissidência do leste (SOREMEKUN, 1983, p. 87).

Os soviéticos não pretendiam contrariar os zambianos, mas também não aceitariam ter o Zaire como parceiro, ainda mais com a confirmação de que a China enviara, em junho de 1974, para a base da FNLA em Kinkuzu, cerca de 120 instrutores militares e armamento em larga escala com o objetivo de estruturar o exército da FNLA.

O xadrez político internacional se complexifica e a União Soviética, apesar de ter consciência do poderio militar da Revolta do Leste e de admitir a substituição de Agostinho Neto, resolve não assumir uma posição definitiva, mantendo a negociação com as duas correntes. Seu discurso oficial era o da necessidade de união interna do MPLA, numa postura que não respondia à ansiedade de Daniel Chipenda e sua Revolta do Leste, pressionado pelo governo

da Zâmbia e temeroso de perder espaço diante do turbilhão de fatos que se sucediam. Chipenda decide, então, aliar-se à FNLA e, conseqüentemente, ao Zaire de Mobutu.

No congresso do MPLA, as alianças não se escondem. Os observadores da OUA deixam de lado sua condição equidistante em relação às diferentes correntes em disputa e passam a exercer forte pressão junto aos militantes do MPLA buscando conseguir vantagens para o grupo de sua preferência. Todavia, nada poderia ser comparado ao apoio ostensivo do Zaire à Revolta do Leste. Sobre isso, até mesmo os relatos das demais correntes seriam coincidentes. Lúcio Lara, que participava da direção, e Joaquim Pinto de Andrade, que mais tarde assumiria a condição de líder da Revolta Ativa, mencionam em suas entrevistas os batiques característicos do Zaire em apoio a Chipenda, as cervejas zairenses presentes no acampamento da Revolta do Leste e, acima de tudo, a menção ao Zaire e a Mobutu no discurso dos militantes que apoiavam Daniel Chipenda (Entrevista com Joaquim Pinto de Andrade, em Luanda, em 27 de agosto de 1997, e com Lúcio Lara, em Luanda, em 7 e 14 de fevereiro de 1995).

Essa aproximação entre Daniel Chipenda e Holden Roberto demonstra com muita clareza o quanto o acirramento da luta pelo poder no interior do MPLA ultrapassou limites. No caso da Revolta do Leste, seus limites políticos foram esticados a tal ponto que acabaram por entrar em choque com as reivindicações

originais de seus militantes. Não era possível maior contradição. A Revolta do Leste nascera de uma perspectiva de confronto regional, contrária ao que eles consideravam uma supremacia dos “do norte” em relação aos do leste e do sul, e termina por aliar-se à FNLA, reconhecidamente um movimento “do norte”, de maioria *bakongo*.

Entretanto, apesar de todas as dificuldades e interferências que se fizeram presentes no congresso, algumas sessões de trabalho coletivo foram realizadas. Entre elas, o destaque ficaria por conta da apresentação de uma mensagem da 1ª Região ao encontro, lida por Nito Alves e acompanhada de um discurso do mesmo. A fala de Nito Alves, complexa e confusa, pautada por diferentes e, muitas vezes, contraditórias referências políticas e filosóficas, sobrepondo insistentemente Lenin e Mao Tse-Tung, seria um evento à parte. Seu discurso, no entanto, produz também ataques incisivos às duas dissidências (MABEKO TALI, 1996, Anexo 11, Documentos A e B).

A presença de Nito Alves e de Lopo do Nascimento no Congresso de Lusaka e o apoio de ambos à direção seriam reconhecidos mesmo pela Revolta Ativa como tendo sido fundamental para o fortalecimento político de Agostinho Neto. De acordo com Adolfo Maria, Nito Alves, apesar do discurso rocambolesco e das acusações em sua maioria infundadas à Revolta Ativa, recebera o respeito que deveria ser prestado aos combatentes da 1ª Região, que

estiveram isolados ao longo dos treze anos de luta anticolonial (Entrevista com Adolfo Maria, em Lisboa, em 27 e 28 de maio de 1999).

Contudo, como não havia conciliação possível, a intervenção de Nito Alves logo seria superada pela disputa política que estava sendo travada no congresso. Nos bastidores, começam as ameaças à direção de que, caso não fosse obtido um acordo com as demais tendências, as fronteiras do Congo-Brazzaville e da Zâmbia seriam fechadas aos militantes que apoiavam Agostinho Neto. Os apoios cada vez menos discretos dos representantes do Congo-Brazzaville e da Zâmbia, respectivamente, às delegações da Revolta Ativa e do Leste reforçavam as ameaças.

Tal como começou, 10 dias depois de iniciado o congresso chegou ao fim sem qualquer tipo de acordo. O último ato se inicia com o pedido feito pela Revolta Ativa e pela Revolta do Leste para que a direção apresentasse um relatório de atividades e de contas. Agostinho Neto e os demais dirigentes que lhe apoiavam encararam esse pedido como uma humilhação e abandonaram o congresso.

No dia seguinte ao abandono da delegação da direção, alguns dos observadores internacionais tentaram convencer a Revolta Ativa a permanecer em Lusaka e a continuar no congresso, buscando, dessa forma, construir uma

aliança com a Revolta do Leste. Os revoltosos ativos negam-se a isso e também abandonam o congresso.²⁰

Por sua vez, os militantes que apoiavam a Revolta do Leste ainda tentam manter a fachada do congresso e prosseguem com as sessões de trabalho. Chegam a eleger Daniel Chipenda o novo presidente do MPLA e avançam com a organização de um *bureau* político e de um comitê central. Todavia, a estratégia não obteve sucesso na OUA e nem com o governo da Zâmbia.

No dia 22 de agosto de 1974, a direção do MPLA publica uma declaração em Lusaka, assinada pelo presidente Agostinho Neto, em que apresenta os motivos que a levaram a abandonar o congresso. Após listar o que considerava uma série de concessões às “frações” rebeldes, o documento estabelece, entre os fatos que precipitaram a sua decisão de abandonar o encontro, a presença de 14 “elementos da FNLA” integrados na delegação da Revolta do Leste, o “espírito de feira” que impedia a seriedade dos trabalhos e o fato de as demais “frações” tentarem a todo momento “espezinhar” a direção. Por fim, declarava a impossibilidade de se continuar procurando o entendimento com tais dissidências e o desejo de que se realizasse um novo congresso do MPLA, dessa vez em território angolano. O documento deixa claro que a direção desconsiderava o

²⁰ De acordo com entrevistas realizadas, alguns poucos quadros dessa corrente permaneceram na Zâmbia e assistiram à continuação do congresso, comandado, então, pelos revoltosos do leste. Essa versão, no entanto, é veementemente combatida pelos que compunham a Revolta Ativa.

congresso de Lusaka e ia mais além, convocando os militantes, mesmo aqueles que se “apresentam ocasionalmente junto de grupos fraccionistas”, para participarem de um novo congresso, que seria o “primeiro congresso do MPLA” (Declaração da Direção e dos Delegados do MPLA ao Congresso de Lusaka, 22 de agosto de 1974, Centro de Documentação 25 de abril - Universidade de Coimbra, Pasta MPLA 1). Na verdade, o novo encontro não levará o nome de congresso. A direção muda de idéia e adota o nome de Conferência Inter-Regional de Militantes, que irá ocorrer em setembro de 1974, no distrito do Moxico.

Já na avaliação da Revolta Ativa, em informação divulgada também em Lusaka, em 28 de agosto de 1974, “o fracasso do Congresso do MPLA é da responsabilidade da facção presidencialista”, que teria provocado “conflitos” e se recusado a apresentar o “balanço” das atividades no comando do movimento. Ainda segundo os revoltosos ativos, era preciso que se aproveitasse o congresso para que pelo menos se conseguisse a aliança das três tendências na base de princípios gerais capazes de estabelecer um programa de ação imediato, a fim de se obter a coesão necessária para que no futuro fosse possível realizar a unidade do movimento (Arquivo pessoal de Daniel dos Santos). É evidente, nesse documento, o quanto a Revolta Ativa mirava a direção como o alvo a ser derrotado, sendo mínimas e inexpressivas as menções à Revolta do Leste.

Por sua vez, a continuação do congresso pela Revolta do Leste, após o abandono da direção e a retirada da Revolta Ativa, gerou uma "Declaração Final" do congresso com as respectivas "Resoluções", ambos os documentos datados de 29 de agosto de 1974. Na declaração, acusa-se os erros da direção e o seu abandono do congresso, além de apontar a necessidade de se negociar com a FNLA uma plataforma de unidade. Já nas resoluções, informa-se a criação de uma nova estrutura de comando, tendo Daniel Chipenda como "novo presidente eleito do MPLA".

Apesar das perspectivas contraditórias sobre o que ocorrera no congresso e do agravamento das acusações entre as diferentes correntes, os líderes das três tendências voltariam a se reunir na semana do desfecho do congresso, portanto, apenas uma semana após o abandono por parte da direção. Só mesmo o complexo quadro da disputa entre os movimentos de libertação angolanos e no interior destes, conjugado aos respectivos interesses internacionais, pode explicar essas recorrentes reviravoltas. Dessa feita, o convite partira do presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, sob o pretexto de aproveitar a Conferência dos Chefes de Estado da África Central e Oriental, que seria realizada entre os dias 31 de agosto e 2 de setembro, em Brazzaville, para se tentar novamente um acordo entre os três grupos do MPLA.

A pressão externa, uma vez mais, rende a assinatura de um acordo, agora congregando Agostinho Neto, representando a direção; Daniel Chipenda, representando a Revolta do Leste; e Joaquim Pinto de Andrade, pela primeira vez assumindo a condição de líder da Revolta Ativa. O documento, publicado em Brazzaville, em 3 de setembro de 1974, criava um comitê central e um *bureau* político, em que as maiores cotas de cargos ficariam com a direção, mas fundamentalmente confirmava a presidência de Agostinho Neto, criando duas vice-presidências, a serem ocupadas por Daniel Chipenda e Joaquim Pinto de Andrade (MABEKO TALI, 1996, Anexo 16). Um acordo como esse, feito sob pressão extrema e no correr de uma madrugada, tinha pouca possibilidade de surtir efeito.

Na saída do encontro, ficara estabelecido que uma nova reunião entre o presidente e os dois novos vice-presidentes do MPLA seria realizada em Lusaka, em setembro. Todavia, as movimentações efetuadas pelas diferentes correntes nesse pequeno intervalo de tempo inviabilizaram essa possibilidade. Daniel Chipenda sai de Brazzaville e dirige-se para Kinshasa (Léopoldville), no Zaire, onde, após negociar com Holden Roberto e Mobutu, parte para um encontro com ambos e o general António de Spínola em Cabo Verde. Definitivamente, a trajetória de Chipenda e da Revolta do Leste entrara num rumo coincidente ao da FNLA. O MPLA ainda permaneceria como legenda para seus militantes durante algum tempo, mas sem qualquer reconhecimento internacional. Essa situação se

prolongaria até que o grupo fosse definitivamente ultrapassado pela independência angolana, em 11 de novembro de 1975, sob o comando do MPLA de Agostinho Neto.

Sobre o encontro previsto para setembro reunindo as três tendências em Lusaka, as versões contraditórias residem entre os que apoiaram a direção e os que apoiaram a Revolta Ativa, já que Daniel Chipenda não compareceu ao encontro. De acordo com Joaquim Pinto de Andrade, no dia da reunião em Lusaka, Agostinho Neto parte para o interior de Angola e depois vai direto para a Tanzânia, deixando Joaquim à espera em Lusaka, sem qualquer resposta ou esclarecimento. Dias depois, Joaquim descobre que Neto fora participar da Conferência Inter-Regional de Militantes no Moxico, onde estabelece contato com as autoridades militares portuguesas para a assinatura do cessar-fogo (Entrevista com Joaquim Pinto de Andrade, em Luanda, em 27 de agosto de 1997). Lúcio Lara tem uma versão diferente para esse desencontro:

“Nós, então, fizemos uma primeira reunião desse comitê director tripartido – a que eles não apareceram, no Palácio do Kaunda, na State House, em Lusaka. Eles não apareceram e então nós dissemos: vamos continuar a viagem e vamos fazer o nosso congresso, [e] agora já não lhe vamos chamar congresso, vamos chamar-lhe conferência inter-regional e depois voltamos aqui e marcamos para daqui a um mês essa reunião (...). Vamos para a conferência, tirámos as conclusões todas nas duas hipóteses, voltámos a Lusaka para tal reunião, e eles não apareceram uma vez mais (...). O Chipenda, por exemplo, dizem – eu ainda hoje não sei. Tentei averiguar por todos os meios e não consigo provar –, o Chipenda estaria com o Holden no Sal. Sabe que no

Sal, nesse momento preciso, havia uma conferência entre o Mobutu e o Spínola contra nós. O Mobutu e o Spínola no Sal, fixe bem esta questão! O Holden esteve lá e dizem-me que o Chipenda também estava lá e por isso não apareceu nessa reunião. Não sei se foi por isso, mas eles não apareceram. Então nós dissemos: se eles não aparecem, acabou o tal acordo que a gente fez em Brazzaville, não existe, acabou, apagou-se daí em diante, e passámos a trabalhar.” (Entrevista de Lúcio Lara a JAIME e BARBER, 1999, p. 44).

Os documentos pesquisados e as entrevistas realizadas e consultadas não ajudam muito na solução desse impasse sobre que grupo ou dirigente faltou ao encontro. De toda forma, o fundamental é que o novo acordo foi quebrado e a partir daquele momento a divisão entre as tendências tornou-se definitiva. Não haveria mais conciliação possível.

Pelo lado da Revolta do Leste, a aliança entre Daniel Chipenda e a FNLA se consolida, situação que deve ser analisada tendo em conta sobretudo dois fatores: a procura da Revolta do Leste por parceiros que evitassem o seu isolamento e o fato de esse acordo representar uma aliança do ponto de vista étnico. Quanto ao primeiro ponto, era sabido que o isolamento poderia significar o fim da tendência liderada por Chipenda; ao mesmo tempo, era do conhecimento de Daniel Chipenda que Mobutu vinha articulando a obtenção de apoios internacionais que fortalecessem a FNLA, como seria o caso da China. Portanto, a aposta era num aliado de grande peso.

Em relação ao segundo item, podemos começar pela seguinte questão: por que o grupo de Chipenda não se coliga à Unita, com quem vinha mantendo contatos desde fins de 1973? Provavelmente porque não tinha certeza quanto à capacidade do movimento de Jonas Savimbi em se manter diante dos demais, mas, acima de tudo, porque sabia que seu "capital" étnico perderia valor nesse movimento. Daniel Chipenda, ao aliar-se à FNLA, trouxe consigo os guerrilheiros do leste e do centro-sul, o que, para a FNLA, poderia significar, ainda que com inúmeras dificuldades, ultrapassar a imagem de movimento identificado única e exclusivamente com os povos do norte de Angola. Era uma expansão de seu potencial, perdido desde a saída de Jonas Savimbi em 1964. Para Daniel Chipenda, significava ingressar num forte concorrente a vencer a luta pela independência face aos demais movimentos, ao mesmo tempo mantendo uma condição privilegiada em função de seu capital étnico-regional.

O fim das negociações com as demais correntes do MPLA se traduziria no início do fim da Revolta Ativa. Com inúmeras dificuldades logísticas, seus quadros começam a se dispersar, ainda que um grupo coeso de militantes mantivessem a chama acesa.

A Revolta Ativa, com vimos, não possuía força militar, dado fundamental num cenário como aquele. Seu capital resumia-se basicamente ao prestígio de seus quadros, mas isso não contava tanto quanto o número de adeptos e a

possibilidade de formar um exército capaz de enfrentar os inimigos. Aos poucos, seu principal aliado, o Congo-Brazzaville divide-se em relação ao MPLA. O presidente Marien Ngouabi começa a mostrar sinais de aproximação a Agostinho Neto e lentamente os laços vão sendo restabelecidos entre esse governo e a direção do MPLA. O pequeno núcleo restante ainda tentaria, sem sucesso, estabelecer uma base de apoio em Angola, mas sua fragilidade facilitaria uma repressão violenta e implacável por parte da direção do movimento.

Por outro lado, o rompimento definitivo com as demais correntes significou para a direção a tomada da dianteira do movimento, firmando-se como a representante da sigla MPLA. O primeiro passo nessa consolidação foi dado com a Conferência Inter-Regional de Militantes, realizada no distrito do Moxico, na localidade de Lundoje, entre os dias 12 e 20 de setembro de 1974. De acordo com John Marcum, o encontro contara com a participação de aproximadamente 250 militantes (MARCUM, 1978, p. 252).

Essa conferência marcaria também uma virada na forma de organização interna do movimento, que passa a contar com um *bureau* político, reunindo dez nomes,²¹ e um comitê central, somando 25 nomes (incluídos os dez do *bureau*). Após aproximadamente 13 anos, estava encerrada a fase do Comitê Diretor,

²¹ No Bureau Político estavam Agostinho Neto, Carlos Rocha "Dilolwa", Iko Carreira, Jacob Caetano "Monstro Imortal", Joaquim Kapango, José Eduardo dos Santos, Lopo do Nascimento, Lúcio Lara, Pedro Maria Tonha "Pedalé" e Rodrigues João Lopes "Ludy Kissassunda" (MARCUM, 1978, p. 252).

Agostinho Neto permaneceria presidente e Lúcio Lara passa a ser secretário do Bureau Político.

Da mesma forma que na crise de 1963, em que a seguir ao seu desfecho seria realizada a Conferência de Quadros, com novos militantes subindo nas estruturas do movimento, enquanto outros consolidavam a sua posição, também a Conferência Inter-Regional alçou novos nomes à direção do movimento e fortaleceu outros. Uma vez mais, a ocorrência de ruptura, dessa feita com duas dissidências, significou a abertura de espaço na estrutura política interna do movimento.

A conferência significou também a confrontação, pela primeira vez, de duas correntes distintas: a guerrilha e a clandestinidade. Alguns quadros que tinham sido presos ao longo da luta pela independência travada no interior de Angola, em especial nas principais cidades, conseguiram a sua liberdade após o 25 de Abril e, juntamente com outros indivíduos que se mantiveram fora das grades, com um perfil mais limitado de atuação, comparecem à conferência. Ambos, e em especial os mais jovens, que se aproximaram da luta clandestina no início dos anos 70, refletem em seu discurso a convulsão de idéias que proliferava nas cidades angolanas após a eclosão da Revolução dos Cravos. Esse perfil assustou de imediato a conturbada direção, recém-saída da maior crise já enfrentada no MPLA, exatamente pelo aprofundamento de posturas e opiniões divergentes.

O encontro selaria, portanto, um embate entre perspectivas e trajetórias bem diferenciadas. Evidentemente, esse esquema mais geral opondo os “do interior” e os “da guerrilha” simplifica diversas situações mais complexas. Do lado dos militantes que vieram do interior, que, apesar das dificuldades, mantiveram a perspectiva da luta clandestina, seria possível distinguir os que foram presos e os que ficaram em liberdade. Já pelo lado da guerrilha, as diferentes regiões político-militares continuavam funcionando como um divisor dos mais rigorosos. Completamos esse quadro com os diferentes vínculos de solidariedade e as questões de ordem racial, étnica e regional. Tudo isso configurava o cenário dos problemas a serem resolvidos pela direção do MPLA, por concessão ou ruptura, num futuro próximo. Todavia, apesar dessas arestas, os diferentes grupos que participaram da conferência se uniram em torno de Agostinho Neto.

Tão importante quanto as resoluções aprovadas na conferência seria o contato feito, durante sua realização, com tropas portuguesas que estavam na região. No encontro entre os dirigentes do MPLA e os representantes das Forças Armadas portuguesas, seria negociada a assinatura do acordo de cessar-fogo. De acordo com Lúcio Lara, o processo era inevitável e correu rapidamente:

“Aconteceu uma coisa curiosa durante a conferência. (...) Tínhamos um guarda nas comunicações [que] apanha o inimigo [a frequência], não sei por que, o inimigo tuga. (...) Então [os militares portugueses afirmam:] ‘nós temos uma mensagem

urgente para o Neto'. Quando isso acontece, já havia o acordo de paz entre o tuga e a Unita, entre o tuga e a FNLA. (...) O Neto vai com eles ao tal sítio para saber qual é o recado. E eles propõem que se faça uma reunião entre o MPLA e o Exército português para promover um cessar-fogo. O Neto põe as condições, mais ou menos, e estipulam-se prazos, ficou mais ou menos por umas três, quatro semanas. (...) E aí, no fundo, acaba a guerra [e] depois começa a fase da independência." (Entrevista com Lúcio Lara, em Luanda, em 7 e 14 de fevereiro de 1995).

É preciso alertar para o fato de que, antes do estabelecimento dos acordos de cessar-fogo, a guerra entre os movimentos de libertação angolanos e a tropa portuguesa – após alguns dias de suspensão das hostilidades, surpreendidas ambas as tropas com o 25 de Abril – conheceu um período de recrudescimento. Dois fatores devem ser destacados para se entender esse retorno aos combates. Em primeiro lugar, os movimentos de libertação, apesar das inúmeras dificuldades em que se encontravam, buscaram marcar posição no campo militar para, dessa forma, garantir presença na mesa de negociações que se vislumbrava, principalmente a Unita. Em segundo lugar, no pós-25 de Abril, houve um curto espaço de tempo, de cerca de dois a três meses, em que as autoridades portuguesas demonstraram certa hesitação a respeito da independência de Angola. O general Spínola tentaria articular uma saída federativa até julho de 1974, quando, então, cede às pressões do MFA e afirma o direito de Angola à independência. Nesse intervalo, como forma de pressão, a FNLA realiza operações no norte de Angola, o MPLA em Cabinda e a Unita no leste, ainda que, nesse último caso, as ações fossem de curto alcance, já que Jonas Savimbi

entra em negociação com as autoridades portuguesas antes mesmo de estas reconhecerem de forma definitiva o direito de Angola à independência.

A Unita assina o cessar-fogo com os militares portugueses em 14 de junho de 1974, o que fez com que tanto a FNLA quanto o MPLA acusassem o movimento de Jonas Savimbi de inviabilizar a possibilidade de uma tomada de posição conjunta dos três movimentos. Savimbi afirmara que não foi assinado um cessar-fogo, mas sim uma suspensão das hostilidades. Os detalhes jurídicos não seriam tão importantes quanto o fato de a Unita assegurar, através desse ato, a sua existência e, acima de tudo, uma cadeira na mesa de discussão sobre como se processaria a independência.

Em seguida, seria a vez da FNLA, que assinaria o cessar-fogo com os militares portugueses em 12 de outubro de 1974. Militarmente fortalecida com o apoio chinês e contando ainda com a adesão da Revolta do Leste, a FNLA conseguiria mobilizar, até o final daquele ano de 1974, cerca de 15 mil soldados. A má notícia para esse movimento ficaria por conta da queda de António de Spínola em Portugal, o que representou uma guinada do novo governo português à esquerda, conseqüentemente, mais favorável ao MPLA.

Faltava, então, o MPLA. A assinatura do cessar-fogo entre essa organização e os militares portugueses, ocorrida na localidade de Lunhameje, no leste de

Angola, em 21 de outubro de 1974, oficializaria o fim da guerra contra o colonialismo português. Paralelamente, significou o reconhecimento do governo português à direção comandada por Agostinho Neto como a representante oficial do MPLA. Dessa forma, indiretamente, o ato consolidava o desfecho das dissidências da Revolta Ativa e da Revolta do Leste no seio do MPLA.

Chegamos, enfim, ao término do nosso percurso, pois, com a assinatura do cessar-fogo pelo MPLA, o último dos movimentos de libertação a negociar com os militares portugueses, encerra-se formalmente a guerra pela independência de Angola.

VIII

O Fim da Guerra não é o Fim da Guerra

Apesar de alcançarmos o limite cronológico que estabelecemos, alguns esclarecimentos ainda se fazem necessários. Seria interessante, ainda que de forma panorâmica, observarmos alguns dos principais pontos relacionados ao MPLA, no curto mas complexo período que vai do cessar-fogo até a independência.

Evidentemente, a nova situação faria com que os acontecimentos ganhassem outra aceleração. Os demais movimentos de libertação já se apresentavam em diversas localidades de Angola. Era necessário ao MPLA recuperar o tempo perdido. O passo seguinte, portanto, foi a transferência de seus quadros para o interior do país. É com essa urgência que a primeira delegação do MPLA entra em Luanda, em 8 de novembro de 1974, comandada por Lúcio Lara, sendo recebida por cerca de 50 mil pessoas (MARCUM, 1978, p. 252). Nas palavras do próprio Lúcio Lara:

“[Os dirigentes do MPLA tinham decidido que era preciso] ir urgentemente a Luanda porque a malta estava ansiosa e corríamos risco. (...) A UPA [FNLA] já entrara e muito bem fardada, com caminhões, cheia de dinheiro (...). A Unita já dominava a estação de trem de Benguela e os tucas estavam a lhe dar todo o apoio e nós, se não fôssemos a tempo, corríamos o risco de encontrarmos pouco espaço. Então a gente assina o acordo e toma a decisão de vir imediatamente para aqui logo que

encontrasse o apoio. E realmente encontramos imediatamente no Kaunda, [que] pôs o avião à disposição e viemos, quase imediatamente, oito dias depois. (...) Ainda passamos por Brazzaville, [onde] apanhamos os da 2ª Região, (...) e fomos um sucesso. A Revolta Ativa tinha tentado entrar aqui e ninguém lhes ligou (...). Chipenda nem pensou em entrar aqui naquela altura, [pois] já estava aliado com a FNLA. Então a nossa chegada aqui foi uma loucura (...) em 8 de novembro. (...) Não podíamos mais voltar (...). Eu devia ter voltado, porque deixamos as coisas em Lusaka, lá no tal campo que tinha naquele momento, o VC [Vitória é Certa, onde havia] algumas coisas para arrumar, caixotes de documentos e tudo. Nunca mais voltei (...). [Havia] um trabalho imenso para fazer, porque não podíamos deixar mais isso. E não deixamos nunca mais.” (Entrevista com Lúcio Lara, em Luanda, em 7 e 14 de fevereiro de 1995).

A instalação dos movimentos de libertação em Angola marcou também a intensificação das articulações internacionais. A União Soviética, os Estados Unidos, a China, a África do Sul e Cuba, entre outros países, passariam a se envolver cada vez mais diretamente no problema angolano. Evidentemente, a análise dessa questão escapa aos objetivos deste trabalho, mas registremos que as alianças estabelecidas acabaram por aprofundar a internacionalização do conflito, e mesmo a independência, proclamada em 1975 pelo MPLA, não foi capaz de fazer cessar esse processo. Angola se transforma em importante peça da Guerra Fria e também do confronto regional com a África do Sul.

Se os apoios internacionais foram importantes, o mesmo deve ser dito em relação aos apoios obtidos na própria Angola. Ainda que Lúcio Lara tenha negado o fato de os militares portugueses instalados na ainda colônia terem

ajudado com armas o MPLA (Entrevista com Lúcio Lara, em Luanda, em 7 e 14 de fevereiro de 1995), vários são os relatos no sentido contrário. É claro que esse apoio não seria oficial; era feito através de contatos pessoais, quando muito a pequenos grupos de militares, que executavam a transferência de armamento para o MPLA. Também a Unita seria beneficiada, nas áreas do Planalto Central. Pepetela relembra esses fatos na entrevista que nos concedeu:

“Houve membros do movimento das Forças Armadas que auxiliaram, individualmente. Por exemplo, o Rosa Coutinho, que era aqui o Alto Comissário no momento da transição, apoiou o MPLA, claro. (...) Ainda há pouco tempo eu ouvi uma entrevista dele a dizer ‘eram os únicos [os dirigentes do MPLA] com quem podia haver algum contato, algum diálogo; não era a FNLA, a FNLA queria entregar Angola’ (...). Houve, por exemplo, militares que nos davam armas. Nós não tínhamos armas e havia os militares portugueses que iam aos quartéis e nos passavam as armas, isso certamente houve. De um modo geral, os oficiais, portanto, oficiais ligados aos comandos das Forças Armadas, apoiavam o MPLA” (Entrevista com Pepetela, em Luanda, em 6 e 9 de fevereiro de 1995).

O hoje jornalista do periódico português *Expresso* Rui Ramos, em debate na Rádio Difusão Portuguesa (RDP), no dia 11 de abril de 1999, lembrando seus tempos de militância nos pequenos, movimentos políticos de apoio ao MPLA, também confirma que alguns militares portugueses entregaram armas ao movimento. O próprio Rui Ramos, juntamente com outros quadros, teria auxiliado no repasse de armamento para o movimento.

Ainda quanto aos apoios obtidos pelos movimentos de libertação, um fato pouco mencionado diz respeito à incorporação das tropas africanas que lutaram ao lado de Portugal. Pezarat Correia, militar português com importante presença nesse contexto e que posteriormente se dedicou à tarefa de produzir análises sobre esse período da vida política angolana e portuguesa, afirma que essas tropas africanas foram incorporadas pelos movimentos, num momento em que já se ensaiava uma guerra civil (CORREIA, 1996, p. 34). Ou seja, o fato de se passar de uma guerra de libertação para uma guerra de tipo civil eliminou o problema do sentimento de desforra em relação aos que lutaram ao lado das forças coloniais.

Ainda segundo Pezarat Correia, é possível admitir que, de uma maneira geral, os Flechas ficaram com a Unita, os katangueses ou "fiéis" com o MPLA e os TEs com a FNLA. Quanto às tropas regulares africanas do Exército colonial, estas teriam se dispersado pelos três movimentos de libertação conforme o local em que estavam, a possibilidade de locomoção e a simpatia política ou laço de amizade, dando espaço, uma vez mais, portanto, para os tais vínculos de solidariedade.

Corroborando essas afirmações, temos o relato de Ruy de Castro Lopo, segundo o qual o MPLA não possuía mais de mil homens organizados e armados em finais de 1974. O grande reforço desse movimento foram os angolanos que

lutaram no Exército português e que apoiaram o MPLA por este mostrar-se o menos “tribalizado” e o mais aberto a recebê-los. Já a tropa katanguesa, ainda segundo Castro Lopo, teria sido fundamental para o movimento conter a FNLA no leste (Entrevista com Ruy de Castro Lopo, em Luanda, em 19 de outubro de 1997).

A esse respeito, encontramos nos arquivos da PIDE/DGS – que após o 25 de Abril, praticamente se extinguem, mas, tendo ficado sob a alçada dos militares portugueses em Angola, ainda é possível encontrar alguma documentação dispersa ao longo do ano de 1974 – uma série de panfletos coletados a partir de julho de 1974 sobre a tentativa do MPLA de obter o apoio dos soldados angolanos ainda vinculados à tropa portuguesa. O convite era para que eles apoiassem o MPLA com suas armas e o máximo de munições (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Subdelegação de Malange, NT 9087, fls. 9-13).

Os panfletos tinham sido preparados pelos Comitês Amílcar Cabral (CAC), que, como outras organizações surgidas após o 25 de Abril, tais como as Comissões Populares de Bairro e os Comitês Henda, eram independentes das estruturas oficiais do MPLA, mas que, ainda assim, davam seu apoio ao movimento. O trabalho desses grupos alargava o raio de ação da organização sobre as cidades angolanas. Eles tiveram um importante papel na divulgação da

sigla MPLA, principalmente no período anterior à entrada da delegação do movimento em Luanda, em novembro de 1974.

Esse fato nos faz questionar como ficou a configuração interna do poder após o ingresso desses novos segmentos no MPLA. A constatação óbvia é que o desfecho encontrado em relação à Revolta do Leste e à Revolta Ativa resultara no fortalecimento político de Agostinho Neto. Pepetela, em sua entrevista, apesar de apresentar os condicionamentos da luta como co-responsáveis por esse reforço, confirma essa tese e vai mais além, ao reconhecer que a chegada de Agostinho Neto a Luanda consolida de forma definitiva o poder do presidente do MPLA:

“É, ele tinha muito poder, tinha demasiado poder. A direção estava realmente muito reduzida a ele. (...) É possível que até não fosse absolutamente voluntário por parte dele. (...) Muitas vezes se explicava até por razões de funcionamento, de nós termos frentes separadas [e de] que a única ligação que se fazia era pelo exterior (...), isto é, [através do] Neto. (...) Porque era muito mais fácil ser só uma pessoa, ela andava de um lado para o outro, era muito mais barato, [pois] não havia dinheiro para avião, para isto, para aquilo. Era o Neto. Mas também (...) é difícil separar uma coisa da outra, as circunstâncias e o interesse dele. E aí uma pergunta aos outros membros da direção: deixavam-se dominar? (...). Culpa de omissão? (...) Quando o MPLA chegou a Luanda, (...) o Neto acabou por sobressair. Era absolutamente insubstituível. Quando nós chegamos, isso ficou claro, ficou claríssimo. Quando ele chegou, a 4 de fevereiro de 75, pra mim era o óbvio.” (Entrevista com Pepetela, em Luanda, em 6 e 9 de fevereiro de 1995).

Num primeiro momento, nem mesmo a diferença, que só faz crescer, entre os “do interior” e os “do exterior”, ou seja, entre aqueles que fizeram a luta clandestina e os que se mantiveram na guerrilha, causaria abalos substanciais ao comando de Agostinho Neto. Todos reconheciam no presidente o líder incontestável da luta pela independência, o mito.

Todavia, a mudança de contexto alterara de fato os capitais políticos que passaram a contar na luta pelo poder dentro do movimento: Ter participado da guerrilha, ou pelo menos ser reconhecido como tendo tido esse papel, já que alguns quadros pouco ousaram nas frentes de batalha, passa a ser um fator de fundamental importância na disputa por cargos e responsabilidades, assim como o fato de se ter estado preso ao longo da luta anticolonial também constituía num capital político dos mais importantes.

A *grosso modo*, apesar das nuances que aquela realidade implicava, é possível perceber que os militantes que vêm da “mata” passam a ostentar a imagem de libertadores, enquanto os do interior, em muitos casos chamados de “pequena burguesia”, se sentem de certa forma intimidados com essa perspectiva. Esses últimos – na sua maioria quadros urbanos que militaram na clandestinidade angolana, principalmente luandense, e que, mesmo tendo feito uma luta de baixa intensidade, sufocados pela Pide, foram de grande importância no

estabelecimento do MPLA em Angola – eram suplantados pela “legitimidade” dos guerrilheiros.

Alguns desses quadros urbanos, como resposta à arrogância de certos militantes do MPLA vindos da “mata” ou por atração ideológica, aproximaram-se do pequeno grupo de militantes da Revolta Ativa que se instalou em Luanda a partir de dezembro de 1974. Ou seja, após a chegada da primeira delegação da direção, mas ainda antes da entrada de Agostinho Neto, que aconteceria em 4 de fevereiro de 1975, no aniversário do início da luta armada em Angola, sempre reivindicado como tal pelo MPLA.

Os revoltosos ativos ainda tentariam um acordo com Agostinho Neto para sua reintegração ao movimento, desde que fosse mantida a possibilidade de ingresso do grupo como corrente de opinião. A direção recusou a proposta e impôs aos militantes da Revolta Ativa a condição de que só seriam aceitos de volta ao MPLA se regressassem individualmente e após a realização de uma autocrítica pública. A contraproposta foi recusada e os revoltosos ativos foram presos logo após a independência. Encerrava-se com violência mais um caso de dissidência no movimento. A libertação desses indivíduos só começaria dois anos depois da sua detenção (Entrevista com Joaquim Pinto de Andrade, em Luanda, em 27 de agosto de 1997).

Todos esses fatores internos ou de alguma forma ainda ligados ao MPLA, como seria o caso da Revolta Ativa, devem ser somados ao complexo quadro de variáveis que se forma em Angola com a chegada dos movimentos de libertação. A ex-colônia, que ainda não estava independente, entra num estado de *ebulição*. As lutas de reivindicação trabalhista se multiplicam; os colonos, acompanhados por policias e alguns militares portugueses, cometem atrocidades contra a população angolana nos centros urbanos. A desordem impera. O poder e a presença do Estado português se desfaz, sem que em seu lugar surja algo novo e atuante. A fase de transição duraria boa parte do ano de 1975 até que, em 11 de novembro, o MPLA proclamasse a independência de Angola, já num cenário de guerra efetiva contra os demais movimentos, a FNLA e a Unita. Nesse momento, abre-se um novo capítulo na história de Angola, que é a intervenção de tropas estrangeiras em território angolano. A proclamação da independência estaria longe de significar a paz.

*

* *

Indubitavelmente, é difícil tecer considerações finais sobre o tema deste trabalho. Muitos dos problemas aqui analisados ainda hoje se apresentam na vida política e social angolana, com forte implicação sobre as questões de ordem econômica e cultural, ainda que temperados pelo tempo e por novos

acontecimentos ocorridos no mundo e no país. Problemas que continuam a resultar em dramas terríveis para os angolanos. Diante disso, como afirmar que este trabalho chegou ao fim?

Da mesma forma que outros textos surgidos ao longo dos últimos anos — ainda escassos, é verdade, mas, certamente por isso, tão importantes —, esta pesquisa poderá suscitar críticas e comentários daqueles que foram os atores da história aqui *recontada* e que se sentirão traídos em suas trajetórias e desejos ou satisfeitos com a forma de entrelaçamento e questionamento dos fatos. Se isso ocorrer, o trabalho terá alcançado um significado inestimável: contribuir para o surgimento de novos relatos e quem sabe novos panfletos, cartas, poemas, letras de música e outros documentos. Mesmo que venham a *desdizer* o que aqui foi afirmado, o fundamental é que permitam uma melhor e mais completa aproximação com esse passado.

O estudo da história contemporânea de Angola é tarefa árdua. O cotidiano do país continua marcado pela polarização entre o governo e a guerrilha, ou melhor, entre o MPLA e a Unita, que não são mais exatamente as mesmas organizações que acompanhamos nas páginas que ficaram para trás, ainda que muitos dos antigos dirigentes continuem presentes na vida política, a ditar os rumos atuais e futuros. Como consequência da permanência desse clima de embate, os ânimos nem sempre se satisfazem com *releituras* sobre o que passou

e que fundamenta, mais do que explica, o que está acontecendo hoje no país. Esse cenário tende a sofrer alterações com a morte, em 22 de fevereiro de 2002, do líder da Unita, Jonas Savimbi, após violento confronto com as forças militares governamentais no leste do país. Nas semanas posteriores ao seu falecimento, um novo cessar-fogo foi acordado entre o governo e a guerrilha e a possibilidade de a paz ser estabelecida voltou à tona.

Por conta das possíveis implicações, foi nossa preocupação sempre presente tentar, da melhor e mais ampla forma, contextualizar os problemas e as crises. O levantamento dos fatos e seu encadeamento, ultrapassando os limites das figuras mais conhecidas e destacadas no percurso anticolonial do MPLA – e, como não poderia deixar de ser, também dos outros movimentos de libertação –, continuam a ser uma das principais tarefas do historiador que se dedica ao tema. Face a uma historiografia que ensaia seus primeiros passos, essa é uma das mais importantes lacunas a serem preenchidas.

Tendo em conta essas variantes, o trabalho buscou – em alguns momentos com maior ou menor felicidade na exposição, em função quer do material disponível quer da capacidade de análise – compreender diferentes problemas enfrentados pelo MPLA ao longo do período da luta anticolonial. Conforme antecipamos na apresentação, constituiu-se muito mais num estudo sobre o interior do MPLA do que propriamente sobre a sua inserção no quadro do

nacionalismo angolano, até porque os demais movimentos não foram privilegiados de igual forma no correr da pesquisa, dificultando, assim, uma perspectiva comparada.

O objetivo traçado, de melhor conhecer as razões do surgimento e da trajetória de conflitos no seio do MPLA, obrigou-me a aprofundar a dinâmica de cotejamento das fontes, o que só fez enriquecer o trabalho, com destaque indiscutível para as entrevistas e os arquivos da PIDE/DGS. Aliás, estes últimos, por sinal, como tivemos a oportunidade de conferir, funcionaram muitas vezes como fiéis depositários da documentação dos próprios movimentos de libertação. Procurei, dessa forma, fugir, sem deixar de as considerar, às explicações ideológicas e polêmicas, que não se distanciam da luta política cotidiana atual, pelo contrário, alimentam-na.

A *polifonia* das fontes permitiu investigar a fundo as diferentes e divergentes perspectivas a respeito das fissuras ocorridas no MPLA e o encaminhamento dado por ambos os pólos: revoltosos e direção. No caso da dissidência de Viriato da Cruz, as rivalidades de caráter pessoal não foram esquecidas, mas ganharam uma nova abordagem, ao lado das conflitantes perspectivas de ordem cultural, da trajetória política e da estratégia de aliança no cenário internacional.

A Revolta do Leste foi sendo vislumbrada em paralelo ao agravamento da situação logística e militar do MPLA na 3ª Região (leste). As reivindicações dos revoltosos bem como suas atitudes aparecem tendo um desenvolvimento e um movimento ao longo do percurso de luta do MPLA naquela zona remota da fronteira, nas *terras do fim do mundo*. Com isso, o confronto perde em surpresa, como durante muito tempo se afirmou, mas ganha em consistência. O contexto de carência generalizada e de disputa pelo poder da organização, temperado pelo regionalismo e pela etnicidade, marcaria sobremaneira esse embate.

Com outras aspirações, a Revolta Ativa pretendia colocar em discussão a forma como se organizava o movimento, como se estabeleciam as decisões sobre os temas de política interna e externa e, em especial, a postura inquestionável do presidente Agostinho Neto. Essa tomada de posição não conheceu grandes níveis de mobilização, mas trouxe para o grupo dissidente nomes com longa trajetória na luta anticolonial. O contra-ataque eficiente da direção retomou as acusações aos intelectuais que já haviam discordado de suas decisões em 1963. A gota d'água foi o 25 de Abril, que trouxe à tona o capital militar e a necessidade de efetivos para garantir aliados. Os revoltosos ativos não tinham nem um nem outro.

A dissidência do leste assumiu mais marcadamente um perfil étnico-regional e, não coincidentemente, pautou-se por uma luta pela substituição de

comando. Não havia nenhum indício consistente de proposta para alterar a forma de gestão do MPLA, e isso provavelmente porque os fatores étnico e regional, assim como o racial e os vínculos de solidariedade, foram elementos que compuseram o cálculo que durante muitos anos esteve na base da gestão do MPLA. A mudança dessa aritmética seria tentada pelas dissidências de Viriato e da Revolta Ativa e por isso elas recebem mais taxativamente o selo da traição por parte da direção. Os articuladores dessas tendências questionavam os alicerces que sustentavam a direção, embora eles próprios tivessem participado desse grupo.

Vale lembrar que, em boa parte dessas crises porque passara o movimento, é possível observar a presença dos fatores internacional e étnico. Esses fatores, apesar de terem sido questionados ao longo do trabalho enquanto perspectivas exclusivistas para analisar tais contextos, assumiram grande importância, por vezes fundamental, na explicação da trajetória do MPLA e até mesmo angolana. Evidentemente, o momento e a situação forneceram pesos diferenciados a esses fatores, o que não é de causar espanto, dados os condicionamentos e as origens também diferenciadas.

O estudo das relações envolvendo os elementos de ordem internacional demonstrou o quanto de negociação pôde ser estabelecido entre as partes, implicando ameaças de rompimento e de troca de aliados, apesar das carências

apresentadas pelos movimentos de libertação. Ao mesmo tempo, em determinadas ocasiões, tivemos a oportunidade de analisar os diferentes graus de ingerência externa sobre as disputas intestinas dos movimentos, em nosso caso, com particular atenção ao MPLA.

Passando por outra esfera de articulação, mas com interferência por vezes nos mesmos problemas, os elementos de ordem étnica e também regional invocavam *forças* com um enraizamento capaz de avivar ódios e recordações inimagináveis. No caso do MPLA, esse fenômeno pôde ser observado quando da instalação das bases guerrilheiras. Sempre que o movimento penetrou no terreno angolano, à procura do estabelecimento de novas frentes de luta, quer seja no norte, em Cabinda, ou no leste, a influência dessas forças tradicionais se fizeram presentes, em algumas ocasiões com desdobramentos de maior vulto, ainda que formatados e dirigidos por lideranças comprometidas com a estrutura central do movimento, é bem verdade, como foram os casos da Revolta do Leste e dos problemas ocorridos na 1ª e na 2ª Região. Como vimos, era simplesmente impossível as alianças e as disputas registradas não contabilizarem os fatores étnico e regional quer no interior do movimento, quer na sua relação com a população.

Portanto, a crítica à opção por uma explicação pautada no fator internacional ou étnico deveu-se única e exclusivamente a uma perspectiva

exclusivista. É preciso ampliar o leque de fatores intervenientes e abrigar outros elementos com participação efetiva no percurso ora exposto. Daí o empenho em identificar e ressaltar os chamados *vínculos de solidariedade*, que passam por canais diferentes de composição, mas que intervêm de forma considerável nas relações de poder, com conseqüências substanciais, e que mesmo quando se apresentam numa escala diminuta são capazes de potencializar outros fatores.

Da mesma forma, mostrou-se importante o realce dado ao modo como o movimento tratou a questão dos intelectuais, mais um exemplo de como os fatores explicativos ultrapassam a lógica bipolarizada dos elementos externos *versus* as etnias. Em diferentes contextos, as acusações recorrentes aos quadros tachados como intelectuais se valeram do ingresso de novos grupos de militantes no movimento. Capitalizou-se em cima da fácil associação de que os intelectuais desconheciam o povo e seus desejos, pois não sofreram como ele e muito menos com ele. Pítila dourada que encobria a difícil distinção entre quem era e quem não era intelectual na direção do movimento.

O estudo das dissidências, por outro lado, auxilia na demonstração de que o MPLA foi muito mais africano até a independência de Angola do que nas etapas posteriores. A difícil luta contra o colonizador criava a necessidade de se buscar a solidariedade e os apoios possíveis dos países africanos independentes. No período pós-colonial, a estratégia de voltar-se cada vez mais para os parceiros

políticos e econômicos preferenciais, na maioria dos casos fora do continente, inviabilizou muitos desses laços africanos.

O texto buscou também, de forma recorrente, alertar para a falta de um espaço institucional capaz de comportar o embate político no plano interno do movimento. Tal fenômeno propiciaria o surgimento de dissidências e reforçaria o papel das conversas privadas e das acusações veladas. Sofreriam esse tipo de limitação mesmo as propostas alternativas de como se levar à frente a luta na sua perspectiva militar contra o regime colonial português. Posturas diferenciadas que, na verdade, nem sempre se transformaram em rupturas.

Procurei ainda tratar dos problemas da guerra e da sua retaguarda, como seriam os casos, entre outros, da corrupção, das falhas na logística, da africanização das forças coloniais, dos preconceitos, da violência contra a mulher e da fome. Tentei não deixar de lado, também, as tentativas implementadas para reverter o quadro de crise, como foi o caso do Movimento de Reajustamento, ou ainda os projetos para se criarem espaços de normalidade e melhoria para as populações atingidas, como seriam as escolas e os postos de atendimento médico.

Entretanto, apesar desse aprofundamento e também por causa dele, é preciso enfatizar que o MPLA foi a organização que mais se empenhou na conquista da independência em Angola. O acompanhamento de suas crises e de

seus diferentes problemas pode, em determinados momentos, ofuscar essa perspectiva mais panorâmica a respeito do papel ativo e aguerrido que a organização exerceu. Não devemos esquecer que os demais movimentos demonstraram mais perseverança em combater o próprio MPLA do que em atacar as forças coloniais. Foi esse cenário que fez com que a guerra civil começasse juntamente com a guerra pela libertação, opondo militarmente os diferentes movimentos e permanecendo em paralelo ao conflito com a tropa portuguesa. Infelizmente, seus desdobramentos continuam a afetar violentamente a Angola dos dias de hoje.

Deve-se reconhecer que foi o que o MPLA fez, a sua forma de fazê-lo e o que os outros movimentos de libertação deixaram de fazer que consistiram nos fatores fundamentais a darem legitimidade para que, mesmo em crise profunda, o movimento fosse tomado como um dos principais protagonistas no pós-25 de Abril e conseguisse, em pouco mais de um ano após o cessar-fogo, proclamar a independência de Angola.

A disputa entre os movimentos angolanos e no interior deles nos levaram a melhor compreender porque os angolanos *não estavam juntos*, pelo menos os que se manifestaram através dos movimentos de libertação. No entanto, apesar disso, é preciso destacar que daquele início frágil, recrutando cerca de uma dezena de jovens estudantes no exterior e meia centena de militantes urbanos, que já em

finais dos anos 50 conheceriam de perto a prisão portuguesa, conseguiu-se chegar à estruturação de um movimento que comandaria a independência de Angola. Como isso foi possível? A resposta a essa interrogação foi o que tentamos oferecer, criticar e interpretar.

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas e Impressas

Arquivo Histórico Nacional – Luanda

Periódicos:

- Boletim Geral do Ultramar (Lisboa)
- Boletim Cultural da Câmara Municipal de Lunda
- Revista de Angola (Luanda)
- Revista Ultramar (Lisboa)

Núcleo: Governo Geral (Luanda) – Relatórios anuais por distrito

- Benguela 1968. Códice n.º 12.031, cota 39-3-30
- Malanje 1968. Códice n.º 12.218, cota 40-1-12

Núcleo: Governo Geral (Luanda) – Relatórios anuais SCCIA por distrito

- Cuanza Norte. Códice n.º 12.220, cota 40-1-14
- Huíla 1968. Códice n.º 12.215, cota 40-1-9

Arquivo Pessoal do Prof. Daniel dos Santos – Ottawa

- Anotações do curso organizado por instrutores chineses na Tanzânia
- Cartas pessoais
- Recortes de jornal sobre a Revolta Ativa
- Registros das reuniões entre instrutores chineses e dirigentes do MPLA

Biblioteca Municipal – Luanda

Periódico:

- Jornal do Congo

Centro de Documentação 25 de abril – Universidade de Coimbra

- *A propósito de concepções erradas no seio do movimento de libertação nacional* (Declaração da Representação do MPLA na Argélia, junho de 1974). Cota: 325.83/86 MOV).
- *As Conversações de Kinshasa*. Documento em apoio a direção do MPLA. Caixa: H.C.S.A. Angola II (1974-1977). Pasta Angola 1974
- *Declaração da direção e dos delegados do MPLA ao Congresso de Lusaka*. 22 de agosto de 1974. Pasta MPLA 1.
- *Depoimentos de militares portugueses contra a guerra colonial*. Cota: "325.3 (1960-1974) CON"
- *Memorandum on a visit to Luanda por Gaetano pagano*. Caixa: H.C.S.A. – Angola II (1974-1977). Pasta: Angola 1975.
- *Posição dos Três Movimentos Face ao Poder Popular*. Caixa: H.C.S.A. Angola II (1974-1977). Pasta Angola 1974.
- *Relatório da Comissão de Inquérito montada para investigar as acusações de desrespeito aos presos no Campo de São Nicolau*. Agosto de 1974. Caixa: H.C.S.A. Angola II (1974-1977). Pasta Angola 1974.
- *União Nacionalista Angolana – UNA. Ideário*. Caixa: H.C.S.A. Angola II (1974-1977). Pasta Angola 1974.

Centro de Documentação do Exército – Lisboa

Periódico:

- Jornal do Exército

Centro de Estudos Afro-Asiáticos – Rio de Janeiro

Periódicos:

- Africa (Londres)
- AfricAsia (Paris)
- Agora (Luanda)

- Angolense (Luanda)
- Correio da Semana (Luanda)
- Diário de Notícias (Lisboa)
- Expresso (Lisboa)
- Folha 8 (Luanda)
- Jornal de Angola (Luanda)
- Público (Lisboa)

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

Núcleo: PIDE/DGS

– Delegação de Angola – Relatórios

- Luanda, NT 9088, Pasta 1 e 2
- Luanda, NT 9089, Pasta 1, 2 e Relatórios Extraordinários
- P. 10.07.H, NP 2226 – Região Militar de Angola
- P. 11.15.A, NT 1832 – MPLA
- P. 11.15.B, NT 1828 – MPLA
- P. 11.15.C, NT 1828 – MPLA
- P. 11.15.D, NT 1829 – MPLA
- P. 11.15.E/1 – Propaganda do MPLA dentro da Província
- P. 11.15.E/2 – MPLA na Zâmbia
- P. 11.15.E/3, NT 1829 – Comitê de Acção do MPLA em Angola
- P. 11.19.A/4, NT 1839 – Frente Comum dos Partidos Políticos de Angola
- P. 12.45.B/3, NT 1962 – Instruções sobre Prevenção contra o MPLA
- P. 16.07.A/6, NT 2119 – Infiltrações Terroristas
- P. 16.10.A – Terrorismo
- P. 17.12.C, NT 2195 – Eleições Presidenciais
- Posto de Cuito Cuanavale, NP 9084, Pasta 1
- Subdelegação de Malange, NP 7373
- Subdelegação de Malange, NP 7374, Pasta 2
- Subdelegação de Malange, NP 7375, Pasta 3
- Subdelegação de Malange, NP 9086, Pasta 2
- Subdelegação de Malange, NT 7370, Caixa
- Subdelegação de Malange, NT 9087
- Subdelegação de Malange, NT 9088, Pasta 3 e 4
- Subdelegação de Salazar, NT 9085, Pasta 1 e 2
- Subdelegação de Salazar, NT 9086, Pasta 1
- Subdelegação de Serpa Pinto, NP 9084, Pasta 2

– *Processos Pessoais*

- P. 11-SR, NP 996 (Delegação de Angola), Pasta 1 e 2 – Viriato da Cruz
- P. 47/55, NT 5111 (Serviços Centrais) – Agostinho Neto
- P. 52/52, NT 5068 (Serviços Centrais) – Agostinho Neto
- P. 89/63, NT 565 (Delegação de Angola) – Viriato da Cruz
- P. 887/60, NT. 5351, (Serviços Centrais) – Agostinho Neto e Joaquim Pinto de Andrade

– *Serviços Centrais – Relatórios*

- CI (2), DSI – 2. DIV, NP 7940, Pasta 1 a 10
- CI (2), DSI – 2. DIV., NP 7941, Pasta 1 a 6
- CI (2), DSI – 2. DIV., NP 7942, Pasta 1 a 7
- CI (2), DSI – 2. DIV., NP 7943, Pasta 1 a 5
- CI (2), G.U., NT 7966, Dossier 17 a 19
- CI (2), P. 234, NT 6977 – SCCIA
- CI (2), P. 404/73, NP 7858 – Movimento de Reajustamento do MPLA
- CI (2), P. 10167 – Forças Armadas de Libertação de Angola
- CI (2), P. 19544, NT 7840 – Conselho Supremo de Libertação de Angola
- P. 381/60-SR, NP 2984, Pasta 1 e 2
- P. 392/54-SR, NT 2741 – Organização Comunista Negra
- P. 1753/66-SR, NT 3536 – Juventude Savimbista
- P. 2868-SR-54, Pasta 1

Núcleo: SCCIA

– *Luanda*

- P. 34.87.00, Caixa 257

Fontes Orais

Centro de Documentação 25 de abril – Universidade de Coimbra

- Projeto História Oral – Entrevista com o Coronel Ernesto Melo Antunes – Realizada entre janeiro de 1995 e janeiro de 1997.

Entrevistas realizadas pelo autor

- Adolfo Maria – Lisboa, 27 e 28 de maio de 1999
- Adriano dos Santos – Luanda, 13 de setembro de 1997
- Afonso Dias da Silva – Rio de Janeiro, 8, 13 e 14 de março de 1996
- Alberto da Costa e Silva – Rio de Janeiro, 15 de junho de 2000
- Américo Gonçalves – Luanda, 31 de janeiro e 3 de março de 1995
- Benigno Vieira Lopes – Luanda, 13 de fevereiro de 1995
- Carlos Pacheco – Lisboa, 11 de março de 1995
- Daniel dos Santos – Rio de Janeiro, 11, 12, 22 e 29 de novembro de 2000
- Domingos Major – Luanda, 13 de fevereiro de 1995
- Fernando Costa Andrade – Luanda, 15 de setembro de 1997
- Fernando Pacheco – Luanda, 15 de setembro de 1997
- Germano Gomes – Luanda, 22 de outubro de 1997
- Jaka Jamba – Luanda, 20 de agosto de 1997
- Jean Michel Mabeko Tali – Luanda, 21 e 27 de fevereiro de 1995
- João Albano – Luanda, 20 de setembro de 1997
- João Vieira Lopes – Luanda, 27 de fevereiro de 1995
- Joaquim Pinto de Andrade – Luanda, 27 de agosto de 1997
- Jordão Aguiar – Luanda, 25 e 26 de agosto de 1997
- José Gonçalves – Rio de Janeiro, 2 e 3 de julho de 1996
- José Maria Nunes Pereira – Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1996
- Lúcio Lara – Luanda, 7 e 14 de fevereiro de 1995
- Maria da Conceição Neto – Luanda, 15, 22, 24 e 28 de fevereiro de 1995
- Maria do Céu Carmo Reis – Lisboa, 22 de outubro de 1999
- Mario Afonso “Cassessa” – Luanda, 10 de fevereiro de 1995
- Paulo Jorge – Luanda, 23 de outubro de 1997
- Pepetela (Arthur Pestana dos Santos) – Luanda, 6 e 9 de fevereiro de 1995
- Roberto de Almeida – Luanda, 16 de fevereiro de 1995
- Ruy de Castro Lopo – Luanda, 19 de outubro de 1997
- Ruy Duarte de Carvalho – Luanda, 28 de fevereiro de 1995

Rádio Nacional de Angola – Programa *Foi há 20 Anos...*

- Burnito de Sousa – 5 de agosto de 1995
- Carlos Alberto Monteiro “Ntalandongo” – 20 de agosto de 1995
- Daniel Chipenda – 17 de junho de 1995
- Júlio de Almeida – 15 de julho de 1995
- Kundi Payama – 23 de julho de 1995
- Manuel Rui Monteiro – 2 de julho de 1995
- Norberto de Castro – 26 de junho de 1995

Televisão Popular de Angola – Programa *Opinião*

- Agostinho Mendes de Carvalho – 16 de outubro de 1995

Referências Bibliográficas

- ABSHIRE, David. Strategic Implications. In: ABSHIRE, David, SAMUELS, Michael (ed.). *Portuguese Africa. A Handbook*. New York: Praeger, 1969. 434-447 p.
- ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- ALEGRE, Luísa d'Almeida. *Travail Salarie, Proletarianisation et Classe Ouvrière en Angola: le cas du secteur de la construction dans la région de Luanda, de 1875 à 1975*. Paris: Mémoire de D.E.A., Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1990.
- ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.
- ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill (Coords.). O Império Africano, 1825-1890. In: SERRÃO, Joel e MARQUES, A H. de Oliveira (Dir.). *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, volume X, 1998.
- ALIAZO. *Petition pour L'Angola. Présentée à La 16^e. Assemblée Générale des Nations-Unies à New York*. New York: Aliazo, 1961.
- ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e Torturados*. Rio de Janeiro: S/e, 1966.
- AMADO, Janáina e FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ANDERSON, Jon Lee. *Che Guevara. Uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- ANDRADE, Mário Pinto de. *Uma entrevista dada a Michel Laban*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1997.

- ANTUNES, José Freire. *O Império com Pés de Barro. Colonização e Descolonização: as ideologias em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1980.
- _____. *Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: O Leão e a Raposa*. Lisboa: Difusão Cultural, 1991.
- _____. *Os Americanos e Portugal (1969-1974). Nixon e Caetano: Promessas e Abandono*. Lisboa: Difusão Cultural, 1992.
- _____. *A Guerra de África (1961-1974)*. Lisboa: Círculo de Leitores, volume I, 1995.
- _____. *A Guerra de África (1961-1974)*. Lisboa: Círculo de Leitores, volume II, 1995.
- BARBOZA, Mario Gibson. *Na Diplomacia, o traço todo da Vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- BARNETT, Don, HARVEY, Roy. *The Revolution in Angola: MPLA, Life Histories and Documents*. New York: The Bobbs-Merrill Company, 1972.
- BENDER, Gerald J. *Angola. Mito y Relidad de su Colonización*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1980.
- BENIGNO (Dariel Alarcón Ramirez). *Vie et Mort de la Révolution Cubaine*. França: Fayard, 1996.
- BENOT, Yves. *Ideologias das Independências Africanas*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1981. 2 volumes.
- BIRMINGHAM, David. *História de Portugal. Uma Perspectiva Mundial*. Lisboa: Terramar, 1998.
- BITTENCOURT, Marcelo. *A Atitude da Igreja Católica face à Luta de Libertação Angolana*. Monografia de final de curso. Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.
- _____. *As Linhas que formam o "EME". Um estudo sobre a criação do Movimento Popular de Libertação de Angola*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, 1996.

_____. A Criação do MPLA. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.º 32, p. 185-208, dezembro de 1997.

_____. *Dos Jornais às Armas. Trajectórias da Contestação Angolana*. Lisboa: Vega Editora, 1999.

_____. A História Contemporânea de Angola: seus achados e suas armadilhas. In: *Construindo o Passado Angolano: as fontes e a sua interpretação. Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola (4 a 9 de agosto de 1997)*. Luanda: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000(a). p. 161-185.

_____. A resposta dos “Crioulos Luandenses” ao intensificar do processo colonial em finais do século XIX. In: *A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885 – c. 1930). Actas da III Reunião Internacional de História da África (1999)*. Lisboa: IICT / Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000(b). p. 655-671.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRUNSCHWIG, Henri. *A Partilha da África Negra*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

CANN, John P. *Contra-Insurreição em África, 1961-1974. O modo português de fazer a guerra*. S. Pedro do Estoril (Portugal): Edições Atena, 1998.

_____. Um notável feito de armas. In: TEIXEIRA, Rui de Azevedo (org.). *A Guerra Colonial: Realidade e Ficção. Livro de Actas do I Congresso Internacional*. Lisboa: editorial Notícias, 2001. p. 129-140.

CARREIRA, Iko. *O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1996.

CARVALHO, Ruy Duarte de. *Vou lá visitar pastores*. Lisboa: Edições Cotovia, 1999.

CASTAÑEDA, Jorge G. *Che Guevara: A vida em vermelho*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CASTRO, Moacir Werneck. *Dois caminhos da Revolução Africana*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, 1962.

CEDETIM. *Angola: la lutte continue*. Paris: CEDETIM (Centre d'études anti-imperialistes) / François Maspero, 1977.

- CÉSAR, Amândio. *Angola 1961*. Lisboa: Verbo, 1961.
- CLARENCE-SMITH, Gervase. *O III Império Português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema, 1985.
- CHALIAND, Gérard. Problemas do Nacionalismo Angolano. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n.º 8, p. 77-97, fevereiro de 1966.
- COELHO, João Paulo Borges. Guerra Colonial/Luta de Libertação: as duas faces de uma mesma investigação. In: *Actas do Colóquio Construção e Ensino da História de África*. Lisboa: Ministério da Educação, 1995. p. 93-107.
- CORREIA, Pedro Pezarat. *Descolonização de Angola. A Jóia da Coroa do Império Português*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1991.
- _____. *Angola. Do Alvor a Lusaka*. Lisboa: Hugin, 1996.
- CORTESÃO, Armando. *Realidades e desvarios africanos*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1962.
- CRUZ, Viriato da. Angola: quelle indépendance....*Révolution*, Paris, n.º 6, p. 5-16, fevereiro de 1964.
- DÁSKALOS, Sócrates. *Um testemunho para a história de Angola. Do Huambo ao Huambo*. Lisboa: Vega, 2000.
- DAVEZIES, Robert. *Les Angolais*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1965.
- DAVIDSON, Basil. *Angola. No centro do furacão*. Lisboa: Delfos, 1974.
- DELGADO, Iva, PACHECO, Carlos e FARIA, Telmo (Coords.). *Humberto Delgado. As eleições de 58*. Lisboa: Vega Editora, 1998.
- DIAS, Eduardo Mayone. A novelística de duas guerras perdidas: Vietname e o Ultramar Português. In: TELXEIRA, Rui de Azevedo (org.). *A Guerra Colonial: Realidade e Ficção. Livro de Actas do I Congresso Internacional*. Lisboa: editorial Notícias, 2001. p. 409-417.
- DIAS, Jill R. Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, n.º 1, p. 61-94, janeiro - junho de 1984.

ERVEDOSA, José. *Depoimentos de militares portugueses contra a guerra colonial*. Argélia: FPLN, s/d.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974). Enquadramento geral*. Lisboa: Estado-Maior do Exército, volume 1, 1988. 2.ª edição.

_____. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974). Dispositivo das nossas forças. Angola*. Lisboa: Estado-Maior do Exército, volume 2, 1989. 2.ª edição.

FERREIRA, Eduardo de Sousa. *África Austral. O passado e o futuro*. Lisboa: Seara Nova, 1977.

_____. La transformación y consolidación de la economía en Angola 1930-1974. *Estudios de Asia y Africa*, n.º XV: 3, p. 572-616, 1980.

FERREIRA, Roquinaldo Amaral. *Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860*. Dissertação de Mestrado em História, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

FERRO, Marc. *História das Colonizações. Das conquistas às independências – séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FORTUNATO, José (ed.). *Angola: Documentos do MPLA*. Lisboa: Ulmeiro, 1977, Volume 1.

FRANÇOIS, Étienne. Os “tesouros” da Stasi ou a miragem dos arquivos. In: BOUTIER, Jean, JULIA, Dominique (org.). *Passados recompostos. Campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Editora FGV, 1998. p. 155-161

FREUDENTHAL, Aida. A Baixa de Cassanje: algodão e revolta. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, n.º 18-22, 1995-1999, p. 245-283.

GOMES, Carlos de Matos. Forças Armadas e regime, o ovo e a serpente. In: TEIXEIRA, Rui de Azevedo (org.). *A Guerra Colonial: Realidade e Ficção. Livro de Actas do I Congresso Internacional*. Lisboa: editorial Notícias, 2001. p. 29-36.

GRACE, John, LAFFIN, John. *Fontana Dictionary of Africa since 1960*. Londres: Fontana Press, 1991.

- GRUNDY, Kenneth. *Confrontation and accommodation in Southern Africa. The limits of independence*. Los Angeles: University of California Press, 1973.
- GUERRA, Henrique. *Angola: Estrutura econômica e classes sociais*. Luanda: edições Maiaka, 2ª edição, s/d.
- GUERRA, João Paulo. *Memória das Guerras Coloniais*. Porto: Edições Afrontamento, 1994.
- GUIMARÃES, Fernando J. Andresen. Origins and development of the MPLA: two dissident views. *Camões Center Quarterly*, n.º 1-2, vol. 5, p. 17-29, 1994, Columbia University.
- HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *MANA*, Rio de Janeiro, 3(1), p. 7-39, 1997.
- HEIMER, Franz-Wilhelm. *O Processo de Descolonização em Angola, 1974-1976*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.
- HENDERSON, Lawrence. *A Igreja em Angola*. Lisboa: Editorial Além-Mar, 1990.
- HEYWOOD, Linda. Unita and Ethnic Nationalism in Angola. *The Journal of Modern African Studies*, 27, 1, p. 47-66, 1989.
- HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos. O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 2ª Edição.
- JAIME, Drumond e BARBER, Helder. *Angola: Depoimentos para a história recente (1950-1976)*. S/l: Edição dos autores, 1999.
- JEUNE AFRIQUE (économie). *Savimbi, l'Unita et l'Angola*. Paris: Collection Marches Nouveaux, 1996.
- JIKA (Gilberto Teixeira da Silva). *Reflexões sobre a Luta de Libertação Nacional*. Lisboa: Edições 70 / União dos Escritores Angolanos, 1979.
- KAGOMBE, Maina. African Nationalism and Guerrilla Warfare in Angola and Mozambique. In: POTHOLM, Christian, DALE, Richard (ed.). *Southern Africa in perspective*. New York: The Free Press, 1972. 196-204 p.
- KASSEMBE, Dia. *Angola. 20 ans de guerre civile. Une femme accuse*. Paris: L'Harmattan, 1995.

- KILUANJI (José César Augusto). *Trajectória da vida de um guerrilheiro*. Luanda: Vanguarda, Coleção Resistência, 1990.
- LARA, Lúcio. *Um amplo movimento... Itinerário do MPLA através de documentos e anotações de Lúcio Lara*. Luanda: Edição do autor, volume I, 1997.
- LENTIN, Albert-Paul. De Bandung a Havana. In: SANTIAGO, Theo. *Descolonização*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. 37-59 p.
- LÉONARD, Yves. O Ultramar Português. In: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.). *História da Expansão Portuguesa. Último Império e recentramento (1930-1998)*. Espanha: Círculo de Leitores, Volume 5, 31-50, 1999.
- LIMA, Mesquitela. Angola: uma perspectiva socio-antropológica. *África Hoje*. Lisboa, ano VII, nº. 43, 79-81, 1991.
- MABEKO TALI, Jean-Michel. *Dissidences et pouvoir d'état: Le MPLA face a lui-même (1962-1977)*. Tese de Doutorado em Conhecimentos do Terceiro Mundo, Universidade Paris VII, fevereiro de 1996.
- MACKENZIE, J. M. *A Partilha da África, 1880-1900*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- MACQUEEN, Norrie. *A Descolonização da África Portuguesa. A revolução metropolitana e a dissolução do Império*. Mem Martins (Portugal): Editorial Inquérito, 1998.
- MARCUM, John. *The Angolan Revolution. The anatomy of an explosion (1950-1962)*. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology, volume I, 1969.
- _____. The exile condition and revolutionary effectiveness: Southern African Liberation Movements. In: POTHOLM, Christian, DALE, Richard (ed.). *Southern Africa in perspective*. New York: The Free Press, 1972. 262-275 p.
- _____. *The Angolan Revolution. Exile politics and guerrilla warfare (1962-1976)*. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology, volume II, 1978.

- _____. Angola: Perilous transition to Independence. In: CARTER, Gwendolen, O'MEARA, Patrick (ed.). *Southern Africa. The continuing crisis*. EUA: The Macmillan Press, 1979. p. 175-198.
- MARGARIDO, Alfredo. O tribunal da História. In: RIBEIRO, Jorge. *Marcas da Guerra Colonial*. Porto: Campo das Letras, 1999. p. 154-181.
- MARTELLI, George. The issues internationalized. In: ABSHIRE, David, SAMUELS, Michael (ed.). *Portuguese Africa. A Handbook*. New York: Praeger, 1969a. 367-388 p.
- _____. Conflict in Portuguese Africa. In: ABSHIRE, David, SAMUELS, Michael (ed.). *Portuguese Africa. A Handbook*. New York: Praeger, 1969b. 406-433 p.
- MARTELO, David. O pensamento estratégico das cúpulas militares nacionais nas vésperas da última campanha colonial. In: TEIXEIRA, Rui de Azevedo (org.). *A Guerra Colonial: Realidade e Ficção. Livro de Actas do I Congresso Internacional*. Lisboa: editorial Notícias, 2001. p. 97-103.
- MATEUS, Dalila Cabrita. *A Luta pela Independência. A formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Mem Martins (Portugal): Editorial Inquérito, 1999.
- MC VEIGH, Malcom. The present situation in Angola. *Présence Africaine*, volume 14/15, n.º 42/43, p. 170-179, 1962.
- MEDINA, João, HENRIQUES, Isabel Castro. *A Rota dos Escravos. Angola e a rede do comércio negreiro*. Lisboa: Centro para Educação, Gestão e Investimento em Angola, 1996.
- MEILLASSOUX, Claude. *Mulheres, Celeiros e Capitais*. Porto: Edições Afrontamento, 1977.
- MESSIANT, Christine. 1961. *L'Angola Colonial, Histoire et Société. Les prémisses du mouvement nationaliste*. Tese de doutoramento (3º cycle). Paris: Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1983.
- _____. Luanda (1945-1961): Colonisés, société coloniale et engagement nationaliste. In: "Vilas" et "Cidades". *Bourgs et villes en Afrique Lusophone*. Paris: L'Harmattan, 1989, p. 125-199.
- _____. Em Angola, até o passado é imprevisível. A experiência de uma investigação sobre o nacionalismo angolano e, em particular, o MPLA:

fontes, crítica, necessidades actuais da investigação. In: *Construindo o Passado Angolano: as fontes e a sua interpretação. Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola (4 a 9 de agosto de 1997)*. Luanda: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 803-859.

MILLER, Joseph C. *Way of Death. Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1988.

MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Angola. Acordo para a Independência*. Lisboa: Ministério da Comunicação Social, 1975.

MINTER, William (org.). *Operation Timber: pages from the Savimbi dossier*. New Jersey: Africa World Press, 1988.

MONTEIRO, Ramiro Ladeiro. From extended to residual family: Aspects of social change in the musseques of Luanda. In: HEIMER, Franz-Wilhelm (ed.). *Social Change in Angola*. Munique: Weltforum Verlag, 1973. 284 p.

MPLA. *MPLA. 40 anos por Angola*. Luanda: MPLA, 1996.

NETO, Maria da Conceição. Entre a Tradição e a Modernidade: Os ovimbundu do Planalto Central à luz da história. *Ngola, Revista de Estudos Sociais*, Luanda, volume 1: 1, p. 193-215, 1997.

_____. Grandes projetos e tristes realidades – Aspectos da colonização do Planalto Central angolano (c. 1900 - c. 1931). In: *A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885 – c. 1930). Actas da III Reunião Internacional de História da África (1999)*. Lisboa: IICT / Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000. p 513-525.

OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. *Luanda, “ilha” crioula*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968.

_____. (Dir.). *A Descolonização Portuguesa. Aproximação a um estudo*. Lisboa: Instituto Democracia e Liberdade, 1º volume, 1979.

_____. *Reler África*. Coimbra: Centro de Estudos Africanos – Universidade de Coimbra, 1990.

_____. *A Formação da Literatura Angolana (1851-1950)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997.

PACHECO, Carlos. *MPLA. Um nascimento polémico (as falsificações da história)*. Lisboa: Vega Editora, 1997.

PÉLISSIER, René. Evolution des Mouvements Ethno-Nationalistes Bakongo d'Angola avant la Revolte du Nord-Ouest (1961). *Revue Française d'Etudes Politiques Africaines*. Março 1975, p. 81-103.

_____. *La Colonie du Minotaure. Nationalisme et Revoltes (1926-1961)*. Orgeval (França): Pelissier, 1978.

_____. *Le Naufrage des Caravelles. Études sur la fin de l'empire portugais (1961-1975)*. Orgeval (França): Pelissier, 1979.

_____. *História das Campanhas de Angola. Resistência e Revoltas 1845-1941*. Lisboa: Editorial Estampa, volumes I e II, 1986.

PEPETELA. *Mayombe*. São Paulo: Ática, 1982.

_____. *A Geração da Utopia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.

PEREIRA, Carlos Santos. Um passo atrás do destino. *Vida Mundial*. Lisboa, n.º 15, abril de 1999, p. 28-38.

PEREIRA, José Maria Nunes. Colonialismo, Racismo, Descolonização. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.º 2, maio - agosto de 1978, p. 16-29.

_____. *Angola: uma política externa em contexto de crise (1975-1994)*. Tese de Doutoramento. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, 1999.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. *Os Regressados na Cidade de Luanda: um estudo sobre identidade étnica e nacional em Angola*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, 1999.

PINHEIRO, Patrícia McGowan. *Misérias do Exílio. Os últimos meses de Humberto Delgado*. Lisboa: Contra-Regra, 1998.

PINTO, António Costa. Portugal e a Resistência à Descolonização. In: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.). *História da Expansão Portuguesa*. Espanha: Círculo dos Leitores, Volume 5, 51-64, 1999(a).

- _____. A Guerra Colonial e o Fim do Império Português. In: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.). *História da Expansão Portuguesa*. Espanha: Círculo dos Leitores, Volume 5, 65-98, 1999(b).
- _____. Uma Guerra esquecida: a comunidade internacional nas vésperas da última campanha colonial. In: TEIXEIRA, Rui de Azevedo (org.). *A Guerra Colonial: Realidade e Ficção. Livro de Actas do I Congresso Internacional*. Lisboa: editorial Notícias, 2001. p. 105-123.
- PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 1, n.º 2, 1996, p. 59-72.
- RATLIFF, William. Política militar cubana en el Africa Subsahariana. *Revista Occidental*. México: Estudios Latinoamericanos, Año 6, n.º 2, p. 139-162, 1989.
- REDINHA, José. *Distribuição Étnica da Província de Angola*. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, 1969.
- RÊGO, Victor da Cunha e MORAIS, João M. Tito (Coords). *Angola através dos textos*. São Paulo: Editora Felman-Rêgo, 1962.
- REIS, Maria do Céu Carmo e REIS, Fidel Carmo. O MPLA e a crise de 1962-1964 como representação: alguns fragmentos. In: *Actas temáticas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais (4-7 de julho de 1994)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, p. 697-709.
- RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ – Editora FGV, 1996.
- REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA. *Informações Estatísticas 1974*. Luanda: Direção dos Serviços de Estatísticas, s/d.
- REPÚBLICA PORTUGUESA – ESTADO DE ANGOLA. *Informações Estatísticas 1972*. Luanda: Direção Provincial dos Serviços de Estatística, 1973.
- RIBEIRO, Jorge. *Marcas da Guerra Colonial*. Porto: Campo das Letras, 1999.
- ROCHA, Edmundo. *O Clube Marítimo Africano. Uma Contribuição para a Luta e Independência Nacional dos Países sob Domínio Colonial Português*. Lisboa: Biblioteca do Museu da República e Resistência, 1998.

- SAMUELS, Michael. Methodist Education in Angola, 1897-1915. *STUDIA*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Revista Quadrimestral, 20-22, p. 75-107, Abril-Dezembro, 1967.
- SAMUELS, Michael, BAILEY, Norman. Education, Health and Social Welfare. In: ABSHIRE, David, SAMUELS, Michael (ed.). *Portuguese Africa. A Handbook*. New York: Praeger, 1969. 178-201 p.
- SANGO, André de Oliveira João. *O Processo de Construção da Cidadania em Angola. Mitos e Realidades*. Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1995.
- SANTOS, Eduardo. As Conferências de Solidariedade Afro-Asiática e a 1ª Conferência de Solidariedade Tricontinental. *Ultramar*. Lisboa: Ano IX, Vol. IX, 4º Trimestre, n.º 34, 1968. 75-135 p..
- SARAIVA, José Flávio Sombra. *O Lugar da África: A Dimensão Atlântica da Política Externa Brasileira de 1946 a nossos dias*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
- SERRA, Jaime. *Eles têm o direito de saber. Páginas da luta clandestina*. Lisboa: Edições Avante, 1997.
- SERRANO, Carlos M. Henriques. *Angola. Nasce uma Nação*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, 1988.
- SERTÓRIO, Humberto. A guerra colonial ainda não acabou. In: TELXEIRA, Rui de Azevedo (org.). *A Guerra Colonial: Realidade e Ficção. Livro de Actas do I Congresso Internacional*. Lisboa: editorial Notícias, 2001. p. 217-229.
- SILVA, Elisete Marques da. O papel societal do sistema de ensino na Angola colonial. *Revista Internacional de Estudos Africanos*. Lisboa, n.º 16 e 17, p. 103-130, 1992-1994.
- SOMERVILLE, Keith. *Angola. Politics, Economics and Society*. London: Frances Pinter, Marxist Regimes Series, 1986.
- SOREMEKUN, Fola. *Angola: The Road to Independence*. Nigéria, University of Ife Press, 1983.
- STAMM, Anne. La société créole à Saint Paul de Loanda dans les années 1838-1848. *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer*, tome LIX, n.º 217, p. 578-609, 1972.

TAIBO II, Paco Ignacio, ESCOBAR, Froilán e GUERRA, Félix. *O ano em que estivemos em parte nenhuma. A guerrilha africana de Ernesto Che Guevara*. Porto: Campo das Letras, 1995.

TAIBO II, Paco Ignacio. *Ernesto Guevara, também conhecido como Che*. São Paulo: Scritta, 1997.

TEIXEIRA, Rui de Azevedo (org.). *A Guerra Colonial: Realidade e Ficção. Livro de Actas do I Congresso Internacional*. Lisboa: editorial Notícias, 2001.

TOMÉ, Mário. Adeus e até ao meu regresso. In: TEIXEIRA, Rui de Azevedo (org.). *A Guerra Colonial: Realidade e Ficção. Livro de Actas do I Congresso Internacional*. Lisboa: editorial Notícias, 2001. p. 69-76.

UNITA. *The Unita Leadership*. Jamba (Angola): The National Union for the Total Independence of Angola, 1990.

VAZ, Camilo Rebocho. *Norte de Angola – 1961. A verdade e os mitos*. Coimbra: Edição do autor, 1993.

VENÂNCIO, José Carlos. *Colonialismo, Antropologia e Lusofonias*. Lisboa: Vega Editora, 1996.

WAALS, Willem Van Der. *Portugal's War in Angola 1961-1974*. Rivonia (África do Sul): Ashanti Publishing, 1993.

WHEELER, Douglas. Portugal in Angola: A living colonialism?. In: POTHOLM, Christian, DALE, Richard (ed.). *Southern Africa in perspective*. New York: The Free Press, 1972. 172-182 p.